



ISSN 2238-1661

V. 14, Nº28/ Ago - Dez 2024

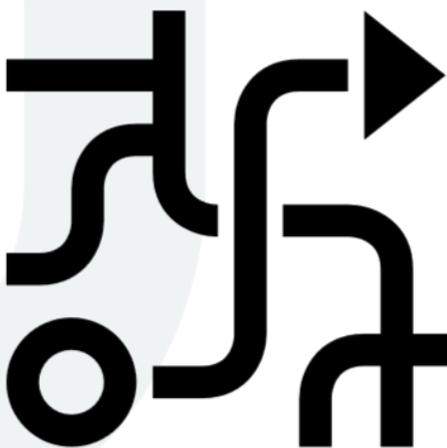
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Campus de Três Lagoas

REVISTA ELETRÔNICA TRILHAS DA HISTÓRIA

AMAZÔNIA: TERRITÓRIOS, MIGRAÇÕES E FRONTEIRAS





REVISTA ELETRÔNICA
TRILHAS DA
HISTÓRIA

Revista do Curso de História da Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas

Editoração:



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**



Apoio:



CONEXÕES DE SABERES

Indexação:



LatinREV
Red Latinoamericana de Revistas en Ciencias Sociales



REVISTA ELETRÔNICA TRILHAS DA HISTÓRIA

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Curso de Licenciatura em História

Volume 14, Número 28, Agosto a Dezembro de 2024.

ISSN: 2238-1651

www.trilhasdahistoria.ufms.br/



EDITORES RESPONSÁVEIS

Prof.ª Dr.ª Dolores Puga, UFMS, Brasil

Prof.ª Dr.ª Mariana Esteves de Oliveira, UFMS, Brasil

EDITORES ASSISTENTES

Douglas Chaves dos Reis, UFMS, Brasil

Rubia Dara Leão de Jesus, UFMS, Brasil

Wayla Silva Sá, UFMS, Brasil

REVISORES DE NORMA E LÍNGUA PORTUGUESA

Ana Resende, UERJ, Brasil

Anísio Batista Pereira, UFU, Brasil

Arthur Rodrigues Pereira Santos, UFRJ, Brasil

Braulio Costa Pereira, UFRJ, Brasil

Carlos Eduardo do Vale Ortiz, UNIR, Brasil

Geovane Souza Melo Júnior, UFU, Brasil

Katia Roberta Rodrigues Pinto, UFMS, Brasil

Maria Alice Ribeiro Gabriel, USP, Brasil

Marlise Buchweitz, UFPEL, Brasil

Priscilla Pellegrino de Oliveira, UERJ, Brasil

PROJETO GRÁFICO

Guilherme Gonçalves Mormito, UFMS, Brasil

Isadora Laís Moreira Bachiega

Pedro Henrique da Silva, UFMS, Brasil

Prof. Dr. Luiz Carlos Bento, UFMS, Brasil

Rubia Dara Leão de Jesus, UFMS, Brasil

Wayla Silva Sá, UFMS, Brasil

CAPA

Gerado por IA. Plataforma ChatGPT. Em 27 de janeiro de 2025

COMUNICAÇÃO

Prof.ª Dr.ª Dolores Puga, UFMS, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Aureo Busseto, UNESP/Assis, Brasil

Prof.ª Dr.ª Carmen Norambuena Carrasco, Universidade del Chile, Chile

Prof.ª Dr.ª Cintia Lima Crescêncio, UFMS, Brasil

Prof. Dr. Erlando da Silva Reses, UnB Faculdade de Educação, Brasil

Prof. Dr. Eudes Fernandes Leite, UFGD, Brasil

Prof. Dr. Jaime de Almeida, UnB, Brasil

Prof. Dr. Leandro Hecko, UFMS, Brasil
Prof.ª Dr.ª Maria Celma Borges, UFMS, Brasil
Prof.ª Dr.ª Márcia Maria Menendes Motta, UFF, Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Prof. Dr Alejandro Schneider, Universidad de Buenos Aires, Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Prof.ª Dr.ª Alzira Salete Menegat, UFGD, Brasil
Prof. Dr Ângelo Priori, UEM, Brasil
Prof. Dr. Antônio Dari Ramos, UFGD, Brasil
Prof. Dr Carlos Barros Gonçalves, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão, UNICAMP, UFU, Brasil
Prof.ª Dr.ª Celia Regina da Silveira, UEL, Brasil
Prof. Dr. Edvaldo Correa Sotana, UFMT, Brasil
Prof. Dr. Fernando Perli, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Fortunato Pastore, UFMS, Brasil
Prof.ª Dr.ª Fulvia Zega, Universidade Ca' Foscari di Venezia, Itália
Prof.ª Dr.ª Doutora Isabel Drumond Braga, Universidade de Lisboa, Portugal
Prof. Dr José Antonio Mateo, Consejo nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina
Prof.ª Dr.ª Laura Gabriela Caruso, IDAES/UNSAM-CONICET, Argentina
Prof.ª Dr.ª Lúcia Helena Oliveira Silva, UNESP/Assis, Brasil
Prof.ª Dr.ª Lucimar Rosa Dias, UFPR, Brasil
Prof. Dr. Luiz Antônio Castro Santos, UERJ, Brasil
Prof.ª Dr.ª Mara Burkart, Univerisdad Nacional de San Martín/Universidad de Buenos Aires/ Consejo Nacional de Investigaciones Científicos y Técnicos, Argentina
Prof.ª Dr.ª Marisa de Fatima Lomba de Farias, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Mark John Lawrence Sabine, University of Nottingham, Reino Unido
Prof.ª Dr.ª Nauk Maria de Jesus, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Paulo Fernando de Souza Campos, UNASP, UNISA, Brasil
Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz, UFGD, Brasil
Prof. Dr. Rafael Athaides, UFMS, Brasil
Prof. Dr. Rivan Menezes Dos Santos, Collonges sous Salève França, França
Prof.ª Dr.ª Rosemeire Aparecida de Almeida, UFMS, Brasil
Prof. Dr. Sergio Augusto Queiroz Norte e Silva, UNESP/Assis, Brasil
Prof. Dr. Sidnei José Munhoz, UEM, Brasil
Prof.ª Dr.ª Tania Regina de Luca, UNESP, Brasil
Prof. Dr. Vitor Wagner Neto de Oliveira
Prof.ª Dr.ª Yara Nogueira Monteiro, USP, Brasil
Prof.ª Dr.ª Zueleide Casagrande de Paula, UEL, Brasil

FOCO E ESCOPO

A Revista Eletrônica Trilhas da História foi pensada e elaborada com o objetivo de promover o debate acadêmico, tendo o propósito de enriquecer as pesquisas em andamento no curso de História da UFMS, campus de Três Lagoas, bem como, agregar produções de outros lugares, instituições e sujeitos. Com esse objetivo, esperamos alcançar, além de professores da universidade e da rede pública e privada de ensino, alunos graduandos de nosso curso e de outras universidades, tendo por intuito incentivar novas pesquisas e a busca por conhecimentos produzidos pela História e áreas afins. Se a proposta é interdisciplinar, disciplinas como a Filosofia, Geografia, Ciências Sociais, Antropologia, Arqueologia, entre outras, encontrarão espaço para veicular as suas produções, desde que concernentes aos temas sugeridos pela Revista. A Revista se constitui de Dossiês; Artigos livres; Ensaio de Graduação; Resenhas e Fontes.

HISTÓRICO DO PERIÓDICO

Trilhas são frestas costumeiramente abertas em lugares ditos ermos, quando buscamos construir novos caminhos ou mesmo encurtar aqueles já existentes. Elas se desenham pelo percurso de muitos passos e na tentativa de romper com as vias oficiais que se instauram, como, por exemplo, os traçados de trilhos arquitetados para transportar transeuntes, escoar a produção, levar o “progresso”, modificando e impactando a vida pelos centros e rincões do Brasil, ao trazer o peso do desenvolvimento e da oficialidade. Mas não podemos nos esquecer que os trilhos também nasceram das trilhas. As trilhas buscam apontar para as brechas que podemos abrir em meio aos traçados da história.

Nossos campos, entretanto, não são ermos, pois já foram semeados e cultivados por inúmeras pessoas e experiências, por professores e alunos que percorreram os caminhos do Curso no Campus de Três Lagoas. Nesse percurso foram deixando marcas na tessitura do que se construiu ao longo de 50 anos. A proposta da Revista Eletrônica Trilhas da História não é, então, a “invenção” da roda, nem mesmo de um novo “caminho”. É o resultado e o reconhecimento de que os traçados já existem e que é preciso ampliá-los, sem perder de vista as veredas sulcadas a muito custo, para que as trilhas possam hoje ser abertas.

Este trabalho implica olhar para os sujeitos e as paisagens de outrora, tal como do presente, partindo da premissa de que se não reconhecermos isto e desconhecemos nossa história, natimortas as trilhas já seriam. O título Trilhas da História, escolhido coletivamente pelos discentes e docentes do curso, busca sugerir os meandros das novas abordagens e novos sujeitos. É com este intuito que a Revista nasce, desejando ser mais uma ferramenta de divulgação da produção de saberes históricos e de áreas afins, os quais

possam contribuir para a escrita de uma história comprometida com o meio em que está inserida.

A Revista Trilhas da História nasce democrática e esperamos que permaneça dessa maneira. Desejamos que tenha longevidade como mais um instrumento de questionamento e de denúncia da reprodução da história e da condição de “ventríloquos” – ou mesmo da separação frágil do ensino e da pesquisa –, propondo, em suas publicações, uma relação dialógica entre o ser professor e o ser pesquisador.

ꦱꦸꦩꦩꦶꦂꦶꦺ SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ	12-15
APRESENTAÇÃO ARTIGOS LIVRES E FONTE.....	17-19

ARTIGOS DOSSIÊ

O CAMPESINATO HISTÓRICO DA AMAZÔNIA: DAS DROGAS DO SERTÃO AO INÍCIO DO CICLO DA BORRACHA

THE HISTORICAL PEASANTRY OF THE AMAZON: FROM DROGAS DO SERTÃO TO THE BEGINNING OF THE RUBBER CYCLE

Rafael Carletti..... 21-41

AMAZÔNIA: PARAÍSO DO TERCEIRO REICH?

O ALINHAMENTO POLÍTICO DO BRASIL COM O NAZIFASCISMO NA EXPEDIÇÃO CIENTÍFICA AO JARÍ.

AMAZON: THIRD REICH'S PARADISE?

BRAZIL'S POLITICAL ALIGNMENT WITH NAZI-FASCISM ON JARI'S SCIENTIFIC EXPEDITION.

, Eduardo Iori Miranda..... 42-60

ENTRE O SERTÃO E A AMAZÔNIA: 'VIDAS SECAS' EM EIRUNEPÉ-AM

BETWEEN SERTÃO AND AMAZON: 'VIDAS SECAS' IN EIRUNEPÉ-AM

Maria Estela Maciel de Lima, Thaila Bastos da Fonseca e Greiciele Rodrigues da Costa

..... 61-82

A HISTÓRIA DO ESTADO DE RONDÔNIA: DESENVOLVIMENTO E RESILIÊNCIA DOS POVOS INDÍGENAS

THE HISTORY OF RONDÔNIA: DEVELOPMENT AND RESILIENCE OF INDIGENOUS PEOPLES

Thaís Oliva Fernandes Sanders, Fábio Santos de Andrade e Fábio Santos de Silva

..... 83-98

CONSTRUÇÕES SOCIAIS DO PASSADO, PACTO, AFETO: PROCESSO DE POVOAMENTO NA ILHA SARACÁ, MUNICÍPIO DE LIMOIEIRO DO AJURU, ESTADO DO PARÁ

SOCIAL CONSTRUCTIONS OF THE PAST, PACT AND AFFECTION ON SARACÁ ISLAND, MUNICIPALITY OF LIMOEIRO DO AJURU, STATE OF PARÁ

Genisson Paes Chaves e Sônia Barbosa Magalhães 99-120

ESTRADA ENTRE AS VILAS DE OURÉM E DE VIANA: AS POVOAÇÕES DE ÍNDIOS E AS CONEXÕES DO ESTADO DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO COM O ESTADO DO BRASIL (1768-1774)

ROAD BETWEEN THE VILLAGES OF OURÉM AND VIANA: THE INDIGENOUS SETTLEMENTS AND THE CONNECTIONS BETWEEN THE STATE OF GRÃO-PARÁ AND MARANHÃO AND THE STATE OF BRAZIL (1768-1774)

Felipe William dos Santos Silva 121-142

ARTIGOS LIVRES 143

CRISTIANO B. OTTONI SENADOR E O ESFORÇO POR UMA TRANSIÇÃO

POLÍTICA RUMO À MODERNIDADE NO BRASIL IMPERIAL
HISTORY TEACHING CRISTIANO B. OTTONI SENADOR AND THE EFFORT FOR A POLITICAL TRANSITION TOWARDS MODERNITY IN IMPERIAL BRAZIL

Miguel Vitor de Araujo Viera 144-162

LITERATURA E HISTÓRIA: O DEVER DE MEMÓRIA DA DITADURA NO BRASIL

LITERATURE AND HISTORY: THE MEMORY DUTY OF THE DICTATORSHIP IN BRAZIL

José Carlos Freire 163-183

DE OLHO NO ESPELHO EUROPEU: A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE CIÊNCIA NO BRASIL OITOCENTISTA

KEEPING AN EYE ON THE EUROPEAN MIRROR: THE CONSTRUCTION OF SCIENCE SPACES IN 19TH CENTURY BRAZIL

Nubia Sotini dos Santos 184-203

UM ESPAÇO NÃO ESCOLARIZADO E A HISTÓRIA REGIONAL

A NON-FORMAL SPACE AND REGIONAL HISTORY

, Andressa da Rosa Souza, Neli Teresinha Galarce Machado e Stella Maria Carvalho de Melo

..... 204-224

FONTES 225

O ALMANAQUE ILLUSTRADO DE 1928 COMO FONTE PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL

THE ALMANAQUE ILLUSTRADO DE 1928 AS A SOURCE FOR THE STUDY OF THE HISTORY OF MATO GROSSO DO SUL

Henry Marcelo Martins da Silva 226-235



APRESENTAÇÃO DOSSIÊ

AMAZÔNIA: TERRITÓRIOS, MIGRAÇÕES
E FRONTEIRAS

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

AMAZÔNIA: TERRITÓRIOS, MIGRAÇÕES E FRONTEIRAS

Daniel Barros de Lima (UEA)¹

Lidiane Álvares Mendes (PPGECCO/UFMT)²

Eduardo Gomes da Silva Filho (UFRR/PPGH Universo)³

A Amazônia, com sua vasta extensão territorial e rica diversidade cultural, é um espaço que tem sido moldado por processos históricos complexos, que envolvem migrações, interações sociais e políticas, e a construção de fronteiras. Este dossiê temático, intitulado “*Amazônia: Territórios, Migrações e Fronteiras*”, reúne uma série de estudos que exploram diferentes aspectos da formação e transformação desse território, destacando a importância das narrativas locais e das experiências vividas por seus habitantes.

O primeiro artigo, “*O campesinato histórico da Amazônia: das drogas do sertão ao início do ciclo da borracha*”, de Rafael Carletti, analisa a formação do campesinato na Amazônia durante o período colonial. Carletti argumenta que, ao contrário do que se poderia supor, a Amazônia não foi apenas um espaço de exploração, mas também de resistência e adaptação. O autor destaca como as especificidades do projeto colonial na região permitiram o surgimento de um estrato camponês que, ao longo do tempo, se tornou fundamental para a sustentação econômica e política da Metrópole. A pesquisa revela que as características ambientais e sociais da Amazônia foram determinantes para a formação de práticas agrícolas que desafiaram a narrativa de uma região incapaz de desenvolver um campesinato robusto.

Em seguida, Eduardo Iori Miranda, em seu artigo “*Amazônia: paraíso do terceiro reich? o alinhamento político do Brasil com o nazifascismo na expedição*”

¹ Professor do Departamento de História da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, CEST-Tefé. Doutor em Teologia (EST - RS). Mestre em História Social (UFAM). E-mail: dbrlima@uea.edu.br.

² Mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas e Doutoranda em Estudos de Cultura Contemporânea (UFMT). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: mestradolidiane@gmail.com.

³ Professor na Universidade Federal de Roraima. Doutor em História Social e Política do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Salgado de Oliveira - Universo, Niterói-RJ. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM. E-mail: eduardo.filho@ufr.br.

científica ao Jarí”, investiga as relações políticas entre o Brasil e o regime nazifascista durante a década de 1930. Miranda discute como o governo de Getúlio Vargas buscou alinhar-se com as ideologias europeias da época, refletindo sobre as implicações desse alinhamento para a Amazônia. A expedição científica ao Jarí é apresentada como um exemplo das tensões entre desenvolvimento e exploração, revelando a complexidade das interações entre ciência, política e território.

O artigo “*Entre o sertão e a Amazônia: ‘vidas secas’ em Eirunepé-AM*”, de Maria Estela Maciel de Lima, Thaila Bastos da Fonseca e Greiciele Rodrigues da Costa, traz uma reflexão sobre as experiências de vida em Eirunepé, um município inserido na intersecção entre o sertão e a Amazônia. As autoras exploram as dinâmicas sociais e econômicas que caracterizam a região, destacando como as migrações e as trocas culturais moldam a identidade local. A análise das “vidas secas” revela as dificuldades enfrentadas pelos habitantes, mas também suas estratégias de resistência e adaptação.

No artigo “*a história do estado de Rondônia: desenvolvimento e resiliência dos povos indígenas*”, Thaís Oliva Fernandes Sanders, Fábio Santos de Andrade e Armelinda Borges da Silva discutem a trajetória dos povos indígenas em Rondônia, enfatizando sua resiliência diante das pressões externas e das transformações territoriais. Os autores argumentam que, apesar das adversidades, as comunidades indígenas têm conseguido manter suas práticas culturais e modos de vida, contribuindo para a diversidade cultural da Amazônia. A pesquisa destaca a importância de reconhecer e valorizar as vozes indígenas na construção da história da região.

O artigo “*Construções sociais do passado, pacto, afeto: processo de povoamento na ilha Saracá, município de Limoeiro do Ajuru, estado do Pará*”, de Genisson Paes Chaves e Sônia Barbosa Magalhães, apresenta uma análise das dinâmicas sociais que moldaram o povoamento da Ilha Saracá. Os autores exploram como as relações de afeto e os pactos sociais entre os habitantes foram fundamentais para a construção da identidade local. A pesquisa revela que a história da ilha é marcada por interações complexas entre diferentes grupos, refletindo a diversidade cultural da Amazônia.

Por fim, Felipe William dos Santos, em “*Estrada entre as Vilas de Ourém e de Viana*”, investiga as implicações da construção de estradas na dinâmica social e econômica das vilas de Ourém e Viana. O autor discute como a infraestrutura viária

impacta as relações de poder e as práticas de migração na região, evidenciando a interconexão entre território e mobilidade. A análise das estradas revela não apenas a transformação do espaço físico, mas também as mudanças nas relações sociais e nas identidades locais.

Este dossiê, portanto, busca oferecer uma visão abrangente da Amazônia, destacando a importância de entender os processos históricos que moldam seus territórios e comunidades. As contribuições dos autores iluminam as complexidades da região e promovem um diálogo crítico sobre as interações entre cultura, política e meio ambiente. Ao explorar as experiências de seus habitantes, o dossiê visa incentivar uma reflexão sobre os desafios e oportunidades que surgem para o futuro das comunidades amazônicas, promovendo a valorização da diversidade cultural e histórica da região.

Boa leitura!

Verão Amazônico de 2025.



APRESENTAÇÃO
DE ARTIGOS
LIVRES E FONTE

Para nós, da Revista Trilhas da História, não existem temas acadêmicos maiores ou menores, mas temos a ousadia de afirmar que, em 2024, os dossiês (incluindo uma preciosa edição especial), os artigos, os ensaios, as resenhas e fontes publicados em nosso periódico tocaram os pontos candentes de nosso tempo e do nosso campo do conhecimento. Reiteramos isso agora, na última edição do ano, com o importante Dossiê “Amazônia: territórios, migrações e fronteiras” e nesta seção, com quatro artigos livres e um texto de apresentação de fonte.

Repetimos também a ênfase no fato de que o que os leitores e as leitoras encontrarão por aqui é a junção de três elementos fundamentais: a produção acadêmica de pesquisadores e pesquisadoras comprometidos com a divulgação de suas investigações; a disponibilidade generosa de avaliadores e avaliadoras e; o trabalho voluntário de professoras e de um grupo abnegado de estudantes do Curso de História da UFMS, Campus de Três Lagoas.

Sem apoio técnico, recursos ou equipamentos, por um lado, torna-se sempre fundamental frisar que meninas e meninos da graduação de uma universidade pública periférica trabalhem até nas férias letivas, por confiarem na importância do resultado que ora é entregue às leitoras e aos leitores. Por outro lado, urge desnaturalizar a escassez de recursos com que os periódicos se produzem e reproduzem, especialmente de instituições e cursos das periferias. Temos insistido nestes argumentos nas apresentações da seção de artigos livres porque ainda acreditamos que a divulgação séria realizada pelos periódicos acadêmicos é instrumento de formação e transformação, na contracorrente da crescente burocratização e automação dos órgãos de fomento. Então, como de praxe, eis aqui uma edição forjada no engajamento de pessoas e alicerçada no trabalho coletivo, a despeito de tudo.

Abrimos a seção de artigos livres com o texto “Cristiano B. Ottoni Senador e o esforço por uma transição política rumo à modernidade no Brasil imperial”, de Miguel Vitor de Araújo Vieira. No artigo, utilizando-se dos registros de discursos do próprio senador como fonte, Vieira nos apresenta à figura de Ottoni como importante para pensar os diferentes posicionamentos políticos do período (última metade do século XIX), sobre a abolição da escravidão, o voto universal, a reforma política, o desenvolvimento da indústria, a ampliação das ferrovias, entre outros temas que incidem sobre o debate certamente complexo da modernidade no Brasil. O autor recusa a ideia de que, mesmo sendo um político a favor da abolição e do sufrágio universal, Ottoni seja considerado “um homem à frente do seu tempo”, justamente porque demonstra, no texto, as diferentes faces e influências que marcaram aquele tempo e expressam a riqueza da História.

O segundo artigo livre dessa edição é de José Carlos Freire, intitulado “Literatura e História: O dever de memória da ditadura no Brasil”. É interessante notar que não se trata de um apanhado de resenhas de romances que tematizam a ditadura, mas de debater a própria historiografia que aborda essa relação entre literatura e ditadura. Produzindo recortes originais, o autor também destacou como os trabalhos da CNV ocupam um papel decisivo no debate, não só por ter fomentado a retomada da produção ficcional, mas também porque se constituem como matéria histórica a ser

elaborada na dimensão estética. É nessa condição que Freire fundamenta e alude à literatura como testemunho, como forma de nos fazer reconhecer os dilemas de um tempo, como portais de arquivos e memória. Para tanto, sua discussão mobiliza Theodor Adorno e Walter Benjamin, nos apresentando com novas e sensíveis janelas para espreitarmos temas cruciais como as ameaças à democracia e o neoliberalismo que marcam o tempo presente.

O terceiro texto da seção de artigos livre é de Núbia Sotini dos Santos e se chama “De olho no espelho europeu: A construção de espaços de ciência no Brasil oitocentista”. Nele, a autora aborda a inserção da medicina convencional europeia e do ensino médico no Brasil após a vinda da família real em 1808, discute os conceitos e representações de cidade e trata do processo de higienização do Rio de Janeiro para aquele período. O destaque é para as políticas e práticas higienistas que visavam ordenar a urbe com os desejados novos comportamentos burgueses, o que resultava na disciplinarização não apenas da cidade, mas também dos corpos, especialmente das pessoas pobres e pretas. O texto acaba por se aprofundar nas fronteiras do higienismo com as questões raciais, pois elabora uma leitura contracolonial de uma sociedade escravista, prenhe de vielas desordenadas e de corpos negros, demarcada pelo binômio “limpo x sujo”, em que “negros e negras, indígenas e pobres correspondiam a uma anormalidade que distorcia o espelho europeu constantemente”. É um texto com a densidade que se espera, e que nos ajuda a enxergar tanto a ciência médica quanto a cidade com uma historicidade capaz de demolir qualquer naturalização sobre as coisas que nos cercam rotineiramente.

Finalizando os artigos livres, temos o texto “Um espaço não escolarizado e a História Regional”, de Andressa da Rosa Souza, Neli Teresinha Galarce Machado e Stella Maria Carvalho de Melo. A proposta das autoras se aproxima de uma curadoria patrimonial pedagógica para espaços e monumentos específicos da cidade de Taquari (RS). Para tanto, elas elegeram quatro lugares, sendo (1) A Igreja São José de Taquari, construída em 1768; (2) a sede do jornal O Fato Novo, erguida na segunda metade do século XIX; (3) uma residência específica, exemplificando o estilo colonial barroco açoriano; e (4) um monumento inaugurado em 2019 em homenagem aos açorianos. Combinando crítica documental com imersões em campo, em abordagem da História Cultural, as autoras relacionam arquitetura, cidade, memória e História, considerando a colonização açoriana e a presença (muitas vezes negada) de negros e indígenas na história da cidade. Partem daí para sugerir novas abordagens pedagógicas ao patrimônio mnemônico apresentado, sugerindo a criação de um itinerário educacional crítico. Uma leitura certamente inspiradora para professores e professoras que reconhecem que a sala de aula é também o mundo.

Nesta edição, além dos artigos livres, temos um texto de apresentação de fontes. Trata-se do “O *Almanaque Ilustrado* de 1928 como fonte para o estudo da História de Mato Grosso do Sul”, escrito por Henry Marcelo Martins da Silva. Antes de apresentar a referida fonte, o autor é cuidadoso em definir e contextualizar o uso e produção dos almanaques, discorrendo sobre sua importância nos processos econômicos e sociais do início do século XX. A fonte escolhida era organizada por Elmano Soares, jornalista oriundo do estado de São Paulo que estabeleceu, nas primeiras décadas do século XX, em Três Lagoas-MS, uma tipografia e o jornal *Gazeta do Comercio*. A pretensão

de Soares parecia ser abarcar, com a publicação, a região de sul de Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul) e o noroeste paulista, que se avizinha a Três Lagoas. Henry Silva narra, contudo, que os planos do jornalista sofreram revezes e mesmo a dimensão técnica teve de ser reconfigurada por conta das condições tipográficas disponíveis (ou indisponíveis), trazendo-nos elementos que extrapolam a própria fonte. Sobre o almanaque, o autor do texto mobiliza trechos e imagens que nos instigam a explorar a referida fonte, argumentando que, por ser “repleto de informações, apresenta diversas possibilidades para a compreensão da ocupação do território e formação de importantes municípios de uma região que viria constituir, no futuro, o Estado de Mato Grosso do Sul”. Com isso, o documento torna-se valioso para pesquisadores que pretendam compreender a contraditória ocupação desse território, mas também pode ser considerado interessante para leitores, especialmente sul-mato-grossenses, movidos pela curiosidade histórica sobre sua cidade ou região.

Com os cinco textos da seção aqui apresentados, além do dossiê, desejamos encerrar as edições de 2024 suscitando, para 2025, novas pesquisas, provocando debates, fortalecendo a divulgação científica, assistindo e participando da desejada valorização da pesquisa e do ensino em História. Boas leituras!

Janeiro de 2025

As editoras:

Dolores Puga, Mariana Esteves de Oliveira
Rubia Dara Leão de Jesus e Wayla Silva Sá



SEÇÃO DOSSIÊ



CARLETTI, Rafael*

<https://orcid.org/0000-0002-5801-139X>

RESUMO: Durante o período colonial, observou-se a formação de um expressivo estrato camponês na Amazônia. Contudo, sua formação se deu em função da especificidade do projeto colonial na região, o qual ocorreu de forma completamente distinta daquela observada no restante do território brasileiro. O objetivo deste trabalho é discutir as correlações de ordem econômica, política e religiosa estabelecidas no quadro da colonização, de modo a compreender a formação de um campesinato amazônico. A abordagem metodológica empreendida neste trabalho é de natureza qualitativa, e teve como principais ferramentas a revisão da bibliografia sobre o tema e a análise documental. Concluo chamando a atenção para as particularidades que permearam o projeto colonial na Amazônia por parte da Coroa portuguesa, evidenciando que a formação do campesinato amazônico se configurou, também, como uma estratégia de sobrevivência das comunidades rurais frente ao projeto expansionista-escravista colonial.

PALAVRAS-CHAVE: colonização; camponês; plantation; extrativismo.

ABSTRACT: During the colonial period, a significant peasant stratum was formed in the Amazon. However, its formation occurred due to the specificity of the colonial project in the region, which happened in a completely different way from that observed in the rest of the Brazilian territory. This work aims to discuss the correlations of economic, political, and religious order established in the context of colonization to understand the formation of an Amazonian peasantry. The methodological approach undertaken in this work is qualitative, and its main tools were the review of the bibliography on the subject and the analysis of documents. I conclude by drawing attention to the specificities that permeated the Portuguese Crown's colonial project in the Amazon, showing that the formation of the Amazonian peasantry configured a survival strategy of the rural communities in the face of the colonial expansionist-slavery project.

KEYWORDS: colonization; peasant; plantation; extractivism.

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos. Membro do grupo de pesquisas RURAS (Ruralidades, Ambiente, Sociedade), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia.



INTRODUÇÃO

O processo de colonização não ocorreu de forma homogênea no território brasileiro. Contudo, a ideia que povoa nosso imaginário social, é a da chegada das embarcações portuguesas no litoral, o estabelecimento das *plantations*, e a utilização de mão-de-obra de negros escravizados nos engenhos. De modo geral, esse foi, sim, o modelo de ocupação que predominou no Brasil após a chegada dos primeiros colonizadores no século XVI. Depois disso, o projeto colonial se interiorizou, e novas atividades econômicas começaram a ser implementadas, como a extração de metais preciosos em Minas Gerais e o estabelecimento das primeiras plantações de café no estado de São Paulo.

Na Amazônia, porém, o projeto colonial seguiu caminhos completamente diferentes e se desenvolveu de forma única. A Coroa portuguesa não conseguiu implementar naquela parte da colônia, o mesmo tipo de domínio territorial assentado nas *plantations* e na escravização de negros africanos. Por conta de suas características socioambientais específicas, a extração de produtos florestais a partir da escravização dos povos indígenas, sustentou a economia da Amazônia portuguesa por mais de um século. Após esse período, um forte setor agrícola passa a se desenvolver, dando início a constituição do estrato camponês formado pelas sociedades caboclas da região.

O objetivo deste trabalho é discutir as correlações de ordem econômica, política e religiosa estabelecidas no quadro da colonização, de modo a compreender a formação de um campesinato amazônico. Além desta introdução, o artigo se divide em mais quatro seções. Na próxima seção, discuto os aspectos relacionados a decisão política da Coroa portuguesa de não implementar o sistema das *plantations* na Amazônia. Na terceira seção, abordo a presença das Ordens religiosas no ordenamento político-econômico da Amazônia, e a utilização dos povos indígenas como mão-de-obra escrava. Na quarta seção, trato especificamente da constituição do campesinato amazônico e da importância do Diretório pombalino para esse processo. Na última seção, apresento as considerações finais e aponto possibilidades para discussões futuras dentro deste tema de pesquisa.

“OPÇÃO” PELO EXTRATIVISMO DAS DROGAS DO SERTÃO

Um ponto de partida importante, surge da (ir)relevância dada ao espaço amazônico no escopo do período colonial. Conforme aponta Souza (2019), depois de se estabelecerem de forma preponderante no litoral brasileiro, os portugueses chegaram à Amazônia somente em 1616, quase um século depois de iniciada a colonização. Essa data marca a fundação do Forte do Presépio e da Vila de Santa Maria – atual cidade de Belém – e representa as primeiras iniciativas de ordem político-militar da Coroa na chamada Amazônia portuguesa¹ (SILVA, 2012). A remota localização, as dificuldades logísticas de ocupação e o completo desconhecimento do lugar por parte dos colonizadores, fizeram com que o Rei de Portugal criasse, em 1621, o estado do Maranhão e Grão-Pará, separando administrativamente a região correspondente à Amazônia portuguesa do Governo Geral do Brasil² (SOUZA, 2019).

Segundo Cardoso (1984), essa foi uma atitude precipitada que definiu os rumos do desenvolvimento da Amazônia e do restante do Brasil. Uma vez separada política e administrativamente das ordens e do regimento estabelecido nas capitanias, a política de colonização criava, sem que fosse perceptível naquele momento, um imbróglio para Lisboa. O aporte de capital estrangeiro que circulava no território brasileiro, oriundo do tráfico de escravos e do esquema das *plantations* de cana-de-açúcar – principais atividades econômicas a movimentar a colônia – não se estendeu para a Amazônia. Isso implicou que o desenvolvimento daquela região remota da colônia, teria que caminhar de forma independente ao projeto oficial, o que significaria elaborar estratégias que levassem em conta as características endógenas da Amazônia como forma de alavancar seu crescimento.

Para Costa (2012), esse representa um dos pontos mais importantes no percurso de desenvolvimento da Amazônia. Conforme relata este autor, as *plantations* de cana-de-açúcar traduziam o máximo da *expertise* acumulada pelos portugueses durante o processo de colonização em Ilhas do Atlântico, na África e na Ásia. Foi em função do estabelecimento das grandes plantações e do desenvolvimento do comércio de açúcar, que a Coroa portuguesa conseguiu manter seu projeto colonial,

¹ Cabe lembrar que, nesse período, a área correspondente ao território brasileiro ainda estava sob o regime do tratado de Tordesilhas. Esse instrumento legal dividiu a região da Amazônia em duas partes, sendo que a maior e mais a Oeste, pertenceu à Coroa espanhola até 1750.

² O estado do Maranhão e Grão-Pará passou a responder diretamente à Coroa portuguesa a partir de então, tendo autonomia política e administrativa em relação ao restante do Governo Geral do Brasil.



bem como essa foi, ao longo desse período, a única fonte de riqueza obtida pela Metrópole. Quando se excluiu a Amazônia do principal projeto econômico elaborado durante o expansionismo lusitano – por conta de suas características naturais intrínsecas –, a Coroa portuguesa assumiu as vicissitudes inerentes a essa escolha.

Segundo Tocantins (1960), duas contradições logo se colocaram para os colonos que passaram a ocupar a Amazônia portuguesa. A primeira dizia respeito ao tipo de atividade econômica que se implementaria na região, visto que dadas as condições naturais extremamente adversas para o estabelecimento de monoculturas de grandes extensões, seria preciso uma alternativa econômica que fosse equivalente em importância à cana-de-açúcar. Uma vez definida a atividade que viria substituir as *plantations*, caberia ao governo do Maranhão e Grão-Pará, solucionar, então, o problema da mão-de-obra, já que não seria utilizado o trabalho de negros africanos como força de trabalho escrava e meio de produção, tal qual ocorria no litoral.

De acordo com Cardoso (1988), a condição da Amazônia no contexto colonial, não se tratou tanto de uma escolha, senão a única alternativa possível para aquele reduto da Metrópole. Conforme argumenta este autor, a especificidade das condições naturais encontradas pelos portugueses na Amazônia, extrapolou todo e qualquer conhecimento que se tinha sobre as técnicas agrônômicas até então utilizadas em outras colônias portuguesas. Com efeito, as poucas tentativas de replicar em território amazônico o modelo amplamente reproduzido em outras localidades com atributos físicos completamente diferentes, logo mostrou a baixa produtividade característica dos solos da Amazônia. De modo que a adesão ao extrativismo não constituiu uma escolha propriamente dita, mas, sim, a única opção viável para o desenvolvimento de uma economia mercantil.

De acordo com Costa (2000), a dificuldade da agricultura não inviabilizou a colônia do Maranhão e Grão-Pará, porque o específico do ecossistema amazônico mostrou sua outra face, a condição de produzir nos seus processos originais, bens capazes de se tornarem mercadorias para o mercado mundial.

A natureza originária da região, em sua singularidade e estranheza, ao tempo que limitou as possibilidades de obtenção de mercadorias agrícolas capazes de garantir lucro mercantil, regalou o colonizador com produtos “prontos”, carecendo apenas de serem recolhidos. Muitos desses produtos, logo se constatou, seriam equivalentes ou substitutos de especiarias para as quais já havia mercado consolidado na Europa, cujas rotas de comércio procedentes do oriente encontravam-se vedadas a Portugal (COSTA, 2000, p. 95).



A despeito da alternativa promissora do modelo extrativista que se vislumbrava na Amazônia, Costa (2000) levanta alguns questionamentos. A passagem de um projeto agrícola – de um ideal de civilização de base agrícola – para uma prática sistemática e dominante do extrativismo de coleta, suscitou, segundo este autor, duas ordens de problemas:

Primeiramente, problemas decorrentes da redefinição do papel da agricultura, da condição de base de exportação para a de supridora de necessidades internas à colônia. Decorrem daí fortes restrições estruturais para a obtenção de meios de produção no mercado mundial, em particular do escravo negro (mercadoria cara, cuja obtenção requeria, necessariamente, meios de pagamento internacionais). Em seguida, problemas decorrentes da redefinição do trabalho índio no contexto de uma economia baseada no extrativismo de coleta (COSTA, 2000, p. 107).

Nesse ponto, cumpre mais uma vez destacar o aspecto religioso e o papel da Igreja como importantes dimensões do projeto econômico-extrativista na Amazônia. A característica ideológica presente na proposta de expansionismo da Fé católica, encontrou guarida no planejamento político-econômico dos Estados Absolutistas, em resposta à Reforma Protestante. Desde então, tornara-se impossível dissociar a política de colonização desenhada para a Amazônia, sem levar em conta o pano de fundo teológico da empreitada europeia nessa parte da colônia. Como pretendo mostrar a seguir, a Igreja, ou melhor, uma espécie de racionalidade cristã, também esteve presente em mais um importante capítulo do desenvolvimento da região, garantindo a implementação da principal atividade econômica daquele período.

Cabe lembrar que a presença dos missionários na Amazônia portuguesa se deu a partir das Ordens religiosas. É importante ressaltar esse aspecto, pois, apesar dessas Ordens pertencerem ao mesmo projeto da Igreja – a Companhia de Jesus – e estarem submetidas a mesma hierarquia clerical, havia diferenças significativas em termos de atuação entre cada uma delas. Essa diferença no modo de atuação era motivada pelas diferentes visões e perspectivas empreendidas por cada uma dessas Ordens em relação ao processo de catequização e à maneira como cada uma se relacionava politicamente com a Coroa. De modo que a presença das diferentes

Ordens no território amazônico, também foi motivo de disputas entre missionários por vantagens políticas, econômicas e geográficas durante a ocupação da Amazônia³.

A FÉ E A MÃO-DE-OBRA INDÍGENA A SERVIÇO DA ECONOMIA COLONIAL

Pode-se dizer que a questão do trabalho e da mão-de-obra necessária à consecução do projeto econômico de base extrativista foi, em grande medida, resolvida pelas Ordens Missionárias. Uma vez entendido que o modelo agrícola utilizado em outras colônias seria de baixa produtividade na Amazônia, concluiu-se, também, que a força de trabalho não poderia ser a do negro africano, pois o alto custo da produção e a rentabilidade diminuta, seriam insuficientes para manter o mercado que movimentava o tráfico desses povos na região amazônica. Imediatamente, colocou-se a força de trabalho indígena como uma alternativa mais barata que a africana, mesmo que a condição indígena tenha sempre sido vista como inferior, daí representada como segunda opção pela Coroa (GUZMÁN, 2006a).

A política de escravização dos povos indígenas foi empreendida, principalmente, pelas práticas e ações dos missionários (SILVA, 2012). Ela ocorreu por meio da instauração de instrumentos jurídicos, implementados durante o processo de escravização, mas contou, também – e fundamentalmente – com o aparato ideológico da Igreja, colocado em curso por meio da catequização. Conforme aponta Costa (1995), o fervor missionário das Ordens religiosas, “apresentava uma pedagogia aculturadora, uma metodologia de transformação sem dor dos inocentes – pois ainda não tocados pela verdade –, em pagãos ofensivamente livres, em homens disciplinados para o louvor a Deus e para os trabalhos da terra, das águas e dos matos”.

A cristianização dos indígenas assumiu um caráter equivalente ao do processo de colonização em si. De maneira geral, o discurso contido nos dois empreendimentos – o religioso e o político –, trazia em seu bojo a premissa da salvação, seja no seu componente natural ou humano. Em relação à natureza, estava integrada ao projeto colonizador, a ideia de uma natureza bruta, vista como espaço vazio, ocupada pelo mau, lugar da desordem, não tocado por Deus, domínio do diabo,

³ Segundo Leonardi (2013), as Ordens religiosas se distribuíram da seguinte forma no território amazônico: Jesuítas (Baixo Amazonas); Franciscanos (Alto Amazonas); Mercedários (Rio Urubu); Carmelitas (Rio Negro/Solimões).

passível, portanto, de transformação (SOUZA, 1987). De igual modo, as gentes que ocupavam essas paisagens, carregavam consigo toda crueza, barbárie e selvageria correspondentes a esse lugar, sendo que somente o projeto civilizador trazido junto com a verdade de Deus, poderia convertê-los – por meio do trabalho e da disciplina – em seres com alma tocados pelo domínio divino (SANTOS, 2017).

A consideração das Nações indígenas como primitivas ou bárbaras, já punha, nas relações dos religiosos com os índios, um parâmetro de desigualdade. A condição de ascensão do índio ao estatuto de católico, passava por condições espirituais – como o batismo –, e por condições materiais – trabalho e relações de trabalho aproximadas da exploração colonial. Todos os grupos de religiosos organizadores de missões, povoados, núcleos, realizaram essas duas condições (SILVA, 2012, p. 138).

Ocorre que a natureza indígena era ela própria um empecilho ao projeto de escravização. O modo de vida dos indígenas e a maneira como se organizavam nas tarefas de coleta e utilização dos produtos da floresta, não impunha barreiras, limites ou fronteiras geográficas, bem como sua realização correspondia a determinantes internos à sua experiência social. Além disso, o propósito implícito nas tarefas de coleta de produtos florestais com algum interesse para esses povos, atendia a uma expectativa que estava relacionada à sua reprodução, sobrevivência e manutenção em determinado lugar, e não com vistas à obtenção de produtos para atender ao capital mercantil. Dessa maneira, a conversão dos indígenas em força de trabalho escravizada, ocorreria por meio da força e da violência generalizadas (CARDOSO, 1984).

Para tanto, os missionários lançaram mão de uma estratégia fundamental para “convencer” o índio a trabalhar de forma compulsória. O pressuposto contido nessas estratégias partia do princípio de que era preciso enclausurar os índios em determinado espaço, de forma a reduzir a amplitude das áreas utilizadas por eles espontaneamente (LEONARDI, 2013). Havia o entendimento de que encerrar os índios em pequenas cercanias, favoreceria e seria a única maneira de imprimir sobre sua rotina, uma racionalidade de trabalho próxima àquela desejada pelos missionários. A criação de aldeias – ou o processo de aldeamento – foi a “metodologia escravista” empregada pelos missionários para terem acesso às drogas do sertão⁴, os principais produtos mercantis daquele período.

⁴ Segundo Guzmán (2006), drogas do sertão foi uma designação genérica atribuída pelos colonizadores aos produtos florestais comercializados durante o período de colonização da



A ideia de aldeia como reunião dos índios em um só local foi resultado das reformas dos jesuítas Manoel da Nóbrega e José de Anchieta. Em 1556, estes padres determinaram que três grupos de índios Tupis fixados cerca de 70 quilômetros da costa de São Paulo atual fossem transferidos e concentrados num só local: Piratininga. Esta prática, mencionada e justificada pelo Padre Manoel da Nóbrega em cartas conhecidas como Diálogo sobre a Conversão do Gentio (1556-1557) e Plano Civilizador (1558), se multiplicaria e se repetiria por todo o litoral brasileiro até chegar à Amazônia (GUZMÁN, 2008, p. 16).

Conforme aponta Costa (2019a), a história da Amazônia é comumente contada a partir da identificação de ciclos econômicos⁵. No caso em questão, o período extrativista, em que predominou a coleta e extração das drogas do sertão – e que sustentou economicamente a política de colonização – pode ser compreendido entre os anos de 1650 e 1750, um século, portanto. Nesse período, predominou a ação dos missionários e a política de aldeamentos que, conforme ressalta Costa (2019a), foi a estratégia mais eficaz e que garantiu por um bom tempo o dinamismo político e econômico na Amazônia. O aldeamento indígena beneficiou tanto colonos leigos quanto às Ordens missionárias empenhadas no desenvolvimento econômico da região, ao mesmo tempo em que expôs as fragilidades do governo da colônia frente ao protagonismo da Igreja.

O sucesso dos aldeamentos e missões em congregar cada vez mais gente, é a outra face da violência dos colonos escravistas. E, na salvaguarda da ordem colonial como um todo, os indígenas aldeados representavam a fonte de trabalho eficaz, no contexto dado, para o conjunto das atividades da Igreja, do Estado e dos colonos. Tal modo de produção fundou, de fato, a economia colonial amazônica, que se reproduz por gerações, aguçando, contudo, no desenvolvimento, suas profundas contradições (COSTA, 2019a, p. 157).

A política de escravização implementada nessa época, distinguia duas categorias de índios. De um lado, sociedades indígenas que colaboravam com os portugueses, sendo reconhecidas como vassalos do Rei de Portugal; de outro, aquelas consideradas arredias e que resistiam ao contato e integração à sociedade colonial. Conforme demonstra Perrone-Moisés (1993), essa distinção era expressa

Amazônia. Mais de cinquenta produtos são reconhecidos como drogas do sertão, entre eles estão o guaraná, o anil, a salsa, o urucum, a noz de pixurim, pau-cravo, salsaparrilha, gergelim, cacau, baunilha, castanha, cochonilha, pimenta de cheiro, óleo de copaíba, óleo de cumaru, óleo de andiroba, óleo de tartaruga, entre outros.

⁵ Grosso modo, Costa (2019a) identifica três ciclos econômicos principais. O extrativista (1650-1750), o agrícola (1750-1840) e o da borracha (1840-1912).

por um critério de classificação semântico. Primeiro, o gentio ou bárbaro, era o inimigo. Depois, o índio amigo, o tapuio, aquele em que o projeto colonial parece realizado: “aldeado, convertido e aliado, é aquele que é chamado a lutar contra o gentio, a realizar trabalhos para a Coroa, aquele que é repartido entre os moradores, reclamado de volta pelos missionários” (PERRONE-MOISÉS, 1993, p. 61).

Fosse para os gentios ou para os tapuios, uma série de instrumentos jurídicos foi criada para garantir o exercício da escravização. Conforme aponta Costa (2019b), dois institutos normativos estabeleceram os marcos dessa matéria, no conjunto resguardando sua lógica fundadora: o Regimento das Missões, de 1686, e o Alvará Régio, de 1688⁶. Segundo o autor:

O primeiro instituto, formulado com base nas doutrinas de Antônio Vieira e na experiência missionária acumulada ao longo do século XVII no contexto da disputa com os colonos, assentou as regras para a administração dos índios. A par de assegurar a liberdade dos aldeamentos aos indígenas e de garantir a gestão desses estabelecimentos – com o poder temporal e espiritual que continham – pelas ordens religiosas, o Regimento das Missões concedia aos demais agentes da colônia o acesso a força de trabalho aldeada, tal que 1/3 das disponibilidades fosse concedido aos colonos com licença promulgada pela administração colonial, 1/3 para as necessidades da Coroa e da administração colonial e 1/3 para uso dos próprios aldeamentos e missões religiosas. O Alvará mencionado regulamenta exceções ao quadro geral do Regimento, quando autoriza a escravidão de índios prisioneiros de guerra, condenados por canibalismo ou rebelados por questões religiosas e políticas (COSTA, 2019, p. 39).

Concorreram com esses dois instrumentos, a criação de outros dispositivos jurídicos no sentido de legitimar legalmente o aliciamento de indígenas para escravizá-los. O primeiro deles diz respeito a regulamentação das chamadas guerras justas, de 1653, cujo objetivo era dar respaldo legal às ações violentas empreendidas pelas Ordens religiosas e pelo governo colonial, quando houvesse resistência, por parte dos indígenas, de se submeterem “pacificamente” ao processo de aldeamento. O outro instrumento se refere a promulgação do Regimento das Tropas de Resgate, responsáveis pela captura de índios escravizados que haviam fugido, ou pela captura

⁶ O modo de produção regulado pelo Regimento das Missões e o Alvará de 28 de abril de 1688, combinado com a emergência de um novo produto colonial encontrado, o cacau, liberou as forças produtivas ao tempo que as manteve sob coordenação no sentido de garantir a acumulação mercantil de capital. Esse, afinal, era o objetivo último do empreendimento colonial, criar um regime de acumulação que garantisse um ciclo importante de desenvolvimento. Sua base institucional prevaleceu até 1755, quando se estabeleceram novas formas de regulação advindas da gestão pombalina.

de índios escravizados pertencentes a Ordens religiosas concorrentes. De acordo com Guzmán (2015, p. 18):

A regulamentação das guerras justas de 1653, é um bom exemplo de como deveriam funcionar os empreendimentos portugueses nas Amazônias do período colonial quanto ao aliciamento de escravos. O procedimento incluía, basicamente, quatro princípios: primeiro, deveria ser considerado escravo legítimo aquele gentio ou vassalo que impedisse a pregação do evangelho e ameaçasse as vidas e os bens dos vassalos reais; depois, aquele que roubasse ou pirateasse por mar e por terra impedindo o fluxo do comércio; além disso, os que não pagassem os tributos devidos à coroa ou se negassem a ir às campanhas militares quando convocados; e, finalmente, os que praticassem o canibalismo. As tropas de resgates eram formadas, em geral, pelo cabo, pelo missionário, pelos soldados e índios trabalhadores. Era o cabo a principal autoridade da expedição. Porém, só ao missionário era dado o poder de emitir parecer sobre a legitimidade da escravidão do índio capturado. O instrumento legal de que mais a administração colonial lançava mão para normatizar a captura de escravos índios, foi o Regimentos de Tropas de Resgates.

Esses instrumentos garantiram por aproximadamente um século, a hegemonia e o protagonismo das Ordens religiosas frente à economia mercantil obtida com a comercialização das drogas do sertão. A um só tempo, os missionários detinham o domínio sobre a força de trabalho indígena e o controle sobre a dinâmica de produção e comercialização do que era movimentado nas aldeias, o que propiciava cada vez mais autonomia diante do Estado colonial (SILVA, 2012). De todos esses elementos, essa autonomia relativa era o que mais incomodava os colonos leigos, pois ela abria precedente para que os missionários atuassem de forma independente em relação a arregimentação de escravos indígenas, bem como decidissem internamente as diretrizes econômicas nos aldeamentos. Segundo Mendonça (1963, p. 78):

(...) a autonomia das ordens religiosas perante o Estado e as demais instituições coloniais na Amazônia, teria estabelecido o fato de que os religiosos dominam o principal da economia regional. O fato de serem dispensados do pagamento de impostos, limita a capacidade do Estado em adquirir meios essenciais aos seus fins. Além disso, sendo o sistema dos aldeamentos praticamente autárquico, com divisão do trabalho interna e canais próprios de comercialização na Corte, as religiões recolham nas comunidades todo comércio que deveria girar na Praça, e com que deveriam enriquecer-se aqueles homens, que nele traficam tanto com lucro do público quanto da Fazenda Real.

Outro ponto destacado por Mendonça (1963), reforça a insatisfação da Coroa perante as Ordens religiosas. Do ponto de vista dos colonos, os missionários haviam assumido controle quase que total de todo processo de produção mercantil nas aldeias – desde obtenção de força de trabalho até a comercialização das mercadorias

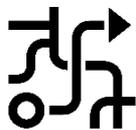


–, o que levou a certa acomodação da capacidade produtiva na Amazônia, quando comparada ao nordeste brasileiro e a outras colônias portuguesas. A baixa rentabilidade da economia extrativista, tornou-se questão central para administração da Amazônia portuguesa, a qual usava como justificativa, a opção feita pelos missionários pela mão-de-obra indígena que, quando comparada com o negro escravizado, era pouco produtiva, mal treinada, livre e indisciplinada (DOMINGUES, 2000).

A ERA POMBALINA E O SURGIMENTO DO CAMPESINATO AMAZÔNICO

Os problemas residiam, portanto, pela não opção da agricultura e na inadequação do índio para o trabalho, de modo que ambos deveriam ser substituídos. Para isso, a Coroa portuguesa lança mão daquele que foi considerado o mais relevante instrumento jurídico do período colonial, e que Costa (2005) chega a denominar como o ponto de virada da empresa colonial, tamanha a importância para a política da Amazônia. O autor se refere ao Diretório Pombalino de 1750 que, conforme avalia, representou um momento de inflexão da ocupação portuguesa na região, pois levou a reestruturação radical da política econômica, alterou profundamente a relação dos colonos com as sociedades indígenas e restituiu aos colonos leigos e a administração do Estado, o controle político total daquela parte da colônia.

É difícil mensurar, segundo Falcon (1982), a importância da implementação do Diretório na vida cotidiana da Amazônia portuguesa. Contudo, este autor destaca quatro pontos que considera fundamentais e que marcam a política pombalina na Amazônia. O primeiro diz respeito a expulsão das Ordens religiosas e dos missionários da região, o que fez com que a Coroa retomasse o controle político da colônia; o segundo refere-se a transição da situação insustentável representada pelo extrativismo para uma dinâmica estruturada na agricultura, e pela substituição do trabalho indígena pelo negro africano; em terceiro, a instituição da Companhia Geral do Maranhão e Grão-Pará, em 1755, no sentido de dinamizar as transações econômicas entre a colônia, a Metrópole e outros mercados consumidores; por fim, a implementação, em 1757, do Diretório dos Índios, que mudou radicalmente a relação do Estado com os indígenas, a qual fora marcada pela exploração e violência cometidas pelas Ordens religiosas.



Tocantins (1960), Dias (1970) e Silva (2012) analisam os aspectos sócio-históricos do Diretório, buscando por suas contradições e, ao mesmo tempo, enquadrando-o na dinâmica do desenvolvimento capitalista da época. Para esses autores, o Diretório significou uma resposta importante, embora tardia, da Coroa portuguesa à nova conjuntura que se desenhou no mercado mundial, impulsionada, sobretudo, pela guerra de independência nos Estados Unidos e pela consequente liberação das forças produtivas norte-americanas. Esse evento, segundo os autores, acendeu o sinal de alerta para Portugal, que se viu imerso em uma Amazônia de bases produtivas extrativistas, reproduzindo uma prática econômica ainda ancorada no modelo feudal, cujas relações sociais e de produção já não se observavam nas nações europeias concorrentes.

Estava no cerne do projeto pombalino para a Amazônia, a negação irrestrita da economia de base extrativista executada até então. Cardoso (1990) ressalta que a principal tarefa do Diretório, seria a de suprimir o modelo econômico assentado na exploração da mão-de-obra indígena e na coleta das drogas do sertão, e estruturar um sistema econômico baseado na agricultura de larga escala, com mão-de-obra de negros escravizados, nos mesmos moldes das outras colônias portuguesas. Tratava-se, segundo este autor, de uma oportunidade ímpar para a administração colonial, pois a instituição do Diretório se deu ao mesmo tempo da promulgação do Tratado de Madrid⁷, que possibilitou a expansão portuguesa pelas terras antes pertencentes à Coroa Espanhola. Dessa maneira, as atividades da colônia que antes se concentravam somente na calha do Rio Amazonas, poderiam, agora, se estender pela bacia do Rio Negro, conferindo maior poder político e possibilidades de ampliação das atividades econômicas pelo governo colonial (SOUZA, 2019).

A supressão da economia de base extrativa, repercutia diretamente na condição do índio diante da nova conjuntura econômica que se buscava implementar. Uma vez identificada a debilidade do sistema econômico dominado pela coleta das drogas do sertão, o contexto social dos índios aldeados e vivendo em regime de escravidão, passou a ser uma questão para a administração colonial (CARDOSO,

⁷ O Tratado de Madrid foi um tratado firmado na capital espanhola entre os reis João V de Portugal e Fernando VI de Espanha, em 13 de janeiro de 1750. Esse acordo permitiu que o território sob o controle da Espanha fosse incorporado por Portugal, expandindo consideravelmente seus limites e consolidando boa parte das atuais fronteiras do Brasil.

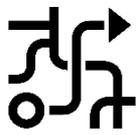
1987). O Diretório Pombalino personificado pelo Marquês de Pombal, não era complacente com a violência instituída pelas Ordens religiosas sobre a vida dos indígenas, e buscou se contrapor às arbitrariedades impostas aos nativos, as quais resultaram na sua escravização. Para o novo ordenamento político-jurídico que se pretendia estabelecer na Amazônia por meio do Diretório, deveria ser atribuído ao componente indígena – presente em maior número na colônia – o mesmo grau de importância conferido a outros grupos, devendo este componente ser integrado totalmente à sociedade da época. Conforme aponta Guzmán (2015, p. 13):

O período pombalino é um divisor de águas no que se refere a esta normatização jurídica da escravidão indígena. Tratou-se de conter os abusos, e, pela primeira vez, instaurar mais seriamente um conjunto de medidas proibitivas da exploração desordenada do serviço dos índios nas vilas, povoados e fazendas do Pará. Vinha à luz uma iniciativa sistemática de regulamentação do trabalho indígena e a transformação dos índios antes escravizados em dignos súditos do rei de Portugal.

A liberação da força de trabalho do índio escravizado e sua inserção na vida política da colônia, ocorreu em etapas e por meio de instrumentos jurídicos. O primeiro deles, foi a publicação de um Alvará, em 1755, pelo Rei de Portugal Dom João I, que declarava proibida a escravização de índios, restituindo a liberdade aos cativos, e dando a eles pleno domínio de seus bens e terras. Depois, em 1757, ocorreu a implementação do Diretório dos Índios, que alterou significativamente o modo como os grupos indígenas se viam inseridos na estrutura social da colônia, sobretudo em relação à emancipação da sua condição de escravo. Fazia parte desse Diretório, uma política de promoção e favorecimento ao casamento interétnico, especialmente entre colonos brancos e mulheres indígenas⁸, visando a incorporação das populações indígenas o mais rápido possível como sujeitos ativos na sociedade colonial (COSTA, 2012).

Cardoso (1988) salienta que, durante o primeiro ciclo econômico identificado entre 1650 e 1750, a despeito de um setor econômico dominante – o extrativista – observava-se, também, um setor agrícola subsidiário. Com características heterogêneas, esse setor era composto por pequenos proprietários ou posseiros livres, fossem eles brancos, mestiços ou índios e, em pequena medida, por atividades autônomas consentidas aos escravos negros nas fazendas. Esse setor coexistiu com a produção mercantil dos produtos florestais ao longo de cem anos, mesmo que de

⁸ Mas também entre homens indígenas e mulheres brancas.



forma economicamente pouco influente e socialmente abafada, num período em que os fundamentos produtivos estavam sob forte regulamentação do Regimento das Missões.

A partir de 1750, contudo, nota-se um crescimento substancial desse setor, promovido, evidentemente, pelo advento dos Diretórios Pombalino e dos Índios. Conforme aponta Novais (1986), além da abolição do trabalho escravo indígena ter assumido estatuto legal por meio do Alvará de 1755, a criação da Companhia Geral reestruturou as relações de produção, técnicas e sociais praticadas nos aldeamentos, e buscou centralizar as atividades comerciais da Amazônia portuguesa nas mãos do governo local. Não obstante terem o controle total do processo produtivo desenvolvido a partir de então, a intenção dos administradores era a de excluir o componente indígena de qualquer envolvimento em atividades econômicas “oficiais”, pois isso também significava apagar a influência religiosa dos assuntos da Coroa.

Dessa maneira, um contingente indígena importante se somou ao setor agrícola subsidiário existente no período extrativista. Composto predominantemente pelas populações indígenas alforriadas a partir de 1755, essa fração da sociedade colonial manteve como característica principal, as práticas de extração de produtos oriundos da floresta desenvolvidas durante o Regimento das Missões (SANTOS, 2019). Além disso, como boa parte dessa população passou a ter direito e acesso à terra, atividades voltadas à pequena produção agrícola começaram a ser desenvolvidas em paralelo às técnicas de coleta adotadas até então. Essa nova conformação social e a maneira autônoma como essa fração da sociedade passou a se relacionar com a terra – sem a necessidade de produzir para o mercado, por exemplo – serviram de catalisadores para a formação de um numeroso setor camponês na Amazônia (CARDOSO, 1990; COSTA 2012; SANTOS, 2019).

Esse setor cresceu de forma considerável na medida em que, junto com o Diretório Pombalino, intensificou-se a racionalização das atividades produtivas na colônia. De modo complementar, ao mesmo tempo em que a administração colonial buscava ratificar as bases agrícolas das *plantations* como novo modelo econômico, a exclusão do componente indígena dessa iniciativa, contribuía para fortalecer formalmente seu processo de emancipação. Aliado a isso, era interesse da Coroa promover o povoamento da Amazônia portuguesa aproveitando-se da densidade



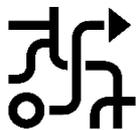
demográfica e da distribuição geográfica dos povos nativos, como uma estratégia geopolítica de expansão dos domínios lusitanos na região (GUZMÁN, 2006b).

Para Domingues (2000), o Diretório dos Índios e a criação da Companhia Geral, foram pensados para que surtisse efeito quando operados em conjunto. Conforme argumenta esta autora, o Diretório não apenas marcou uma nova institucionalidade sobre a vida dos indígenas, mas foi item fundamental no projeto pombalino, pois era o par necessário para que se implementasse uma economia de base agrícola. Em contrapartida, a dispensa da mão-de-obra indígena obrigou que a administração colonial estruturasse um mecanismo que estivesse à altura do desenvolvimento comercial esperado com o novo modelo econômico a ser implementado na região, traduzido na Companhia Geral. Em última instância, o governo local contava com a formação de um campesinato indígena como forma de aumentar a produção de itens necessários ao abastecimento da população da região.

Tomadas em conjunto, essa leitura do período pombalino permite as seguintes hipóteses: dado que o Diretório dos Índios, a nova institucionalidade estabelecida, seria um plano econômico de governo com o propósito último de estabelecer a agricultura na base produtiva da Colônia, o crescimento da economia do Grão-Pará e Maranhão deveria se fazer através do crescimento da sua componente agrícola e, como implicação necessária, a partir da transformação dos índios em um estrato camponês ameríndio integrado na economia de mercado (DOMINGUES, 2000, p. 213).

Fez parte desse planejamento, como já mencionei acima, a implementação de práticas sistemáticas buscando a miscigenação entre colonos brancos e indígenas. Com benefícios oferecidos para ambos os lados, o objetivo do Diretório Pombalino era fomentar a constituição de núcleos familiares que aglutinassem em torno de si, características do colono europeu, bem como aquelas relacionadas ao componente indígena. Conforme relata Costa (2000), era importante na formação do campesinato amazônico, que nele estivesse contido o conhecimento dos povos indígenas sobre os ciclos e os produtos da natureza, mas que também carregasse valores e costumes europeus. Com esses atributos, essas seriam famílias que poderiam reproduzir-se apenas pelo trabalho dos seus membros. Essa reprodução pressupondo, todavia, a sua inserção como unidade irreduzível e isolada no mundo da mercadoria.

Tais famílias – nem índias, nem brancas, e sim caboclas – têm endogenamente as pré-condições de conhecimento para viver e produzir fora dos diretórios, fora, portanto, do controle do sistema produtivo vigente. Pois, ao contrário das famílias dos colonos brancos, elas poderiam lidar sem dificuldades com o meio ambiente



e, por outra parte, só com muita dificuldade poderiam viver sem mercadorias industriais europeias (COSTA, 2000, p. 178).

Costa (2000) crava categoricamente a passagem para a segunda metade do século XVIII, como o período do surgimento de um campesinato típico amazônico ou um campesinato-caboclo próprio da região. Essa particularidade do campesinato regional, ressalta o autor, deve-se ao processo histórico que se delineou ao longo de um século e meio na Amazônia, cujos contextos social, político e econômico com adornos religiosos, seguiram caminhos significativamente diferentes do restante do Brasil-colônia. Ademais, foi um campesinato que se constituiu de forma bastante peculiar, posto que imbricado às características naturais da região, bem como voltado – inicialmente – à produção de bens e produtos eminentemente enraizados no contexto amazônico.

De modo que, como ressalta Costa (2000), foi um campesinato que inicialmente pode ser caracterizado como extrativista. Por ser composto principalmente pelo estrato das sociedades indígenas da região – fossem elas escravizadas ou não –, era de se esperar que predominasse nos primeiros núcleos familiares formados na Amazônia, a tradição de coleta e extração de produtos oriundos da floresta. Isto é, predominou na formação desse recente estrato camponês, técnicas de manejo dos recursos naturais disponíveis, que privilegiassem o conhecimento inato sobre o bioma amazônico. Nesse primeiro momento, portanto, o campesinato-caboclo elegeu – e continuou a utilizar – como objeto de trabalho, os elementos constituintes do próprio meio, e só depois foi aprimorando técnicas de uso e manejo dos solos para produção agrícola.

A política pombalina e a Companhia Geral que indiretamente subsidiaram o surgimento do campesinato amazônico, vigoraram até 1777. Segundo Costa (2005), deve-se considerar a existência do Diretório nos cinco primeiros anos de sua gestão, os quais foram marcados pelo estabelecimento das principais reformas, notadamente a instituição do Alvará e da própria Companhia. Os anos que se seguiram – até 1777 – foram de administração de uma crise que já se estendia desde 1720, quando a hegemonia político-econômica do Regimento das Missões começa a entrar em declínio e marca o período em que se constatou a inviabilidade da permanência da produção de base extrativista.

Em outras palavras, não havia, por parte do governo local, força suficiente para a implementação das *plantations* na Amazônia. A ideia por trás do Diretório Pombalino e que sustentou sua implementação na Amazônia portuguesa, assentava-se única e exclusivamente na erradicação do modelo extrativista como principal atividade econômica da região, bem como na retomada do poder político – concentrado nas mãos da Igreja – para a administração colonial. Isto é, o Diretório, a princípio, revelou uma face até então desconhecida da Coroa portuguesa, pois buscou racionalizar a produção econômica numa parte da colônia. Com o tempo, tal empreendimento se mostrou como mais uma marca da aventura portuguesa no Brasil, pois a modernização das relações sociais necessárias a esse tipo de agricultura capitalista, era uma característica inexistente na própria Metrópole, nessa época ainda um Estado Absolutista (SILVA, 2012).

Embora as *plantations* não tenham se consolidado como alternativa econômica na Amazônia, o período que se seguiu ao ciclo extrativista (1650 e 1750) foi identificado por Cardoso (1984), Costa (2019) e Novais (1986), como ciclo agrícola, e teria perdurado de 1750 a 1822. Segundo esses autores, o que se observou a partir do último quartel do século XVIII, foi a dissolução gradativa do projeto pombalino na Amazônia, cujo ápice se deu com a extinção da Companhia Geral, e se estendeu até o fim da colônia, em 1822. Com efeito, duas novas camadas societárias surgem em “substituição” ao extrativismo das aldeias e ao projeto inacabado das *plantations*. Uma formada por camponeses-caboclos e comerciantes locais como uma unidade estrutural recíproca, e outra formada por colonos escravistas remanescentes das oligarquias locais.

Com a expansão da base camponesa-cabocla, cresce o seu par estrutural, o capital mercantil endógeno à colônia, cujos agentes visíveis são os regatões (comerciantes móveis que utilizam barcos em seus deslocamentos), marreteiros (pequenos comerciantes do interior, dependentes de suprimentos de comerciantes maiores) e os aviadores (comerciantes maiores sediados em Belém, supridores e financiadores de regatões e marreteiros) (TOCANTINS, 1960, p., 157).

De 1750 até as duas primeiras décadas do século XIX, a economia da Amazônia aprofundou a reprodução das camadas camponesas descritas acima. O diferencial ocorrido nesse período, foi que os núcleos familiares formados pelo campesinato-caboclo investiram grandes esforços no desenvolvimento de práticas



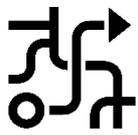
voltadas à agricultura de subsistência. O extrativismo, por seu turno, não deixou de compor a estrutura produtiva das famílias camponesas, porém, sua produção foi destinada quase que exclusivamente para comercialização, tendo em vista o surgimento de atividades econômicas voltadas a atender um promissor mercado interno, destinado à circulação e consumo de produtos regionais (COSTA, 2012).

O campesinato-caboclo constituiu-se como o fundamento econômico que serviu de base para outro importante ciclo extrativista da Amazônia, o da borracha. O conhecimento acumulado pelo estrato camponês, foi o que deu sustentação quando a Amazônia – já independente – entrava novamente nos circuitos mundiais ligados à expansão dos capitais pelos países do centro. Principalmente na Europa e nos Estados Unidos, desde os anos 1830, observava-se o aumento da demanda por produtos alimentícios industrializados, bem como por especiarias “exóticas” (DIAS, 1970). A exigência de um setor camponês conhecedor dos produtos e ciclos naturais, se impôs de forma mais incisiva quando, em 1850 – data tida como o início do primeiro ciclo da borracha – uma indústria voltada para a produção de artefatos de borracha, expande-se vertiginosamente na Europa e nos EUA, demandando a ampliação das atividades produtivas com base na pequena produção rural localizadas em núcleos familiares específicos, para onde se estabeleceriam os primeiros seringais da Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar as características intrínsecas do processo de colonização que se desenvolveu na Amazônia, e de que forma tal fenômeno redundou na formação de um estrato camponês imbricado no processo histórico-colonial daquela região.

Pelo fato do projeto colonial na Amazônia ter sido implementado levando em conta as particularidades do lugar, chegou-se mesmo a se pensar que não teria havido condições necessárias para o desenvolvimento de um campesinato na região. Atualmente, tal assertiva se mostra equivocada, pois foram exatamente as características ambientais e a condição social dos seus habitantes que permitiram o surgimento de práticas agrícolas naquela parte da colônia, as quais sustentaram econômica e politicamente a Metrópole durante quase dois séculos. Além disso, o



exemplo da Amazônia representa um caso único quando olhamos para o *modus operandi* aplicado pelos Impérios colonialistas, pois a Amazônia foi a única região sob jugo colonial onde a economia não se baseou nas *plantations* tampouco na utilização de mão-de-obra negra escravizada.

O fenômeno da colonização, como se sabe, ocorreu de forma extremamente violenta e não permitiu que a agência dos povos que foram subjugados durante esse processo pudesse florescer. Em contrapartida, a resistência desenvolvida diante do expansionismo colonial, permitiu a esses mesmos povos sua ressignificação, forjada na elaboração de novas estratégias de sobrevivência como foi o caso do estrato camponês amazônico.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. A crise do colonialismo luso na América portuguesa (1750-1822). In: LINHARES, M. Y. (Org.) *História geral do Brasil*. 9ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

COSTA, Francisco Assis. O Investimento Camponês: considerações teóricas. *Revista de Economia Política*, n.15, p.83-100, 1995.

COSTA, Francisco Assis. *Formação Agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA, 2000.

COSTA, Francisco Assis. *Formação Rural Extrativista na Amazônia: os desafios do desenvolvimento capitalista (1720-1970)*. Belém: NAEA, 2012.

COSTA, Francisco Assis. *A brief economic history of the Amazon: 1720-1970*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2019a.

COSTA, Francisco Assis. Dinâmica agrária na Amazônia, situação reprodutiva e pobreza: uma contextualização estrutural. *Papers do NAEA*, v. 28, n.3, p. 10-70, 2019b.

DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e Mercantilismo: a companhia geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: UFPA, 1970.



DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

FALCON, Francisco José Calazans. *A época pombalina*. São Paulo: Ática, 1982.

GUZMÁN, Décio de Alencar. Índios misturados, caboclos e curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil), séculos XVIII e XIX. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006a.

GUZMÁN, Décio de Alencar. Encontros circulares: guerra e comércio no Rio Negro (Grão-Pará), séculos XVII e XVIII. *Anais do arquivo público do Pará*. Secretaria Executiva de Cultura. Volume 5, tomo 1, 2006b.

GUZMÁN, Décio de Alencar. A colonização nas amazônias: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII. *Revista Estudos Amazônicos*, v.3, n.2, p. 103-139, 2008.

GUZMÁN, Décio de Alencar. Festa, Preguiça e Matulagem: o trabalho indígena e as oficinas de pintura e escultura no Grão-Pará, sécs. XVII-XVIII. *Revista Estudos Amazônicos*, v.13, n.1, p. 1-29, 2015.

LEONARDI, Victor. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15/UNB, 2013.

MENDONÇA, Marcos Carneiro. *A Amazônia na Era Pombalina*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1963.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Para conter a fereza dos contrários: guerras na legislação indigenista colonial. *Cadernos do CEDES*, n.30, p. 57-64, 1993.

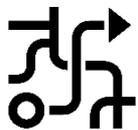
SILVA, Marilene Correa. *O Paiz do Amazonas*. 3ed. Manaus: Valer, 2012.

SANTOS, Luís Fernando de Souza. *Entre o mágico e o cruel: a Amazônia no pensamento marxista brasileiro*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017, 331p.

SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. Manaus: Valer, 2019.

SOUZA, Laura de Mello. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOUZA, Márcio. *História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI*. 2ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.



TOCANTINS, Leandro. *Amazônia: natureza, homem e tempo*. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.

Recebido em 20/09/2024

Aprovado em 30/10/2024



MIRANDA, Eduardo Iori*

<https://orcid.org/0000-0003-0304-3244>

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo primordial discutir, ainda que de maneira incipiente, o posicionamento do Brasil em relação à ideologia nazifascista em meados da década de 1930, ou seja, durante o primeiro governo Vargas. Porém, o fato histórico que permeará o debate é a expedição científica promovida pela Alemanha nazista à Amazônia, particularmente a subida ao rio Jarí, na fronteira entre o Amapá e o Pará de 1935 a 1937. Utilizando-se de variadas fontes, a ideia é trazer à luz a possibilidade de estudo sobre a história recente da Amazônia, mais especificamente no período entreguerras, quando diferentes ideologias de cunho fascista buscavam áreas de influência em todo o mundo ocidental.

PALAVRAS-CHAVE: Governo Vargas; Amazônia; Nazifascismo.

ABSTRACT: This work has as the main objective, albeit being incipient, Brazil's position towards the Nazi fascist ideology amidst the decade of 1930, therefore, during Vargas's first government. However, the historical fact that will permeate this debate is the scientific expedition promoted by Nazi Germany to the Amazon, particularly the one involving River Jarí, located on the frontier between Amapá and Pará from 1935 to 1937. Utilizing many sources, the idea is to illuminate a possible study about Amazon's recent history, more specifically the interwar period, when different ideologies of fascist origin searched for areas of influence across the western world.

KEYWORDS: Vargas government; Amazon; Nazi-fascism.

*Mestre em Ensino de História, Especialista em Educação Cultural e Organização Social e Graduado em História (Bach./Lic.) pela Universidade Federal do Pará. Atuou como professor e coordenador de Ciências Humanas e suas Tecnologias na educação básica na rede privada de Belém. Atualmente, é Assessor Especial na Secretaria de Estado de Igualdade Racial e Direitos Humanos do Pará atuando na Coordenação de Projetos Especiais. E-mail: iori_edu@outlook.com

INTRODUÇÃO

Precisamos de dois movimentos no exterior: um leal e um revolucionário [...]. Não faremos como Guilherme, o conquistador, desembarcar tropas e conquistar o Brasil com armas na mão. As armas que temos não se veem. Adolf Hitler, 1933, citado por Rausching.

Os estudos realizados sobre o alinhamento do Brasil aos Aliados a partir de 1942, isto é, em pleno Estado Novo, e a conseqüente mudança de governabilidade de Vargas em relação à comunidade estrangeira no país, especialmente de alemães e japoneses, são relevantes na historiografia brasileira destacando-se sobre o assunto as obras de Eliana Dutra (1997), Priscila Perazzo (1999), Ana Maria Dietrich (2007) e Andrea Rahmeier (2022). Porém, os períodos anteriores do mandato varguista definidos como Governo Provisório (1930-1934) e Governo Constitucional (1934-1937) demarcavam certa liberdade aos estrangeiros em nosso território. Somente após a Constituição de 1937 é que a política nacionalista do período começara a ver naqueles uma ameaça ao seu projeto, à exceção dos comunistas, considerados um empecilho ao desenvolvimento nacional.

Foi dentro desse contexto de permissividade ao estrangeiro, dentre os quais destacamos os alemães, que ocorreu uma expedição nazista à Amazônia brasileira entre os anos de 1935 e 1937. Reiteramos que esta ideia de concessão à presença teutônica também fora defendida por Dietrich (2012) em sua tese de doutorado intitulada *Nazismo Tropical? O partido nazista no Brasil*, ao afirmar que o governo brasileiro teria "fechado os olhos" para a expansão do nazismo no país, associado à simpatia de Vargas ao "estilo" do governo *nazi*. Com apoio das Forças Armadas e do próprio governo paraense na figura de José Malcher, a referida expedição também foi apoiada por grandes instituições de pesquisas como o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Museu Paraense Emílio Goeldi, incentivadas pelo interesse em ampliar suas descobertas sobre e na Amazônia.

Liderados por Otto Schulz-Kampfhenkel, os pesquisadores alemães, conforme demonstrado por Dietrich (2012), chegaram à cidade de Belém de onde partiram em direção ao Jarí, na divisa com o estado do Amapá, com o objetivo de explorar cientificamente a região. No entanto, para o sucesso da empreitada, foi necessário o apoio dos povos originários para desbravar florestas e rios, sendo os indígenas Aparaí os guias de que tanto necessitavam.



Os relatos do escritor paraense Cristóvão Lins (1997) – um dos poucos autores a relatar o assunto –, demonstram que o contato entre os expedicionários alemães e os Aparaí ocorreu de forma pacífica, ideia ratificada pelos estudos de Dietrich (2012). Porém, o tratamento que os pesquisadores dispensavam aos indígenas reproduzia um olhar colonizador sobre a cultura nativa, tanto que decidiram optar pelo escambo como forma de aproximação, tal como mostraremos ao longo deste trabalho. Esses indígenas sempre mantiveram relações estreitas de convivência com outros povos, o que pode explicar a receptividade dada aos europeus. Durante o período de convivência da equipe de Schulz-Kampfenkel com os nativos amazônidas sabe-se, inclusive, da existência de uma criança fruto da relação consensual entre o líder da expedição e a filha do cacique dos Aparaí batizada de Cessé, conta Lins, porém, sem haver anotações sobre o assunto nos diários de expedição, indicando que a miscigenação poderia não ser bem vista na Alemanha da época.¹

Mas qual foi a razão principal para o governo teutônico investir em uma expedição científica na Amazônia? A presença alemã no Jarí parece ecoar os planos de expansão do Terceiro Reich à América do Sul, especialmente ao Brasil, sendo a Amazônia mais uma vez o palco de investidas estrangeiras. Isso pode ser discutido tanto pelo viés da estratégia geopolítica e militar quanto pelo do imaginário, revelando a importância da região no cenário internacional na primeira metade do século XX e ao mesmo tempo evidenciando determinadas posturas que aproximavam o Governo Vargas do nazifascismo antes de o país declarar apoio aos Aliados na Segunda Guerra Mundial.

Neste momento consideramos como necessária a abertura de um parêntese quanto à utilização do termo nazifascismo, entendido como uma abrangência do autoritarismo alemão e italiano em detrimento do vocábulo totalitarismo. Hannah Arendt em seu clássico *Origens do Totalitarismo* (2012) define o nazismo como uma política de terror permanente e onipresente, no qual a utilização das massas pelo governo garantiu a expansão internacional do regime até o ápice da solução final. Esta destruição da sociedade civil, ao contrário, não é um objetivo dos regimes autoritários,

¹ Cristóvão Lins é um escritor paraense, hoje radicado no Amapá, cuja formação é em Engenharia Agrônoma. Trabalhou durante 30 anos no Projeto Jarí, o que lhe deu amplo conhecimento sobre a região. Em seu livro *Jarí e a Amazônia* (1997), defende a ideia de que a Alemanha nazista tinha profundo interesse na região colocando a expedição de Schulz-Kampfenkel como uma ação mais geopolítica que científica até mesmo pela proximidade com o território inimigo da Guiana Francesa.



nos quais as leis permanecem oficialmente em vigor, embora não cumpridas ou interpretadas de acordo com os interesses do próprio governo. Feita esta distinção conceitual utilizaremos o termo nazifascismo para compreender a proximidade do Governo Vargas com a ideologia autoritária, uma vez que não houve em sua gestão uma sistematização do “terror” que o aproximasse do conceito de totalitarismo supracitado.

O uso indiscriminado do termo “totalitarismo” foi criticado por Arendt na mesma obra quando chamou à atenção para o fato de que só houve regimes totalitários na Alemanha e na URSS, enquanto na Itália – de quem Vargas mais se aproximava – e demais países da Europa ditatorial contemporâneos, prevaleceram ditaduras unipartidárias ou autoritárias (ARENDR, 2012, p. 437).

Este trabalho, dado seu caráter introdutório, não pretende dar respostas definitivas ao tema, mas levantar indagações, possibilidades e contribuições sobre um fato pouco estudado, mas de fundamental importância para o tempo presente e recorrente em reportagens da internet, em sua maioria cheias de especulações. Para isso, traz o cruzamento de algumas fontes como jornais e documentos do Museu Paraense Emílio Goeldi cruzados com a bibliografia existente no intuito de pelo menos vislumbrar caminhos em busca de conclusões mais precisas. Sua estrutura está dividida em duas partes principais. Na primeira, busca-se problematizar de que forma o Brasil estava politicamente alinhado com as ideias nazifascistas incipientes na Europa. Na segunda, há um panorama geral das ações expedicionárias na Amazônia visando confirmar a postura do governo varguista.

Considerando a memória e o interesse das pessoas pelo tema, associados a atual conjuntura de desrespeito e intolerância que assola o tempo presente, generalizado em todas as partes do mundo, inclusive no Brasil, postura esta muitas vezes reverberada em discursos de ódio pautados na própria ideologia de supremacia nazista, este artigo torna-se um exercício, tal como disse Philippe Ariès (1989), que ajuda a compreender por que o presente é o que é.

UMA AMAZÔNIA VARGUISTA: ELEMENTO FACILITADOR À EXPEDIÇÃO ALEMÃ.

O clima de tensão e efervescência que tomou conta do país na década de 1930 culminou em duas propostas em torno da Aliança Liberal, responsável pela candidatura do ícone que prometera acabar com os vícios da velha oligarquia brasileira: Getúlio Vargas. Pandolfi (2019) destaca o fato de que os encaminhamentos desejados para a nova república divergiam entre aqueles que “desejavam a instalação imediata da democracia” e os que “afirmavam que o retorno a uma ordem democrática só deveria ocorrer após a promoção das reformas sociais” (In: DELGADO, 2019, p. 13). O primeiro grupo era composto pela “oligarquia dissidente”, desejosa de novas eleições, enquanto no segundo figuravam os tenentes, temerosos que uma transição imediata recaísse nos mesmos vícios da ultrapassada política do café com leite.

Surgiram como propostas, deste modo, dois modelos de Estado divergentes para um Brasil que se pretendia sem corrupção. Produtores de grandes riquezas, os oligarcas dissidentes, concentrados no eixo centro-sul do país, eram liberais e, para tentar diminuir o poder do governo federal, propunham mais autonomia local a partir de um modelo federativo. Já um Estado forte sem bandeira partidária, nacionalista e reformista era a pretensão dos tenentes que, dentre outras medidas, defendiam a exploração estatal do petróleo e a nacionalização da exploração dos recursos naturais. Assim, o Governo Provisório de Vargas (1930-1934) atendeu de forma mais contundente os ideais do segundo grupo (Pandolfi. In: DELGADO: 2019, p. 14).

Considerando que durante toda a República Velha (1889-1930) os estados do Norte e Nordeste despontavam como os menos favorecidos pela política oligárquica, servindo quase que exclusivamente como curral eleitoral, não é difícil concluir que melhor se identificaram com os ideais dos tenentes. Mesmo percebendo que, tal como observaram Lilia M. Schwarcz e Heloísa M. Starlin em *Brasil: uma biografia* (2018), Getúlio Vargas tenha trocado a farda por um terno, as elites daquelas regiões viam na centralização do poder a possibilidade de ser incluídas na gestão do governo federal a partir de uma centralização que prometia cuidar de todo o território e de toda a nação.

Com o alinhamento de Vargas ao que propunham os tenentes, a região amazônica relegada historicamente ao inospitismo e jamais tendo recuperado a riqueza dos tempos áureos da borracha, figurou como importante reduto de oposição às oligarquias cafeeiras. Esse fato é pouco conhecido até os dias de hoje. Os tenentes, liderados por Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, sempre atuaram na

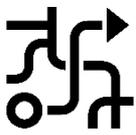


região. Em 1924, por exemplo, quando comandava a 3ª companhia do 27º BC, em Manaus, houve uma sublevação tenentista que tomou o controle da região por um mês. Mas o governo federal na época conseguiu conter os revoltosos quando tentavam tomar o poder no oeste do Pará, e Magalhães Barata fora preso e deportado para Belém, de onde fugiu para o Uruguai. Somente em 1930, com identidade falsa, voltou para a capital paraense, mas novamente fora preso por liderar a revolução no estado. Porém, com a vitória de Vargas, Barata foi nomeado interventor federal no Pará assumindo o poder em 12 de novembro daquele ano.

A importância e fidelidade de Magalhães Barata ao governo varguista teve novo episódio quando, em Belém, os revoltosos inspirados pelo Movimento Constitucionalista paulista de 1932, tomaram de assalto o prédio da Polícia Civil seguido de ataques ao quartel-general do Exército, do Corpo de Bombeiros e da Cadeia Pública São José. Com apoio de militares, o interventor conseguiu reprimir o movimento.² Mas o jogo político local dos anos seguintes resultou na vitória de seus opositores, e Getúlio Vargas nomeara novo interventor, o major Roberto Carneiro de Mendonça, até que em 1935, com a reabertura da Assembleia Constituinte do Pará, fora eleito para o governo José Carneiro da Gama Malcher, membro do Partido Liberal local fundado pelo próprio Magalhães Barata nos idos de 1931. José Malcher figurava como mais um defensor da política de Vargas garantindo os interesses do governo federal na Amazônia.

Durante esse período anterior ao Estado Novo já existia no Brasil uma forte mentalidade racista, nacionalista e anticomunista que passou a figurar como característica da Era Vargas. Maria Luiza Tucci Carneiro (2001), ao estudar o antissemitismo no Brasil, afirma que esta situação não era nova, pois vinha sendo alimentada por ideologias anteriores e ganhava cada vez mais força no cenário brasileiro. Tal afinidade com uma visão fascista do mundo também se evidenciava no aspecto econômico, sendo a Alemanha de Hitler o segundo principal parceiro comercial do Brasil, ao lado dos Estados Unidos.

² Para maior aprofundamento das ações de Barata enquanto interventor ver: FONTES, E. J. O. Cultura e política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930 – 1935). Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF) e do Núcleo de Estudos em Teoria Política (UFRJ). Rio de Janeiro, nº 7, pp. 131-151, dezembro/2013. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>. Acessado em 23/03/2023.



Considerados como símbolos de civilização, exemplos de superioridade racial e afeitos ao trabalho, a significativa comunidade alemã radicada em solo brasileiro era bem quista pelo governo federal e vista como exemplo a ser seguido, tanto que não houve oposição às agremiações do *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei*, o Partido Socialista dos Trabalhadores Alemães ou simplesmente Partido Nazista, conhecido pela sigla NSDAP. Tais agremiações se espalharam por todo o território nacional desde o início da década de 1930, inclusive na Amazônia. Dietrich (2012) indica que, em Belém, o Partido Nazista contava com um ponto de apoio desde 1933 apresentando correspondências que demonstram a inspeção oficial feita no Brasil. Apesar de contar com não mais que 70 membros, o Partido Nazista paraense, dada suas atividades na região Norte, foi rapidamente elevado de ponto de apoio a círculo local, o que demonstra o interesse do governo hitlerista na região amazônica.

Contrapondo, porém, a ideia apontada pela autora supracitada de que a relação da comunidade teutônica com as autoridades e a imprensa amazônicas não eram tão boas, ressaltamos a ênfase que os jornais belenenses *Folha do Norte* e *O Estado do Pará* davam aos acontecimentos relacionados aos governos nazifascistas europeus da época. Neste segundo periódico, por exemplo, dentre tantas notícias positivas alusivas às atuações de Hitler e Mussolini, destacamos a seguinte:

Palavras captivantes de Mussolini para com o Brasil – ROMA, 20
– O sr. Mussolini recebeu do escritor brasileiro Rangel de Castro um volume ricamente encadernado da obra “Aspectos da civilização brasileira”. Mussolini conversou com o autor do livro, agradecendo a oferta, e exprimindo cordeaes palavras em relação ao Brasil, paiz que o Duce afirmou, segue grandioso desenvolvimento, o que lhe assegura um brilhante futuro (*O Estado do Pará*, 21/09/1935, fls. 1-2).

A amistosidade do governo italiano para com o Brasil é sintomática da boa relação existente entre os dois países. Essa mútua admiração estava para além dos aspectos meramente literários dispostos na notícia, pois fica claro o reconhecimento do Duce aos caminhos que o governo Vargas tomava para o desenvolvimento brasileiro. Por outro lado, três meses depois, a *Folha do Norte* mostrava o tratamento que o Reich alemão dava a membros do comunismo, deixando mais evidente a simpatia do jornal com o Integralismo e outras ideologias de extrema direita:

Os communistas na Allemanha são condemnados á morte – BERLIM, 18 – Foi executado o communista Rodolph Claus,

condenado á morte a 26 de julho sob a acusação de ter preparado uma trama de alta traição. O acusado que já fora condenado duas vezes e depois, posto em liberdade, devido ás leis de amnistia, foi de novo preso depois da revolução nazista.

BERLIM, 18 – O sr. Hitler comutou em prisão perpetua a pena de morte pronunciada contra o antigo deputado comunista Albert Kayser, acusado da trama de alta traição ao Reich (Folha do Norte, 19/12/1935, fl. 3).

A aversão ao comunismo revelada na imprensa paraense mostra o quanto este movimento era importante também na região Norte do país. Sendo uma ameaça à política nacionalista varguista era preciso conter quaisquer manifestações alusivas à revolução soviética que, assim como na Europa, imprimia uma ameaça real tanto a governos liberais quanto a regimes de caráter autoritário. Os jornais, importantes meios de comunicação de massa até a primeira metade do século XX, eram palco de disputas ideológicas com o intuito de se opor à imagem de potenciais inimigos e, ao mesmo tempo, cooptar maior número de adeptos. O Estado do Pará e a Folha do Norte correspondiam, pelo menos até o momento da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, aos interesses do presidente Vargas, claramente empático à visão de mundo nazifascista.

Mas para ilustrarmos que a Amazônia não estava aquém do contexto geopolítico do período apenas importando notícias do continente europeu, citamos um curioso caso jurídico que ocorrera na cidade de Belém durante o governo José Malcher. Em março de 1936, um grupo de pessoas foi denunciado sob acusação de subversão por propagar ideias comunistas na capital paraense. O caso, disposto no Termo de Descostura e Recostura do Tribunal de Segurança Nacional, é composto de importantes testemunhos que comprovam as ações do Partido Comunista no Brasil setentrional materializado em palavras de ordem como “Viva Luiz Carlos Prestes! Viva a Revolução! Viva a Aliança Nacional Libertadora! Viva a Rússia!” pichadas em paredes num bairro da periferia belenense.³

Não estando isolada do mundo, como alguns ingenuamente ainda afirmam, a Amazônia varguista era mais um espaço de disputa pelo poder sendo palco de manifestações ideológicas internacionais inseridas no cotidiano de seus habitantes. E, visando assegurar o domínio do governo federal em todo território a partir da assertiva de que também era possível desenvolver e civilizar a floresta sem deixar de

³ Termo de Descostura e Recostura. Fundo/Coleção do Tribunal de Segurança Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1937.



reconhecer suas riquezas naturais, Vargas e José Malcher abriram caminho para uma expedição científica alemã na região, ato encorajado pelo Terceiro Reich.

DA RAMPA DO PANAIR À CACHOEIRA DE SANTO ANTÔNIO: TÊM ALEMÃES NA SELVA AMAZÔNICA!

A realização de expedições científicas na Amazônia sob a tutela de países europeus não era nenhuma novidade, pois a prática, que remonta aos tempos da Colônia, tornou-se mais comum a partir do século XIX tendo sido consagrada nas investidas de Spix e Martius chegando até o Governo Vargas. Os resultados dessas viagens, justificadas por princípios da botânica e da zoologia, poderiam ajudar o governo brasileiro a melhor conhecer a região sem ter que liberar seus próprios recursos para tal. Desbravar o território era fundamental para a política nacionalista de proteção e exploração das riquezas naturais, daí a facilidade na concessão de autorização às expedições com o aval do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Sabendo que o Estado brasileiro também tinha profundos interesses nas viagens exploratórias não é de se estranhar que não apenas a Alemanha, mas também países liberais como a Inglaterra, realizassem pesquisas de campo na Amazônia sob a tutela de Vargas, tal como demonstrado nos periódicos da época. A Folha do Norte, por exemplo, em sua edição de 9 de outubro de 1935, noticiou uma expedição de naturalistas ingleses ao norte do país. Dois meses antes, porém, é possível encontrar no jornal Estado do Pará, precisamente no dia 3 de agosto, uma matéria em que o governo federal designou o herpetólogo paraense Afrânio Amaral para representar o Brasil no Congresso Internacional de Zoologia, em Lisboa. Esse fato corrobora para a atenção que o governo Vargas dava ao desenvolvimento das ciências naturais, especialmente à região amazônica por se tratar de um território em evidência no jogo político internacional.

Foi neste contexto que, em 1935, realizou-se a expedição científica alemã ao Jarí. Objeto de ainda escassos estudos historiográficos, o fato abre espaço para uma discussão sobre suas reais intenções: ou se tratava de uma atividade puramente científica no campo da zoobotânica ou, por trás disso, havia um interesse em conquistar o território até a altura da Guiana Francesa em nome do *Reichstag*. Se a primeira hipótese se restringe ao caráter naturalista da expedição, a segunda

fundamenta-se no aspecto geopolítico por revelar o possível interesse da Alemanha em obter controle sobre a região setentrional da América do Sul enquanto expansão do governo Hitler diante da presença francesa.

Ana Maria Dietrich aponta que o responsável pela empreitada, Otto Schulz-Kampfhenkel, um jovem zoólogo de apenas 24 anos de vida, teria tido dificuldades em obter autorização do governo brasileiro, pois as autoridades pensaram se tratar de uma missão secreta do governo alemão (DIETRICH, 2012, p. 196), porém, em entrevista concedida à imprensa carioca no dia 18 de agosto daquele ano reproduzida alguns dias depois no jornal Estado do Pará, o próprio Kampfhenkel disse:

A época estival que vae de julho até janeiro no Amazonas é a unica que se possam realizar estudos zoologicos. Por essa razão e afim de não perder tempo precioso segui viagem até Belem com os meus companheiros Gord Mahle, piloto como eu, e Kreuse, mechanico, e ambos especializados em trabalhos auxiliares de zoologistas. Uma vez no Brasil, tomei passagem afim de apresentar-me ao Governo Federal do qual depende a licença para a viagem, e de pedir seu auxílio valioso e sua cooperação nesse importante trabalho scientifico teuto-brasileiro.

A recepção que tive por parte do senhor governador do Pará e das autoridades estaduaes e federaes enche-me de esperanças de que, dentro de poucos dias, poderei retornar com a devida licença para Belem e dar assim inicio aos trabalhos scientificos (Estado do Pará, 24/08/1935).

Segundo o jornal, a licença para a expedição foi publicada no dia 23 de agosto, apenas cinco dias após a entrevista acima revelando a agilidade do governo brasileiro em conceder a devida autorização para a expedição alemã ao Jarí. Vale ressaltar, ainda, que os zoólogos defendiam que o caráter da viagem era meramente científico, com o objetivo de observar a fauna amazônica em seu habitat, não revelando quaisquer intenções outras do governo alemão, mas sabe-se, contudo, que Kampfhenkel era um filiado do Partido Nazista – agremiação que sempre demonstrara interesse em viagens exploratórias não apenas na Amazônia, mas em outras regiões do planeta. E, o mais importante neste estudo, é perceber o quão indicativas foram a receptividade e a publicidade dadas a um pedido do Reich ao governo Vargas.

Por outro lado, se considerarmos as proposições de Hannah Arendt (2012), os componentes utilizados para classificar um regime como totalitário são três, a saber: o unipartidarismo, a ideologia internacional e a promoção do extermínio racial em massa. Desta maneira, a conquista de novos territórios era fundamental para a

afirmação do totalitarismo, que se consagra, segundo a autora, somente na Segunda Guerra Mundial com a conquista do Leste Europeu, possibilitando a instalação de um sistema de morte enquanto política de Estado (ARENDDT, 2012, pp. 437-438). Logo, a anexação de territórios é condição *sine qua non* para o sucesso internacional do regime, podendo explicar a hipótese de interesse geopolítico que o Reich alemão nutria sobre a Amazônia ainda no período pré-guerra.

Feitas estas considerações, passemos agora a um panorama geral das ações expedicionárias da equipe de Kampfhenkel na selva amazônica.

Passado um mês da concessão do governo à empreitada científica alemã, a equipe de Schulz-Kamphenkel chegou a Belém tendo ganhado destaque nos noticiários locais. Chamava a atenção o uso de um hidroavião, considerado pelo próprio chefe da expedição como um veículo essencial para desbravar o território amazônico até a altura do rio Jarí. Na imagem 1, vemos uma fotografia tirada na rampa do Panair, na capital paraense, coincidindo com o início da expedição. Observa-se



que, para além do apoio de Vargas, o governador do Pará, José Malcher, e as Forças Armadas brasileiras, representadas pelo general Daltrô Filho, comandante da 8ª região militar com sede naquela capital, também aprovaram a ação, cujo reconhecimento científico veio de duas das mais renomadas instituições do país, o já citado Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Museu Paraense Emílio Goeldi.

Imagem 1- Cientistas alemães e autoridades na rampa do Panair, em Belém (1935). Estado do Pará, 25/09/1935. Arquivo da Biblioteca Pública do Pará Arthur Vianna.

No dia 26 de setembro de 1935, o avião anfíbio biplano modelo *Heinkel* partiu de Belém em direção ao município de Breves, na ilha do Marajó, mas o chefe da

expedição saíra na noite anterior no vapor Parintins levando a enorme quantidade de 11 toneladas de suprimentos e munição conseguidos com apoio do próprio Partido Nazista. De Breves, a equipe alemã – completada por Joseph Greiner, um teuto-brasileiro que morava no Rio de Janeiro, capital do país naquele período, e que fora convidado para ser intérprete durante a expedição – sobrevoou a floresta até a Cachoeira de Santo Antônio na divisa com o Amapá e somente então passaram a navegar o rio Jarí.

Algumas fontes alemãs sobre a viagem são imprescindíveis para o aprofundamento do tema, destacando-se o diário do próprio Schulz-Kampfhenkel que registrou inúmeros fatos ocorridos na selva amazônica. Antes de ser publicado em 1940, o diário fora resumido em um filme documentário intitulado *Rätsel der Urwaldhölle* (Enigma do Inferno Verde), tornando-se uma das principais fontes de pesquisas sobre a expedição. Uma segunda obra de destaque originalmente alemã é *Das Guayana-Projekt: ein deutsches Abenteuer am Amazonas*, de Jens Glüsing (2008), na qual o caráter jornalístico reúne documentos e informações importantes sobre a expedição a partir de um olhar mais atual e crítico. Seu autor indica, inclusive, a ligação de Kampfhenkel com o partido nazista: “Os documentos escritos por Schulz-Kampfhenkel durante o tempo que integrava a SS, mostram que compartilhava com as ideias racistas dos nazistas” (GLÜSING, 2008, p. 194. Tradução do autor).⁴

A literatura sobre a expedição nazista ao Jarí também é composta por diversos textos informativos em reportagens facilmente encontradas na internet, porém, sem um rigor histórico profundo. Portanto, consideramos relevante o trabalho de Ana Maria Dietrich (2012) que pesquisou em diversas fontes alemãs do período, perpassando pelos escritos do próprio Schulz-Kampfhenkel sobre como se deu a expedição.

Belém, ponto de partida da empreitada alemã na selva amazônica, é a primeira localidade a ser descrita pelo jovem cientista como “uma ilha de gente no meio da selva” (in DIETRICH, 2012, p. 196). Na capital paraense, foi finalizada a formação do grupo que partiria rumo ao Jarí, totalizando 21 pessoas, dentre as quais citamos, além dos alemães, os caboclos da região.

⁴ “Aus Dokumenten, die er während seiner Zeit als SS-Untersturmführer verfasste, geht hervor, dass Schulz-Kampfhenkel das rassistische Gedankengut der Nazis teilte” (GLÜSING, 2008, p. 194.).



Imagem 2 – Fotografia registra Joseph Greiner (agachado) com caboclos da região.
Fonte: SCHULZ-KAMPFHENKEL, Otto. *Rätsel der Urwaldhölle*. West-Berlin: Ullstein AG, 1954, p.32.
In: DIETRICH, 2012, p. 200.

Após a conclusão do voo na divisa com o Amapá era chegada a hora de subir o rio Jarí até a fronteira com a Guiana Francesa, pois este era o roteiro original da viagem. A narrativa dos expedicionários parece, de fato, fazer jus ao objetivo puramente científico da campanha, conforme fora justificada quando se pediu autorização ao governo brasileiro, mas ainda passível de discussão se considerarmos que Belém foi uma das primeiras cidades brasileiras a possuir uma célula do partido nazista que, embora pequena, fora bastante atuante a ponto de se tornar um “círculo local” do partido em 1933 superando em grau de importância células maiores, como a da Bahia.

Na expedição, a presença de animais selvagens, muitos desconhecidos do mundo europeu como piranhas e onças, é algo recorrente no diário de bordo, bem como as dificuldades de navegação. Espécies de plantas também foram registradas. Mas foi o contato com tribos indígenas que deu um caráter peculiar à expedição em seu sentido etnográfico. Além dos caboclos que integraram o grupo ainda na capital paraense, os índios Aparai foram utilizados como guias em mata fechada.

A discussão sobre a presença indígena na região foi registrada na própria literatura alemã demonstrando de que maneira os expedicionários estavam se preparando para viajar àquela parte da Amazônia:

A fim de se preparar para o contato com os índios isolados da floresta, o zoólogo antropológicamente inexperiente consultou etnólogos antes de deixar a Alemanha. Eles recomendam que proceda como os mestres coloniais portugueses fizeram ao fazer contato: oferecer aos índios mercadorias de troca, especialmente contas de vidro coloridas, facas e machados. Schulz-Kampfhenkel tem, portanto, caixas cheias de tralhas e bugigangas que deseja oferecer aos índios em troca de objetos do cotidiano, animais e artesanatos. (GLÜSING, 2008, p. 78. Tradução do autor).⁵

Importante salientar a permanência da visão colonialista europeia que ainda considerava a prática do escambo como eficaz no contato com os indígenas em pleno século XX demonstrando, também, a falta de conhecimento que tinham sobre as populações nativas do Brasil. Reafirmava-se, assim, o romantismo civilizatório que os europeus sempre acreditaram ser o ideal aos nativos das Américas.

O contato com os nativos era, segundo Kampfhenkel, um dos objetivos de sua missão na selva para provar a existência desses grupos estabelecendo com eles relações cordiais. Dietrich (2012) conta que o contato entre teutos e indígenas se deu no vigésimo dia de viagem e que o líder da expedição assim descreveu os nativos:

Um único, de aparência selvagem, homem vermelho (...) A abundância de longos cabelos negros voavam sob seus ombros. Estava totalmente nu. (...) Não [era] grande, mas com boa proporção, ombros largos, ancas estreitas, postura orgulhosa como de uma estátua de bronze modelada por um artista. (In DIETRICH, 2012, p.198).

A relação amistosa entre os alemães e os indígenas é digna de nota. Estes grupos étnico-culturais tão distintos aproximaram-se numa conjuntura política que, à primeira vista, pareceria impossível se analisada sob a ótica teutônica do período. Mas foi graças a esse contato que a expedição alemã ao Jarí rendeu muitos frutos, possibilitando aos cientistas a continuidade da viagem com maior segurança. O conhecimento dos nativos sobre a floresta contribuiu para aumentar o acervo dos expedicionários. Mas para além de tudo isso, ambos os lados estavam vulneráveis a doenças desconhecidas, o que acabou resultando na morte de um dos membros da

⁵ Lê-se no original: "Um sich auf den Kontakt mit den isolierten Waldindianern vorzubereiten, hat sich der antropologisch unberdaffte Zoologe vor seiner Abreise in Deutschland mit Völkerkundlern beraten. Sie empfehlen ihm, bei der Kontaktaufnahme vorzugehen wie einst die portugiesischen Kolonialherren: Tauschwaren solle er den Indianern anbieten, vor allem bunte Glasperlen, Messer und Äxte. Schulz-Kampfhenkel hat deshalb Kisten voller Ramsch und Tand dabei, den er den Indianern im Tausch gegen Gebrauchsgegenstände, Tiere und Kunsthandwerk anbieten will." (GLÜSING, 2008, p. 78).

equipe alemã. Joseph Greiner, teuto-brasileiro que era o intérprete da missão, morreu na mata tropical de febre não especificada. Na imagem 3, vemos a cruz na qual está entalhada uma suástica nazista e onde se lê: “Joseph Greiner: morreu aqui em 2 de janeiro de 1936 de febre mortal, em serviço do trabalho alemão de pesquisa, na excursão alemã ao rio Jari (1935-1936)”.

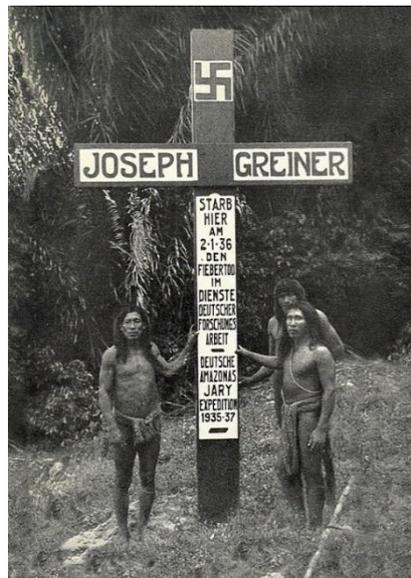


Imagem 3 – Local onde foi enterrado o expedicionário Joseph Greiner.

Fonte: SCHULZ-KAMPFHENKEL, Otto. *Rätsel der Urwaldhöhle*. Berlin: Deutscher Verlag, 1938, s/p.
In: DIETRICH, 2012, p. 201.

A morte de Joseph Greiner interrompeu a expedição aos 17 meses garantindo à Alemanha a posse de mais de 1.500 objetos arqueológicos, além de centenas de répteis, anfíbios e peles de mamíferos. O sepultamento do viajante ocorreu às margens do rio Jarí e no local, conforme demonstrado na figura 3, fora instalado um “monumento” que reúne um misto de paisagens: uma enorme cruz de madeira com uma suástica entalhada, cercada por indígenas e com a densa mata ao fundo. Religiosidade cristã, ideologia nazista e cultura amazônica nativa dividindo o mesmo espaço no Brasil de Vargas, abrindo caminhos para discussões mais profundas ora sobre os limites de uma pureza racial, ora sobre as estratégias ideológicas de dominação.

NA ESTEIRA DA (IN)CONCLUSÃO...

Definir a permissividade do Governo Vargas à presença científica alemã na Amazônia na década de 1930 como elemento definidor do caráter fascista do poder público de então pode soar como um radicalismo teórico. Ainda que seja inegável um certo grau de proximidade ideológica entre varguismo e nazifascismo, não se pode recusar, também, a existência de uma comunhão daquele com o próprio mundo capitalista liberal. Diante disto, clarifica-se que Vargas se utilizava de ideologias distintas para exercitar o que Eliana Dutra (1997) chamou de “profilaxia social”: uma investida contra qualquer tipo de estrangeirismo associado a pretensões comunistas no país.

Na contramão deste suposto radicalismo teórico, porém, a prática historiográfica não pode se permitir uma ingenuidade interpretativa. Óbvio está que, para além de interesses meramente científicos, a autorização dada pelo governo brasileiro para a expedição de Schulz-Kampfenkel à Amazônia continha interesses políticos e ideológicos latentes e necessários à presença do Governo Vargas numa região estratégica, inclusive militarmente dada a proximidade com o território francês na América do Sul. Interesse que se mantém no caminho inverso, haja vista que a Alemanha de Hitler também via na França um oponente em potencial. Portanto, não seria exagero dizer que a subida ao rio Jarí pelos teutônicos diga-nos tanto quanto sobre o Brasil como da própria Alemanha do período.

Se considerarmos as relações comerciais e diplomáticas entre os governos varguista e hitlerista no período de 1936 a 1937, o Brasil despontava como o principal parceiro da Alemanha em toda a América Latina. De acordo com Andrea Rahmeier (2022), tais relações foram fortalecidas com o financiamento de viagens pelo governo alemão “a personalidades brasileiras para conhecerem a nova Alemanha” que, por conseguinte, encaminhavam seus representantes ao Brasil para o estabelecimento de novas relações diante do “medo de que o Brasil cedesse aos desejos estadunidenses de deteriorar [suas] relações” (RAHMEIER, 2022, p. 77). Diante disso, consideramos pertinente a afirmação de que a expedição científica ao Jarí enveredou pelo mesmo viés diplomático a fim de atender o interesse mútuo entre ambos os países.

No momento peculiar do entreguerras, quando despontavam os regimes nazifascistas, o Brasil, em toda sua especificidade, buscava se inserir no contexto geopolítico mundial, tendo Vargas se comportado como um profundo estrategista

preocupado que estava em se prolongar no poder, contudo, pelo menos inicialmente, sem tomar partido de qualquer ideologia oficial. Esse posicionamento lhe permitiu tirar vantagens de diferentes aliados, sobretudo Estados Unidos e Alemanha, seus maiores parceiros comerciais antes e durante a Segunda Guerra Mundial. Todavia, como aqui demonstrado, o alinhamento político com a ideologia nazifascista, pelo menos até 1938, ocorreu de forma mais contundente, talvez por estar mais próxima dos objetivos nacionais-estatistas evidenciados desde os primeiros anos da Era Vargas.

Neste jogo de interesses ideológicos, a ciência, aqui representada pelas expedições de naturalistas, despontava como um álibi para as boas relações internacionais entre os dois países ao tempo em que também permitia um maior conhecimento do território brasileiro quando da conclusão dos trabalhos. No caso específico, os alemães deixaram um legado sobre o povo Aparaí bem como de espécies da fauna e da flora amazônicas. Porém, muito do material coletado tinha como destino final o país proponente da expedição a fim de aumentar seu acervo etnográfico, zoobotânico e museológico, tal como demonstrado no seguinte documento:



Imagem 4 – Certificado de da Amazônia coletado pela Alemã.

Fonte: BRASIL. Certificado de Exportação. Ministério da Agricultura, 1937. Acervo do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Exportação de espécies
Expedição Científica

Perpassando por temas diversos que abrangem da história política à história da ciência, findamos este trabalho ratificando sua pretensão de apenas ser um apontamento de possibilidades de estudo sobre dois temas controversos, porém entrelaçados: o alinhamento do governo Vargas com a ideologia nazifascista e a existência de uma expedição científica à Amazônia promovida pelo Terceiro Reich.

Diante de conclusões superficiais comumente encontradas na internet, sobretudo referentes à este segundo assunto, associadas à relevância do tema ao tempo presente, vislumbra-se um campo propício para o aprofundamento de novas pesquisas historiográficas. A utilização de distintas e variadas fontes, tais como jornais, fotografias, documentos oficiais e a própria revisão bibliográfica cria um mosaico capaz de trazer à luz novos olhares sobre as relações Brasil-Alemanha no período Vargas. A pesquisa histórica, neste sentido, torna-se um exercício de combate à presença fascista em nossa sociedade no tempo presente que, como o próprio Hitler alertou, são armas que não se veem.

REFERÊNCIAS:

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARIÈS, Philippe. *O Tempo da História*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Antropos, 1992.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O antissemitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil*. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social da USP, 2007.

DUTRA, Eliana. *O Ardil Totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.

GLÜSING, Jens. *Das Guayana-Projekt: ein deutsches Abenteuer am Amazonas*. Berlin: Ch. Links Verlag, 2008.

LINS, Cristóvão. *A Jarí e a Amazônia*. Editora Dataforma, 1997.

PANDOLFI, Dulce Chaves. "Os anos 1930: as incertezas do regime". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.



RAHMEIR, Andrea Helena Petry. *Diplomacia, jogos políticos, intrigas e guerra: a relação entre Alemanha e Brasil (1937-1942)*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FONTES:

BRASIL. Certificado de Exportação. Ministério da Agricultura, 1937. Acervo do Museu Paraense Emílio Goeldi.

Estado do Pará, 24/08/1935; 21/09/1935; 25/09/1935. Belém: Arquivo da Biblioteca Pública do Pará Arthur Vianna.

Folha do Norte, 19/12/1935, fl. 3. Belém: Arquivo da Biblioteca Pública do Pará Arthur Vianna.

Termo de Descostura e Recostura. Fundo/Coleção do Tribunal de Segurança Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1937.

Recebido em 30/03/2023

Aprovado em 22/04/2024

LIMA, Maria Estela Maciel de*

<https://orcid.org/0009-0004-1231-6608>

FONSECA, Thaila Bastos da**

<https://orcid.org/0000-0002-6632-6439>

COSTA, Greiciele Rodrigues da***

<https://orcid.org/0009-0008-0037-6661>

RESUMO: Este artigo investiga a experiência de leitura e produção escrita em uma sala de aula de uma escola pública de Eirunepé-AM, utilizando o romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, como ferramenta pedagógica. A pesquisa, de natureza qualitativa, envolveu 10 alunos do 1º ano do ensino médio, combinando rigor teórico com investigação de campo. O principal objetivo é fomentar o hábito da leitura e da escrita no ambiente escolar, destacando como a obra, ao retratar a migração e a luta por sobrevivência no sertão nordestino, ressoa com as realidades e desafios vividos na Amazônia. Nesse sentido, a narrativa se conecta com o contexto amazônico, marcado por questões de mobilidade territorial e as fronteiras simbólicas e físicas que moldam as vidas dos estudantes. O referencial teórico inclui autores como Kefalás (2012), Miranda (2019), Magalhães (2015) e Ramos (2010). Durante o percurso metodológico, foram apresentados fragmentos da obra em uma oficina literária, permitindo que os alunos relacionassem o texto às suas próprias experiências de vida. Os resultados indicam que *Vidas Secas* atua como um recurso essencial para que os estudantes estabeleçam conexões entre a narrativa literária e suas vivências pessoais, enriquecendo assim sua experiência com a literatura.

PALAVRAS-CHAVE: *Vidas Secas*; Amazônia; Literatura e Educação; Migração e Fronteiras.

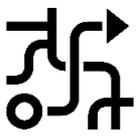
ABSTRACT: This article investigates the experience of reading and writing production at a public classroom of Eirunepé-AM, using the novel *Vidas Secas* (translated into English as *Barren Lives*) by Graciliano Ramos as a pedagogical tool. The research, of a qualitative nature, involved ten students in their first year of High School, combining theoretical rigor with field investigation. The main objective is to foment the reading and writing habits in the school environment, highlighting how the work resonates with individuals and challenges in Amazon by picturing the migration and the struggle for survival in the *sertão nordestino* (*northeastern sertão*). The narrative connects itself with the Amazon context, marked by territorial mobility issues and the symbolic and physical borders that shape the students' lives. Theoretical references include Kefalás (2012), Miranda (2019), Magalhães (2015), and Ramos (2010). Throughout the methodology, fragments of the novel were presented during a workshop, allowing the students to relate the text to their own life experiences. The results indicate that the novel acts as an essential resource for the students to make connections between literary narrative and their personal experiences, thus enriching their experience with literature.

KEYWORDS: *Vidas Secas*; Amazon; Literature and Education; Migration and Borders.

*Graduada em Letras-Língua Portuguesa pelo curso Modular Presencial do Núcleo de Ensino Superior de Eirunepé (NESEIR) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

**Professora colaboradora do Curso de Letras-Língua Portuguesa do Núcleo de Ensino Superior de Eirunepé (NESEIR-UEA) e da Rede Estadual de Ensino (SEDUC-TEFÉ); Graduada em Letras-Língua Portuguesa (CEST/UEA); Graduada em Letras-Língua Inglesa (UEA-PARFOR); Mestra em Ciências Humanas (PPGICH-UEA)

***Graduada em Letras pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura. Professora efetiva da SEDUC-AM. Mestranda no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (UEA)



INTRODUÇÃO

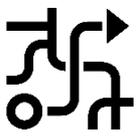
O presente artigo busca analisar a experiência com o romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, como uma estratégia para incentivar a leitura e a escrita entre os estudantes de uma escola pública do município de Eirunepé-AM. Esta abordagem foi utilizada em decorrência de ser percebida, durante o estágio supervisionado, uma dificuldade dos alunos em adotar a leitura como uma prática diária, especialmente em relação a obras literárias da literatura brasileira.

Sabe-se que a leitura é essencial para a formação do indivíduo, servindo também como uma importante aliada no processo de desenvolvimento da escrita. Através da leitura, os alunos têm a oportunidade de se apropriar de um vasto repertório de conhecimentos, descobrindo um universo de culturas e saberes que enriquece suas experiências. No entanto, se as estratégias não forem adequadamente contextualizadas e significativas para os estudantes, a prática da leitura pode ser percebida como uma imposição, em vez de um prazer.

Nesse contexto, o processo de leitura deve ser um instrumento que desperte a consciência crítica dos alunos, fazendo-os perceber a importância da leitura em todos os aspectos de suas vidas. Neste sentido, este estudo propõe-se a investigar de que maneira o romance *Vidas Secas*, pode incentivar a prática da leitura e escrita entre os estudantes.

A proposta é conscientizar os alunos sobre a leitura como uma prática prazerosa e emancipadora, além de estimular a formação de leitores por meio da literatura. A utilização de fragmentos de *Vidas Secas* visa instigar a leitura integral da obra, além de contextualizar seu enredo com as vivências cotidianas dos alunos, fomentando assim o interesse pela prática da escrita.

Nesta perspectiva, a relevância desta pesquisa reside na intenção de estimular a leitura para que ela se torne um hábito entre os estudantes. Além disso, busca-se desenvolver estratégias que despertem o interesse não só pelo romance *Vidas Secas*, mas também por diversas outras obras literárias em que os alunos consigam se identificar com os personagens ou com o cenário narrativo, dessa forma, infere-se que eles se sentem mais propensos a realizar a leitura completa da obra.



A apresentação e análise desta obra no contexto escolar é de extrema importância, uma vez que sua temática está intrinsecamente ligada à realidade dos alunos e quando o aluno se identifica com os personagens ou com o cenário da narrativa, ele é incentivado a se tornar um protagonista reflexivo de sua própria aprendizagem. Dessa forma, a obra passa a integrar a vida do estudante, oferecendo-lhe uma visão mais ampla da narrativa e promovendo reflexões sobre os aspectos sociais abordados, o que se reflete em suas produções escritas.

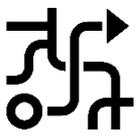
Assim, esta pesquisa se configura a partir do princípio de que a leitura, quando transformada em um hábito prazeroso e intelectualmente estimulante, contribui significativamente para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes. A literatura, trabalhada de forma crítica e consciente, torna-se uma aliada indispensável no processo de escrita e na formação de leitores.

O IMPACTO DA LITERATURA NA CONSCIÊNCIA CRÍTICA DOS ESTUDANTES

A literatura, como expressão máxima da arte verbal, desempenha um papel determinante na formação crítica e criativa dos indivíduos, sendo um importante instrumento para o desenvolvimento da consciência social e da capacidade leitora dos estudantes. A leitura de obras literárias, como *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, incentiva a reflexão sobre as desigualdades sociais e promove o engajamento ativo dos alunos com o contexto sociocultural contemporâneo. Como argumenta Moriz (2012, p. 24),

a Literatura, como arte verbal, revela sentimentos, valores e visões de mundo que refletem as dinâmicas de uma determinada época histórica. Através da arte literária, emergem os valores, as ideologias e o pensamento humano (Moriz, 2012, p. 24).

Nesse sentido, a Literatura além de ampliar as habilidades cognitivas dos estudantes, facilita a formação de um olhar crítico sobre a realidade, consolidando o espaço escolar como um ambiente de desenvolvimento intelectual e cultural. Neste sentido, a inserção de textos literários no currículo escolar deve ser pautada na formação de uma competência leitora sólida, que vá além do simples decodificar de palavras e que contribua para a emancipação intelectual dos discentes. Conforme destacado por Oliveira e Bortolaci (2017, p. 100), “as capacidades de leitura e de escrita dependem do ensino para que possam ser adquiridas e desenvolvidas, cabendo à escola um papel central na promoção dessas práticas”.



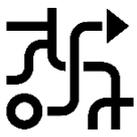
A escola, ao incentivar práticas leitoras, desempenha um papel crucial na construção de um cidadão consciente, apto a interpretar criticamente a complexidade de sua realidade. O ambiente escolar deve, portanto, propiciar o contato com uma diversidade de gêneros textuais, incluindo a literatura, de forma a integrar a leitura literária como um componente essencial do processo educativo. A literatura oferece um vasto repertório de mundos e conhecimentos que se entrelaçam com a experiência de vida dos estudantes, proporcionando-lhes uma compreensão mais profunda das questões sociais e culturais, como afirmam Oliveira e Bortolaci (2017, p. 100):

Aprender a ler significa poder refletir sobre as palavras que usamos em nossa comunicação, identificar fonemas diferentes, perceber os modos pelos quais organizamos nosso pensamento, distinguindo entre o sentido literal de uma expressão e seu sentido metafórico. E, ao contrário das situações de fala, em que temos a oportunidade de ouvir a entonação e visualizar as expressões e gestos daqueles que conosco interagem, aprender a ler significa também aprender a lidar com o que não é expresso no texto. Aprender a ler é, pois, imprescindível (Oliveira e Bortolaci, 2017, p. 100).

Promover a experiência da leitura literária é, portanto, essencial para que os alunos desenvolvam uma relação mais profunda e crítica com os textos, permitindo que a leitura transcenda o simples ato de absorver informações e se transforme em um processo de transformação pessoal e social. Nessa perspectiva, o texto literário deixa de ser um objeto passivo para ser um catalisador de mudanças internas no leitor, como observa Kefalás (2012, p. 3-4): “o leitor é quem seria atravessado pela materialidade das palavras, pelo jogo de significados e pelo impacto emocional do texto”.

A prática contínua da leitura no ambiente escolar deve ser vista como uma prioridade pedagógica, com a desconstrução de metodologias tradicionais sendo uma necessidade premente. Professores, especialmente os de língua portuguesa, devem se engajar na adoção de abordagens inovadoras que incentivem os alunos a explorarem o vasto universo da literatura, seja por meio da formação de grupos de leitura, da encenação de peças teatrais ou da introdução de autores e obras que dialoguem com a realidade dos estudantes.

A literatura, quando explorada de forma reflexiva e crítica, torna-se um veículo importante para a construção do conhecimento e para o desenvolvimento do senso crítico dos estudantes. A leitura de obras literárias, como *Vidas Secas*, coloca o leitor



em contato direto com a realidade social retratada, oferecendo uma compreensão mais profunda dos desafios históricos e contemporâneos do Brasil.

Neste sentido, é importante reforçar que a obra literária lida provoca em nós diferentes de tipos de estranhamentos. Agrada, desagrada, deixa-nos perplexos assustados ou dá-nos a sensação de que não entendemos muito bem muito bem aquele objeto estático que foi lido. E aí, lemos um ensaio ou mesmo um pequeno artigo e somos como que iluminados. “Retornamos a obra com uma compreensão nova. Sendo assim partir desse pressuposto nota-se a importância de um senso crítico para a compreensão e discussões aos alunos (Pinheiro, 2008, p. 116)”.

A literatura, quando inserida de maneira crítica e consciente no ambiente escolar, desempenha um papel fundamental na ampliação das habilidades de leitura e escrita dos estudantes. Além disso, ela prepara os alunos para serem cidadãos engajados e conscientes, capazes de compreender e interagir com as complexidades das filosofias, ciências e artes. Segundo Oliveira e Bortolaci (2017), o texto literário assume uma função estética, ética, histórica e cultural significativa e, por isso, deve ser selecionado cuidadosamente. Textos da tradição oral, como mitos, lendas, contos e poesias, que oferecem elementos linguísticos e estéticos envolventes, são essenciais para o desenvolvimento do leitor, pois estimulam o encantamento e a formação crítica.

Assim, a literatura na escola não apenas aprimora as capacidades literárias dos alunos, mas também lhes permite entender melhor sua realidade e seu papel na sociedade, preparando-os para serem leitores competentes e capazes de enfrentar os desafios intelectuais em diversas áreas do conhecimento.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, que se caracteriza pela interpretação abrangente dos fenômenos sociais, conforme Creswell (2007). Essa abordagem é essencial para o estudo da obra *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, permitindo uma análise profunda e contextualizada dos temas abordados. A metodologia inclui tanto uma pesquisa bibliográfica quanto de campo, cada uma desempenhando um papel fundamental na obtenção e análise dos dados.

A pesquisa de campo, definida por Marconi (2015), é primordial para a coleta direta de informações e proporciona um contato íntimo com o contexto investigado,

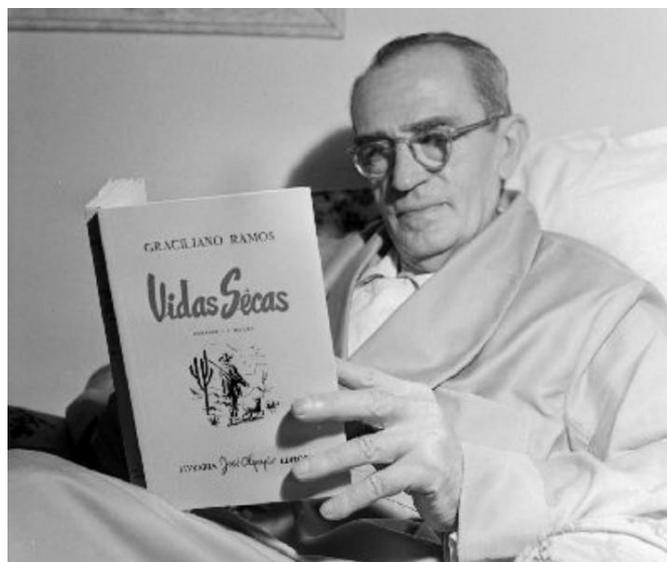
permitindo uma observação precisa e significativa dos fenômenos. Este método complementa a pesquisa bibliográfica, que busca fornecer um panorama completo sobre o assunto, conforme Lakatos e Marconi (2003).

Neste estudo, foram realizadas oficinas de leitura e produção textual com 10 alunos do 1º ano do ensino médio da Escola Santa Terezinha, em Eirunepé-AM. A metodologia incluiu a apresentação e análise da obra *Vidas Secas* para promover reflexões críticas e conexões entre a realidade local dos alunos e a temática do romance. A preservação da identidade dos participantes foi assegurada, seguindo os princípios éticos da Plataforma Brasil.

VIDAS SECAS E A CRÍTICA SOCIAL DE GRACILIANO RAMOS

Graciliano Ramos é considerado um dos grandes escritores da segunda geração do Modernismo no Brasil, conhecido por sua vasta produção literária, dentre elas a obra *Vidas Secas* publicada em 1938. O autor foi romancista, cronista, contista, jornalista, político, militante comunista e memorialista. Nasceu em Quebrangulo, município de Alagoas, no dia 27 de outubro de 1892. Em 1927 foi eleito prefeito da cidade de Palmeiras dos Índios em Alagoas. Foi preso sob acusações de ligações com o Partido Comunista Brasileiro, viajou para a Europa com sua segunda esposa. Faleceu aos 60 anos no dia 20 de março de 1953, vítima de câncer no pulmão.

Publicado em 1938, *Vidas Secas* é um romance que narra a dura vida de uma família de retirantes nordestinos, destacando-se pela representação crua e realista das dificuldades enfrentadas por Fabiano, sua esposa Sinhá Vitória, seus filhos e a



cadela Baleia. A obra é uma crítica contundente à realidade social do Brasil, utilizando o sertão como palco para explorar temas de pobreza, opressão e resistência. Através de uma linguagem econômica e simbólica, Graciliano Ramos constrói um retrato impactante da luta pela sobrevivência no sertão, transformando *Vidas Secas* em um marco da literatura de denúncia social. Essa obra não apenas reflete a condição humana em situações extremas, mas também oferece um material rico para discussões educativas sobre a história e a cultura brasileira.

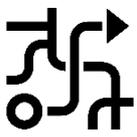
Fig. 01: Fotografia de Graciliano Ramos, autor de *Vidas Secas*
Fonte: Arquivo público do Estado de São Paulo

Para apresentar o protagonista Fabiano em *Vidas Secas*, é essencial explorar como Graciliano Ramos constrói sua identidade através de uma combinação de características humanas e animais, refletindo a brutalidade do ambiente em que vive a sua própria percepção de existência: Fabiano é o chefe de sua família, um papel que ele assume com uma certa resignação, consciente de suas limitações. A ausência de instrução formal e a dureza do sertão moldam sua visão de si mesmo e do mundo ao seu redor. Como nordestino e sertanejo, Fabiano é descrito como um homem de poucas palavras, com uma vida marcada pela luta constante contra a miséria e a seca.

A dualidade entre a humanidade e a animalidade em Fabiano é uma das características mais marcantes do personagem. Em momentos de reflexão, ele se reconhece como um homem, reafirmando sua identidade em um ambiente que constantemente o desumaniza: “Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta” (Ramos, 2010, p. 18). Contudo, sua identificação com um “bicho” revela sua internalização das condições opressivas em que vive: “Você é um bicho, Fabiano. Isto para ele era motivo de orgulho. Sim, senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades” (Ramos, 2010, p. 19). Essa comparação sublinha sua brutalização pela vida no sertão, e destaca sua capacidade de sobrevivência e resistência.

O narrador de *Vidas Secas* aprofunda essa imagem ao associar Fabiano à paisagem árida do sertão. A narrativa em terceira pessoa descreve como Fabiano se sente enraizado naquele ambiente inóspito, tão resistente quanto as próprias plantas espinhosas que o cercam:

Aparecera como um bicho entocara-se como um bicho, mas criara raízes, estava plantado. Olhou as quipás, os mandacarus e os xiquexiques. Era mais forte que tudo isso, era como as catingueiras e as baraúnas (Ramos, 2010, p. 19).



Essa descrição sublinha a simbiose entre o homem e o ambiente, mostrando Fabiano como parte inseparável do sertão, sua força derivada diretamente da aridez e dureza da terra. Assim, Fabiano é um personagem complexo, cuja identidade é continuamente moldada pela luta constante contra as forças naturais e sociais que o cercam. Ao alternar entre a autoidentificação como homem e bicho, Fabiano encarna a tensão entre a dignidade humana e a brutalização pela sobrevivência. Essa dualidade é central para a compreensão de sua personagem e para a crítica social que Graciliano Ramos tece em *Vidas Secas*.

Além de Fabiano, Sinhá Vitória é uma personagem central em *Vidas Secas*, desempenhando um papel importante tanto na estrutura familiar quanto no desenvolvimento da narrativa. Como esposa de Fabiano e mãe de dois filhos, ela é retratada como o pilar emocional e moral da família, mantendo-a unida e resistente diante das adversidades do sertão. Sua natureza batalhadora e sensata se revela na constante preocupação com a sobrevivência e no cuidado em alertar Fabiano sobre os perigos e armadilhas que poderiam comprometer a segurança da família.

Embora imersa nas dificuldades do sertão, Sinhá Vitória não se resigna à sua realidade. Como destaca Belmira Magalhães (2015), ela é uma mulher que alimenta desejos e sonhos, apesar das limitações que enfrenta. Esses anseios, representados de forma emblemática por seu desejo de possuir uma cama de couro, simbolizam tanto a busca por conforto físico quanto a aspiração por dignidade e uma vida melhor. Esse sonho se torna um ponto de resistência e de esperança, evidenciando que, mesmo em um contexto de extrema pobreza, há espaço para o desejo e para a busca de melhoria.

Além disso, Sinhá Vitória se destaca por sua capacidade de refletir sobre as contradições da realidade em que vive e de buscar ativamente soluções para elas. Conforme aponta Miranda (2019), ela entende as dificuldades de sua vida e propõe alternativas e influencia diretamente as decisões de Fabiano, tornando-se uma força motriz na narrativa. Sua capacidade de sonhar e de agir em busca de uma vida menos árida faz com que ela contamine Fabiano com sua visão de mundo, movimentando o enredo e reforçando a crítica social presente na obra.

Portanto, *Vidas Secas* oferece um retrato incisivo da sociedade brasileira, especialmente no que tange aos seus problemas sociais estruturais. Graciliano Ramos utiliza a obra para realizar uma crítica social contundente, focalizando as



adversidades enfrentadas por essa família de retirantes que constantemente luta contra a miséria e a seca implacável que assola o sertão nordestino. Em um dos episódios mais emblemáticos do romance, quando a família encontra um local para se abrigar do sol escaldante, Fabiano observa o estado debilitado de Baleia, com pelos caídos e feridas na boca, e, erroneamente supondo que o animal esteja doente, decide sacrificá-lo, causando intensa comoção ao leitor.

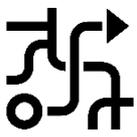
Por meio da temática abordada em *Vidas Secas*, o escritor modernista constrói uma narrativa de forte caráter social, refletindo as dificuldades extremas enfrentadas pela família de Fabiano em meio à seca severa do sertão nordestino. Nesse contexto, a apresentação dessa obra aos estudantes pode proporcionar uma oportunidade valiosa para que eles estabeleçam conexões entre a realidade retratada no romance e suas próprias experiências.

A LITERATURA COMO ESPELHO SOCIAL

A realização da oficina de produção textual com base na obra *Vidas Secas*, introduziu os estudantes ao universo literário trazendo questões sociais relevantes para a vida dos educandos. Essa abordagem permitiu que os alunos refletissem sobre seus problemas sociais semelhantes aos enfrentados pelos personagens do romance, incluindo os desafios enfrentados por aqueles que como Fabiano e sua família, buscam melhores condições de vida.

Durante a oficina destacou-se diversos relatos, como o relato da Aluna 1, que ilustra essa conexão. Ela descreve como a busca por uma vida melhor pela família de Fabiano espelha a experiência de sua própria família, que também enfrentou adversidades semelhantes. A estudante relata:

Fabiano e sua família se mudam em busca de uma vida melhor, a família não tinha um lugar para morar por esse motivo saem em busca de coisa melhor pra sua família. A fome fazia com que não tivesse diálogo entre a eles, só pensavam em encontrar água e um lugar pra se abrigar, quando encontram a fazenda que pode trazer abrigo e esperança. A cachorra baleia era esperta e ajudava a família caçando os preás e trazendo pra alimentar a família de Fabiano. A história dessa família lembra a da minha família vinda do seringal pra Eirunepé, meu pai conta que nós morávamos no batelão até encontrar uma casa pra morar e que minha mãe pescava com meus irmãos mais velhos pra nos alimentar. Essa é a realidade de muitas famílias eirunepeenses, pois vi que são parecidas.



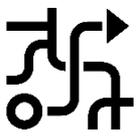
Através da narrativa, é possível perceber uma clara semelhança entre a experiência de sua família e a vida da família de Fabiano. A aluna descreve o anseio de sua família por uma vida melhor, destacando o desejo de escapar das condições precárias e proporcionar um futuro mais digno, um sentimento que ressoa profundamente com a trajetória dos personagens de Graciliano Ramos. Assim como Fabiano e seus familiares enfrentam a fome e a insegurança em sua jornada pelo sertão nordestino, a família da aluna também experimentou a adversidade e a busca por melhores condições de vida ao deixar os seringais da Amazônia.

O relato da aluna oferece uma perspectiva valiosa sobre a vida nos seringais, onde muitos trabalhadores eram severamente explorados e, conseqüentemente, se viam forçados a buscar novas oportunidades como retirantes. Essa experiência de deslocamento e luta por dignidade é refletida na narrativa de Fabiano e sua família, que, assim como os trabalhadores dos seringais, enfrentam grandes desafios em sua busca por uma existência mais justa. A comparação entre as histórias ressalta as duras realidades compartilhadas por diferentes comunidades e a universalidade do desejo por um futuro melhor.

De maneira similar, a narrativa da aluna 8 oferece uma conexão profunda com a obra *Vidas Secas* e revela uma dimensão pessoal e emocional do enredo. Ela menciona:

Sinhá Vitória voltou a pensar na cama de Thomaz da Baladeira e de como aquilo seria bom. Essa frase me chamou atenção porque durante a história Sinhá Vitória e Fabiano sempre comentavam sobre a cama de seu Thomaz, falavam que seria muito bom se eles tivessem uma igual, e que era tudo que eles queriam para ter um conforto melhor. Isso me fez lembrar de quando a gente dormia no chão e sonhava com uma cama menos dura.

Essa observação da estudante destaca a simplicidade e a profundidade dos desejos de Sinhá Vitória e Fabiano por um pouco de conforto em suas vidas. O desejo de ter uma cama melhor simboliza o anseio por uma vida mais digna e confortável, refletindo o pouco que é necessário para sonhar com uma existência melhor. A aluna relaciona esse desejo com suas próprias lembranças de dormir no chão e sonhar com uma cama mais confortável, evidenciando como aspirações simples podem ter um grande impacto na percepção de bem-estar. A reflexão da aluna ilumina a universalidade dos sonhos por conforto e dignidade, reforçando a mensagem de



Graciliano Ramos de que a busca por uma vida melhor, mesmo em suas formas mais modestas, é um aspecto fundamental da condição humana.

Percebe-se que a análise de *Vidas Secas* permite estabelecer conexões significativas entre a vida dos personagens e as realidades enfrentadas por muitos estudantes. A obra de Graciliano Ramos, com sua descrição vívida das lutas e aspirações de Fabiano e sua família, ressoa com as experiências pessoais dos alunos, evidenciando as semelhanças entre a ficção e a realidade social contemporânea.

Neste contexto, é particularmente relevante considerar a reflexão da Aluna 03, que ilustra como os dilemas de Fabiano encontram um paralelo na vida cotidiana dos moradores de Eirunepé. Ela menciona:

Perguntou para si mesmo se valeria a pena ter a família como um peso a carregar, pensava em seus filhos que seriam brutos como o pai e que acabariam sofrendo como ele. A mesma coisa acontece em nosso meio familiar e em nossa cidade de Eirunepé, onde muitos de nós saímos da cidade onde moramos para não ter o mesmo futuro que nossos pais, são as nossas duras realidades.

Este trecho reflete uma preocupação semelhante à de Fabiano, que, enquanto estava injustamente preso, ponderava sobre o futuro de seus filhos e temia que eles enfrentassem as mesmas dificuldades que ele. A angústia de Fabiano em relação ao destino de sua família é comparável à realidade de muitos pais em Eirunepé, que buscam mudar suas circunstâncias e garantir que seus filhos tenham oportunidades melhores. A conexão entre a obra e a experiência dos estudantes reforça a relevância de *Vidas Secas* na compreensão das aspirações e desafios universais enfrentados por famílias em busca de um futuro mais promissor.

De maneira semelhante, a descrição da seca no romance é um retrato das dificuldades enfrentadas pelos personagens de Graciliano Ramos, que vivem em um sertão implacável. A seca, que castiga Fabiano e sua família, é uma força desoladora que limita suas condições de vida. O romance ilustra a luta constante contra a falta de água e a escassez de recursos, criando um cenário de penúria e desespero.

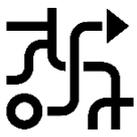


Fig.2: Vista aérea da estiagem na Amazônia
Fonte: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá

Esse retrato da seca ressoa fortemente com os períodos de estiagem vividos na Amazônia, onde a seca dos rios pode ter impactos igualmente devastadores. Durante esses períodos, as comunidades ribeirinhas enfrentam a diminuição dos níveis dos rios, o que dificulta o transporte, a pesca e o abastecimento de água, exacerbando as condições de vida já precárias. Assim como a seca no sertão nordestino força os personagens de *Vidas Secas* a tomar decisões difíceis e a lutar por sobrevivência, a estiagem na Amazônia cria uma crise semelhante, obrigando os habitantes a enfrentar a perda de recursos e a reavaliar suas formas de sustento e deslocamento.

Neste contexto, a reflexão da Aluna 02 sobre a dor da perda e a necessidade de seguir em frente fornece uma conexão direta entre a experiência descrita no romance e a realidade das famílias na Amazônia. Ela observa:

Quando baleia fica doente e Fabiano precisa sacrificá-la, pois estava bastante debilitada com a fome e todos achavam que estava com raiva. Seus filhos pediram de Fabiano que não a sacrificassem. Porém não adiantou nada Fabiano pega sua espingarda e atira em baleia, o tiro não acerta em cheio mais causa um dano que depois de algumas



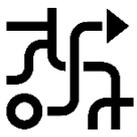
horas a leva a morte, dor, desespero, e raiva eram o que o consumia deitou e esperou a morte. Mesmo baleia sendo parte da família há momentos que precisamos deixar coisas, pessoas e animais. É preciso seguir em frente assim como fez a família da minha avó fugindo das cheias onde se perde tudo. A obra de Graciliano Ramos trás trechos semelhantes à vida da minha própria família onde tivemos que deixar alguns familiares amigos e até animais para seguir em frente.

Na obra, a descrição da seca captura a dureza da vida no sertão nordestino, onde a falta de água e os recursos escassos forçam Fabiano e sua família a tomar decisões dolorosas para garantir sua sobrevivência. O sacrifício da cachorra Baleia, que está debilitada pela fome e pela doença, é um momento central no romance, simbolizando a profunda dor e a necessidade de fazer escolhas difíceis em face da adversidade.

Da mesma maneira, tanto os períodos de seca quanto os de cheias na Amazônia também trazem às comunidades perdas devastadoras, incluindo a morte de animais e o desaparecimento de pessoas, muitas vezes levadas pelas enchentes ou pela fauna perigosa da região, como cobras e até mesmo entidades mitológicas da floresta. Essas adversidades forçam muitos a abandonar suas casas e buscar novos locais onde possam recomeçar, similar ao que Fabiano e sua família enfrentam ao fugir da seca em busca de uma vida melhor. Como destacado pela aluna 10 que estabelece essa conexão entre o romance e a experiência de sua família:

Com o filho mais novo nos braços e o baú de folha na cabeça, Sinhá Vitória fez um gesto vago e comunicou com alguns sons guturais que estavam perto. Essa cena me fez refletir sobre a semelhança entre a personagem e os membros da minha própria família, especialmente minha mãe, que, assim como Sinhá Vitória, demonstrou uma força notável durante as cheias que enfrentamos. Quando o rio sobe, perdemos praticamente tudo, mas minha mãe sempre se posicionou de maneira firme para enfrentar as dificuldades. Em Eirunepé, há muitas mulheres que desempenham o papel de liderar suas famílias em tempos de crise, assim como Sinhá Vitória.

O relato da aluna destaca a resiliência e a liderança das mulheres, refletindo a figura de Sinhá Vitória como um símbolo de força em tempos de adversidade. Sinhá Vitória é retratada como uma figura central na família, assumindo responsabilidades essenciais durante momentos de crise. Da mesma forma, muitas mulheres em Eirunepé enfrentam desafios semelhantes, assumindo o papel de sustentadoras e líderes de suas famílias durante as cheias, estiagens e outras adversidades naturais.



Essas mulheres frequentemente enfrentam a perda e a escassez com coragem e determinação, mantendo a coesão familiar e lutando pela sobrevivência.

A comparação entre a personagem do romance e as mulheres de Eirunepé ressalta como a literatura pode iluminar realidades vividas por diferentes comunidades. Sinhá Vitória, com sua capacidade de direcionar e proteger sua família, reflete a força das mulheres amazônicas que, apesar das dificuldades extremas, continuam a desempenhar papéis muito importantes em suas famílias e comunidades. Esse paralelo entre a ficção e a realidade realça a importância da literatura em capturar e refletir as experiências humanas universais, oferecendo um espelho para as vidas e lutas das pessoas em diferentes contextos.

A comparação entre a experiência de Fabiano e as dificuldades enfrentadas pelas famílias na Amazônia mostra um padrão de luta e resiliência diante de crises. Assim como a seca no sertão nordestino força os personagens de *Vidas Secas* a tomar decisões difíceis e a lutar por sobrevivência, a estiagem na Amazônia cria uma crise semelhante, obrigando os habitantes a enfrentar a perda de recursos e a reavaliar suas formas de sustento e deslocamento.

A aluna 09 descreve o impacto da seca com a seguinte reflexão:

Ele via cada vez menos as nuvens, era a seca chegando, lembrou-se da prisão, das contas com o patrão, dirigiu toda sua angústia às aves, que em sua mente eram responsáveis não só pelo fim da água, mas pela própria seca. Vejo que a obra *Vidas Secas* mostra o sofrimento da família de retirantes nordestinos, que saem de uma terra seca e sem possibilidade de sonhar. Assim como a minha saiu um dia, passou pela falta de esperança, pela sequeidão da falta de oportunidade e muitas vezes o choro por não acreditar que poderia dar certo.

A passagem destacada pela aluna apresenta a desesperança e a sensação de desolação que acompanham a seca, sentimentos que se refletem nas experiências das famílias que enfrentam a estiagem na Amazônia. A conexão entre a seca no sertão e a estiagem nos rios da Amazônia é clara: em ambos os contextos, a falta de água além de dificultar a sobrevivência cotidiana, também mina a esperança e a perspectiva de um futuro melhor. As comunidades amazônicas, assim como os personagens de *Vidas Secas*, enfrentam a escolha dolorosa entre permanecer em uma terra árida ou partir em busca de melhores condições, ilustrando o poder da literatura para expressar e ressoar com as realidades vividas pelos estudantes.

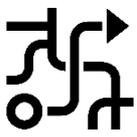


Fig. 3: Visão panorâmica da seca no município de Eirunepé/AM
Fonte: Alex Pazuello/Secom

Em muitos outros aspectos, a análise das experiências dos estudantes indica como as situações retratadas em *Vidas Secas* encontram ecos nas realidades enfrentadas por muitos jovens contemporâneos. À medida que exploramos essas conexões, observamos que as dificuldades de comunicação e a falta de identidade, evidenciadas na obra, têm paralelos marcantes com as experiências vividas pelos estudantes em suas comunidades. O estudante 07 destacou uma passagem que ilustra a falta de comunicação e a frustração dos personagens na obra:

Julgou-a estúpida e egoísta deixou-a, indignada, foi puxar a manga da saia do vestido da mãe, desejando comunicar-se com ela. Sinhá Vitória soltou uma exclamação de aborrecimento, e, como o pirralho insistisse, deu-lhe um cascudo. Retirou-se zangado, encostou-se num alpendre, achando o mundo todo ruim e insensato (Ramos, 2008, p.48).

Nesta passagem, a falta de comunicação entre o menino mais novo e Sinhá Vitória reflete uma ausência de compreensão e suporte dentro da família, destacando a frustração e a sensação de desamparo do jovem. Essa dinâmica é paralela à realidade de muitos jovens em Eirunepé, que enfrentam problemas semelhantes relacionados à falta de documentação e identidade. A dificuldade em obter documentos de identificação devido às questões burocráticas e ao descaso dos



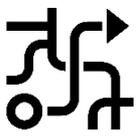
órgãos competentes resulta em uma sensação de invisibilidade e exclusão social, semelhante à que o menino do romance sente ao ser ignorado e desconsiderado.

A comparação entre os desafios enfrentados pelos personagens da obra e a realidade dos jovens em Eirunepé apresenta a persistência de problemas relacionados à comunicação e identidade ao longo do tempo e das geografias. Ambos os contextos ilustram como a falta de suporte e reconhecimento pode impactar profundamente a vida e o desenvolvimento dos indivíduos, reforçando a relevância contínua da análise de Graciliano Ramos para compreender as complexidades das experiências humanas.

Os relatos das alunas evidenciam a profunda conexão entre a realidade descrita em *Vidas Secas* e as experiências vividas por muitas famílias em situações semelhantes. A aluna 06 descreve a fuga de sua família do seringal em busca de uma vida mais digna, uma jornada que ressoa com a saga dos retirantes retratada na obra de Graciliano Ramos. Ambos os relatos destacam a busca desesperada por condições melhores, simbolizando como as famílias, movidas pela esperança de um futuro mais promissor, enfrentam as dificuldades impostas por ambientes hostis e opressivos:

Pouco a pouco os bichos se afinavam devorado pelo carrapato. E Fabiano resistia, pedindo de Deus um milagre, quantas famílias eirunepeenses fazem essa mesma trajetória de fugir de um lugar no qual não tem mais o que oferecer. Minha família saiu de um seringal onde o pouco que tínhamos, nós perdemos com as cheias do rio Juruá minha família juntou o pouco que sobrou e viemos para Eirunepé em busca de uma condição de vida melhor.

A aluna 05, por sua vez, relaciona diretamente a situação de Fabiano com a experiência de seu pai, que, assim como o protagonista do romance, enfrentou a exploração e a falta de opções para melhorar sua vida. O sofrimento e a resignação de Fabiano, forçado a aceitar um trabalho exploratório para sustentar sua família, espelham as vivências do pai da aluna, que se viu em circunstâncias similares. Este relato carrega uma carga emocional significativa, refletindo a realidade de muitos trabalhadores em comunidades rurais que, apesar de sua luta por justiça e dignidade, frequentemente se veem presos a ciclos de exploração e desigualdade, como podemos observar:



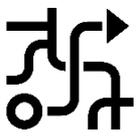
Pensou nas dificuldades da vida, pensava em deixar de ser explorado, mas no final se conformaria. Fabiano não tinha escolha, pois não aceitando o trabalho oferecido pelo seu futuro patrão ele não conseguiria outro, ficaria sem ganhar nada, mesmo sendo pouco ajudava no mínimo. Queria mudar de vida, cansou de ser explorado, mas tinha que se conformar com sua vida assim como seu pai e seu avô, que também viveram como Fabiano. Neste trecho me identifiquei, pois a história de meu pai foi contada através da obra *Vidas Secas*, lendo esse trecho chego a me emocionar, pois meu pai viveu um pouco a história de Fabiano, tendo que aceitar trabalhar para um patrão que o explorava, não valorizava seu trabalho como deveria, mas ele não tinha outra opção tinha uma família pra alimentar essa é a realidade da grande maioria dos Fabiano que existe na minha Eirunepé.

Esses relatos demonstram como a literatura, ao retratar as dificuldades enfrentadas por personagens como Fabiano e Sinhá Vitória, proporciona uma lente crítica para compreender e discutir as realidades vividas por muitos brasileiros. *Vidas Secas* documenta as lutas dos retirantes nordestinos e serve como um espelho da exploração e as injustiças enfrentadas por trabalhadores em diversas regiões do país. Assim, a obra de Graciliano Ramos se destaca um importante instrumento para a denúncia social e a reflexão sobre as condições de vida das famílias menos favorecidas, sublinhando a relevância da literatura na compreensão das dinâmicas sociais e na promoção de mudanças.

QUANDO O SERTÃO ENCONTRA A FLORESTA: REFLEXÕES DOS ESTUDANTES AMAZÔNICOS SOBRE *VIDAS SECAS*

Ao explorar *Vidas Secas* em sala de aula, os alunos de Eirunepé reconheceram paralelos significativos entre a realidade da família de Fabiano, descrita por Graciliano Ramos, e suas próprias vivências na Amazônia. Conforme observado na tabela abaixo:

Aspecto de <i>Vidas Secas</i>	Descrição na Obra	Conexão com a Realidade dos Estudantes de Eirunepé
Migração e deslocamento	A família de Fabiano é forçada a migrar devido à seca e à pobreza.	Muitos alunos e suas famílias também enfrentam migrações devido às questões socioeconômicas ou ambientais, como enchentes e falta de recursos.



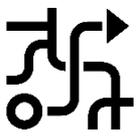
Adversidades climáticas	O sertão é descrito como um ambiente árido e hostil, marcado pela seca.	Embora vivam na floresta, os alunos enfrentam enchentes sazonais e o isolamento geográfico da Amazônia, que dificultam o acesso a serviços essenciais.
Falta de comunicação	Os personagens, especialmente Fabiano, têm dificuldade de se expressar e comunicar suas emoções.	Os alunos relataram dificuldades de comunicação em suas famílias, muitas vezes devido a problemas socioeconômicos e à ausência de figuras paternas.
Resistência e sobrevivência	Fabiano e sua família lutam para sobreviver, adaptando-se às condições adversas.	Os alunos veem em suas próprias comunidades a necessidade de resistência e adaptação frente às dificuldades econômicas e territoriais na Amazônia.
Papel da mulher (Sinhá Vitória)	Sinhá Vitória é o pilar da família, sendo forte e resiliente frente às adversidades.	Alunos destacaram o papel das mulheres em suas famílias e comunidades como líderes que mantêm a unidade familiar diante das dificuldades.

Tabela 1: Conexões entre *Vidas Secas* e os estudantes

A experiência da migração, central na narrativa de *Vidas Secas*, ecoa a realidade de muitos desses estudantes que frequentemente se veem diante da necessidade de mobilidade, seja em busca de melhores condições de vida ou como consequência de questões socioeconômicas e ambientais. Em Eirunepé, a migração interna e os desafios de deslocamento territorial também são uma realidade constante, o que possibilita uma identificação com a luta de Fabiano e sua família pela sobrevivência.

Os alunos, ao lerem sobre a seca e o ambiente inóspito do sertão nordestino, conseguiram traçar um paralelo com as adversidades climáticas e socioeconômicas que enfrentam na Amazônia, como a estiagem e as enchentes, o isolamento geográfico e as dificuldades de acesso a recursos básicos, como saúde e educação. Eles perceberam que, embora o sertão e a floresta tenham paisagens e desafios distintos, ambos os territórios são marcados por uma luta constante pela subsistência e pela manutenção da dignidade.

Durante as atividades pedagógicas, muitos estudantes compartilharam suas próprias histórias familiares de migração e deslocamento, especialmente relacionadas às mudanças sazonais que afetam as condições de vida em áreas rurais da Amazônia.



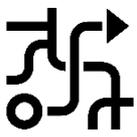
Esse engajamento foi essencial para a compreensão da obra, pois permitiu que os alunos refletissem sobre a complexidade do pertencimento territorial e sobre como questões ligadas à sobrevivência e ao desamparo podem ser encontradas tanto no sertão quanto na floresta. Eles também destacaram o papel central das mulheres, como Sinhá Vitória, e fizeram uma associação com as lideranças femininas em suas comunidades, responsáveis por manter a unidade familiar frente às dificuldades.

Além disso, a falta de comunicação que permeia as relações entre os personagens de *Vidas Secas* foi um ponto de discussão central entre os alunos, que observaram semelhanças com suas próprias realidades. Muitos relataram as dificuldades de diálogo dentro de suas famílias, muitas vezes marcadas pela ausência de uma figura paterna ou pela necessidade de priorizar a sobrevivência sobre o afeto e a expressão emocional. A aridez emocional presente em *Vidas Secas* se mostrou uma ferramenta útil para que os estudantes refletissem sobre suas próprias formas de comunicação e sobre o impacto do contexto socioeconômico em suas relações interpessoais.

Essa troca de percepções demonstrou que a leitura de *Vidas Secas* vai além de uma simples apreciação literária, promovendo uma reflexão crítica sobre a realidade vivida pelos alunos de Eirunepé. A obra de Graciliano Ramos, ao tratar de temas como migração, adaptação e resistência em condições adversas, tornou-se uma ponte entre o sertão nordestino e a Amazônia, oferecendo aos estudantes uma nova perspectiva sobre suas próprias trajetórias e desafios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada evidenciou que o desenvolvimento do hábito de leitura é um processo fundamental, que deve ser incentivado desde cedo e continuamente aprimorado no ambiente escolar. Para que esse processo seja eficaz, é imprescindível que a leitura esteja intimamente conectada à realidade dos estudantes, permitindo que eles não apenas desenvolvam o hábito da leitura, mas também o da escrita de forma intencional e significativa. Nesse contexto, a pesquisa alcançou os objetivos propostos, ao estimular a produção de relatos pelos estudantes, os quais trouxeram à tona diversas desigualdades sociais por meio de suas vivências expressas em texto.



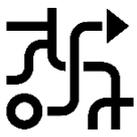
A literatura, portanto, mostrou-se uma forte aliada no processo de aprendizagem, não só por auxiliar na construção de opiniões críticas sobre a realidade local dos estudantes, mas também por promover a reflexão acerca de outras realidades. Além de fomentar habilidades leitoras, o projeto se consolidou como um facilitador da produção escrita, incentivando questionamentos profundos e reflexões sobre a vida dos personagens, que espelham as experiências dos próprios alunos. Este processo despertou um genuíno interesse pela leitura literária, permitindo que os estudantes mergulhassem nas obras de maneira autônoma e crítica. A obra de Graciliano Ramos, em particular, proporcionou um olhar aguçado sobre as questões sociais do Brasil, estabelecendo um paralelo entre a realidade do país e a vida cotidiana dos eirunepeenses.

No ambiente escolar, é essencial promover a diversidade de leituras para que o interesse pelo universo literário floresça entre os alunos. A escola, nesse sentido, deve ser um espaço acolhedor, onde o aluno se sinta encorajado a desenvolver um senso crítico enquanto leitor. A promoção do hábito da leitura deve ser uma prioridade, e para isso, é necessário implementar estratégias que despertem o interesse por diferentes obras literárias, capacitando os alunos a realizar análises profundas e compreensivas do conteúdo e das temáticas abordadas.

A análise da obra *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, oferece aos alunos uma compreensão ampliada da produção literária do autor, reconhecendo a leitura como uma atividade prazerosa no contexto escolar. Esse processo de interação com o texto literário além de estimular a criatividade e a imaginação, também auxilia na construção de uma base sólida de conhecimentos diversificados. A inserção da leitura literária no contexto escolar é, portanto, de importância crucial para a formação do leitor crítico.

Ao longo desse percurso, a experiência com o texto literário ganhou uma dimensão significativa na vivência literária dos estudantes, revelando o poder dos textos em suscitar questionamentos próprios e reavaliar conceitos. Assim, a obra *Vidas Secas* teve o potencial de intensificar a criticidade dos alunos, incentivando-os a desenvolver suas próprias interpretações e reflexões sobre o texto.

Conclui-se, portanto, que o ensino da literatura e a promoção da leitura e da escrita, por meio do texto literário, constituem uma atividade transformadora, tanto na formação de leitores críticos quanto na vivência social do indivíduo. A leitura de uma obra literária convida o leitor a refletir, a expressar suas opiniões, a experimentar



vivências e a compreender as diversas camadas de significado presentes no texto, denunciando, sobretudo, as desigualdades sociais que permeiam a sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Vera Teixeira de; BORDINI, Maria da Glória. *Literatura: a formação do leitor alternativa metodológicas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

CRESWEL, L. J.W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativos e mistos*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2007.

KEFALÁS, Eliana. *Corpo a corpo com texto na formação do leitor literário*. Campinas SP: Autores Associados, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

MIRANDA, Felipe Magalhães de. *Vidas Secas no cinema literário: tradução coletiva em Graciliano Ramos e Nelson Pereira dos Santos*. 2019. 87 f., il. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação dos dados*/Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. -7.ed.-8.reimpr.-São Paulo: Atlas, 2015.

MAGALHÃES, Belmira. *Vidas secas: os desejos de Sinhá Vitória*. Curitiba: HD Livros, 2015.

MORIZ, Núbia Litaiff. *Literatura Amazonense: reflexões no processo de ensino e aprendizagem do ensino médio das escolas estaduais de Tefé/AM*. 2012. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação (Masterado en Ciencias de la Educación). Universidad San Carlos. Asunción/PY. Disponível no acervo bibliotecário do CEST/UEA. Tefé/AM, 2012.

OLIVEIRA, Gabriela Rodella de; BORTOLACI, Natália. *A literatura e a formação de leitores nos anos iniciais do ensino fundamental: experiência na escola de aplicação da universidade de São Paulo*. Revista Literatura em Debate, v. 11, n. 21, p. 99-113, jul./dez. 2017.

PINHEIRO, Hélder; ARISTIDES, Jaquelânia; SILVA, Maria Valdênia da; ARAÚJO, Miguel Leocádio. *Literatura e formação de leitores*. Campina Grande: Bagagem. 2008.
RAMOS, Graciliano. *Vidas Secas*. 108 ed. São Paulo: Editora Record, 2010.

Recebido em 09/09/2024

Aprovado em 03/12/2024



SANDERS, Thaís Oliva Fernandes*

<https://orcid.org/0000-0003-1906-0831>

ANDRADE, Fábio Santos de**

<https://orcid.org/0000-0002-5658-4485>

SILVA, Armelinda Borges da***

<https://orcid.org/0000-0002-8788-6187>

RESUMO: O presente artigo analisa o longo percurso do processo histórico de povoamento e desenvolvimento das terras hoje denominadas estado de Rondônia, marcado pela exploração territorial e pela subjugação dos povos originários. A relevância desse estudo justifica-se na compreensão moderna das dinâmicas econômicas que modelaram a percepção popular de desenvolvimento e progresso com o intuito de fortalecer a identidade regional. Com base na pesquisa bibliográfica e em fontes documentais, compreende-se que o processo histórico de colonização de povoamento dessa região foi muito mais do que a ocupação territorial; foi um processo de imposição de um sistema de poder e de saber, com base em uma lógica eurocêntrica de desenvolvimento que marginalizou as epistemologias indígenas. Pela presente discussão, é possível concluir que o desenvolvimento econômico do estado de Rondônia ocorreu pela expropriação dos territórios ocupados pelos povos indígenas; por meio de um processo político que permitiu a ausência histórica de seus direitos, de suas narrativas e de seu destino. Faz-se necessário, portanto, fomentar diálogos que enfatizem a necessidade de modelos de desenvolvimento que respeitem a cultura, o território, a natureza, as formas de organização social e sobretudo a vida humana.

PALAVRAS-CHAVE: Processo histórico; Rondônia; Povos indígenas.

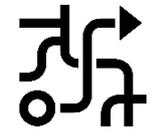
ABSTRACT: This article analyzes the long historical process of colonization and development of the lands now known as the state of Rondônia, marked by the territorial exploitation and subjugation of indigenous peoples. The relevance of the study lies in understanding the modern economic dynamics that shaped popular perceptions of development and progress, aiming to strengthen regional identity. Based on bibliographical and documentary research, the historical colonization process in this region was much more than territorial occupation; it was an imposition of a system of power and knowledge, grounded in a Eurocentric logic of development that marginalized indigenous epistemologies. This discussion leads to the conclusion that the economic development of Rondônia occurred through the expropriation of territories occupied by indigenous peoples, via a political process that historically denied their rights, narratives, and futures. Therefore, it is crucial to foster efforts that emphasize the need for development models that respect culture, territory, nature, forms of social organization, and, above all, human life.

KEYWORDS: Historical process; Rondônia; indigenous peoples.

* Doutoranda em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Professora da rede municipal de educação do município de Ji-Paraná/RO.

** Pós-Doutor em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutor em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professor no Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Mestrado e Doutorado Profissional (PPGEEProf); Porto-Velho, Rondônia, Brasil.

*** Doutoranda em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Professora da rede municipal de educação do município de Ji-Paraná/RO.



INTRODUÇÃO

Nessa perspectiva da invasão das Terras Indígenas [...], a grande ameaça que existe hoje é essa questão das decisões que a gente não participa ativamente, [...]. Não há simplesmente uma ameaça física, mas uma ameaça política, que ultrapassa nossa visão, articulada fora dos nossos olhares.

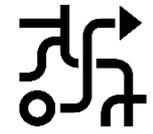
Uraan Anderson Suruí¹.

As leituras de Hugo (1995), Matias (1998) e Pinto (1986) nos permitiram compreender que as terras, hoje denominadas estado de Rondônia, ganharam importância no cenário colonizador a partir do século XVI. Os grandes rios Madeira, Mamoré e Guaporé facilitavam a navegação, a demarcação de divisas fronteiriças e a vigilância armada; condições favoráveis para o domínio e exploração portuguesa, o que lhe garantiu a posse da região, mais tarde requerida pelo governo brasileiro. Em virtude de suas riquezas naturais esse período de colonização de exploração é marcado pela construção do Real Forte Príncipe da Beira, pela Coroa Portuguesa, e da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, pelo governo brasileiro.

Os primeiros períodos exploratórios foram propagados como Ciclo do Ouro e Ciclo da Borracha, que exigiram a elaboração de programas para atrair trabalhadores para a região, além da exploração do trabalho de indígenas. Tanto as inserções de elementos do modo de vida de colonizadores e exploradores como a ideologia cristã dos jesuítas, que aqui chegaram com o discurso de catequização e proteção indígena da servidão e da “guerra justa”, apresentaram elementos que determinaram novas configurações ao modo de vida do grande número de povos indígenas residentes nessa região.

No entanto, a consequência mais impactante do processo histórico regional para os povos indígenas adveio do status adquirido com os ciclos econômicos da colonização de exploração, seguido pela organização política local, que colaborou para sua elevação à condição de Território Federal do Guaporé; propagado sob a noção de vazio demográfico, que desconsiderou a territorialidade das nações

¹ Na ocasião, Coordenador da OPIRON estudante do Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural (UNIR). Fala proferida em 18/03/2016 durante a Jornada de Estudos Acadêmicos II, “Agora, a história é outra. Lei 11.645/08. Essa conquista é de todos nós”, promovida pelo Departamento de Ciências Humanas e Sociais (DCHS) e pelo Grupo de Pesquisa em Educação na Amazônia (GPEA), da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).



indígenas tradicionalmente estabelecidas. Esses fatores acarretaram na invasão de Terras Indígenas pela prática de expulsão ou mesmo de dizimação étnica.

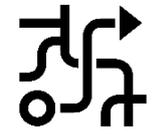
Após o declínio dos Ciclos do Ouro e da Borracha, o novo Território, até então desassistido pela administração política nacional, necessitava estabelecer comunicação com o restante do país e promover o desenvolvimento econômico local. Como medida de solução para a problemática do isolamento local, foram implantadas as Linhas Telegráficas do Mato Grosso ao Amazonas, conhecidas como Comissão Rondon.

O percurso aberto na floresta para a instalação dos postos telegráficos proporcionou uma nova rota de ocupação demográfica, mais tarde oficializada como BR-364. Este fato contribuiu para um intenso fluxo demográfico, marco da ocupação de povoamento, estruturação do aparelhamento estatal e consolidação de novos ciclos econômicos da agricultura, pecuária, extração madeireira e de estanho, entre outros; fatores que favoreceram a criação do estado de Rondônia em 1981. Tais acontecimentos compeliram os povos indígenas remanescentes à assimilação da cultura do colonizador e à nova reorganização social e política para garantir a sobrevivência e assegurar a garantia de direitos.

A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO GUAPORÉ E A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

A região, cercada pelos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, dentro do limite português, era um território demasiadamente populoso. Pinto (1986), a partir dos estudos das Cartas Etnográficas de Rondônia e das obras de Vitor Hugo e Barão de Marajó, registra no século XVIII, no vale do Madeira a presença dos povos indígenas:

Arara, Abacaxis, Aripuanã, Andirás, Acuriatós, Aritikis, Arikemes, Ahôpôvô, Aruá, Arití, Anunzé, Arikapu, Ava, Aruasi, Amniapé, Aboba, Abitana, Apairandê, Acariçuará, Anhangatiningo, Baepuat, Bicitiacap, Barbado, Brauará, Caripuna, Canumã, Cariritiana, Crurau, Cawahib, Cayuvava, Curenas, Corapas, Cazarin, Cabixi, Chapacura, Chacobo, Crenen, Curitiba, Causaros, Comauy, Capaná, Cici, Euat, Ferreirus, Guarinamã, Guajejus, Guazatrês, Guarais, Guaratégaja, Guajaratá, Guaririaz, Huanyan, Huruparás, Iuri, Luma, Itanga, Iten, Itagapuk, Itoceauhis, Jabuti Jacariat, Jarú, Jacarégoá, Kepkirijust, Kanamá, Kawahiwa, Kanoá, Kawahiwahiwa, Kapisana, Kajuna, Kep-Kiri-Vat, Ko-ko-zu, Mura, Matanawi, Matanauê, Maracá, Moré, Macurapé, Maracanã, Mutucuru, Mauá, Mequens, Munrudurucus, Mialat, Matauá, Majubin, Muré, Nhacanga-Piranga,



Ntogapid, Nhambikuara, Nawaité, Onicoré, Oniconenis, Pauserná, Pacawara, Paama-Paraparixana, Piriahai, Pirahá, Parintintin, Parnawat, Patati, Paacas Novos, Pareci, Painela, Puru-borá, Pareguês, Puxacá, Poivat, Ramarama, Raipi, Aiassu, Rokorona, Surui-Sirionó, Sapupés, Saramaiká, Sinabu, Taquatep, Torá. Torerise, Tura, Tuperi, Tapoiaia, Tagrani, Tangrês, Taiute, Takwatip, Tucumã-fet, Urunamakan, Urupá, Urutike, Uintacu, Uomo, Umotina, Urupuya, Uarupá, Uarupá, Urumi, Urucai, Wirafet, Wayoro, Wanyan, Yahahi, Yaboti-fat, Ypotwat, Zapucaya, Zurina (PINTO, 1986, p. 227).

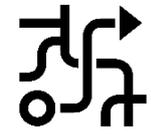
Contudo, esta faixa territorial teve sua estrutura populacional e geográfica modificada, segundo Pinto (1986), no momento em que as riquezas naturais da região passaram a ser conhecidas e exploradas, forjando uma estrutura econômica, política e de ocupação.

Por meio do desmembramento de faixas de terra dos estados do Mato Grosso e Amazonas, criou-se o Território Federal do Guaporé, no governo de Getúlio Vargas, no dia 13 de setembro de 1943, através do Decreto-Lei nº 5.812. A nova região foi dividida politicamente em quatro municípios, mediante o Decreto-Lei nº 5.839: Lábrea (hoje pertencente ao Amazonas), Santo Antônio do Rio Madeira, Guajará-Mirim e Porto Velho, como capital do novo território que, treze anos após sua criação, teve o nome alterado para Território Federal de Rondônia, por meio da Lei nº 2.731, de 17 de fevereiro de 1956.

Apesar da expressiva presença de populações indígenas na região, a política nacional fortemente influenciada pelo padrão colonial de desenvolvimento, buscava a colonização de povoamento de forma permanente na região.

E assim a panfletagem governamental esperada para a promoção da região veio da parte central do novo território, o que deu origem ao Ciclo do Diamante, estimulando nova migração para os postos telegráficos de Pimenta Bueno e Ji-Paraná. Foram encontradas jazidas nos rios Machado, Comemoração e Barão de Melgaço que atraíram comerciantes e garimpeiros. “Em 1954, já haviam sido recolhidos na região cerca de 13 mil quilates de diamante” (MATIAS, 1998, p. 119).

Esse ciclo levou trabalhadores à exploração do minério pelos afluentes dos rios da floresta; a resistência indígena na manutenção do seu território resultou em confrontos armados que tinham por resultado sua expulsão ou dizimação: “Além desses conflitos aconteceram outros diversos massacres, assaltos, arsênico,



envenenamento, atiravam brinquedos contaminados com os vírus de gripes, sarampo e vários, doenças” (CINTA LARGA, 2015, p. 18).

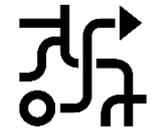
Em seguida, eclodiu, a partir de 1958, o Ciclo da Cassiterita, na região de Ariquemes e Porto Velho. Esse fato contribuiu para a instalação de diversos aglomerados que mais tarde se tornaram cidades, como Candeias do Jamari e Ariquemes, estimulando um fluxo demográfico por toda a extensão da Linha Telegráfica. O Ciclo da Cassiterita atraiu empresas mineradoras, forçando o governo a abrir a BR-029, atual BR-364, em 1960, para escoar a produção e ligar Rondônia ao restante do país.

CONSOLIDAÇÃO ECONÔMICA DO ESTADO DE RONDÔNIA E REORGANIZAÇÃO DO MODO DE VIDA INDÍGENA

A abertura da BR se tornou uma ferramenta para o governo concretizar o projeto de colonização de povoamento, pois esta obra revelou o potencial agrícola do território pela fertilidade do solo nas margens da rodovia. Nessa ocasião, o governo criou uma política de colonização de povoamento a partir da divulgação oficial de terras disponíveis e férteis, que atraiu uma marcha de agricultores do Sul e Centro-Oeste do país para a região à espera de que o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) fizesse a demarcação de posse da terra. Para Matias (1998, p. 124), entre “[...] 1961 e 1970, mais de trinta mil migrantes instalaram-se em Rondônia, absorvendo os excedentes populacionais criados pelo modelo econômico agroexportador implantado no Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso”.

Contudo, o projeto de colonização de povoamento desenvolvido não previu medidas de orientação para o assentamento do homem na terra, o que resultou no esparrame populacional pela região e ação de companhias particulares de colonização. Isso “contribuiu para o crescimento dos conflitos agrários, resultado tanto da crescente demanda social por novas áreas, quanto da apropriação privada feita pelas empresas colonizadoras, assim como das grilagens de terras e expropriação dos camponeses” (COSTA SILVA, 2012, p. 61).

Em pouco tempo os arredores das estações telegráficas foram tomados por áreas rurais, forçando a divisão geográfica do município de Porto Velho, assim foram



criados os municípios de Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena através do Decreto-Lei nº 6.448, de 11 de outubro de 1977.

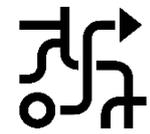
Conforme Pinto (1986), o grande problema derivado da instabilidade sobre a propriedade, como a falta de financiamento para o plantio e a ocupação desordenada, contribuiu para que o governo transformasse o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) em Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com a finalidade de promover a colonização, especialmente na faixa de cem quilômetros ao longo da rodovia. A colonização em Rondônia ocorreu de duas maneiras: uma feita por empresas colonizadoras e a outra, por meio dos programas de assentamento rural oficial, e as duas formas feriram os direitos territoriais indígenas nesse processo. No que diz respeito ao direito à propriedade,

Foram criadas legislações que estruturaram formalmente o mercado de terras (Lei de Terras de 1850) e criaram obstáculos de todas as ordens para que não tivessem acesso legal à terra os povos indígenas, os escravos negros alforriados e os trabalhadores imigrantes que começavam a ser recrutados, em especial para as áreas de produção agroexportadora. Coibindo a posse e estabelecendo a compra como forma de acesso à terra, tal legislação instituiu a alienação de terras devolutas por meio de venda, vedando, entretanto, a venda em hasta pública; e favorecendo a fixação de preços suficientemente elevados das terras, dificultando a emergência de um campesinato livre (ALMEIDA *apud* BARBOSA; PORTO-GONÇALVES, 2014, p. 14).

Segundo Meireles (1983, p. 35, grifos da autora),

Na realidade, o Governo nem sabia qual era a localização exata das terras que vendia. No primeiro semestre de 1917, por exemplo, o Governo havia vendido 43.200 hectares de terras localizadas “num tributário do Guaporé” a V. Arruda & Cia; 21.600 ha localizados “em ambas as margens do alto Jaci-Paraná” a Mattos Levy & Cia; 31.500 ha “em ambas as margens de um afluente do Jamary” a Jovino Fernandes de Lemos, totalizando uma lista de 239.250 ha vendidos com apenas duas vendas efetuadas em hasta pública. No semestre seguinte foram requeridos mais 612.000 ha de terras.

Assim, as colonizadoras proprietárias de títulos definitivos de terras as vendiam de forma regularizada aos colonos, mantendo em certa medida o controle da organização do espaço geográfico e coibindo a ocupação ilegal de terras negociáveis. Segundo Perdigão e Bassegio (1992), a partir de 1964 as principais colonizadoras a atuar na região foram Calama, Itaporanga S/A, Guaporé Agroindustrial S/A, GAINSA,

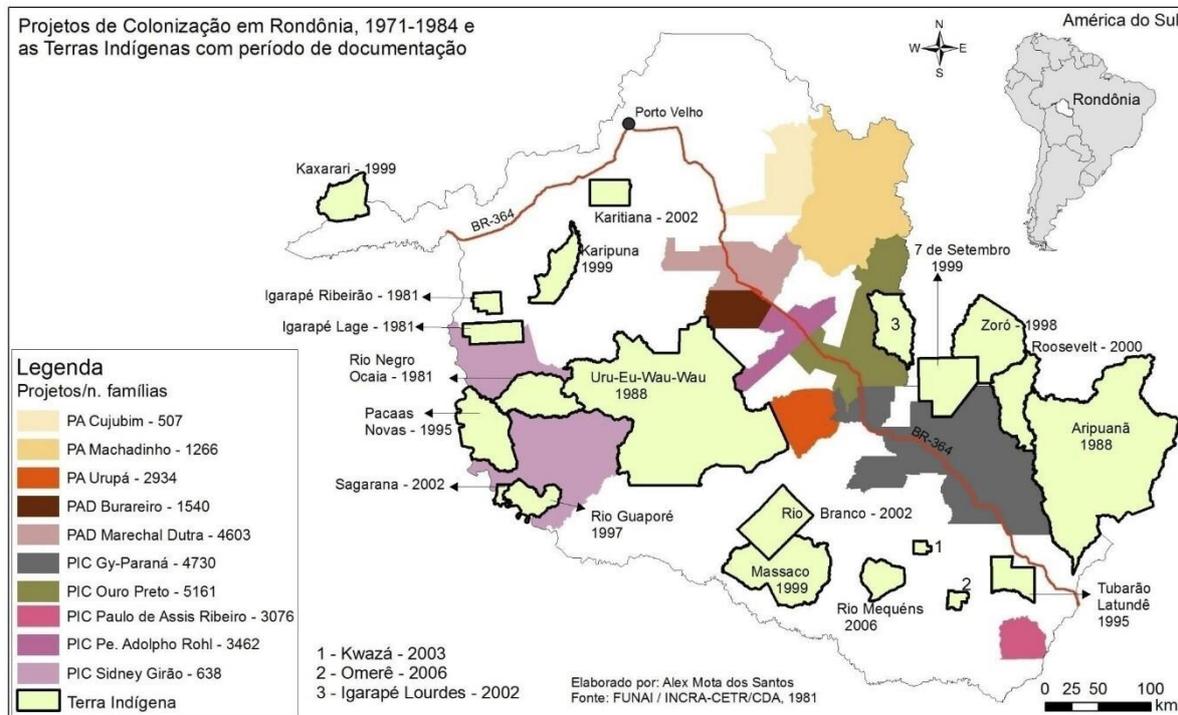


Ramon Chaves e Santos Cia., todas comercializando áreas muito acima da quantidade que legalmente lhes pertencia, invadindo seringais e territórios indígenas.

Não mais criteriosos foram os programas de assentamento rural desenvolvidos pelo governo por meio INCRA, como: Projetos Integrados de Colonização (PIC), que concediam aos colonos lotes de 50 a 100 hectares. Nele, “[...] o INCRA, pelo menos na teoria, fazia, além da seleção, a demarcação e abertura de estradas e assistência nas áreas de saúde, educação, orientação técnica e comercialização” (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992, p. 77); Projetos de Assentamento Dirigido (PAD), com lotes de 100 a 250 hectares, que não previam assistência técnico-rural. Seus lotes eram maiores, pois visavam atrair um público com acesso ao crédito bancário para financiar o desenvolvimento da terra. Esse projeto, em particular, contribuiu para a disseminação do latifúndio, que incorporava propriedades de pequenos produtores após a limpeza da terra para o plantio, que não progredia devido à falta de infraestrutura, como estradas, escoamento, financiamento, entre outros; Projeto de Assentamento Rápido (PAR), com lotes de 50 hectares, que visava atender à pressão cada vez maior do grande contingente de colonos à procura de demarcação de terras. Entretanto, esse projeto só visava à assistência técnico-rural com o início da produção, o que postergava a ação do governo; Projetos de Assentamento (PA), dirigidos para os assentamentos mais localizados no interior. Segundo Perdigão e Bassegio (1992) foram desenvolvidos 5 PIC, 2 PAD, 3 PAR e 16 PA.

Na Figura 01, observa-se a localização de alguns desses projetos.

Figura 01 - Projetos de colonização (PA, PAD e PIC) em Rondônia, 1971-1984, e as Terras Indígenas com período de documentação junto à FUNAI

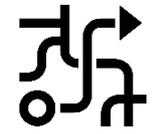


Fonte: SANTOS (2014).

Ao se observar o mapa da Figura 01, vê-se que as terras indígenas do estado de Rondônia estão, em sua maioria, distantes do “corredor” aberto por Rondon, consolidado como BR-364. Conforme Santos (2014), o contingente migratório que chegou, favorecido por essa obra, resultou no desaparecimento de muitos povos indígenas, por muitas vezes pelas ações do próprio INCRA que omitia a presença de indígenas em áreas de assentamentos, que “[...] a serviço das empresas rurais, fraudava processos omitindo a presença na área de interesse dos empreendimentos privados, de indígenas e posseiros” (SANTOS, 2014, p. 50).

O assentamento populacional do Território, feito por empresas colonizadoras e programas do governo, oficializava o discurso de sociedade liberal-capitalista ao desconsiderar qualquer forma de propriedade que não estivesse legitimada por um Estado administrador. Para Escobar (2005, p. 64),

Ao retirar ênfase da construção cultural do lugar a serviço do processo abstrato e aparentemente universal da formação do capital e do Estado, quase toda a teoria social convencional tornou invisíveis formas subalternas de pensar e modalidades locais e regionais de configurar o mundo.



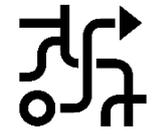
Os projetos de assentamentos resultaram em uma transformação brusca do meio físico, com abertura de estradas, demarcação de terras e, principalmente, com a retirada da vegetação para expandir o novo ciclo econômico baseado na agricultura, o que promoveu a desterritorialização dos povos indígenas que tradicionalmente ocupavam a região; “somando-se as áreas destinadas a colonização e concorrência pública, e mais áreas de regularização fundiária, ou seja, antigos seringais, teremos pouco mais da 4ª parte da terra, 27,64%, destinada à atividade agrícola” (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992, p. 79). Nessa estratégia política de desenvolvimento,

Transforma-se, portanto, o conteúdo geográfico da sociedade, agora com elementos estruturais em que a propriedade da terra e sua transformação em mercadoria, a incorporação da natureza como expressão materializada do trabalho e a sociabilidade capitalista centrada no desenvolvimento da agropecuária e a transformação das pequenas vilas em protocidades constituem a nova configuração geográfica de Rondônia (COSTA SILVA, 2012, p. 66).

Esta perspectiva justificava a derrubada maciça da floresta, necessária para “limpar o solo”, visando o modelo de desenvolvimento de plantio e pecuária, assim como para a construção de casas. Esta prática dá início ao Ciclo da Madeira que, até meados da década de 1990, foi responsável pela geração de empregos e renda, principalmente no sul do estado, o que, de imediato, se tornou um processo extremamente lucrativo, dada a falta ou conivência do próprio órgão responsável pelo controle, que por vezes agenciava a retirada ilegal da madeira em terras indígenas, como registra o autor Suruí em seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): “No início a FUNAI nos incentivou a vender madeira para os madeireiros” (SURUÍ, 2014, p. 24).

O comércio ilegal da madeira em Rondônia foi tão agressivo que os povos indígenas se mobilizaram e exigiram uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada em 1987, sobre contratos celebrados entre a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e os madeireiros de Rondônia, denunciando a retirada ilegal de madeira de suas terras.

Perdigão e Bassegio (1992) apresentam a avaliação das irregularidades encontradas na execução dos contratos descritos no relatório dessa comissão, no qual o presidente da FUNAI, Romero Jucá Filho, havia celebrado um contrato de alienação de madeira desvitalizada com o objetivo de construir dois postos de vigilância, 25 km de estradas e construção de dois heliportos com a firma União

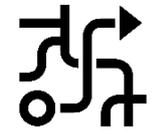


Madeira Ltda.; para tanto autorizou a retirada de 2 mil árvores desvitalizadas de mogno e cerejeiras na área indígena dos Uru-Eu-Wau-Wau.

Ainda segundo esses autores, também foi firmado um contrato particular de alienação de madeira entre a FUNAI e a Indústria de Comércio de Madeira Ltda., que também teve como objetivo a derrubada de madeira na área indígena Uru-Eu-Wau-Wau. Nesse contrato chama a atenção sua cláusula primeira que estabelece a derrubada de toras, dando margem para a retirada de qualquer tipo de madeira, seja ela vitalizada ou desvitalizada. Tratava-se de uma maneira de ludibriar a fiscalização e os povos indígenas. “Dentro das espécies vulneráveis à extração madeireira estão copaíba, ipê, amapá e uxi. Essas espécies são muito importantes para saúde e alimentação dos povos da Amazônia. Esses recursos não têm substitutos” (AIKANÃ, 2015, p. 11).

Com base nesta CPI, Perdigão e Bassegio (1992) apresentam outros contratos irregulares, como o da firma Wilson Pilvezan Pompermayer, que utilizava o nome fantasma de Madeira Várzea Grande, com fortes indícios de falsificação da assinatura do representante da FUNAI, totalizando a retirada de 55 mil m³ de madeira do Vale do Guaporé, bem como outro contrato, firmado com a Serraria Dias Ltda. (SERDIL), para a retirada de 26 mil m³ de madeiras na área indígena Tubarão-Latundê, que também chama a atenção pela irregularidade das assinaturas. Segundo esses autores, as madeireiras Unimar, Noroeste e Cometa desatenderam as cláusulas contratuais e exploraram áreas indígenas, retirando das reservas uma totalidade em toras de madeiras de lei superior a 350 mil m³, perfazendo aproximadamente meio milhão de dólares.

A exploração, tanto dos recursos naturais como humana, antes realizada pela coroa portuguesa, agora é subjetiva do capitalismo, conforme destaca Coronil (2005, p. 55): “Para muitas nações a integração de suas economias ao livre mercado global conduziu a uma maior dependência da natureza e a uma erosão dos projetos estatais de desenvolvimento nacional”. Nesta dinâmica o sistema capitalista projeta concentração de capital pela devastação dos recursos naturais, reforçando a desigualdade social, o que facilita a exploração do trabalho, a exemplo dos ciclos exploratórios: “Desde tempos coloniais, a ‘periferia’ tem sido uma fonte principal tanto de riquezas naturais como de trabalho barato. A questão agora é ver se esta situação



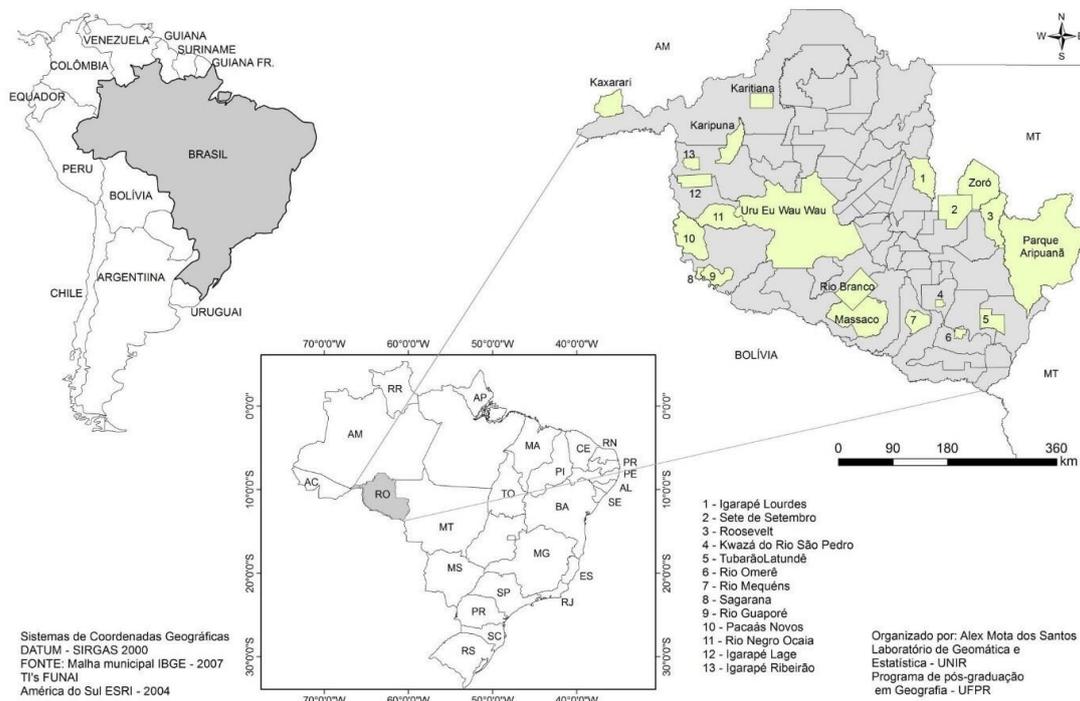
deixou de existir como tal, ou se se manifesta através de condições distintas” (CORONIL, 2005, p. 52).

No caso do Ciclo da Madeira o aliciamento dos trabalhadores ocorria em locais com alto índice de desemprego, onde facilmente se encontravam homens dispostos a ir para outras regiões com a promessa de trabalho rentável feita por agenciadores. Segundo Perdigão e Bassegio (1992), um adiantamento em dinheiro era feito para o recrutado deixar com sua família durante o período em que estivesse fora, ficando em débito com o “patrão”, o que o impedia de deixar a propriedade, vigiada por jagunços armados, antes do pagamento da dívida, condição dificultada pela baixa remuneração.

Acrescente-se que o trabalhador teria sua dívida aumentada à medida que adquiria os produtos necessários para sua alimentação e manutenção diretamente fornecidos pelos proprietários ou empreiteiros a preços muito acima dos de mercado, à semelhança do que ocorria nos tempos de barracão dos antigos seringais (PERDIGÃO; BASSEGIO, 1992, p. 69).

A intervenção nessa ordem de conflitos (de invasão de Territórios Indígenas) se deu por pressões internacionais, que resultaram na criação do estatuto do Índio e demarcação de Terras Indígenas (TI) na década de 1980, a exemplo de: Uru-Eu-Wau-Wau, Portaria nº 1767/E, de 24/09/1987; Arara e Gavião, Decreto nº 88.609, de 09/08/83; Suruí, Decreto nº 88.876; Zoró, delimitada pelo documento nº 94.008, de 11/03/1987; Área Indígena Rio Branco, Decreto nº 93.074, de 07/08/1986; Karitiana, homologada em 1976, conforme citado por Perdigão e Bassegio (1992). Esses atos se constituíram nos primeiros instrumentos de defesa legal dos direitos indígenas do estado de Rondônia, consolidados na Constituição Federal de 1988.

Figura 02 - Localização do estado e das Terras Indígenas em Rondônia

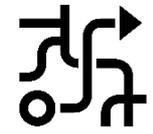


Fonte: SANTOS (2014).

De um povoamento com mais de 140 nações indígenas vivendo nessa região, conforme apresenta Pinto (1986), pouco mais de um quinto do território foi concedido aos povos indígenas que sobreviveram ao processo histórico de colonização; somadas as áreas indígenas oficialmente demarcadas tem-se “49.967,01 km², o que corresponde a 21,03% da área do estado de Rondônia” (SANTOS, 2014, p. 38).

Como se percebe, o processo de colonização, de exploração e povoamento ocorrido em Rondônia não contribuiu para a emancipação cultural, político-econômica da região. Ao contrário, “[...] a naturalização tanto das relações sociais como da ‘natureza humana’ da sociedade liberal-capitalista” (LANDER, 2005, p. 13), aparentemente herdadas do modelo colonizador, se mantiveram com a criação do Território Federal de Guaporé em 1943.

As estruturas governamentais, surgidas nesse período, sustentaram a ideologia de raça/progresso e transformaram a condição de servidão em naturalização do trabalho braçal, necessários ao desbravamento da selva inóspita, pois, no contexto de sociedade liberal-capitalista, “[...] o lugar afirma-se em oposição ao domínio do



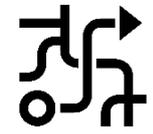
espaço, e o não capitalismo em oposição ao domínio do capitalismo como imaginário da vida social” (ESCOBAR, 2005, p. 68).

Os projetos do INCRA haviam assentado milhares de famílias no eixo da BR-364 e fora dela de maneira permanente, o que permitiu que o governador do Território Federal de Rondônia, Jorge Teixeira de Oliveira, desse início a um projeto de estruturação da região com vistas à sua emancipação. Seu programa realizou o asfaltamento da BR-364, desenvolveu o Planejamento do Sistema de Energia Elétrica, com a implantação do canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Samuel, criou mais seis municípios no ano 1981 (Jaru, Ouro Preto, Presidente Médici, Espigão d’Oeste, Colorado d’Oeste e Costa Marques) e reestruturou os poderes executivo e judiciário “com a prerrogativa de legislar por decreto, em virtude da não existência do Poder Legislativo” (MATIAS, 1998, p. 139).

Essas iniciativas, somadas ao potencial econômico revelado pela agricultura e pecuária, e o crescimento demográfico atingido pelo Território Federal de Rondônia, deram-lhe a condição de ser elevado à categoria de Estado pela Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, pelo presidente João Batista de Figueiredo; no entanto, a primeira eleição direta só aconteceu em 1986, pela qual elegeu o primeiro governador do estado, Jeronimo Garcia de Santana. Nesse ínterim, foi administrado pelo coronel Jorge Teixeira de Oliveira por decreto de nomeação.

O quadro de governadores de Rondônia pode ser dividido em três períodos políticos. O primeiro, iniciado em 1943, com a nomeação do 1º governador do Território Federal do Guaporé, encerrando-se em 22 de dezembro de 1981 com a transformação do Território Federal de Rondônia em Estado. O segundo período começou em 29 de dezembro de 1981 com a nomeação do primeiro governador do Estado, o coronel Jorge Teixeira de Oliveira. Sua posse ocorreu no dia 04 de janeiro de 1982 na instalação político administrativa do Estado de Rondônia. O terceiro e definitivo período iniciou-se com a posse de Jeronimo Garcia de Santana, em 15 de março de 1987, na qualidade de primeiro governador eleito pelo povo (MATIAS, 1998, p. 95).

Esta organização política contribuiu para que novos distritos se tornassem municípios, como Rolim de Moura, Cerejeiras, Santa Luzia, Alta Floresta, Nova Brasilândia, Machadinho, Cabixi, São Miguel do Guaporé, Alvorada, Mirante da Serra e outros. “O cerne da política de colonização consistiu na produção de condições



materiais para efetivar novas relações produtivas e inserir elementos da sociabilidade capitalista à floresta” (COSTA SILVA, 2012, p. 60), ignorando a presença indígena.

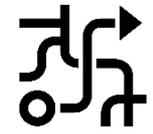
CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história regional menciona a presença de povos indígenas em diversas fases de seu desenvolvimento; no entanto, suas identidades étnicas, sua localização, seu destino e seus direitos foram negligenciados no processo histórico. Ademais, os discursos oficiais omitiram a existência de povoamento numeroso e permanente de indígenas nas terras hoje denominadas Rondônia. A generalização de termos como “presença indígena” e “povos indígenas” são parcos, superficiais e estereotipados, longe de dar conta de um processo histórico coerente com a realidade ocorrida.

O processo de desenvolvimento de Rondônia se inscreve em uma narrativa mais ampla de violência estrutural, reproduzindo e naturalizando práticas coloniais naturalizadas no meio social. O extrativismo vegetal, a mineração, agricultura, pecuária e a construção de grandes obras não apenas transformaram o meio ambiente, mas também subverteram os modos de existência e autonomia dos povos indígenas, relegando-os a uma posição de invisibilidade e marginalização.

A lógica desenvolvimentista aplicada a Rondônia desconsiderou as epistemologias, os saberes e as territorialidades indígenas, perpetuando a ideia de progresso como um processo que justifica seus meios. O processo de desenvolvimento de Rondônia carrega consigo uma história obscura de resistência e poder, pelo qual a terra, fundamental para a identidade, pertencimento e sobrevivência dos povos indígenas, foi reconfigurada como recurso a ser explorado, com poucas menções históricas dos métodos utilizados nesse processo para subjugação, exploração, expulsão, silenciamento e o dizimar de nações indígenas.

É preciso fomentar um discurso de reconhecimento das violências epistêmicas, morais e físicas sofrido pelos inumeráveis povos indígenas do vale do Madeira, como recurso para desconstruir narrativas coloniais que ainda informam a sociedade. O futuro de Rondônia deve ser construído com base no diálogo e na participação ativa dos povos indígenas, garantindo que suas vozes, culturas e direitos sejam centrais na formulação de qualquer projeto de desenvolvimento.



REFERÊNCIAS

AIKANÃ, Luzia. *Plantas frutíferas da aldeia: experiência educacional com alunos Aikanã*. 2015. Trabalho de conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural – Universidade Federal de Rondônia, Campus de Ji-Paraná, Rondônia, 2015.

BARBOSA, Aline Miranda; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Reflexões sobre a atual questão agrária brasileira: descolonizando o pensamento. In: MENESES, Maria Paula; VASILE, Iolanda. (Orgs.). *Desafios aos estudos pós-coloniais: as epistemologias Sul-Sul*. Revista Cescontexto, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal, n, 05, p. 12-27, maio 2014.

CINTA LARGA, Augusto. *Saberes e fazeres matemáticos do Povo Cinta Larga*. 2015. Trabalho de conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural – Universidade Federal de Rondônia, Campus de Ji-Paraná, Rondônia, 2015.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. Disponível em: <https://libreria.clacso.org/publicacion.php?p=164&c=13>. Acesso em: 19 set. 2024.

COSTA SILVA, Ricardo Gilson da. Das margens do Madeira ao interior da floresta: percursos da formação socioespacial de Rondônia (1970-1995). In: COSTA SILVA, Ricardo Gilson da; SILVA, Adnilson de Almeida; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento. (Orgs.). *Colonização, território e meio ambiente em Rondônia: reflexões geográficas*. Curitiba: SK Editora; Porto Velho: PPGG/UNIR, 2012.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. Disponível em: <https://libreria.clacso.org/publicacion.php?p=164&c=13>. Acesso em: 19 set. 2024.

HUGO, Vitor. *Cinquenta anos do Território Federal do Guaporé*. Porto Velho, RO: ABG Gráfica, 1995.

LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. Disponível em: <https://libreria.clacso.org/publicacion.php?p=164&c=13>. Acesso em: 19 set. 2024.

MATIAS, Francisco. *Pioneiros*. Porto Velho, RO: Gráfica e Editora Maia Ltda., 1998.



MEIRELES, Denise Maldí. *Populações indígenas e a ocupação histórica de Rondônia*. 1983. Especialização em História e Historiografia. Departamento de História – Universidade Federal do Mato Grosso. 72 f. 1983. Disponível na biblioteca municipal de Ji-Paraná.

PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. *Migrantes Amazônico Rondônia: A trajetória da ilusão*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

PINTO, Emanuel Pontes. *Caiari, lendas, proto-história e história*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1986.

SANTOS, Alex Mota dos. *Cartografia dos povos e das terras indígenas em Rondônia*. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SURUÍ, Joaton. *Metar Et Ah: uma proposta de educação escolar indígena diferenciada para o povo Suruí Paiter de Rondônia*. 2014. Trabalho de conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Básica Intercultural – Universidade Federal de Rondônia, Campus de Ji-Paraná, Rondônia, 2014.

FONTES

BRASIL. Ministério da Educação. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte, 5.10.1988.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei Complementar nº 41*, de 22 de dezembro de 1981. Cria o Estado de Rondônia, e dá outras providências. Brasília: DOU, 23.12.1981.

Recebido em 20/09/2024

Aprovado em 30/10/2024



PAES CHAVES, Genisson*

<https://orcid.org/0000-0001-5091-9523>

BARBOSA MAGALHÃES, Sônia**

<https://orcid.org/0009-0007-9933-1131>

Resumo: Neste artigo analisamos o processo de ocupação da ilha Saracá, localizada no município de Limoeiro do Ajuru, no estado do Pará. Para tal, acompanhamos a história de Hormino Vulcão, bisavô de um dos autores, antigo morador da ilha e proprietário de parte significativa de seu território. Hormino Vulcão foi um homem muito rico e sua riqueza se deve a um baú encontrado carregado de ouro e posteriormente pelo estabelecimento de um pacto firmado com o próprio diabo. O trabalho foi elaborado a partir da autoetnografia e da etnografia. Nesse sentido, realizamos entrevistas e registros fotográficos. Os resultados indicaram que o afeto foi um dos elementos responsáveis pelo processo de ocupação da ilha, aliada à oferta de territórios disponíveis, bem como a inexistência de proprietários que a reivindicassem para si. O caso de Hormino Vulcão é um exemplo clássico deste processo, seguido por outras pessoas que se “engraçaram” pela ilha Saracá e a tornaram sua morada, local de trabalho e reprodução sociocultural.

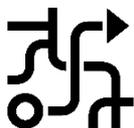
PALAVRAS-CHAVE: Processos de ocupação; afeto; Amazônia.

ABSTRACT: In this article, we analyze the process of Saracá Island occupation, located in the municipality of Limoeiro do Ajuru, in the state of Pará. To do so, we follow the story of Hormino Vulcão, great-grandfather of one of the authors, a former resident of the island and owner of a significant part of its territory. Hormino Vulcão was a very rich man and his wealth is due to a chest found full of gold and later to the establishment of a pact made with the devil himself. The work was developed based on autoethnography and ethnography. In this sense, we conducted interviews and photographed records. The results indicated that affection was one of the elements responsible for the process of occupation of the island, combined with the offer of available territories, as well as the lack of owners who claimed it for themselves. The case of Hormino Vulcão is a classic example of this process, followed by other people who “fell in love” with Saracá Island and made it their home, place of work and sociocultural reproduction.

KEYWORDS: Occupation processes; affection; Amazon.

* Doutor e mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pelo Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Embrapa Amazônia Oriental. Possui graduação em Ciências Sociais (UFPA) e em Pedagogia (Uninter). Professor da Secretaria de Educação do município de Parauapebas (PA). E-mail: paes.paesg@gmail.com

** Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1978), mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (1983), doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Pará e em Sociologia pela Université Sorbonne Paris Nord (2007), em co-tutela. Pós-doutorado pela Université Sorbonne Paris Nord (2018). Professora Associada na Universidade Federal do Pará, vinculada ao Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF), ao Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA) e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA). E-mail: smag@ufpa.br



. INTRODUÇÃO

Neste artigo, discutimos o processo de ocupação da ilha Saracá pelo olhar de Dona Ana Maria, avó materna de um dos autores. Seguindo sua narrativa, compreendemos como a ilha Saracá, localizada no município de Limoeiro do Ajuru, estado do Pará, foi povoada. Imbricada a essa narrativa, compartilhamos a vida de Hormino Vulcão, pai de Dona Ana Maria.

Hormino Vulcão foi um homem muito rico. Muitas partes da ilha Saracá lhe pertenciam. Sua riqueza deve-se a um pacto feito com o diabo, já que ele era um simples pescador que também trabalhava no corte da seringa. A vida de Hormino Vulcão se entrelaça com a ocupação da ilha Saracá. Não há como entender sua formação sem levar em consideração a vida deste homem branco, alto e forte, respeitado por todos os moradores da ilha.

Este trabalho é fruto da tese intitulada “Visagens, Mizuras, Aparecimentos: aspectos da ontologia ribeirinha na ilha Saracá, município de Limoeiro do Ajuru, estado do Pará”, defendida no ano de 2024 pelo Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas (Universidade Federal do Pará e Embrapa Amazônia Oriental). Foi realizado a partir de uma imersão em campo que levou em consideração elementos vivenciados por um dos autores, que já morou na ilha Saracá durante parte de sua infância e que continua a visitá-la até o presente momento.

Portanto, combina elementos autoetnográficos na medida em que inclui as experiências (SANTOS, 2017) deste pesquisador-ribeirinho e etnográficos (MALINOWSKI, 1976; GEERTZ, 1973; OLIVEIRA, 1998; e PEIRANO, 2014). Durante a pesquisa, fizemos uso de observação participante, entrevistas semiestruturadas e conversas informais. As entrevistas contaram com o auxílio do gravador de celular.



2. CONSTRUÇÕES SOCIAIS DO PASSADO: PROCESSO DE OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO DA ILHA SARACÁ

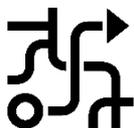
A ilha Saracá faz parte do município de Limoeiro do Ajuru,¹ estado do Pará. Está a cerca de 200 km de Belém, de onde se distancia oito horas de barco a motor ou cinco horas de lancha. Do município de Limoeiro do Ajuru, fica a meia hora de barco e, de Cametá, cerca de uma hora de lancha. Estes dois são os municípios mais próximos da ilha. Saracá é dividida em três áreas principais, conhecidas como Saracá de Cima, Saracá de Baixo e Saracá da Costa.

O Saracá da Costa engloba os rios² Três Barracas, Igarapé Grande, Caverna e Amândio; o Saracá de Baixo constitui-se dos rios Paxiba, Cobra e Mata Fome; e o Saracá de Cima, pelo rio Gregório (CHAVES, 2013). Os rios Paxiba e Gregório são os mais populosos. De acordo com Holanda e Simões (2017), há cerca de duzentas e cinquenta e cinco famílias na ilha.

A comunidade tradicional ribeirinha da ilha Saracá é formada por um grupo de pescadores. Esses pescadores são indivíduos nascidos na própria ilha; outros vieram

¹Carlos Fonseca argumentou que os primórdios da povoação de Limoeiro remontam a 1895, pois foi elevado à categoria de vila pertencente ao Município de Cametá pela Lei nº 924, de 6 de julho daquele mesmo ano. Ignácio Moura, por sua vez, relata na obra *De Belém a São João do Araguaia - Vale do Rio Tocantins* que, em 1887, a visitara e ainda era freguesia. E continua: "É um ou dois arruamentos de casas pequenas, porém alegres, que a família do geógrafo paraense Dr. Carlos Novaes pretende elevar à categoria de sede de comarca. Dispunha de uma pequena igreja católica, que lhe conferia o cunho cultural da terra, e de uma escola mista, regida por uma professora primária que distribuía a instrução às crianças da vila e dos arredores, onde quase não existiam analfabetos. Havia uma coletoria estadual independente da de Cametá." Possivelmente, a posição estratégica do furo do Rio Limoeiro, que dá acesso seguro do Rio Tocantins ao Baixo Amazonas, contribuiu decisivamente para a consolidação da localidade. Sabe-se também que, em 1911, já figurava como distrito do Município de Cametá. A denominação Limoeiro vigorou até 1961, quando passou a chamar-se Limoeiro do Ajuru. Na mesma época, tornou-se também uma unidade autônoma, com terras desmembradas dos municípios de Cametá e de Oeiras do Pará" (IBGE, 2024). Para maiores esclarecimentos sobre a história e geografia do município de Limoeiro do Ajuru, ver Sena (2007).

² Terminologia local empregada para nomear as comunidades da ilha Saracá (CHAVES, 2013).



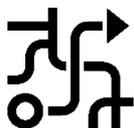
de ilhas próximas e de municípios locais, juntamente com parentes que construíram relações conjugais ou de pessoas que vieram à procura de trabalho, fixando-se de maneira definitiva posteriormente. As pessoas, de modo geral, são bastante hospitaleiras. São donas de casas, mães e pais de famílias geralmente extensas, que vivem rotineiramente dentro das matas e nos rios, à procura de alimentos, lazer, dentre outros. As principais atividades econômicas da ilha Saracá giram em torno da pesca e da extração de açaí.

Na tarde do dia 8 de janeiro de 2021, de sua rede, localizada dentro do quarto de sua casa de madeira, coberta por telhas de barro, situada no Rio Igarapé Grande, às margens do Rio Tocantins, Dona Ana Maria Ferreira Paes, avó de Genisson Paes, nascida em 1935 e atualmente com 89 anos, é convidada a nos apresentar o passado que povoa sua mente. A avó Ana, para nós a “vó” Ana, é uma mulher que teve treze filhos: um deles morreu nos primeiros anos de idade e outro não “vingou” devido a um peixe de espinhel, já que grávida não poderia comer esse tipo de peixe. Dona Ana nasceu na ilha Saracá. É a filha mais velha da união de sua mãe, Bernardina Ferreira, e de seu pai, Hormino Vulcão. Estudou até a quarta série no Instituto Nossa Senhora Auxiliadora (INSA), localizado na cidade de Cametá (PA). Após a conclusão dos estudos dos filhos de seu irmão, fruto de uma união anterior, e do posterior padrasto, bem como da morte do pai, foi forçada a abandonar os estudos e a voltar para a ilha Saracá.

Já adulta, Dona Ana conhece Emílio da Cruz Paes, conhecido como “tio” Milico, e com ele teve doze filhos. O “tio” Milico nasceu na ilha Saracá. Foi filho de Mima, que morreu após seu parto. Foi criado pelas tias Joantina e Santinha Paes. “Tio” Milico nutria grande tristeza por não ter sido criado pela sua mãe. Após a união, os dois foram morar no Igarapé Grande, onde Dona Ana reside até os dias atuais, já que seu marido faleceu no ano de 2017.

Reconstruímos a ilha Saracá, uma das mais populosas áreas insulares do município de Limoeiro do Ajuru³. A ilha que nos é apresentada é bastante diferente da

³O município foi criado no dia 29 de dezembro de 1961, através da Lei Estadual 2.460 (publicada no Diário Oficial nº 19.759). Em seu território, foi anexada parte do distrito de Joana Coeli, do município de Cametá, e parte do distrito-sede do município de Oeiras do Pará. Ajuru se deve a um papagaio de encontros vermelhos (Amazona aestiva), também denominado ajeru, jeru, juru e ajuru. Juru açu (ajuru grande) é igualmente conhecido como papagaio



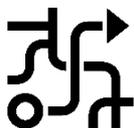
ilha do passado. Antigamente, era composta por poucas casas. Naquela época, não havia eletricidade; o uso de celular e televisão não fazia parte da realidade edificada às margens do Tocantins. Rádios eram poucos e funcionavam a bateria, sendo levadas para a cidade de Cametá (PA) para serem carregadas, permitindo que os ribeirinhos de Saracá pudessem escutar músicas e acompanhar as notícias que vinham de diferentes partes do Brasil.

Eram poucas, nesse Igarapé Grande não tinha seis casas! Seis famílias, lá, nas Três Barracas, que falam Três Barracas, eram três casas que tinha. Ficou com o apelido de Três Barracas... Três Barracas, Igarapé Grande, Caverna, ali de novo só tinha três moradores, duas famílias. Lá embaixo onde o Orlando [antigo morador, já falecido] morava, tinha de novo duas famílias, que era de um tal de Amândio... Agora passava ali onde o papai morava, era só o papai... Ali onde a Bernarda [irmã] mora, lá é o Abacatal. E lá pra baixo, vai, baixa, lá pra baixo ficava aí onde a tainhada, o pessoal do Bereca que moravam, que iam, que eram umas cinco casas de novo.... Aí onde a gente vai, que a Chila [sobrinha] mora, o Paxiba que chamam agora. Abacatal o nome, que vem vindo do Paxiba, daí ele sobe. Aí é nessa ponta onde sobra que é pra dobrar... Te lembras da casa do Abel [antigo morador da ilha, já falecido]? Aqui esses uns que vão, que agora tem Jane [morador da ilha] ... Aí que dobrava, que era a casa do Abel, tinha a minha madrinha Cota que morava com os filhos; o Chico Viana, que era pai do Domingo Viana, do Gote, desse pessoal, moravam mais pra dentro um pouco do rio. E lá na boca do Gregório, ia indo, desse lado que é a casa do Humpheres [filho], ia indo, lá onde é a igreja, morava o Cazuzza, com a família. Tinha umas três casas dele já com os filhos. Lá no Gregório, que faziam o Gregório, era o meu avô [materno], de um lado e de outro lado morava uma tal de velha Rosa, com dois filhos ou três. (Dona Ana Maria)

O relato acima é ilustrativo de uma época em que havia poucas casas. As famílias eram bastante limitadas; não havia, portanto, a mesma quantidade presente nos dias de hoje. Mesmo assim, é importante notar que todos os principais rios já estavam povoados no passado.

[A ilha] sempre [foi conhecida por] Saracá mesmo, agora tinha esses lugares assim, como eu estou te falando, lá embaixo era Amândio, aqui o Igarapé Grande, ali o Caverna, as Três Barracas, era dado para esses igarapés assim... Gregório na entrada do rio. Já existia esse nome, mas já que esses moradores que vieram primeiro iam dando. Mas essa ilha ela não era povoada, logo, logo, não.... Essa gente que vinha, vinha pra pescar. [Essa gente] de todos esses lugares daí, de cima, de Cametá, de município de Cametá, daqui, Limoeiro [do Ajuru], não era

moleiro, o maior da América do Sul. Por outro lado, ajuru é o nome genérico de pequenas árvores, da família das Rosáceas, sendo algumas espécies de fruto comestível, com madeira branca, dura e cheiro de óleo rançoso (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1994).



cidade, Limoeiro era uma vila [que pertencia a Cametá]. E aí eles vinham pescar, vinham, depois eles davam de fazer aquelas malocas que chamavam, né? Aquela coberta, eles já traziam a mulher, com um ou dois filhinhos, depois foram se localizando. [As pessoas também vinham do] interior de Cametá, de ilhas. (Dona Ana Maria)

Dona Raimunda Viana, conhecida como Tia Rai, de 78 anos, aposentada e moradora do Rio Gregório, disse que “veio um homem, o nome dele era Saracá, aí ele encostou na ilha (...) aí colocaram o nome da ilha Saracá. Por isso que o nome da ilha é Saracá”. Outra justificativa encontrada para o nome da ilha, em tom de brincadeira, revela que antigamente, na ilha, havia uma moça chamada Sara e que alguém a chamou utilizando a seguinte frase: “Sara, vem cá”. Essa foi a “origem” do nome da ilha Saracá. Conforme o relato de Dona Ana Maria, os primeiros nomes, como Gregório e Três Barracas, por exemplo, foram dados pelos primeiros moradores da ilha.

No caso do rio Gregório, acredita-se que um dos primeiros moradores daquele rio se chamava por esse nome. As Três Barracas devem seu nome ao fato de que antes só havia três casinhas, ou seja, três barraquinhas. Esse fato foi então incorporado pelos moradores, que até hoje se referem ao lugar como Três Barracas. O rio Igarapé Grande talvez tenha sido batizado por esse nome devido ao fato de ser um igarapé grande, isto é, largo e fundo. Não é, portanto, um igarapé que seca, ou seja, não dá para ver o seu leito. Já o rio Paxiba é bem provável que homenageie a paxiba, uma espécie de “tábua” fabricada a partir dos estipes dos açaizeiros e que, no passado, era comumente utilizada para a construção de casas, currais, galinheiros, passagens etc.

No passado, Ana Maria nos disse que tudo era diferente. A maioria das casas era feita de açaizeiros; o telhado era coberto com folhas da palheira, coletadas na ilha ou em lugares circunvizinhos. Quando não conseguiam pregos para erguer as casas, os moradores amarravam os açaizeiros e as tábuas com cipós coletados na mata. Os cipós, periodicamente, tinham que ser renovados devido aos desgastes causados pela ação do tempo.

As casas eram todas feias, a maior parte era de açaizeiro, coberta com palha, emparedado com miriti, bagaço de miriti e soalhado com a paxiba de açaizeiro. Quando tinha, a gente podia, a gente comprava o prego pra pregar, e quando não, a gente amarrava, com cipó ou com tala de miriti. Tudo amarrado e ficava



rodando... a gente ia pisando, pisando, quando tinha criança... quando dava, arreventavam, né? Tinha que ir reamarrar. (Dona Ana Maria)

O “feito”, ressaltado no relato acima, está associado ao modo como as casas eram feitas, já que praticamente todas eram de açazeiros e cobertas com palha. Os açazeiros, devido à sua forma cilíndrica, escorregavam. Por isso, havia a necessidade de amarrá-los com cipós, com talas retiradas dos braços de miriti e, quando possível, com pregos comprados na cidade de Cametá. No geral, as condições financeiras não permitiam a compra de pregos para pregar as paxibas. Por isso, utilizava-se cipós e talas de miriti.

Fogão a gás não existia, meu filho. Até quando eu estudei lá, nesse INSA [tradicional colégio da cidade de Cametá], não existia fogão a gás [...]. Tinha motor, mas esse girado, motor que vira com a manivela, né? Nas casas não tinha, em parte nenhuma, energia. A luz era da lamparina, que a gente colocava querosene dentro, o óleo e acendia. [...]. Rádio tinha, na bateria... Era alguns, difícil mesmo tu ver uma casa que tivesse rádio. (Dona Ana Maria)

Em praticamente todas as casas, utilizava-se fogão à lenha. A luz vinha das porongas, lamparinas com pavio longo. O rádio era encontrado em poucas residências, geralmente entre as famílias mais abastadas. Naquela época, não existiam igreja, escola nem posto de saúde. Essas construções só vieram com o tempo.

Depois que passou uns tempos que começou a ter nas casas, a comunidade [culto/reza]. Só uma comunidade que tinha, do Cazuzza [antigo morador] e nada mais, aqui no Saracá. Depois que fizeram uma igreja, que [é] essa agora, do Sagrado [Coração de Jesus, localizada no rio Gregório], depois de muito tempo... Meus filhos todos foram batizados na casa do Cazuzza... [a casa do Cazuzza ficava localizada] onde agora é a igreja [católica], pra cá um bocadinho, eles moravam. Quando a gente queria uma missa, a gente ia tratar o padre na cidade, eles vinham, então eles vinham em qualquer casa da gente... Mas era pago. (Dona Ana Maria)

Naquela época

Não tinha grupo [escolar], só tinha algumas casas que o papai pagava professora, na casa particular, assim, não existia grupo. Depois de um certo tempo que veio começar a ter. O primeiro grupo que teve era Jucundino Pereira Vulcão, era meu irmão, por parte de pai. Depois que caiu [que foi desativado] esse grupo e ele morreu [o irmão Jucundino], aí que eles fizeram este um que agora está [se referido à Escola Vilma de Nazaré Mendes, inaugurada no ano de 2002]. [...] Ele [o irmão] tinha morrido, então, quando fizeram esse grupo, colocaram, a prefeitura



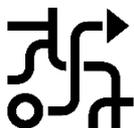
colocou o nome dele. Quando terminou, que fizeram esse outro grupo aí, tiraram o nome dele, ficou já da Vilma de Nazaré, que foi uma professora da ilha, filha da Zirda, morreu nova. [Jucundino] morreu velho. Meu pai deu o nome porque ele foi o segundo herdeiro, sabe? Que o papai foi o primeiro... das terras dele daí, que ele comprou, né? (Dona Ana Maria)

Genisson Paes estudou em uma dessas escolas que funcionavam na casa de um dos moradores da ilha. Ele passou por duas casas: a casa dos seus padrinhos e a casa de Dona Bete, localizada no rio Igarapé Grande. Em ambas as situações, o ensino era multisseriado, ou seja, em um único compartimento eram colocados alunos de diferentes séries, pois não havia espaço, tampouco alunos suficientes para que a oferta fosse organizada de outra maneira.

Além disso, sobre essa experiência, este autor recorda um dia em que teve que chegar à casa de seus padrinhos para ter aula, mas o Igarapé da Pata, que cortava o caminho, estava cheio e ele tinha que atravessá-lo. Ele deu uma olhada para ver se conseguia passar por cima de algo sem que se molhasse, mas, como não conseguiu, se despiu por completo. Ao chegar à outra margem, espanou a água com a mão, vestiu a roupa e foi direto para a escolinha. Isso aconteceu em 1998, quando o autor tinha 8 anos de idade.

Ao compartilhar sua percepção de um passado reconstituído pela memória, Dona Ana Maria conta como foi o percurso percorrido por seu pai até chegar a construir sua morada à beira de um dos rios que hoje lavam seus cabelos brancos.

O Saracá, pra bem dizer, mesmo, totalmente era bem poucos terrenos que não eram do papai. Tudo, tudo, era dele. [O papai veio] daí de cima... [nasceu no Itanduba, que pertence a Cametá], do Itanduba ele já se colocou num lugar que chamam Martelo, pra essa outra ilha, do Xingu [pertencente a Cametá] ... Ele comprou essa terra lá... De lá ele casou, que ele comprou essa terra e aí ele... Ele era cortador de seringa, ele foi pras ilhas, cortar seringa pra lá, pra tirar essa dita borracha defumada, que lá disque, disque não, foi verdade, que ele achou dinheiro em ouro... Porque ele tinha o depósito, um negócio grande, assim, de tampa de mármore. Tinha dez quilos, pesava, a gente metia açúcar dentro, ele tirou cheinho de ouro. [Ele achou] lá nas ilhas, ele foi cortar seringa pra lá.... Não era ilha, ilha, era varjão, essas varjas grandes [terra firme]. Quando ele achou e tirou esse dinheiro, ele não foi pro outro ano cortar, ele só cortou dois anos seringa pra lá... Depois dele achar o dinheiro ele se aquietou, aí que ele veio comprar terras pra lá, ele tinha muitas terras aí pra cima [região de Cametá], comércio muito grande, nesse Martelo. Depois, ele era muito femero, ele tinha as mulheradas, ele veio, até que se localizou pra cá [ilha Saracá], mas não com a mulher verdadeira dele, que era a mãe do Juquinha. Juquinha, Remuardo e Erundina eram os filhos de casal. (Dona Ana Maria)



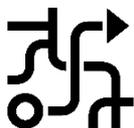
O relato acima ilustra um pouco das andanças que muitos percorreram até chegar a fazer das ilhas seu local de morada. Como fica evidente, o pai de Dona Ana Maria é filho de terras cametaenses, cidade esta localizada a uma hora de distância de lancha da ilha Saracá. No passado, as distâncias eram maiores, as embarcações eram mais escassas, não tendo a velocidade que muitas de hoje em dia alcançam.

Também é importante salientar o fato de que o pai de Dona Ana Maria era um dos poucos que, na época, detinha parte significativa do território da ilha. Como frisa, seu pai era dono de muitas extensões de terra, não somente na ilha Saracá, mas em outras localidades vizinhas. Como dito, essa ocupação inicia-se com a chegada de pescadores que, ao buscarem novos locais de pescaria, identificavam novas ilhas. Muitos desses pescadores chegavam e, quando percebiam que determinadas áreas não tinham proprietários, se autointitulavam donos. Logo depois, quando tinham condições, compravam áreas de seu interesse.

O pai de Dona Ana Maria tinha muitas extensões de terra porque era um homem muito rico. Ele foi comprando, com os bens que tinha, os terrenos de seu interesse. No passado, isto é, há mais de cem anos, a ilha Saracá não tinha tantos moradores como hoje.

Ele [o avô Hormino Vulcão] tinha terreno em vários lugares, Cametá Tapera, aqui em Cametá, muitos lugares ele tinha terreno, Xingu [Cametá], parece-me... O vovô, ele não deixou terreno, assim, dividido pros filhos, porque na época que ele morreu, os filhos estavam tudo pequenos, bem pequeno mesmo. Aí, a vovó ficou com esses terrenos tudinho, aí quando o velho morreu, ela se juntou com o velho Juquinha, que foi irmão da mamãe de pai e padrasto da mamãe. Aí que quando o velho Juquinha morreu, ficou só a vovó, com o tempo, eu já existia, quando a vovó dividiu os terrenos com os filhos. Então ela dividiu com os filhos. (Eliana Paes, 53 anos, mãe de um dos autores, filha de Ana Maria)

Após a morte do segundo marido, a mãe de Dona Ana Maria dividiu os terrenos entre os filhos. Como uma das herdeiras, Dona Ana Maria recebeu sua parte, juntamente com os quatro irmãos. Quando seus filhos se tornaram adultos, a maior parte já tinha família. Os terrenos foram divididos entre os onze filhos. Todos receberam extensões significativas de terra, o que confirma que Hormino Vulcão, seu pai, realmente era detentor de muitas terras na ilha Saracá.



Mas por que Hormino Vulcão tinha muitas terras? Dona Ana Maria disse-nos que seu pai achou dinheiro, muito dinheiro⁴, o que foi um dos fatores que contribuiu para a aquisição de terras.

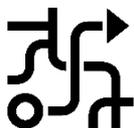
[Meu pai] era grandão, branco, loiro, brancão mesmo.... A mamãe era do Cuxipiarí [ilha pertencente à] Cametá. Ela nasceu lá [no] Mapiraí, fica perto de Cuxipiarí, mas ela se criou lá, ela nasceu lá, depois ela [com a família] se mudou aí, pro Cuxipiarí. De lá que ela veio rodando com o meu avô, colocaram aí na boca do Gregório. Ele [o pai] conheceu mamãe aí mesmo, aqui no Saracá. [Mamãe veio parar no Saracá] por causa do meu avô, que ele veio de lá, do Cuxipiarí, com negócio de pesca, se mudou pra cá, se apossou também de terras, sabe? Essa ilha não foi vendida, nem nada, nunca compraram, cada um que vinha, tomava conta... De lá que eles iam, cada qual, fazendo, como queriam mandar fazer... (Dona Ana Maria)

Dona Ana Maria sugere que foi por meio da atividade pesqueira que muitas ilhas foram povoadas. Os pescadores chegavam e se “engraçavam” por determinado pedaço de terra. Faziam uma pequena construção na beira do rio e, em outro momento, já vinham com a família, cachorros e papagaios. Os recém-chegados se apossavam da porção que lhes interessava e, assim, davam origem a um longo processo de ocupação que foi passando de pai para filho até os dias de hoje. Naquela época, era assim: não havia problema, bastava construir a morada e trabalhar pelo pão de cada dia. Nesse sentido, o trabalho e o afeto são dois elementos que contribuíram diretamente para a ocupação de ilhas até então “isoladas” ou “pouco povoadas”.

Abaixo há uma breve descrição de como se deu a chegada do pai de Dona Ana Maria na ilha Saracá:

Ele [o pai] veio primeiro só, ele se juntou com a Izabel Tavares, que era a avó desse Aldo Vulcão [sobrinho]. Quando papai veio, namorando ela [Izabel Tavares], quando eles se mudaram pra cá, ele trouxe ela, também, ela era lá do Acaracará [Cametá]... Teve uma filha com ela, que é a Aidê, que era mãe do Aldo e papai mandou fazer uma casa lá na boca do Paxiba, lá ela morava com ele. [Quando o pai chegou, construiu casa] aí onde a Bernarda [irmã] mora, de lá ele

⁴Dona Ana Maria contou-nos que seu pai achou dinheiro na época em que trabalhava como seringueiro. Posteriormente, fez pacto com o diabo, o que lhe propiciou uma vida estável e confortável durante muito tempo. Essa narrativa será apresentada de maneira detalhada, mais adiante



vivia com esse Didão, esse Didão era sobrinho dele e filho de criação. Aí também, ele começou a gostar da mamãe, que ele ficou com a mamãe, mandou fazer essa casa onde a Bernarda mora, viveu aí com a mamãe. E essa Maria Orina era aqui onde o Jínias [antigo morador] morava, no Caverna... [O pai tinha] três mulheres, quatro com a Madalena, que essa Madalena que era mãe do Honofre, do Pretinho, essa gente... Essa Madalena era lá de Boa vista [Marajó], ele trouxe ela. Daí ela morava lá no Caracará, essa Madalena, que ele teve uns quatro, cinco, ou seis filhos com ela... Lá ela morreu, morreu pra lá. Ela não chegou a morar pra cá [Saracá]. Pra cá foi só a mamãe, essa Maria Orina e a Izabel Tavares.

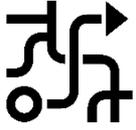
O relato acima sugere que o pai de Dona Ana Maria foi se apropriando aos poucos de parte da ilha Saracá. Como dito anteriormente, as pessoas chegavam e se apropriavam da parte que lhe agradava. Se determinado pedaço de terra não fosse ocupado, não havia problema em reivindicá-lo para si. Foi esse o caminho que muitos utilizaram. É o caso do pai de Dona Ana Maria e dos primeiros moradores da ilha.

Hoje, ao nos sentarmos na cabeça da ponte, avistamos um fluxo constante de rabudos, embarcações motorizadas, barcos com ou sem tolda e voadeiras. Os cascos já são poucos; com o tempo, perderam espaço para as embarcações acima mencionadas. No passado, Dona Ana Maria disse-nos que:

Tinha casco, tinha só mesmo ele, o casco, com motor, mas esse motor de assento, não tinha rabudo, não tinha disso ainda... Era tudo no óleo diesel, que funcionava. Mas não era tudo que tinha [barco a motor], não era, era difícil, bem pouco... Nessa época era o Juquinha [irmão e pai de criação] que tinha, a Antônia do Eusébio [antiga moradora], que morava aí nas Três Barracas, tinha o motor, depois o Pedro Xavier... Não eram motores grande... O papai que tinha duas lanchas grande, que era movida com lenha, que era a saracaense, que era a menor, mas elas eram grandes, mas a saracaense era menor... tinha cobertura, tudinho, desde banheiro. E tinha a lancha Vulcão, que quando eles entravam na boca [do rio], antes de entrar dentro do Gregório, eles davam uns apitos que chegava de ouvir a ilha inteira ... Mas era tudo movido com a energia da lenha, caldeira.... (Dona Ana Maria)

Antigamente, o açaí não tinha a importância econômica que possui hoje. Chegava a se estragar nos portos da cidade de Camaetá, pois muitas vezes não havia quem o comprasse. Quando isso acontecia, o conteúdo da rasa era despejado nos portos das feiras da cidade. Quando não havia, se estragava no mato. Os papagaios são que faziam a festa. Naquela época, as pessoas trabalhavam principalmente com a coleta de seringa para produção de borracha e a coleta de cacau.

De acordo com Santos (1980), após inicialmente ser apreciada como objeto de curiosidade pelos europeus, a demanda internacional pela borracha da Amazônia



começou a ocupar um lugar de destaque no século XIX, e isso se acentuou ainda mais nas primeiras décadas do século XX. Conforme Sena (2008, p. 91):

Vivia-se a era do automóvel e da borracha, e o mundo precisava da matéria-prima a qualquer preço. Durante o século XIX, praticamente toda borracha natural consumida no mundo era originária da Amazônia brasileira, levando o produto a competir com o café na formação do PIB brasileiro.

A demanda por borracha afetou o crescimento da população amazônica. Atraiu migrantes oriundos, especialmente, da região Nordeste do Brasil e imigrantes vindos das mais diferentes nacionalidades. Conforme Loureiro (2015, p. 16), os imigrantes vinham “atraídos pela possibilidade de fazer fortuna ou, pelo menos, de melhorar de vida nos trabalhos da borracha”⁵.

A ilha Saracá era um seringal. Antigamente, havia muita seringa no mato, mas, é claro, as seringueiras não se encontravam de forma homogênea, como nas áreas de monocultivo, mas espalhadas pelo mato, pois foram plantadas pela natureza e não pelo homem. Dona Ana Maria disse-nos que seu Emílio Paes, seu marido, conhecido como Milico, trabalhava no corte da seringa e juntava uruaá. O corte da seringa consistia em extrair o látex da ilha e vendê-lo aos comerciantes locais. Quando conseguia uma cambada de uruaá, vendia para os moradores. O uruaá era utilizado como recipiente para armazenar o leite, o “ouro negro”, que descia das veias da seringueira, a “árvore que chora” (BAUM, 1946). Consistia em amarrá-lo na árvore, de forma suspensa, para que o leite ficasse armazenado em seu interior.

Eu vi o pessoal, o Milico, quando casei com ele, ele inventou de cortar, mas ele cortava com a gente dele, ele cortou muita seringa com eles. [Aqui na ilha] muito! Muita gente [cortava]! [Tinha] muitas árvores de seringueiras, o velho Vulcão, o Juquinha que tinham terras, né? Tinha estrada, 120 seringueiras formavam uma estrada, uma estrada era roçada, demarcado lá 120 seringueiras. Agora cada um que vinha... os cortadores de seringa né, alugavam, né?... Quando é, por tanto, por mês. Aí eles davam duas meações, que chamavam, né? Tinha primeira, quando chegava no toco dessa primeira que vem certo aquele nó, aquela cortação assim, em linha certa. Depois tornava arribar pro outro lado já, outra aquele que vinha. [...] era, na ilha, nos centros, nas várgeas, tudinho era assim. As árvores eram assim, como tá aí pelo mato, espaçosa, só ia fazendo caminho, sabe, até chegar lá no toco. Ela era nova a Santinha [tia e mãe de criação do senhor Milico],

⁵ Do ponto de vista literário, há um belo romance que ilustra o trabalho nos seringais, ver: Ferreira de Castro (2014).



nesse tempo que eles cortavam seringa, ela estava novinha mesmo, Santinha, Borboleta [moradora do rio Igarapé Grande]... Pessoal do velho Alípio, a Lourdes Paes, a Zita, Perulita, essas cortavam seringa... Nhuca com a família, o velho Machico com a família, eram cortadores no verão, da seringa... Era só no verão, porque a chuva vinha e não prestava. (Dona Ana Maria)

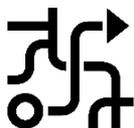
O pai de Dona Ana Maria foi um importante comerciante na ilha Saracá, pois contratava moradores da ilha para trabalhar em suas propriedades, especialmente para a coleta de seringa e de cacau. Conforme Almeida (2010, p. 294):

A exploração do cacau e a seringa configuraram a cena econômica por longos anos na região de Camaetá, até meados da década de 1970. Seguida da exploração madeireira, que antecipou a monocultura da pimenta-do-reino, duas matrizes em demasia caras ao equilíbrio ambiental.

Hormino Vulcão também comprava a produção de cacau de outros moradores da ilha para vender nas cidades de Camaetá, Abaetetuba e na capital Belém.

Ele [o pai de Dona Ana Maria] fazia viagem pra Cametá, Belém, Abaetetuba... A gente dele [do pai] quando iam, levavam a produção dele, né? Borracha, cacau, essas coisas... Ele comprava do trabalhador, tinha a mercearia, sabe, comprava, comprava e tinha a parte dele, do terreno, ele comprava a parte do trabalhador... Quando dava uma barcada, ele ia levar... Ele comprava em lote, açúcar, café avortado e jogava lá... pirarucu, charque, muito charque, feijão. [Comprava] em Cametá. [Compra] só pro consumo da família e pros trabalhadores que trabalhavam com ele, no mato dele. [Ele contratava os trabalhadores] pra fazer a coleta da seringa, da ucuuba, do azeite, da pipoca, a fruta da seringa, da lolota. [As pessoas que trabalhavam eram daqui da ilha], homem, mulher, [criança] também pelo meio que já dava conta de ir e vai lá.... Eu tinha uns dez anos pra frente.... Meu pai [já trabalhava] desde muito tempo, até quando eu era menor, mas eu me lembro, de dez anos pra frente eu me lembro. Quando o papai morreu eu estava muito criança, eu estava com onze anos. (Dona Ana Maria)

Os relatos de Dona Ana Maria são reveladores das atividades econômicas desenvolvidas no passado na ilha Saracá. Apontam indícios importantes para a compreensão das relações de trabalho e lazer, deixando evidente que os trabalhadores contratados eram residentes da ilha Saracá, que trabalhavam diretamente para o senhor Hormino Vulcão ou vendiam sua produção para este. Esses trabalhadores eram homens, mulheres e até crianças. Dona Ana Maria sugere que as crianças ajudavam seus pais nas atividades laborais e que essa participação era considerada natural, na medida em que o trabalho infantil, na época, era percebido



como ajuda, não tendo, portanto, a carga negativa que hoje assume em diferentes contextos.

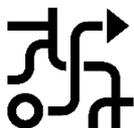
De modo geral, o trabalho ocupava parte significativa da lida diária dos ribeirinhos da ilha Saracá. As pessoas viviam pelo mato, acordavam nas primeiras horas da manhã, logo após o cantar das saracuras, uma ave que “chama o dia para amanhecer”. As famílias trabalhavam no corte de lenha, cuidavam das plantas e das frutas. Dona Ana Maria, por exemplo, levava os filhos para trabalhar no mato. Quem já dava conta ajudava no que podia. Os filhos mais velhos, especialmente as meninas, ficavam “reparando” a casa e as crianças menores. Quando não, iam juntamente com os demais apanhar açaí, levar os feixes de lenha para casa e confeccionavam paneiros para agasalhar as plantas para vendê-las nas cidades de Camaetá e Abaetetuba. As frutas eram preservadas para serem trocadas por alimentos, principalmente açúcar, café e farinha. Muitas vezes, eram colocados pedaços de malhadeira (rede de pesca) ao redor das árvores frutíferas para que os morcegos não as comessem.

A mãe de Genisson Paes disse-nos que sua mãe não deixava seus filhos comerem as frutas, pois estas eram cuidadas com muito zelo para serem comercializadas e trocadas por produtos que a família não conseguia produzir. Era por isso que, muitas vezes, ela comia as frutas às escondidas. Muitas dessas frutas eram trocadas com um comerciante da cidade de Camaetá, que recebia os paneirinhos de jambo, miriti, ingá, manga e tantos outros e, em troca, este fornecia café, açúcar, leite etc. Era uma troca que beneficiava a todos, pois as pessoas da cidade eram “loucas” pelos sabores da ilha.

Em relação às atividades econômicas desenvolvidas na ilha Saracá, não havia, portanto, especialização do trabalho. Todos participavam do que era possível. E, como já dito, no passado, o açaí não era importante do ponto de vista econômico, mas sim o cacau⁶, juntamente com a ucuuba, a andiroba, o plantio de plantas e a criação de animais, tais como galinhas, patos e corpos.

O exposto acima pode ser visualizado a partir do depoimento que se segue:

⁶ Inglês de Sousa (1973) em “O Cacaulista”, traz importantes elementos que nos ajudam a compreender a predominância do cacau enquanto atividade econômica de parte significativa dos amazônidas de tempos pretéritos.

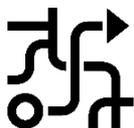


A gente trabalhava na casa, no mato, desde criança. Desde quando a gente se entendeu, a gente sempre trabalhou. A mamãe ensinou pra nós... do Nilson [segundo filho], porque o Humpheres [filho mais velho] não morava com ela, né? Até na Joana [irmã], que a gente, de manhã, levantava cedo, aí tinha aqueles tambor de alumínio, né? Aberto por cima, a gente tinha que encher água nele e deixar a cozinha toda cheia, todas as vasilhas, tudo no balde pequeno, de cuia... tinha que carregar água, não tinha vasilha grande... carregar água e deixar tudo cheio, no jirau, molhar as plantas, todos os jiraus de planta, que a gente plantava muita planta pra vender. Aí, era planta, de enfeite, planta que dá, abacateiro, limão, que dá fruta, a gente plantava tudinho pro papai vender em Abaetetuba. Aí a gente molhava todas as plantas, tinha que apanhar açai pra deixar e aí a gente corria, jogava uma água nos nossos dentes, com cinza, porque não tinha creme dental, nem escova. E aí a gente tomava só um gole de café preto, pra sete horas estar na escola, lá no outro rio. Aí a gente ia no casco, num tinha nem roupa pra vestir, nada. Aí a gente, quando chegava de lá [da escola], isso de segunda à sexta, quando a gente chegava de lá, a gente comia, lavava todas as louças que tinha, aí daí a gente não descansava, a gente trabalhava. De tarde a gente ia embora pro mato, apanhar açai, juntar seringa [lolota/semente da seringa], ucuuba... pra vender. Azeite pra mamãe cozinhar, pra tirar o líquido, o óleo pra vender. Aí a mamãe fazia sabão de cacau, queimava casca de cacau pra fazer sabão. Aí a gente tirava lenha, a gente pegava paxiba, que é na paxiba do açazeiro, do miritizeiro, era mais rápido pra queimar, pra gente queimar a casca e meter fogo nos tachos grande de azeite, que cozinhasse azeite, pra tirar na colher. Aí a gente não tinha sossego. Quando era de tarde, a gente jantava, porque comida, graças a Deus, nunca faltou. Porque era farto o Saracá, tinha peixe. Ou então a gente bebia mingau e se contentava com isso. Era isso. A gente trabalhava na casa e no mato. A gente não tinha descanso... Sábado e domingo, cedo, a gente pulava, trabalhava junto com a mamãe. Fazia lenha no mato, carregava. Apanhava açai, trazia folha pro porco, cortava miriti pra porco. Tudo isso a gente fazia (Eliana Paes, 53 anos).

Naquele tempo:

Num tinha nada, meu filho, de nada de lazer, nem nada, tinha esses barcos que entrava, marreteiro que vinham, compravam as coisas que tinham... borracha ou peixe que salgavam muito, num tinha aquele tempo gelo, tinha que cuidar, retalhar esse peixe, pra salgar, noutro dia tinha que ressalgar pra arrumar nos cestos [aí] o marreteiro passava, levava.... Era a lavoura da gente, a gente sobrevivia. (Dona Ana Maria)

De lá para cá, muita coisa mudou. Assim como as demais sociedades do globo, a ilha Saracá mudou bastante. Sofreu, direta e indiretamente, com as transformações internas e externas, especialmente com a construção da usina hidrelétrica de Tucuruí, com a desvalorização da borracha, com a chegada da televisão e com a grande importância que o açai passou a ter na economia local e nacional.



3. UM ACORDO SINISTRO: O PACTO COM O DIABO

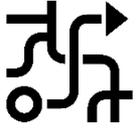
Dona Ana Maria conta a história do pacto que seu pai fez com o que ela denomina de “Fulano de Tar” ou “Berto”, referências para o que pode ser associado ao diabo. O pacto aconteceu por meio de um contrato realizado entre seu pai e o diabo, que apareceu na forma de um homem. Como qualquer pacto, uma das cláusulas dizia que nada iria lhe faltar, seja mulher, dinheiro ou quaisquer outras coisas que o contratado desejasse. Mas, caso o contratado morresse dentro do período do pacto, sua alma ficaria com o diabo.

Seu pai era um homem pobre que trabalhava coletando seringa. Em uma dessas ocasiões, no Marajó, minha avó não sabe informar ao certo o nome do lugar, já era tarde, já tinha passado o horário do almoço, foi por isso que ele resolveu mandar a esposa na frente para que ela fizesse o almoço. Ele ficou para coletar um resto de seringa que ainda faltava. Na volta, passou perto de uma grande árvore. Ali, ele viu um homem alto e forte. Então, se lembrou das histórias que diziam que ali era visagento, pois tinha uma visagem que aparecia para meter medo às pessoas.

Ao ver o homem, ele deu prosseguimento à caminhada e, quando estava quase para passar da árvore, o homem o mandou parar. Ele obedeceu e ficou imóvel. O homem disse que ele tinha sido o primeiro a enfrentá-lo, pois todos os outros tinham medo dele. Por isso, ele tinha que escavar as raízes da árvore, pois lá ele encontraria muito ouro. Mas ele tinha que escavar naquele exato momento, depois tinha que ir embora e nunca mais voltar. Foi o que ele fez.

Dona Ana Maria revela que seu pai fez pacto com o diabo. Como dito, o dinheiro recebido pelo contrato e o que foi achado fez com que Hormino Vulcão tivesse uma vida bastante confortável e cheia de regalias. Como já ressaltado por Dona Ana Maria, seu pai era tão rico que era praticamente dono de quase toda a ilha Saracá. Nesta ilha, tinha três mulheres, cada uma vivia na sua própria casa e ele nada deixava faltar para elas. No entanto, não se considerava o marido de nenhuma delas. E, como dito, as mulheres se sujeitavam a essa relação, pois naquele tempo tudo era mais difícil, as dificuldades eram mais nítidas do que as vivenciadas hoje na ilha, é o que ressalta.

Aí ficou, ele [o pai de Dona Ana Maria] ficou vivendo todo esse tempo, de lá ele veio fazendo pinta mesmo. Se ele trouxe essa Madalena do colégio de Boa Vista...



Ele tinha essa Maricota, já tinha a mamãe, já tinha a Isabel Tavares... E essa menina era nova, nova, estudante... Ela era disque bonita. Ele namorou ela, pra lá pediu pro pai, o pai não quis dar, ele marcou o dia e foi buscar ela em Boa Vista... Desde quando ele trouxe ela, nunca ela botou mais os pés lá. E ela teve todos esses filhos, o Pretinho, Olâmpio, a Magirona... Foi lá pra cima que ele colocou ela, no Caracará. Lá ela tinha uma casa grande, bonita, um comércio. [No Saracá ele tinha] três [mulheres], a mamãe, a Isabel Tavares e essa Maria Orina que morava onde o Armiro mora... [Ele morreu] de uns setenta e nem sei o quê anos... Aí ele ficou vivendo e assim, ele tinha o dinheiro e mulher, que quando elas queriam se encontrar... a Isabel Tavares que sempre ela era atrevida, lá vinha de lá teimar com a mamãe ou então com a Maria Orina aí. Quando foi um dia ele pegou elas teimando na ponte. Eu me lembro mal, mal, mas eu me lembro. E aí ele pegou no braço duma pra cá, “vai-te embora pra tua cozinha”, a mamãe que estava na casa “é tu Isabel embarca no casco e vai timbora. Por isso cada uma de vocês tem casa e se falta alguma coisa pra vocês me digam. E eu não sou o marido de nenhuma de vocês...”. E elas ó. Foi sim, coitadas, elas eram humilhadas porque não tinham... era miséria, não era frescura. E se sujeitavam, ele tinha o dinheiro não é? (Dona Ana Maria)

O dinheiro era tanto que, quando algumas das moedas caíam da cuia (ver figura 01), Hormino Vulcão tinha a prática de virar a cuia de cabeça para baixo, derramar o restante das moedas, dizendo: “leva diabo o resto!”. No outro dia, a cuia estava novamente cheia de moedas.

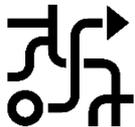


Imagem 01: Representação das moedas caindo da cuia. Desenho de Geovane Paes, 2024.

Dona Ana Maria conta que seu pai brigou com o diabo. Ela ainda era criança quando a situação aconteceu. O pai tinha um barco grande, o maior da ilha Saracá. De repente, ouviu-se um estrondo vir do barco. O pai então foi averiguar o que era e deixou a esposa e a filha na espera. Dona Ana conta que, quando o pai entrou na embarcação, diversos ruídos foram ouvidos. Era como se alguém estivesse brigando. Algum tempo depois, o pai surgiu ofegante e todo suado. Disse à esposa que nada fosse questionado. Passados alguns dias, foi que contou que, naquela noite, o diabo o tinha visitado, que os dois iniciaram uma luta corporal. Se o diabo vencesse, sua alma lhe pertenceria, mas não foi isso que aconteceu. O pai de Dona Ana Maria saiu vencedor (ver figura 02).

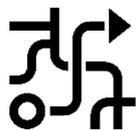


Imagem 02: Representação da briga com o diabo. Desenho de Geovane Paes, 2024.

Depois do ocorrido, ele então começou a perder tudo o que tinha. Aos poucos, foi perdendo a força, a bravura e o dinheiro. Chegou a perder a mulher para o filho mais velho. Hormino Vulcão morreu na ilha Saracá, na casa em que vivia Dona Ana Maria, sua mãe e seus irmãos. Ele foi cuidado por uma de suas esposas, Bernarda, conhecida como Dina, mãe de Dona Ana Maria. Ele era um homem alto e forte, e aos poucos foi definhando e se transformando em outro homem. Conforme mencionado, ele não teve forças para enfrentar o filho que ficou com sua esposa (ver figura 03).

E aí disque aquele homem, era um homem, bem moreno. E aí (...) esse homem moreno disse: “Olha Vulcão, de hoje em diante tu vai só ficar com a tua vida e tuas terras, mas aquela facilidade de dinheiro que tu fazias graça, derramava dinheiro fora, tu não vai ter mais”. E num teve mesmo, aquela raiva, aquela brabeza tudo, se o Juquinha tomou a mulher dele e ele num fez nada pro Juquinha, filho dele. [Ele já tinha quase setenta anos depois dessa briga e passou quanto tempo pra morrer?] não custou muito ele morreu. (...) [Ele] ainda penou muito, ele sofreu muito (...) ele inchou (...) E esse inchaço partia tudo ele. Ele não vestia roupa, era um camisão... Eu me lembro bem. Partia e saía, escorria aquela água. Aí (...) os médicos cuidaram dele (...) tornaram a ir pra cidade, levar pra consulta. Lá tinha um quarto grande que era dele, lá na cidade, na casa do velho Nelson Parijós. Ele já estava bem melhorado. Arranca essa escápula da parede, que ele estava na

rede e ele veio de cheio no piso. Daí pronto, foi sangue, sangue, arrebentou tudo (...). (Dona Ana Maria)

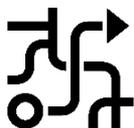


Imagem 03: Representação de Hormino Vulcão vendo sua esposa traí-lo com seu filho mais velho. Desenho de Geovane Paes, 2024.

4. CONCLUSÕES

Ao acompanhar a vida de Hormino Vulcão, pelo olhar de Dona Ana Maria, compreendemos como uma ilha até então “desconhecida” e pouco habitada passou a ser o local de reprodução social de diversas famílias. A ilha Saracá foi “escolhida” para ser o lar de diversas pessoas. Nessa escolha pesou o afeto, isto é, a relação de pertencimento que os novos moradores passaram a sentir diante de um território até então desconhecido.

Hormino Vulcão era um homem pobre, uma espécie de aventureiro que andou por diversas ilhas até chegar a se estabelecer definitivamente na ilha Saracá. Sua vida se entrelaça com esta ilha. Por meio de sua biografia, podemos acompanhar os ciclos econômicos da ilha Saracá. Vimos que a borracha e o cacau eram atividades de extrema importância que, com o tempo, foram substituídas pelo açaí, o tesouro das várzeas, a árvore da vida, da qual se aproveita até o caroço.



Com este artigo, tivemos a intenção de compreender um pouco da história de uma das mais populosas ilhas do município de Limoeiro do Ajuru e uma grande produtora de açaí local. Ressaltamos a dificuldade de se obter materiais acerca do processo de ocupação das ilhas do Pará. Talvez o que tenha acontecido com a ilha Saracá tenha ocorrido com as outras ilhas do Baixo-Tocantins, uma região constituída por diversas áreas insulares de variados tamanhos e habitada por diversos grupos sociais responsáveis pelo abastecimento de peixes, açaí, camarão, miriti, dentre outros, nos portos e feiras de cidades ribeirinhas, como Limoeiro do Ajuru, Cametá e Abaetetuba.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rogério. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. *Estudos avançados*, 24 (68), 2010.

A PROVÍNCIA DO PARÁ. *História dos municípios do Pará*. Belém, domingo, 27 e segunda, 28 de março de 1994.

BAUM, Vicki. *A árvore que chora*. Rio de Janeiro: Edição da Livraria do Globo, 1946.

CHAVES, Genisson Paes. *Açaí na mesa: o circuito produtivo do açaí em uma comunidade da ilha Saracá (PA)*. 48f. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Ciências Sociais – Universidade Federal do Pará. Belém, 2013.

FERREIRA DE CASTRO, José Maria. *A Selva*. Lisboa: Cavalo de Ferro, 2014.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Zahar. Rio de Janeiro, 1973, p. 13-41.

HOLANDA, Bianca da Silva; SIMÕES, Aquiles Vasconcelos. *Estudo do Acordo de Pesca da ilha Saracá/Limoeiro do Ajuru*. 23f. Monografia. Especialização em Extensão Rural, Sistemas Agroalimentares e Ações de Desenvolvimento – Universidade Federal do Pará. Belém, 2017.

IBGE. *Limoeiro do Ajuru*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=3761&view=detalhes>. Acesso em: 24/11/2024.

LOUREIRO, Violeta R. *História da Amazônia – da borracha aos dias atuais*. Belém: Cultural Brasil, 2015.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.



OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*. UNESP; Paralelo 15. Brasília; São Paulo, 1998, p. 17-35.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. *Plural*, Revista do Programa de Pós- graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 24.1, 2017, p. 214-241.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia (1800- 1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SENA, Cristovam. Fordlândia: breve relato da presença americana na Amazônia. *Cadernos de história da ciência*, v.4, n.2. São Paulo, 2008, p. 89-108.

SENA, Antonio Ferreira de. *Limoeiro do Ajuru: História e Geografia. Um estudo sobre o município de Limoeiro do Ajuru, estado do Pará. De Povoado à Vila; de Vila à Município*. Coleção Novo Tempo Cabano. Vol. VI, Cametá, Pará, 2007.

SOUSA, Herculano Marcos Inglês de. *O Cacaulista*. Belém: UFPA, 1973.

Recebido em: 20/09/2024

Aprovado em: 21/12/2024



SILVA, Felipe William dos Santos*

<https://orcid.org/0000-0002-7022-446X>

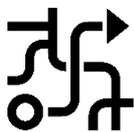
RESUMO O artigo analisa a experiência da construção de uma estrada entre as Vilas de Ourém, na capitania do Grão-Pará, e de Viana, no Maranhão, entre os anos de 1768 e 1774, com o intuito de conectar regiões próximas de Belém aos circuitos pecuários oriundos da região do Parnaíba, no Piauí. Entre diversas justificativas que possibilitaram a concretização dessa obra, a trilha do caminho passava, em grande medida, pelas Povoações de Índios, como os Lugares de Serzedelo e de Piriá. Dessa forma, estas povoações serviram não apenas como pontos de paragem da comunicação entre Ourém e Viana, mas igualmente como espaços de arregimentação de mão de obra, em especial indígena, para o trabalho na construção da rota. Ademais, procura-se enfatizar as múltiplas práticas espaciais dos sujeitos envolvidos na logística do envio do gado, sendo estes: fazendeiros do Pará, fazendeiros do Maranhão e fazendeiros do Piauí, militares, diretores das Povoações de Índios e as próprias populações indígenas. Portanto, argumenta-se que, mais do que integrada ao circuito do gado do Parnaíba, a interligação entre essas duas regiões também representava um acesso mais facilitado às capitanias do Estado do Brasil, por meio dessa via terrestre, tendo como vetor as Povoações de Índios do Diretório.

PALAVRAS-CHAVE: Estado do Grão-Pará e Maranhão; práticas espaciais; Povoações de Índios; Estradas.

ABSTRACT The article examines the construction of a road connecting the villages of Ourém, in the captaincy of Grão-Pará, and Viana, in Maranhão, between 1768 and 1774. The road aimed to link regions near Belém to the livestock circuits originating in the Parnaíba region of Piauí. Among the various justifications that facilitated the completion of this project, the route significantly traversed Indigenous settlements, such as the villages of Serzedelo and Piriá. These settlements functioned not only as stopping points for communication between Ourém and Viana but also as sites for labor recruitment, particularly of Indigenous workers, for the road's construction. Moreover, the article highlights the diverse spatial practices of the actors involved in the logistics of cattle transportation, including ranchers from Pará, Maranhão, and Piauí; military personnel; directors of Indigenous settlements; and Indigenous populations. It argues that, beyond integrating the Parnaíba cattle circuit, the interconnection between these two regions also provided easier access to the captaincies of the State of Brazil through this land route, with Indigenous settlements under the Directorate serving as key facilitators.

KEYWORDS: State of Grão-Pará and Maranhão; spatial practices; Indigenous settlements; Roads.

* Doutorando em História pela UFPA, onde também concluiu a graduação e o mestrado em História Social da Amazônia. Pesquisa História da Vida Privada, territorialidades luso-indígenas e sociabilidades coloniais. Integra os grupos HINDIA, GEPAC e a Rede SILB. Desde dezembro de 2024, é professor substituto na Faculdade de História da UFPA, campus Guamá.



INTRODUÇÃO

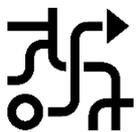
“Partia de Belém, subia o [rio] Guamá, passava por Ourém e Bragança, e saía na costa junto ao [rio] Turiaçu”, assim descreveu Capistrano de Abreu (1930, p. 106) o trajeto da estrada construída entre 1768 e 1770 entre a região oriental da capitania do Grão-Pará e a região ocidental do Maranhão. A construção desse caminho, segundo o autor, tinha como função “introduzir no Pará gado do Maranhão e do Piauí” (Abreu, 1930, p. 105). No entanto, Abreu limitou-se apenas a constatar, a partir de uma circunstância específica, a existência de uma conexão terrestre entre dois espaços, movimento que, igualmente, uma historiografia realizou a respeito da abordagem dessa estrada.¹

A identificação de uma relação comercial entre as capitanias do Maranhão, do Pará e do Piauí, ensejada sobremaneira pela construção de feitorias para a comercialização de gado na região do Parnaíba, a partir de 1769, em razão do contexto de crescimento da atividade pecuária², nos parece interessante para realizar uma investigação mais profunda a respeito da dimensão espacial desse caminho. Para além das já conhecidas conexões das dinâmicas do gado no Piauí e no Maranhão com o Estado do Brasil, notadamente, relacionadas às capitanias da Bahia e de Pernambuco, buscamos também compreender as interligações das dinâmicas econômicas dessa região com as lógicas espaciais do Estado do Grão-Pará e Maranhão, perspectiva com a qual este trabalho deseja contribuir.

Nesse sentido, a partir de diversos códices da série *Correspondência de Diversos com o Governo*, depositado no Arquivo Público do Estado do Pará (doravante APEP), foi possível não apenas constatar as diligências iniciais para a construção da estrada, mas também o percurso de seu trajeto. Assim, percebeu-se

¹ O caminho entre a povoação de Ourém, no Pará, e Viana, no Maranhão, sempre foi abordada de forma circunstancial, muito embora tenha possibilitado diversos prismas para se pensar análises que permitissem pensar os territórios do Norte da colônia, com relação às suas dinâmicas espaciais, de forma mais integrada. Nesse sentido, os clássicos de Odilon Nunes (2007) [1966], Francisco Augusto Pereira da Costa (1974) são exemplares desta perspectiva, em que pese o predomínio notável da perspectiva do Estado do Brasil. Com relação a obras mais recentes, sob a perspectiva de refletir pontos de conexão entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e o Estado do Brasil, destacam-se aqui os trabalhos de Sueny Souza (2012; 2016), Junia Motta Rego (2010), Esdras Arraes (2017a) e Gutiele Gonçalves dos Santos (2022).

² A respeito desse fenômeno, consultar: Junia Rego (2010) e Mairton Celestino da Silva (2016).

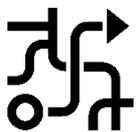


que, em uma primeira análise, a comunicação entre as Vilas de Ourém e de Viana possuíam como vetores diversas Povoações de Índios³ fundadas pelo Diretório. Dessa forma, o trabalho indígena na região oriental do Grão-Pará e Maranhão foi fundamental para a construção de rotas de acesso ao Estado do Brasil pelos interiores, sem precisar contornar a Costa Atlântica.

O projeto de interligar o Estado do Grão-Pará e Maranhão ao Estado do Brasil é um fenômeno histórico que persegue a repartição do Norte da América portuguesa desde o século XVII. Rafael Chambouleyron, Vanice Melo e Pablo Ibáñez-Bonillo (2021, p. 9), em trabalho recente, destacaram a importância de se pensar essas políticas de integração sob o signo do processo de expansão tanto dos sertões orientais do Estado do Grão-Pará e Maranhão, quanto das fronteiras internas da América portuguesa, não somente em razão das expedições realizadas por sertanistas, mas também em função do conhecimento do espaço pelas populações indígenas. Por isso, os autores propuseram que se perceba nesse contexto entre os anos 1670 e 1690, uma forma de vislumbrar as dinâmicas espaciais da região que compreende as capitanias do Pará, do Maranhão e do Piauí, para além das implicações administrativas.

Desse modo, a observação dos autores servir-nos-á de norte para analisar o caso da construção de uma estrada entre as Vilas de Ourém, na parte oriental do Grão-Pará, e Viana, na região ocidental do Maranhão, entre os finais dos anos 1760 e início dos anos 1770. Partindo do pressuposto de que este caminho foi resultante das experiências históricas e das lidas dos indivíduos com este espaço, argumentamos que o projeto de comunicação entre Ourém e Viana se valeu justamente dessas rotas já utilizadas por inúmeros sujeitos que transitavam pela região. Objetivava-se, então, conectar as dinâmicas do Estado do Grão-Pará e Maranhão ao Estado do Brasil, a partir do circuito do gado oriundo das fazendas das capitanias do Maranhão e do Piauí em direção às fazendas do Grão-Pará, tendo como marcos territoriais desse trajeto as Povoações de Índios.

³ “Povoações de Índios” refere-se às localidades que foram transformadas em Vilas e em Lugares no período do Diretório, notadamente, as antigas missões jesuíticas. Não utilizamos o termo “povoações indígenas”, em respeito à semântica da documentação colonial, embora reconheçamos as inúmeras discussões que pairam sobre o uso de tais termos, as quais possuem implicações identitárias e culturais.



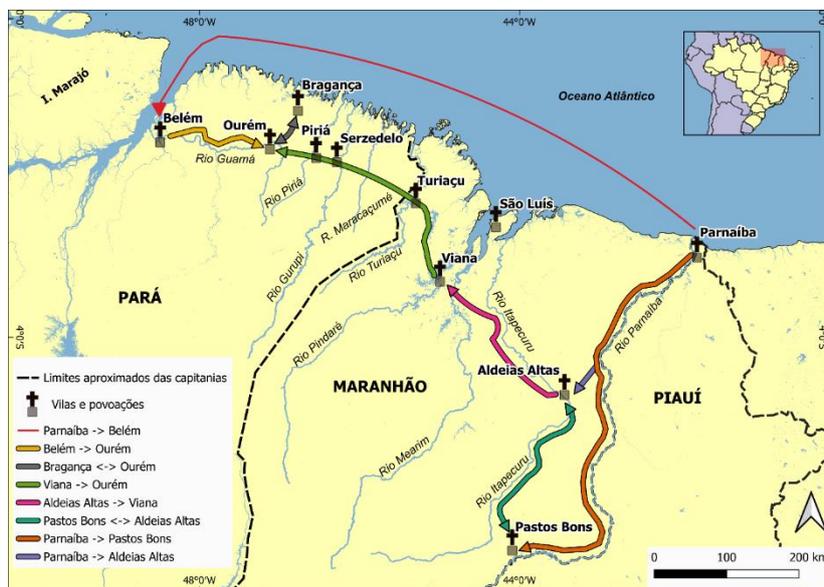
Para defender este argumento, dividimos o texto em duas partes. Na primeira parte, analisamos tanto a logística da construção da estrada quanto seu funcionamento, seja para as boiadas vindas do Piauí e do Maranhão em direção a Ourém, seja para reses direcionadas às fazendas particulares da Vila de Bragança, no Grão-Pará, sob o governo de Ataíde Teive. Já na segunda parte, examinamos a retomada da construção da estrada no governo de João Pereira Caldas, em 1773, até o contexto da dissolução do Estado do Grão-Pará e Maranhão, no ano de 1774, pois supomos que, após sua conclusão, em 1770, o caminho foi abandonado, em razão de diversos fatores de ordem tanto administrativa quanto econômica.

A LOGÍSTICA DA CONSTRUÇÃO: AS POVOAÇÕES DE ÍNDIOS COMO PONTOS DE PARAGEM DO GADO E DE ARREGIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Em 15 de abril de 1768, o capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Fernando da Costa de Ataíde Teive, dirigiu uma missiva a Joaquim de Melo e Póvoas, governador da Capitania do Maranhão, participando que o capitão Evaristo Rodrigues de Albuquerque, parente do ouvidor do Grão-Pará, José Feijó de Melo e Albuquerque, estava disposto a “fertilizar de gados esta cidade [Belém]” (APEP, Códice 162, Doc. 203). Aqui, Ataíde Teive se referia ao projeto da construção de uma estrada que conectasse a Vila de Viana às Povoações de Índios litorâneas do nordeste do Grão-Pará. Por conseguinte, o governador do Grão-Pará esperava atenuar os prejuízos causados aos moradores da capitania em virtude de uma estiagem que atingiu as fazendas do Marajó e do Mearim, entre os anos de 1768 e 1769 (APEP, Códice 162, Doc. 203). Posteriormente, a partir desse caminho, aventou-se a possibilidade de introduzir as boiadas provenientes das fazendas da vila de São João do Parnaíba, como também de Aldeias Altas e de Pastos Bons, por meio das boiadas vindas dos sertões do Piauí, em alternativa ao transporte feito pelas sumacas, através do rio Parnaíba em direção ao Atlântico (ver mapa 1).

Iniciando-se na Vila de Viana, localizada no lago Maracu, na região do rio Mearim, a estrada deveria passar também pelas seguintes povoações, no sentido leste-oeste: os Lugares de Turiaçu, de Serzedelo, tendo como ponto final a Vila de Ourém que, por sua vez, se constituía em via de condução até chegar à Vila de

Bragança.⁴ Todos esses pontos de paragem se configuravam em Povoações de Índios instituídas pelo Diretório. O mapa abaixo fornece uma representação próxima de como seria a estrada:

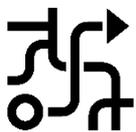


Mapa 1: Representação do caminho entre Viana e Ourém, através das Vilas e Lugares de Índios. (Oliveira, 2024).

De acordo com a documentação, o sentido do caminho deveria partir do Maranhão em direção às Povoações de Índios da região leste da capitania do Grão-Pará. Observa-se também que outras rotas se somam ao circuito Viana-Ourém, como o trajeto Aldeias Altas-Viana, o que sugere que a localidade recebia gados provenientes das fazendas de Pastos Bons, e dessas com a Vila de São João do Parnaíba, no Piauí, que completava esse esforço de comunicação entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão com o Estado do Brasil através da direção leste-oeste.⁵ Segundo Maria do Socorro Coelho Cabral (2008, p. 52), historicamente, as regiões de

⁴ Em consulta à documentação, inicialmente se pensou o trajeto tão somente a partir de Ourém em direção à Vila de Viana, no Maranhão. Posteriormente, abriu-se uma bifurcação a partir de Ourém, conduzindo o gado até Bragança, ou em paráfrase à documentação, aos “campos do Caeté”.

⁵ Há uma historiografia que já buscou investigar a respeito das dinâmicas territoriais que envolveram a mobilidade e a circulação entre as capitanias do Pará, do Maranhão e do Piauí como formas de acessar e facilitar a comunicação com o Estado do Brasil, ao longo do período colonial. São exemplos os trabalhos de: Mairton Celestino da Silva (2016), Damiano Esdras Araújo Arraes (2017b), Leonardo Cândido Rolim (2019), Rômulo Valle Salvino (2024).

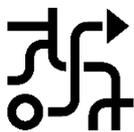


Aldeias Altas e de Pastos Bons tiveram na pecuária uma atividade fundamental tanto para a economia local quanto para a constituição de interligações com variadas partes da América portuguesa. Ao estudar o sul do Maranhão, Cabral (2008, p. 55) assevera que Aldeias Altas possuiu um significativo caráter estratégico na conformação territorial maranhense, na medida em que, por meio dessa localidade, tornava-se acessível os sertões de Pastos Bons, bem como um eixo de condução em direção à capitania do Piauí e da Bahia.

A seca dos anos de 1768 e de 1769, que atingiu tanto as fazendas do Marajó quanto as fazendas do Mearim, implicou uma reconfiguração de relações sociais entre os sujeitos que habitavam esses espaços. Com efeito, a construção do caminho entre o Pará e o Maranhão mobilizou a ação oficial, como também necessitou, em grande medida, dos militares e, notadamente, dos indígenas das povoações do Diretório. De acordo com Sueny Oliveira e Magda Ricci (2014, p. 1219-1221), a população indígena desta região possuía vasto conhecimento acerca dos percursos fluviais e terrestres da região, os quais apresentavam perigos naturais e, para os que não possuíam experiência em transitar pela área, tornava-se obrigatória a negociação com os sujeitos nativos.

Embora a estiagem tenha sido representada na documentação como severa, a maioria das cartas sobre o tema, por outro lado, indica que, aparentemente, ela não teve um impacto significativo ou, possivelmente, foi silenciada para que a verdadeira situação da capitania do Pará — que era a cabeça da repartição do Grão-Pará e Maranhão — não fosse revelada. Isso é evidenciado pela solicitação do próprio governador do Grão-Pará, Ataíde Teive, ao seu subordinado da capitania do Maranhão, para que a execução do projeto da estrada fosse mantida em “perpétuo silêncio” (APEP, Códice 162, Doc. 264). O sigilo imposto pelo capitão-general sobre a construção da estrada sugere, em certa medida, intenções que poderiam ir além da simples função de servir como passagem para o gado.

Vale ressaltar que a região ocidental do Maranhão, assim como a área litorânea do nordeste do Grão-Pará, há muito vem sendo percebida como uma possível área de fronteira, na medida em que, historicamente, como observou Rafael Chambouleyron (2010, p. 77-110) são áreas que demandavam maior preocupação da Coroa, por remeterem à antiga dinâmica das capitanias privadas que caracterizou o

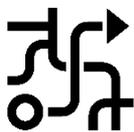


contexto inicial da colonização do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Conforme observaram Luciana Oliveira (2008, p. 118) e Rozemberg Almeida (2018, p. 36), tanto a Vila de Ourém quanto a Vila de Bragança representavam, na prática, um ponto de interseção entre as Capitânicas do Grão-Pará e do Maranhão.

No entanto, subordinar a análise da construção da estrada apenas à perspectiva do interesse administrativo implica perder de vista a dimensão da agência dos sujeitos, tanto dos portugueses quanto dos indígenas, na construção da rota que conectava as Povoações de Índios litorâneas do Grão-Pará aos sertões do Mearim, no Maranhão, o que adiciona ao processo um caráter mais multifacetado. Mais do que os pontos de partida e de chegada em si, o percurso que atravessava variadas Povoações de Índios permite demonstrar que esses espaços coloniais ensejavam uma “cultura da mobilidade”, para utilizar um termo empregado pela historiadora norte-americana Heather Flynn Roller (2010, p. 29), a fim de definir que as relações sociais engendradas pelos indivíduos transgrediram o espectro do controle que a Coroa imaginava possuir sobre o território.

O trabalho de abertura de estradas exigia tempo e, acima de tudo, o transporte de provisões e mantimentos para sustentar a mão de obra indígena nos empreendimentos. Em uma missiva enviada por Fernando da Costa de Ataíde Teive ao governador do Maranhão, o capitão-general planejava abastecer a obra com ferramentas e mantimentos para um período de três meses, tempo estimado para sua conclusão, de modo a torná-la uma passagem para as boiadas provenientes das fazendas de Aldeias Altas e de Pastos Bons (APEP, Códice 162, Doc. 203). Como mencionado anteriormente, essa intenção não estava prevista no projeto original, o que parece corroborar a hipótese de que, à medida que a obra avançava, Ataíde Teive foi alterando sua percepção sobre os objetivos iniciais, começando pela retórica da seca e, posteriormente, alegando que não haveria inconvenientes para os fazendeiros do Piauí optarem pelo transporte de gado até o Pará, o que poderia torná-lo um negócio lucrativo (APEP, Códice 162, Doc. 207).

O conteúdo de algumas cartas remetidas pelos diretores das Vilas de Ourém e de Bragança oferece alguns dados para se pensar a respeito não apenas do fornecimento de trabalhadores indígenas para esta obra, mas também do abastecimento de gêneros alimentícios. Em carta enviada ao governador Ataíde



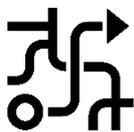
Teive, em 8 de maio de 1769, o diretor da Vila de Ourém, Xavier de Siqueira, informou que o militar Evaristo Rodrigues de Albuquerque, designado para a missão de abrir a estrada de Ourém até o Mearim, no Maranhão, o interpelou para que enviasse “alguns índios, que se achavam nesta Vila e Porto Grande, para a condução das farinhas, que vai prontificando pelo seguimento da dita Estrada” (APEP, Códice 202, Doc. 39).

Do lado de Bragança, o Diretor da Vila, José Félix da Conceição, em carta de 6 de abril de 1769, recebeu a ordem de Fernando da Costa de Ataíde Teive a fim de que, caso viesse a necessitar, desse a devida permissão a Rodrigues de Albuquerque para dispor de farinhas para o sustento dos trabalhadores da obra, tanto as pertencentes ao Dízimo quanto às roças do comum (APEP, Códice 162, Doc. 279). As Vilas de Ourém e de Bragança, nesse contexto, assumiam uma clara função de fornecer mantimentos e mão de obra indígena para que a construção da estrada pudesse ter continuidade, ao menos, enquanto a sua montagem estivesse ainda nas dependências da capitania do Grão-Pará.

No contexto colonial, a farinha era um gênero essencial, tanto para a organização socioeconômica da região quanto para a subsistência alimentar dos habitantes. Sua importância era tamanha que, ao menor sinal de escassez, poderiam ocorrer revoltas ou paralisações em obras em andamento⁶. A construção do caminho evidencia que, embora pudesse haver uma quantidade de víveres suficiente para sustentar os trabalhadores por vários meses, isso por si só não assegurava a ocorrência de levantes ao longo da construção da estrada. Um exemplo significativo foi a insurreição registrada quando a estrada alcançou o Lugar de Piriá, liderada pelo principal da povoação. Esse episódio resultou na fuga de muitos indígenas encarregados da abertura do caminho, além de uma tentativa dos revoltosos de atentar contra a vida do capitão Rodrigues de Albuquerque (APEP, Códice 198, Doc. 12; Códice 202, Doc. 51)."

A revolta no Lugar de Piriá fez com que o caminho pelos sertões se tornasse um risco de vida para quem pudesse transitar por aquelas paragens, de acordo com o relato de Antônio Albino Machado, Diretor do Lugar de Serzedelo. Indo verificar o

⁶ A respeito do uso da farinha na região norte da Colônia, consultar a dissertação de Mestrado de Roberto Borges da Cruz (2011) e o artigo de Nírvia Ravena e Rosa Acevedo Marin (2013).

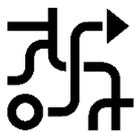


ocorrido, ao retornar para a sua povoação, Machado optou pela via marítima que, naquele momento, oferecia mais segurança (APEP, Códice 202, Doc. 51). O caso de Piriá permite compreender as múltiplas facetas da relação entre indígenas e portugueses na construção do caminho para o Maranhão, dentre as quais a mais flagrante seria a agência indígena frente ao impedimento do avanço da estrada, que era representativa do avanço do processo de colonização em seus domínios, a tal ponto que Evaristo Rodrigues de Albuquerque, ressentindo-se do incidente, referiu-se ao Lugar como “couto de ladrões” (APEP, Códice 198, Doc. 57).

Ao que aponta a documentação, o levante deflagrado na construção teria sido encabeçado pelo Principal do Lugar, a tal ponto que o Diretor da povoação mais próxima necessitou averiguar os fatos, a fim de repassar o sucedido ao capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Ataíde Teive. Nota-se aqui o ponto frágil da igualdade que o Diretório previa em sua legislação, bem como a sociedade mestiça que pretendia construir. Mesmo que as povoações pudessem possibilitar a convivência entre portugueses e indígenas, sob nenhum prisma esta relação deve ser vista como harmônica e duradoura, possuindo seus momentos de fluidez e, na primeira oportunidade que os grupos indígenas pudessem vislumbrar, eles poderiam seguir um outro modelo de vida que não fosse nos núcleos do Diretório estabelecidos pelos portugueses (Almeida, 2015, p. 194).

Diante do exposto, torna-se possível problematizar a noção de que o avanço do processo de colonização em direção às Povoações de Índios implicava diretamente o encolhimento das perspectivas de vida nos sertões.⁷ Relatos de fugas ou abandonos por parte dos indígenas, seja durante a execução das obras ou mesmo no transporte para elas, evidenciam o caráter fluido das relações entre indígenas e os portugueses em diferentes contextos. A prática do descimento e a arregimentação de trabalhadores nas povoações mais próximas que permitiam ampliar o número de operários, por exemplo, revelam a existência de dinâmicas que extrapolavam os rígidos moldes coloniais.

⁷ A respeito dessa perspectiva, Heather Flynn Roller (2014, p. 149) possui uma reflexão interessante a respeito das mobilidades indígenas. Para a autora, os indígenas, ao fugirem, possuíam duas opções: resignificavam a sua vivência em espaços físicos distantes, à custa da perda de contato com seus parentes, ou ainda, migravam para povoações mais próximas, contudo, suscetíveis de serem identificados por qualquer autoridade e remetidos ao seu núcleo de residência. Assim, Roller fornece uma visão para que não se conceba o processo de implantação de Vilas e Lugares nos interiores como algo mecânico, que tão somente implicou a domesticação dos sertões, mas sim como ainda esses espaços ainda se constituíam em polo de atração para novos habitantes.



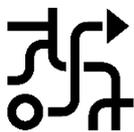
A experiência da abertura da comunicação das Vilas e Lugares do Grão-Pará com as povoações da capitania do Maranhão permite demonstrar que a construção dessa via terrestre pode ter se constituído em uma tentativa de articular o mundo do Estado do Grão-Pará e Maranhão com o universo do Estado do Brasil, por meio do Piauí. Neste sentido, é possível que esta via de condução, de acordo com a observação feita por Rafael Chambouleyron (2010, p. 18-19), tenha amalgamado dois universos projetados em um único território, por meio das práticas espaciais desses sujeitos que transitavam por esses caminhos.

A construção da estrada de Ourém até Maracu parece se adequar perfeitamente à definição de Damião Esdras Araújo Arraes como “caminho das boiadas”. Em análise sobre as rotas que conformam a experiência colonizadora dos sertões do Norte, o autor afirma que

os distantes currais dos sertões articulavam a economia de criação do gado às principais zonas de abastecimento do Estado do Brasil – Recôncavo Baiano e zona da mata de Pernambuco – em rotas terrestres” (Arraes, 2017a, p. 117).

Mesmo que a definição de Arraes esteja se referindo, notadamente, aos sertões das capitanias do Estado do Brasil, a experiência da abertura de um caminho entre a Vila de Ourém, no rio Guamá, e a povoação de Viana, no rio Mearim, permite que se chegue à mesma conclusão, na medida em que se buscou igualmente integrar as capitanias do Grão-Pará e do Maranhão ao circuito da produção de gado no Piauí.

Neste contexto, uma missiva remetida por Evaristo Rodrigues de Albuquerque ao governador Ataíde Teive é particularmente elucidativa. O capitão narra que, ao iniciar a construção da estrada em maio na Vila de Ourém, incumbiu-se logo de fazer “na dita vila um curral para recolher os gados, capaz e forte”, assim como roçou “uma capoeira para fazer pasto suficiente para os gados pastarem quando vierem” (APEP, Códice 198, Doc. 12). Ao longo do documento, o militar manifestou uma expressiva preocupação em não somente construir pontos de paragem para armazenar os gados, no percurso da estrada, como currais e casas de rancharia, mas também para fins de conservação da aparência física dos animais, tendo em vista o cuidado com a roçagem de pastos (APEP, Códice 198, Doc. 12). Num universo repleto de enormes distâncias geográficas, como é o exemplo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, essas



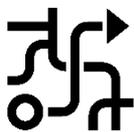
pausas eram indispensáveis. Como bem destaca Arraes (2017a, p. 170-171), esses momentos de descanso serviam tanto para revigorar os animais quanto para restaurar as energias dos tangedores, permitindo que continuassem o percurso cujo destino final ainda estava distante de ser vislumbrado no horizonte.

A CONCLUSÃO DO CAMINHO E SEU FUNCIONAMENTO: ENTRE AS FAZENDAS DO MARANHÃO E DO PIAUÍ E AS POVOAÇÕES DE ÍNDIOS

Diante dos dados acima apresentados, cabe fazer a seguinte pergunta: a abertura da comunicação entre Ourém e Viana, tendo como pressuposto a condução das boiadas, foi utilizada em algum momento? Não se tem dados mais práticos para responder a tal indagação, embora haja alguns indícios de que os usos dela realizados pelos sujeitos podem ter sido outros que não o estimado inicialmente. Somado a isto, pesa o fato de que a estrada, ao ser finalizada em 1770, logo foi abandonada e retomada apenas em 1773, já com João Pereira Caldas, sob um outro contexto, aspecto que voltaremos adiante. Contudo, alertamos mais uma vez para que não se perceba apenas a dimensão utilitarista desse circuito do gado entre o Grão-Pará e o Parnaíba, mas sim as inúmeras relações engendradas entre indivíduos de diferentes espaços por meio de suas práticas territoriais.

Assim, é notório que a experiência da comunicação entre Ourém e Viana, ao mesmo tempo que gerou intensas mobilidades por parte de diversos sujeitos, também sofreu ações da própria conjuntura, bem como da testagem de inúmeras experiências e seus resultados pelo poder colonial. Dessa forma, investigá-la exclusivamente sob o ponto de vista econômico implica uma visão unilateral do processo, sendo necessário ampliar a escala de análise para possibilitar a inclusão de outros sujeitos que tanto participaram ativamente da construção do caminho quanto da condução das reses para o Grão-Pará.

Em setembro de 1769, o capitão Evaristo Rodrigues de Albuquerque remeteu a Ataíde Teive uma lista em que enumerava os chamados pontos de “engorda” do gado, explicitando a preocupação do poder colonial com a manutenção das condições físicas das reses oriundas de longas distâncias, como a construção de currais e de

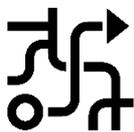


mangas.⁸ Embora o aparato construído para abrigar os comboios não tenha sido plenamente utilizado, essa iniciativa possibilita demonstrar o interesse do governo do Grão-Pará em fortalecer e incentivar relações comerciais com as fazendas de gado do Maranhão e do Piauí.

Conforme a estrada progredia em seus trechos, não obstante episódios recorrentes de fugas, levantes e deserções do local das obras, Evaristo Rodrigues de Albuquerque escreveu, em novembro de 1769, que pretendia concluí-la até o Natal, estando o trecho localizado no Lugar de São Francisco Xavier do Turiaçu, situado na fronteira entre as capitanias do Pará e do Maranhão. O capitão advertiu, por sua vez, que isso só seria possível “havendo farinhas”, as quais eram obtidas nas povoações, tanto das roças do comum como as do dízimo, algo que lhe foi negado por vários diretores, por ordem do próprio Fernando da Costa de Ataíde Teive (APEP, Códice 198, Doc. 57). Vale ressaltar que o governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, ao início da obra, ordenou que o capitão Rodrigues de Albuquerque dispusesse das farinhas que lhe fossem necessárias, para o sustento dos trabalhadores.

É possível ter havido, portanto, uma mudança na postura dos governadores tanto da capitania do Pará como da capitania do Maranhão diante da continuidade da construção da estrada, pois ao relatar que faltaria dois dias e meio para chegar à Vila de Viana, na capitania do Maranhão, o capitão Evaristo Rodrigues de Albuquerque começou a sofrer, tanto por parte de Ataíde Teive quanto por parte de Melo e Póvoas, uma série de restrições referentes ao abastecimento de alimentos e ao repasse de recursos, estes necessários para o avanço da obra. Sendo assim, depreendemos que, posta esta situação, o militar agiu por conta própria, algumas vezes até sendo acusado de proceder com abusos nas povoações do Grão-Pará com relação aos indígenas e, também, na fazenda de Maracu, nos arredores de Viana, por mandar abater sete bois sem prévia licença do governador do Maranhão, Joaquim de Melo e Póvoas (APEP, Códice 198, Doc. 57).

⁸ De acordo com a definição do Dicionário Aurélio, trata-se de uma prática muito comum no Maranhão que consiste em um corredor com paredes de varas, o qual serve para conduzir o gado em direção a um rio ou igarapé, para que possa ser embarcado.

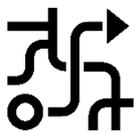


Os percalços com relação à construção do caminho não se limitaram apenas a tais questões de ordem prática, pois isso significaria apenas realçar uma face deste processo. É preciso também se atentar para a preocupação de Ataíde Teive direcionada ao modo como os fazendeiros do Maranhão e do Piauí reagiriam a esse projeto. Na carta de 15 de abril de 1768, o capitão-general informou a Joaquim de Melo e Póvoas que não poderia

dispor daqui [da cidade de Belém] a abertura do caminho, porque ignoro quais sejam as dificuldades, que se encontraram, sendo a maior que me ocorre a incerteza de que os fazendeiros do Piauí, Pastos Bons, e outros, se deliberem a concorrer por sua conta com as boiadas (APEP, Códice 162, Doc. 203).

Na prática, Fernando da Costa de Ataíde Teive expressava certa insegurança em acreditar que os negociantes do gado do Maranhão e do Piauí manifestassem vontade em enviar gados para o Pará. Segundo Odilon Nunes (2007, p. 162-163), ao relatar acerca da necessidade que o Grão-Pará externava, da vinda de boiadas do Piauí, João Pereira Caldas, governador da capitania do Piauí, não tentou medir esforços para concretizar essa comunicação, porém as dificuldades se sobrepuseram de tal forma que, segundo o autor, o próprio capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, desistiu do projeto.

A documentação consultada do Arquivo Público do Pará referente à essa estrada impõe certa problematização com relação à maneira pela qual Nunes descreve o processo. Primeiro, porque, como vimos anteriormente, apesar das longas distâncias, a partir de maio de 1769 se verificaram as primeiras providências para a abertura da estrada, que envolveu Povoações de Índios do Pará e do Maranhão, assim como um contingente de trabalhadores indígenas. Isso demonstra que Ataíde Teive não tinha pretensão de abandonar o gerenciamento da obra, a menos até que atingisse o Maranhão, conforme foi apontado acima. Em segundo lugar, pela razão de que, embora João Pereira Caldas tenha desistido de continuar com o projeto da estrada, as reses da Vila de São João do Parnaíba ainda poderiam dispor de duas rotas possíveis: ou o Parnaíba em direção ao oceano, ou mesmo, como o próprio Ataíde Teive menciona acima, as fazendas do Maranhão, como as do sertão de



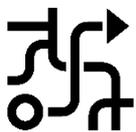
Pastos Bons, assim como de Aldeias Altas, que poderiam ser acessadas pelo curso do rio Itapecuru.

Em artigo recente, Samir Lola Roland (2023, p. 248) demonstra a estreita relação das fazendas de gado do Piauí não apenas com a feira de Capuame, um importante ponto de venda de reses na capitania da Bahia, mas também com outras regiões do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Nesse contexto, como destacado anteriormente, a via pelo rio Parnaíba era cada vez mais adotada pelos fazendeiros devido à navegabilidade proporcionada pelas sumacas. No entanto, essa opção não garantia que as remessas alcançassem seus destinos. Isso é evidenciado em diversas cartas enviadas a Ataíde Teive entre 1769 e 1770, nas quais João Paulo Diniz, destacado intermediário nas relações entre o capitão-general e os negociantes de gado da Vila de São João do Parnaíba, segundo Mairton Celestino da Silva (2016, p. 134-135), frequentemente atribuía os atrasos no envio das cabeças de gado aos constantes naufrágios sofridos pelas sumacas no percurso do rio Parnaíba.

Outras alegações para a demora no envio de reses eram as estiagens, reforçando o quanto o atendimento de solicitações relacionadas à quantidade de gado dependia do ritmo da natureza, principalmente entre distâncias consideráveis. Em 6 de fevereiro de 1770, ainda na fazenda de Maracu, Vila de Viana, Evaristo Rodrigues de Albuquerque informou ao capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, que “a cruel seca que tem laborado por estes sertões” o impedia de mandar as boiadas para a cidade de Belém, mas que com as chuvas que caíam desde o dia 2 de fevereiro, animou a sua tropa a conduzir as cabeças de gado para a capital do Estado, Belém do Pará (APEP, Códice 214, Doc. 15).

Assim, tanto a periculosidade que a navegabilidade do Parnaíba oferecia quanto a distância entre a Vila de Viana e as Povoações de Índios do Grão-Pará tornava dificultosa a logística de envio das reses bovinas para Belém. Ademais, é necessário considerar também a ação de indígenas e mulatos como os comboieiros, ou condutores do gado, ou ainda, na acepção da própria documentação, os tangedores.⁹ Evaristo Rodrigues de Albuquerque escreveu, na mesma carta de 6 de

⁹ Samir Lola Roland (2023) e Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno et al. (2021) identificam a mesma logística de transporte do gado para diferentes realidades nas capitanias do Estado do Brasil. Ao passo que Roland percebe tal dinâmica para o envio de gado tendo como ponto de partida as fazendas do Piauí em direção à feira de Capuame, na Bahia, Bueno



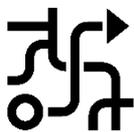
fevereiro de 1770, que juntamente com a comitiva que transportou 198 cabeças de gado da Vila de Viana, “vai com eles João da Silva, mulato”, não apenas pelo fato de o capitão o ter em alta conta, apesar de estar sob a obediência de Albuquerque, mas “porque sabe lidar” com a tarefa de conduzir a boiada, ou seja, de tangedor.

Percebe-se, então, a dimensão da atuação de diversos sujeitos na construção da comunicação entre Ourém e Viana, para além dos fazendeiros e dos governadores. No caso de João da Silva, a documentação sugere que o mulato já tinha certa experiência em conduzir o gado para o Pará, a julgar pelo grau de confiança depositado neste indivíduo. Na mesma carta, Rodrigues de Albuquerque informou que o condutor encarregado pelo comboio iria até Ourém, e nesta povoação o soldado Bernardino Falcato o aguardaria para que pudesse transportar até Belém o gado proveniente da fazenda de Maracu, na Vila de Viana, capitania do Maranhão (APEP, Códice 214, Doc. 15).

Diante de tais evidências, percebe-se o teor do circuito entre o antigo aldeamento de Maracu e a Vila de Ourém, na medida em que o “caminho para o Maranhão”, de acordo com os sentidos atribuídos pelas autoridades, permitia que gados provenientes do Parnaíba pudessem adentrar a região litorânea do Grão-Pará. Do lado dos indígenas, a construção da estrada significou não apenas um violento processo de arregimentação de mão de obra, mas também fugas e deserções, fosse no interior das obras, fosse no caminho em direção a ela, como bem vimos no caso em que o percurso passaria pelo Lugar de Piriá, ocasião em que ocorreu um levante encabeçado pelo Principal da povoação.

Todavia, em que pese as inúmeras dificuldades que a construção da estrada apresentou, tanto pela fuga dos trabalhadores recrutados para a obra quanto por contendas de caráter administrativo, o caminho foi concluído no início de 1770. Nesse sentido, Evaristo Rodrigues de Albuquerque produziu duas listas enumerando a construção e a organização de pontos de paragem da estrada. A primeira em 1769 até a altura do Turiaçu, fronteira com o Maranhão (APEP, Códice 198, Doc. 57), e a segunda em 1770 no trecho entre a povoação de Turiaçu e a Vila de Viana (APEP,

analisa o emprego de indígenas e mulatos tangedores no caminho de Viamão, estrada que interconectava as capitanias de Rio Grande de São Pedro (atual Rio Grande do Sul) e São Paulo.

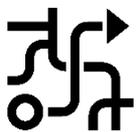


Código 214, Anexo do Doc. 15). Quanto ao uso desses pontos que poderiam servir para a “engorda” dos animais e, também, para o descanso das comitivas vindas do Maranhão, a documentação não fornece indícios mais concretos, muito embora quando o gado chegou à povoação de Serzedelo, em 20 de fevereiro de 1770, Jacinto da Cunha Sampaio, então diretor do Lugar de Índios, afirma que haviam chegado “cento e vinte e seis cabeças, entrando fracas” (APEP, Código 214, Doc. 20).

Para a capitania da Bahia, Márcio Roberto Alves dos Santos (2017, p. 186) chama a atenção para que se considere não apenas as intenções dos caminhos, mas também os usos reais que nem sempre poderiam estar associados a questões governamentais, senão a outras dinâmicas locais e particulares e, por vezes, de difícil detecção pelo/a historiador/a na documentação. Todavia, em relação ao caso que, aqui, analisamos, mesmo que seja de difícil identificação indícios que deduzam certos usos da estrada entre Ourém e Viana, alguns aspectos relativos à prática espacial dos sujeitos permitem que se perceba as conexões entre as fazendas do Maranhão e as povoações do Grão-Pará. Ao que parece, essa dinâmica foi reaproveitada, embora sob outro contexto, no governo de João Pereira Caldas, entre 1773 e 1774, novamente com o intuito de transportar gado para o Grão-Pará.

Neste sentido, é necessário destacar a distinção entre as pretensões de Ataíde Teive e de Pereira Caldas com relação à comunicação entre Ourém e Viana, apesar das semelhanças conjunturais. Em análise da documentação, observou-se que, diferentemente de Ataíde Teive, no governo de Pereira Caldas, não apenas a Corte foi informada a respeito da reabertura do caminho entre o Grão-Pará e o Maranhão, mas também a Câmara de São Luís. Em missiva de 20 de novembro de 1773, Joaquim de Melo e Póvoas reportou a João Pereira Caldas que um certo Gregório Antunes Torres havia arrematado a obra por quatro mil e quinhentos cruzados, valor equivalente a um conto e oitocentos mil réis¹⁰ (APEP, Código 261, Doc. 39). Assim como em 1768, cinco anos depois da comunicação entre Ourém e Viana, novamente foi necessária a manifestação da vontade dos fazendeiros ou dos foreiros em contribuir com o empreendimento. Mas também há um outro elemento que

¹⁰ Segundo Alam Lima (2006, p. 224), cada cruzado tanto no Reino quanto na Colônia equivalia a 400 réis.

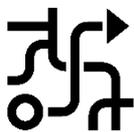


torna similar os dois contextos: a arrematação de indígenas das povoações do Diretório.

Em carta de 27 de maio de 1774, remetida por João Pereira Caldas, governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e dirigida a Joaquim de Melo e Póvoas, são fornecidos detalhes a respeito da utilização das populações indígenas na “fatura da Estrada”. Enfrentando uma série de obstáculos informados pelo seu subalterno, Pereira Caldas replicou que o progresso da obra entre a cidade de Belém e a Casa Forte do rio Guamá estava em fase conclusiva, e que, para isso se tinha empregado “Índios daquela povoação, da do Porto Grande e do Caeté, que por isso também reservei os do Gurupi, para dali abrirem, e limparem a estrada até a Vila de Ourém” (APEP, Códice 64, Doc. 86). Dessa forma, o governador do Grão-Pará continuou a exigir que o dirigente da capitania vizinha igualmente convocasse indígenas das povoações da capitania do Maranhão, sugerindo que os indígenas de Viana pudessem “abrir a estrada até o Turi [Turiaçu]”, ao passo que até o Gurupi somente poderiam trabalhar os moradores dos Lugares da parte oriental do Grão-Pará (APEP, Códice 64, Doc. 86).

Esta informação permite corroborar que, de fato, havia uma divisão de jurisdições no momento de definir a construção de trechos da estrada, o que indica uma das razões pelas quais os governadores do Pará e do Maranhão, anos antes, travaram certos conflitos quanto à continuidade da obra. Aliás, esse fato foi alertado pelo próprio Pereira Caldas em missiva de 2 de outubro de 1773 quando instituiu a diligência da reconstrução da estrada, informando que fossem empregados os “índios de seus respectivos distritos” (APEP, Códice 64, Doc. 57). Vale lembrar que João Pereira Caldas contou com um caminho já consideravelmente construído e que apenas foi revitalizado, embora sob a mesma justificativa utilizada em 1768 de introduzir gados do Maranhão e do Piauí com base na alegação de que o Marajó não estava produzindo a quantidade devida para o consumo.

Se é possível identificar alguns aspectos relativos ao funcionamento da estrada no governo de Ataíde Teive, o mesmo não se pode dizer com relação ao período de João Pereira Caldas. Apesar da dissolução do Estado do Grão-Pará e Maranhão, a partir da Provisão Régia de 9 de julho de 1774, a nova realidade administrativa passou a ser efetivada apenas em janeiro de 1775. Foi neste mês que



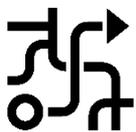
Pereira Caldas dirigiu uma carta a Martinho de Melo e Castro, comunicando que, desde a cidade de Belém, havia mandado “praticar até a Vila de Ourém” a abertura de uma estrada, “na distância de 30 léguas” (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 73, Doc. 6186). Assim como na gestão de Ataíde Teive, o caminho tinha o objetivo de servir como passagem dos gados oriundos das fazendas do Maranhão e do Piauí, além de terem como função facilitar “os socorros” em qualquer ocasião ou necessidade.

Haja vista a construção de um aparato para receber os comboios das reses entre os anos de 1768 e 1770, como abordamos acima, em anexo à mesma carta, o ouvidor Marcos José Monteiro de Noronha deliberou como condição ao arrematante do caminho que além de construir pontes e estivas para transpor os trajetos os quais apresentassem igarapés, por exemplo, também seria obrigado a “construir currais e casas”, fornecendo detalhes acerca de sua extensão (AHU, Avulsos do Pará, Cx. 73, Doc. 6186). Mais uma vez, a rota para o Maranhão, no governo de João Pereira Caldas, parece ter tido um teor mais oficial e formal do que no contexto da gestão de Fernando da Costa de Ataíde Teive. Se com João Pereira Caldas nota-se minúcia de detalhes na construção dessa estrada e na sua logística a ponto de haver sido lançado um edital para arrematação à Câmara de São Luís, do lado de Ataíde Teive percebe-se um caráter mais local, muito embora igualmente tenha se valido das Povoações de Índios, sob o regime do Diretório, para a abertura do caminho entre Ourém e Viana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrada construída entre os anos de 1768 e 1770, entre as povoações de Ourém e de Viana, permitiu revelar uma série de interesses que envolveu diversos sujeitos, desde a esfera político-administrativa até o âmbito dos próprios habitantes locais. Com o intuito de interligar a capitania do Pará ao Maranhão e ao Piauí, o projeto possivelmente estava inscrito numa pretensão antiga de conectar o Estado do Grão-Pará e Maranhão ao Estado do Brasil, dessa vez, tendo como pontos de paragem as Povoações de Índios. Além de possuírem o papel de marcos territoriais, eram desses núcleos que a mão de obra foi arregimentada para a abertura da comunicação entre Ourém e Viana.

Em 1768 o motivo para a abertura da rota foi uma certa queda na produção pecuária das fazendas do Marajó em razão da seca que assolava a região e, desse

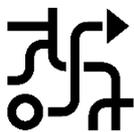


modo, Fernando da Costa de Ataíde Teive, conforme o desenvolvimento da construção, mudou esta percepção. Em 1769 com o crescimento da atividade pecuária nas fazendas da Vila de São João do Parnaíba, no Piauí, o governador do Pará passou a atrelar o projeto de comunicação a uma oportunidade de se tirar proveito dessa situação, tratando a vinda dos gados da capitania do Piauí como um negócio que viria a gerar lucro para a capitania por meio do lançamento de editais e do estreitamento de relações com negociantes de reses da região (APEP, Códice 162, Doc. 324).

O avanço das obras enfrentou uma série de dificuldades, oriunda tanto das flutuações dos interesses dos governadores quanto das próprias populações indígenas. Do lado político-administrativo, o auxílio à continuidade do trajeto para o Maranhão foi descontinuado por Ataíde Teive, repassando ao governador da capitania vizinha a responsabilidade para a conclusão do trecho que lhe competia. Da perspectiva indígena, os obstáculos impostos foram a fuga ou mesmo levantes no interior das obras, demonstrando a importância das populações locais para a continuidade do empreendimento.

Apesar de todos esses percalços, o projeto foi finalizado no início de 1770. Desde 1768 diversas cartas de sesmaria foram peticionadas, conforme constatou Oliveira (2018, p. 60), muitas das quais confirmadas ao redor da estrada, o que corrobora não apenas o interesse que diversos indivíduos possuíam com relação a essa conexão comercial entre o Pará e o Piauí, mas também permite oferecer certo sentido à retomada de seu funcionamento, com João Pereira Caldas, em 1773. Assim, acreditamos que nos anos 1771 e 1772, até o estágio atual desta pesquisa, muito mais pela ausência de fontes para estes anos do que por outra razão, o caminho foi abandonado, não obstante ter sido construída, ao longo dele, uma estrutura significativa tanto para o abrigo dos animais quanto dos condutores.

Do mesmo modo como em 1768, cinco anos depois, a remessa de gado para o Marajó retorna ao centro dos interesses do governo, novamente utilizando-se das Povoações de Índios para recrutar trabalhadores ao empreendimento. No entanto, sob a gestão de João Pereira Caldas, percebemos um processo muito mais de caráter oficial do que estritamente local, pois a estrada é mencionada em uma missiva do Conselho Ultramarino, no início de 1775, além de haver um arrematante para a sua



construção. A esse respeito, cabe mais pesquisas para esclarecer os meandros burocráticos desse contexto, uma vez que, no governo de Ataíde Teive, causa intriga ao/à historiador/a o caráter de segredo que o capitão-general atribuiu a esta construção.

Muito além de relações de caráter socioeconômico que engendrou fazendeiros, negociantes, militares e governadores das capitanias do Pará, do Maranhão e do Piauí, o caso da estrada também permite potencializar análises acerca dos processos de mestiçagem, na medida em que indígenas e mulatos travavam contatos tanto no interior das obras quanto no transporte dos gados para Belém. Assim, a comunicação entre Ourém e entre Viana possibilitou um acesso mais prático, por via terrestre, às capitanias do Estado do Brasil, por meio das Povoações de Índios do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu; Livraria Briguet, 1930.

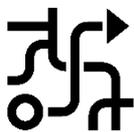
ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Brasília: Senado Federal, 1998.
ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Política indigenista e políticas indígenas no tempo das Reformas Pombalinas. In: FALCON, Francisco; RODRIGUES, Claudia (Orgs.). *A época pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 175-214.

ALMEIDA, Rozemberg Ribeiro de. *Ocupação, colonização e relações de trabalho em Ourém do Grão-Pará*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Ecos de um suposto silêncio: paisagem e urbanização dos 'certoens' do Norte, c. 1666-1820*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017a.

ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Do Maranhão à Bahia: cartografar e representar a urbanização dos sertões da Capitania do Norte*. *Territórios & Fronteira*, Cuiabá, v. 10, n. 2, p. 413-429, 2017b.

BUENO, Beatriz; BARRETO, Alice; DIAS, Guilherme. *Cultura material e práticas sociais no caminho do Viamão: paisagens toponímicas, arqueologia do cotidiano das viagens, perfil e bagagem dos tropeiros (séculos XVIII e XIX)*. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v. 29, p. 1-87, 2021.



CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. 2. ed. São Luís: UFMA, 2008.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial*. Belém: Editora Açai, 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de; IBÁÑEZ-BONILLO, Pablo. "Vastidão dos sertões bárbaros": caminhos e fronteiras entre o Maranhão e o Brasil (1680-1700). *Almanack*, Guarulhos, n. 27, p. 1-48, 2021.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1974.

CRUZ, Roberto Borges da. *Farinha de "pau" e farinha de "guerra": os usos da farinha de mandioca no extremo Norte (1722-1759)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

LIMA, Alam José da Silva. *Do "dinheiro da terra" ao "bom dinheiro": moeda natural e moeda metálica na Amazônia colonial (1706-1750)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

MEIRELES, Mário Martins. *História do Maranhão*. Rio de Janeiro: DASP, Serviço de Documentação, 1960.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí (vol. 1) – Coleção Grandes Textos*. Teresina: FUNDAPI, 2007.

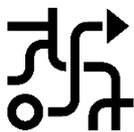
OLIVEIRA, Luciana de Fátima. *Projetos de consolidação de um território: da vila de Souza do Caeté à vila de Bragança (1740-1760)*". Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

RAVENA, Nirvia & MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. *A teia de relações entre índios e missionários: a complementaridade vital entre o abastecimento e o extrativismo na dinâmica econômica da Amazônia Colonial*". *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 29, n. 50, pp. 395-420, mai./ago. 2013.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. *Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

RICCI, Magda; SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. *Distantes de todos, vivendo por si: uma história das estradas, das viagens e dos moradores na fronteira sul da Amazônia entre 1750 e 1850*. *Diálogos*, Maringá (Online), v. 18, n. 3, p. 1213-1233, set./dez. 2014.

ROLAND, Samir Lola. *As antigas fazendas jesuíticas: o transporte e a venda de gado dos sertões do Piauí para a feira de Capuame, Bahia (1759-1769)*. *Sæculum – Revista de História*, João Pessoa, v. 28, n. 49, p. 245-262, jul./dez. 2023.



ROLIM, Leonardo Cândido. *A Rosa dos Ventos dos Sertões do Norte: dinâmicas do território e exploração colonial*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

ROLLER, Heather Flynn. *Amazonian Routes: Indigenous Mobility and Colonial Communities in Northern Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 2014.

SALVINO, Rômulo Valle. *Os correios dos governadores: sistemas de comunicação escrita administrativa e militar na América portuguesa*. Jundiaí: Paco Editorial, 2024.
SANTOS, Gutiele Gonçalves dos. *“Sertões indômitos”: comércio, doenças e práticas de cura na capitania do Piauí - século XVIII*. Dissertação (Mestrado em História) - Casa de Osvaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2022.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Rios e fronteiras: conquista e ocupação do sertão baiano*. São Paulo: Edusp, 2017.

SILVA, Mairton Celestino da. *Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2016.

SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. *Um rio e suas gentes: ocupação e conflitos nas margens do rio Turiaçu na fronteira entre Pará e Maranhão (1790-1824)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. *Usos da fronteira: terras, contrabando e relações sociais no Turiaçu (Pará-Maranhão, 1790-1852)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

FONTES

Arquivo Histórico Ultramarino. Avulsos do Maranhão, Caixa 73, Doc. 6186.

Arquivo Público do Pará. Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 64.

Arquivo Público do Pará. Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 162.

Arquivo Público do Pará. Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 198.

Arquivo Público do Pará. Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 202.

Arquivo Público do Pará. Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 214.

Arquivo Público do Pará. Correspondência de Diversos com o Governo, Códice 261.

Recebido em: 06/12/2024

Aprovado em: 06/12/2024



**SEÇÃO ARTIGOS
LIVRES**



VIEIRA, Miguel Vitor de Araujo¹

<https://orcid.org/0009-0004-6056-5019?lang=pt>

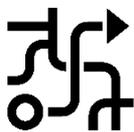
RESUMO: Este artigo investiga parte da trajetória de Cristiano Benedito Ottoni, primeiro diretor da Companhia de Estradas de Ferro D. Pedro II e influente político no Brasil do século XIX. Concentrando-se em seu período como senador pelo Espírito Santo (1879-1889), a pesquisa examina alguns de seus discursos no Senado. A análise abrange uma variedade de temas cruciais na política brasileira, especialmente na segunda metade do século, incluindo desenvolvimento da infraestrutura, descentralização de poder, sufrágio universal e abolição da escravidão. Ao explorar os posicionamentos de Ottoni, buscou-se elucidar como este ator político se manifestou diante da influência da modernidade europeia. Destaque para seu papel na defesa de medidas que visavam reformular o Estado brasileiro, o que revelou um “espírito” inovador, que estava em consonância com a expectativa de progresso do período.

PALAVRAS-CHAVE: Política; Discurso; Modernidade.

ABSTRACT: This article investigates part of the trajectory of Cristiano Benedito Ottoni, first director of Companhia de Estradas de Ferro Pedro II and influential politician in Brazil in the 19th century. Focusing on his period as senator for Espírito Santo (1879-1889), the research examines some of his speeches in the Senate. The analysis covers a variety of crucial themes in Brazilian politics, especially in the second half of the century, including infrastructure development, decentralization of power, universal suffrage and the abolition of slavery. By exploring Ottoni's positions, we sought to elucidate how this political actor manifested himself in the face of the influence of European modernity. Highlighting his role in defending measures that aimed to reformulate the Brazilian State, which revealed an innovative “spirit”, which was in line with the expectation of progress during the period.

KEYWORDS: Policy; Speech; Modernity.

¹ Licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e bacharel pela mesma instituição, com a pesquisa intitulada: "As Artérias de Ferro da Modernidade: Brasil concebido por Cristiano Benedito Ottoni entre 1855 e 1865". Pós-graduado no curso de Gestão Escolar (administração, supervisão, orientação e inspeção) pelo Centro Universitário Faveni (UNIFAVENI). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas, que tem como área de concentração: "Cidades: Cultura, Trabalho e Políticas Públicas", na linhagem de pesquisa: "Democracia, Estado e Políticas Públicas". Atuei na Coordenação do Grupo de Estudo Império em Pauta - LAPHIS / PUC Minas. Fui estagiário na modalidade voluntário do Projeto Casa Mãe, pelo Colégio Santa Rita de Cassia (Barreiro, Belo Horizonte).



O DESVELAR DE UM PROJETO NACIONAL: A MODERNIDADE PERIFÉRICA NO SEGUNDO REINADO

No que tange à conjuntura do Segundo Reinado, a base econômica era agrária e consistia nas grandes propriedades latifundiárias que desempenhavam a monocultura. O café era a principal produção, e com ela buscava-se sobretudo o mercado internacional. A região entre as províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro, conhecida como Vale do Paraíba, e o oeste paulista, foram localidades onde a cultura do café se alastrou de forma mais significativa (CARVALHO, 2020, p. 313).

Os proprietários do gênero, grandes latifundiários, muitas vezes, eram integrantes da administração do império. A política era diretamente impactada por desejos escusos, sendo o exemplo mais significativo a manutenção da mão de obra escrava, considerada fundamental nas lavouras. Mesmo no final do império, o café ainda representava 61% do valor arrecadado com exportações, enquanto o açúcar, em segundo lugar, apenas com 10 % do total (CARVALHO, 2020, p. 264).

O Brasil ocupava uma posição periférica no mercado internacional devido a uma economia de caráter colonial, com um sistema baseado na patronagem e clientela, sendo os escravos a força de trabalho e sem uma experiência industrial concreta. Isso pode ser atribuído a esse conjunto de circunstâncias e a autenticidade do liberalismo brasileiro. Enquanto na Europa a aristocracia e o proletariado eram partes constitutivas da teoria liberal, no Brasil havia uma burguesia própria e local, na contramão de duas classes. Assim sendo, as ideias liberais que alcançaram as elites brasileiras não foram mera imitação cultural, representavam a subordinação às perspectivas europeias. Para a maioria serviram de armas ideológicas para a defesa de interesses políticos e econômicos próprios (COSTA, 1999, p 132-133).

No decorrer do século XIX, período marcado por independências latino-americanas e pela transição ao trabalho livre, a perspectiva agroexportadora teve papel central para as economias. Esse cenário gerou direcionamentos culturais na sociedade e privilégios para determinados grupos sociais, classificados como modernizantes, o que significava estar alinhados com os países europeus e com os Estados Unidos.

Todavia, após as independências latino-americanas três problemas impactaram a economia dessas nações: “a escassez de capitais necessários à



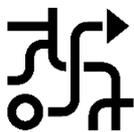
implementação do volume a ser exportado, a disponibilidade de mercados externos (problemas de demanda) e a queda do preço no mercado mundial” (WASSERMAN, 2010, p. 182). Além dos desafios econômicos, esses países passaram por profundas crises políticas enquanto se constituíam como nações autônomas. A modernidade latino-americana acontecia em um cenário muito próprio, de profundas crises e tentativas de afirmação dos Estados-Nação.

As dificuldades em encontrar um substrato econômico para os novos países refletiam-se nas relações de poder, instáveis e violentas. A primeira e talvez mais longa etapa de construção dos Estados nacionais latino-americanos constituiu-se nas tentativas de organização de ordenamentos tão estáveis quanto aqueles do período anterior; recai sobre os líderes da independência uma espécie de saudosismo em relação à estabilidade político-administrativa da época colonial (WASSERMAN, 2010, p. 183).

O capitalismo agroexportador consistia em uma dinâmica que priorizava a produção e a exportação de produtos primários e a importação de bens industrializados. Portanto, pouco era investido em políticas que possibilitassem a formação de uma indústria nacional. Embora, nesse período, já houvesse indústrias no Brasil, não se tratava de um projeto político de nação, o que só veio a ocorrer posteriormente na Era Vargas (1930-45). Ainda assim, na primeira metade do século XX essa dinâmica foi profundamente criticada na América Latina. A substituição de importação de bens por mais investimentos na industrialização nacional sofreu com vários entraves, tendo em vista que as elites brasileiras sempre tenderam ao capital internacional em detrimento de investimentos em tecnologia interna (CARDOSO; FALETTO, 1977, p. 142).

Para melhor compreender a particularidade do Brasil no contexto analisado, é preciso atentar-se para a diferença entre o alcance do ideal de modernidade em países da América Latina em relação ao processo clássico, que tendia a promover rupturas estruturais na sociedade (CEDRO, 2016, p. 45). Portanto, as características da modernidade trazidas ao Brasil, embora tenham promovido mudanças e avanços, principalmente, técnicos e econômicos, se caracterizavam por um Estado forte e pelo protagonismo de elites dirigentes, o que representava a manutenção de uma forma de organização já existente.

Os processos de modernidade periférica, contudo, mesmo revestidos de aparência estética modernizadora tendem, não raramente, a conviver com



práticas que revestem reformas conservadora com um visual moderno. Pensar a cidade latino-americana é integrá-la ao paradigma mais amplo de modernidade periférica, isto é, itinerário modernizante de transformações econômicas, urbanas, estéticas e culturais (CEDRO, 2016, p.46).

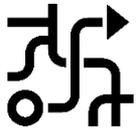
No processo de modernização do Brasil a questão racial foi muito forte. No século XIX houve um crescimento de 10% para 41% na proporção de mestiços em relação à população, o que representava o avanço da miscigenação em decorrência dos casamentos interraciais (SOUZA, 2017, p. 94). Não por acaso, na segunda metade do século era possível que mestiços ascendessem na sociedade brasileira, ainda que com muita seletividade.

No entanto, existe relação entre classes e raça no Brasil, com a chegada de europeus no final do século XIX fica muito perceptível. É quando o embranquecimento foi reforçado como valor nacional, em uma sociedade que se pretendia europeizar (SOUZA, 2017, p 95). Portanto, o que se constata, na contramão da pretensão de modernização da nação, é que este foi um processo profundamente conservador.

Ser considerado branco era ser considerado útil ao esforço de modernização do país, daí a possibilidade mesma de se embranquecer, fechada em outros sistemas com outras características. Branco era (e continua sendo) antes um indicador da existência de uma série de atributos morais e culturais do que a cor de uma pele. Embranquecer significa, numa sociedade que se europeizava, compartilhar os valores dominantes dessa cultura, ser um suporte dela. Preconceito, nesse sentido, é a presunção de que alguém de origem africana é “primitivo”, “incivilizado”, incapaz de exercer as atividades que se esperava de um membro de uma sociedade que se “civilizava” segundo o padrão europeu e ocidental (SOUZA, 2017, p. 95).

Outra narrativa de vanguarda naquela conjuntura foi o “darwinismo social”. Uma corrente que ganhava força e avaliava a miscigenação de forma negativa, como algo que estava na contramão do progresso, da civilização e, em última instância, da evolução. Essa vertente teve como decorrência duas perspectivas graves: a da existência de uma “raça pura” alheia ao processo de miscigenação e a de conceber a mestiçagem associada à degeneração social e racial (SCHWARCZ, 1993, p 58).

As proposições dos teóricos da raça que passavam por condenar o cruzamento racial e defender a incompatibilidade de caracteres físicos e morais implicou na criação de um perigoso movimento político na sociedade brasileira. Proposições sobre submissão e eliminação de raças inferiores passaram a fazer parte da pauta política,



o que se converteu na eugenia, cujo desejo era controlar a reprodução da população a fim de promover uma seleção genética (SCHWARCZ, 1993, p. 60).

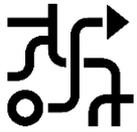
Enquanto isso, com a instituição da escravidão em pleno funcionamento no Brasil, ocorreu a expansão significativa de linhas férreas que simbolizavam o progresso material das nações no mundo ocidental. Por conseguinte, investir nesse setor passou a significar estar em consonância com o progresso. Houve uma “coqueluche ferroviária” no ocidente, o que fez das estradas de ferro, depois da máquina a vapor, a maior conquista da Revolução Industrial (BORGES, 2011, p. 27). Nesse sentido vale ressaltar que os trilhos foram impulsionadores do capitalismo industrial no século XIX e, através deles, houve uma maior circulação de mercadorias e uma produção de capital em velocidade recorde.

Para explicar as discussões em torno das ferrovias recém-chegadas e dos princípios de modernidade adaptados ao Brasil, é preciso compreender um personagem importante da segunda metade do século XIX, Cristiano Benedito Ottoni, o primeiro diretor da Companhia de Estradas de Ferro Pedro II. Sujeito este que se posicionava em acordo com a lógica de progresso europeia e que entendia as ferrovias como meio central para trazer modernidade para a nação emergente.

CRISTIANO BENEDITO OTTONI: UM POLÍTICO MODERNO?

De acordo com a autobiografia de Cristiano Benedito Ottoni, publicada em 1870, ele nasceu em 17 de maio de 1811 no município mineiro do Serro. Ottoni originou-se de uma família com destaque na política mineira. O pai havia sido vereador pela Vila do Príncipe, antigo nome da cidade do Serro até o ano de 1838 quando uma lei provincial criou o município. Irmãos e sobrinhos foram eleitos deputados, senadores, presidentes e vice-presidentes de Minas Gerais e, por vezes, de outras províncias/estados, entre a primeira metade do século XIX e início do XX (OTTONI, 2014, não paginado).

O familiar com mais destaque na política foi o irmão mais velho Teófilo Benedito Ottoni (1807-1869), deputado geral (1838-1841, 1845-1848, 1861-1863) e senador (1864-1869) pela província de Minas Gerais, responsável pela fundação da Vila de Filadélfia que, posteriormente, recebeu seu nome. Em 1828 Cristiano Ottoni mudou-se para a capital do império, Rio de Janeiro, onde ingressou na Academia da Marinha, saindo de lá como guarda-marinha. Pela Escola Militar também se formou em



Engenharia no ano de 1837. Foi professor de Geometria em Ouro Preto no período compreendido entre 1830 a 1833, e no ano de 1834 teve início sua carreira política tendo sido eleito deputado provincial pelo Rio de Janeiro, exercendo o mandato de dois anos. Por participar de agitações e de movimentos provocados pelo Partido Liberal para atacar adversários políticos foi detido e preso em 1842, ocasião em que se envolveu com a chamada Revolução Liberal¹ (OTTONI, 2014, não paginado).

Contudo, logo foi colocado em liberdade e anistiado, o que permitiu a retomada da carreira acadêmica, sendo nomeado professor catedrático da Marinha em 1844. Após dois anos, em 1846, foi promovido e passou a ocupar no Ministério da Marinha a posição de oficial de gabinete. Voltou a exercer mandato de deputado geral pela província de Minas Gerais em 1848, entretanto por poucos meses. (OTTONI, 2014, não paginado).

No início da década de 1850 Ottoni começou a trabalhar na Companhia Estrada de Ferro Pedro II como responsável pela construção e organização de ferrovias que deveriam integrar as províncias brasileiras. Com o início das obras foi nomeado primeiro diretor da companhia em 1855, função que exerceu por 10 anos e, ainda neste ano, reformou-se como capitão-tenente da Marinha (OTTONI, 2014, não paginado).

Em 1861, tornou-se deputado geral por Minas Gerais e se reelegeu por mais duas vezes consecutivas, permanecendo na função até o final de 1868. Esteve ativo na produção do Manifesto Republicano (1870), documento que criticava a centralização de poder e que atribuía culpa à monarquia pelos problemas que a nação passava (OTTONI, 2014, não paginado).

Cristiano Ottoni exigia maior autonomia das províncias e apontava a República como solução. Pela província do Espírito Santo elegeu-se senador, permanecendo na função por 10 anos, entre 1879 e 1889. Reconhecido professor honorário pela Academia Nacional de Belas Artes foi incluído por D. Pedro II no Conselho do Imperador. Entre os reconhecimentos recebidos foi agraciado com os títulos de

¹ A Revolução Liberal ocorreu nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, em oposição às reformas do partido conservador, que instituiu mudanças com a justificativa apaziguar os “excessos” liberais, advindos das regências. Exemplos destas reformas: o Ato Adicional de 1834, a Reforma do Código do Processo Criminal de 1841 e o restabelecimento do Conselho de Estado, conforme indica Souza (2006).



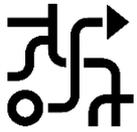
dignitário da Ordem do Cruzeiro e oficial da Ordem de São Leopoldo da Bélgica. Por fim, após a Proclamação da República em 1889 e a promulgação da Constituição Republicana em 1891, candidatou-se ao senado pelo Partido Republicano Mineiro e integrou a Comissão de Obras Públicas e Empresas Privilegiadas de 1892. Ainda exercendo mandato, faleceu em 18 de maio de 1896 no Rio de Janeiro (OTTONI, 2014, não paginado).

Otoni, que havia dirigido a Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II por 10 anos, quando senador pela província do Espírito Santo entre 1879 a 1889, manteve a defesa de investimento e inovação desse meio de transporte, pois considerava fundamental para o desenvolvimento econômico e social do Império (OTTONI, 2014, não paginado).

Quando tratada no Senado em 1883 uma medida que propunha a autorização do governo para conceder transporte gratuito na Estrada de Ferro Pedro II para materiais fixos e rodantes, destinados a estradas de ferro em construção, Otoni em pronunciamento não ficou indiferente. Defendeu que a produção do interior “está oprimida e restringida pela falta de comunicação ou pela sua dificuldade”, pois segundo ele o alcance do transporte era limitado e o valor seria maior que o próprio produto (SENADO FEDERAL, 1883, p. 85).

Todos os ramais que convergem para a estrada de ferro D. Pedro II alargam a zona de terreno, que por ela pode exportar produtos; concorrem todos, portanto, para aumento da renda daquela estrada. Sabe-se que a produção do nosso interior, especialmente na província central de Minas Gerais, está oprimida e restringida pela falta de comunicações ou pela sua dificuldade. Em toda a parte há um certo limite de distância, além do qual não se pode plantar, colher, exportar, porque o frete absorve o valor do produto. Ora, prolongando-se os trilhos que dão transporte barato, afastando-se o limite dentro do qual convém produzir para exportação, seguramente há de crescer a produção, passando a trabalhar e produzir braços que estavam ociosos. Creio que faltaria ao respeito devido à inteligência do Senado se continuasse na demonstração dessa tese, tão evidente por si: cada ramal convergente para a estrada de ferro D. Pedro II, alarga a zona que por ela pode exportar, e, portanto, aumenta seu rendimento (SENADO FEDERAL, 1883, p. 86).

As discussões em torno da modernização na América Latina, especialmente no Brasil da segunda metade do século XIX, ocuparam espaço significativo no debate político e intelectual. Havia um sentimento de urgência para que se superasse o “atraso” das nações remanescentes do modelo colonial (PIRES, 2012, p. 59). O



parâmetro referencial que se tinha associado às ideias de civilização e progresso era especialmente o da Europa, logo, se pretendia a reprodução das correntes de pensamento. Nesse momento, temas como o abolicionismo, o racionalismo, o republicanismo e o sufrágio universal faziam parte do debate sobre o processo de modernização que se intensificava no mundo. Não obstante, no Brasil também ocorriam intensos debates políticos e intelectuais que abordavam temáticas similares.

No que tange à escravidão, em meados do século XIX, as discussões políticas sobre esse tema estavam diretamente relacionadas com o tráfico negreiro que havia sido proibido pela Lei n. 581 – Eusébio de Queiroz. Com o passar dos anos, principalmente após o início da década de 1860, o debate em torno da escravidão começava a alcançar outra proporção com a abolição se tornando tema central.

O imperador teria sido um incentivador da movimentação pró-abolição, pois teria pedido ao conselheiro José Antônio Pimenta Bueno que realizasse uma pesquisa sobre as alternativas para o rompimento com a escravidão. Embora a discussão tenha sido proposta duas vezes pelo conselheiro do imperador ao Conselho de Estado em 1866 e 1867, a decisão foi de que era um momento inoportuno para que ocorresse. A continuidade da Guerra do Paraguai teria sido a justificativa para que não se tomasse qualquer medida drástica entre os anos de 1864 e 1870 (CARVALHO, 2020, p. 308).

Nesse período percebiam-se as contradições da escravidão evidenciando-se para todos, o que fazia delas pauta central no processo de modernização do Brasil. O debate político no pós-Guerra do Paraguai passava a ser, principalmente, sobre a forma que a abolição deveria ocorrer: gradual ou imediata? Muitas questões foram levantadas a esse respeito. Os escravocratas se posicionavam contrários às graduais reformas alegando que elas provocariam rebeliões escravas. Por sua vez, os abolicionistas defendiam as reformas graduais como forma de evitar o que havia acontecido no Haiti e nos Estados Unidos.

Mas do que não pode se duvidar é da preocupação que tinham com as possíveis consequências das medidas propostas. Quase todos temiam agitações, rebeliões escravas, e até mesmo guerra civil e racial. Uma das razões para esperarem o fim da guerra era a necessidade de dispor de tropas no país para conter possíveis levantes de escravos (CARVALHO, 2020, p. 307).

Em 1869, o decreto nº 1695 proibia os leilões públicos de escravos, assegurando no artigo 1º, que “todas as vendas de escravos debaixo de pregão e em



exposição pública, ficam proibidas (...) sob pena de nulidade de tais vendas e de multa de 100\$000 a 300\$000, contra o leiloeiro por cada um escravo que vender (...). No artigo 2º da lei estava prescrito que “em todas as vendas de escravos, ou sejam particulares ou judiciais, é proibido, sob pena de nulidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 anos”, o que representou um avanço das propostas abolicionistas (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1869, não paginado).

Em 1871, com a posse do Visconde do Rio Branco à frente do Conselho de Estado, veio a proposta do fim da escravidão para filhos de escravos que seria aprovada mais adiante naquele ano. Ficou nítido nos debates a divisão entre deputados do norte e do sul, sendo os primeiros, em maioria, apoiadores da proposta, enquanto os outros, majoritariamente, se posicionavam de forma contrária (CARVALHO, 2020, p. 309-310). Essa oposição de regiões evidenciava as divisões de províncias do Brasil.

A perda de legitimidade da instituição escravista na segunda metade do século XIX, indica que foram pouquíssimas as vozes que se colocaram a favor da escravidão. Muitos políticos que eram favoráveis a essa instituição não declaravam posicionamento e se escondiam atrás de confusos discursos que defendiam um processo lento e “cuidadoso” na realização de mudanças na legislação. Embora os defensores da emancipação/abolição falassem do risco de desorganização e de desordem se medidas não fossem tomadas, esses discursos também eram muito explorados pelos interesses escravistas, pois priorizavam o retardamento do processo que se colocava.

Estavam preocupados, principalmente com a desorganização da produção. Após a Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871 – Lei do Ventre Livre, que declarava livre todos os filhos de mulheres escravas nascidos a partir da promulgação da mesma, estratégias privadas e políticas públicas passaram a ser pensadas, pois havia forte preocupação com as transformações que essas mudanças causariam no trabalho.

Otoni, na seção de 9 de junho de 1884 no Senado, se posicionou de forma muito enfática, reclamando por uma solução efetiva a respeito da escravidão no Brasil que, 13 anos após a Lei do Ventre Livre, persistia. Sendo assim, chamava atenção



para contradições do contexto e para os interesses econômicos que estavam em jogo. Ottoni apontou que a Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, foi uma forma de adiar uma solução que deveria ter sido imediata (SENADO FEDERAL, 1884, p. 27).

Os interessados na manutenção da escravidão defendiam medidas morosas a fim de manter esta forma de exploração pelo máximo de tempo possível. O argumento comumente utilizado por esse grupo era o da defesa de um fim gradual desta prática. Nesse contexto, os escravocratas se diziam emancipadores, mas Ottoni denunciava com ironia, dizendo: “todos são”, afinal, essa é uma tendência civilizacional das nações e ser declaradamente contrário a ela não seria um posicionamento político inteligente (SENADO FEDERAL, 1884, p. 29).

Entretanto, quando se falavam de medidas efetivas, a justificativa dos opositores era de que as lavouras não aguentariam o impacto gerado pelo destituir do sistema escravocrata. Nesse sentido, Ottoni reclamou que “no progresso em que vamos executando a lei como nela se contém, o verdadeiro emancipador é a morte”, sugerindo que a forma como a política brasileira era utilizada nessas situações não se mostrava compatível como uma nação civilizada” (SENADO FEDERAL, 1884, p. 29).

Tem morrido desde 1871, pelo menos, cerca de meio milhão de escravos, e no mesmo período, o Estado emancipou menos de 20.000. Infinitamente pequeno o número. Orcemos o terror da escravidão, com as belezas atuais. Os escravos mais moços são os nascidos em 1871, antes da lei; desses alguns vão chegar a 80 anos, alguns a 100: mas fiquemos em oitenta: assim, somente em 1950, meado do século XX, a morte acabará a sua obra (SENADO FEDERAL, 1884, p. 30).

A lei do Ventre Livre em 1871, representou um avanço significativo nos registros acerca da escravidão, pois estavam previstos mecanismos de controle do dispêndio de valores para o Fundo de Emancipação que fora assegurado pela mesma lei (BACELLAR, 2006, p. 29-30). Em um período em que o tráfico internacional de escravos não mais existia foi possível que se conhecesse, com mais profundidade, a organização da mão de obra escrava nas décadas finais do Império.

A legislação emancipacionista e a consequente efetivação no judiciário expressavam aspectos fundamentais da História da abolição no Brasil (MENDONÇA, 2018, sem paginação). Um deles o alcance da ação social dos escravos que, em consonância com os abolicionistas, provocaram modificações na legislação brasileira. Ainda que houvesse um esforço de parcela significativa da elite econômica e política



pelo gradualismo. Outro aspecto foi que o esforço pela abolição não aconteceu de forma linear e progressiva, tendo alguns retrocessos ao longo do processo.

Por vezes a lei visava colocar freio nas ações da militância, sobretudo naquela que se realizava no âmbito do Judiciário. O estudo da legislação mostra, particularmente, que as leis emancipacionistas foram mobilizadas também por escravos, que as instrumentalizaram em favor de seus interesses e direitos. Homens e mulheres escravizados tomaram o Judiciário como um campo de luta social, um ambiente de militância e de expressão de suas demandas por liberdade (MENDONÇA, 2018, sem paginação).

Em contraposição ao que representou um avanço no período de aprovação, em 06 de abril de 1886, em debate no Senado, Ottoni expressou mais uma vez descontentamento com a Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871, que deixava os escravos existentes abandonados. Embora estabeleça, em princípio, a emancipação gradual com indenização, segundo Ottoni: “a lei nesta parte mentia seu objeto” (SENADO FEDERAL, 1886, p. 12).

Os que propõem um prazo fatal transigem sujeitando os libertados a alguns anos de trabalho forçado e não remunerado. E como os maiores abolicionistas aceitam esta ida de prazo, claro é que não são intransigentes como dizem ser. Se quer respeitar o direito absoluto, a justiça eterna, as exigências da civilização e da humanidade, a única lei a promulgar será: Desta data em diante todas as pessoas residentes no Brasil são reconhecidas livres e iguais perante a lei. Se ninguém propõe uma tal lei, é somente porque considerações relativas ao trabalho, a produção, a segurança e a paz pública nos obrigam a não fazer, máxime de chofre, tudo o que devíamos fazer (SENADO FEDERAL, 1886, p. 13).

Ottoni também esteve ativo nas discussões no Senado acerca do sufrágio universal, que foi a possibilidade de exercício pleno dos direitos políticos pelos cidadãos, sem maiores restrição². Significa que não haveria requisitos, além da idade adulta, para escolher representantes e se candidatar enquanto tal.

² O sistema eleitoral durante o período imperial consistia em eleições indiretas, nas quais os cidadãos votavam nos eleitores do legislativo (deputados e senadores). Apenas homens que passassem dos 25 anos e estivessem em conformidade aos parâmetros censitários podiam votar. Mulheres e escravos não possuíam esse direito. Analfabetos puderam votar na maior parte desse período, visto que mesmo quando se tornou obrigatório a assinatura da cédula, esta podia ser levada de casa, em qualquer papel, já assinado. Em 1881 com a lei Saraiva foi impedido o voto dos iletrados, o que representou diminuição significativa no número de votantes (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 1881).

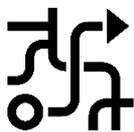


Quando fatores como etnia, escolaridade, gênero e renda se tornam impedimentos para a participação política, a cidadania não se expressa em sua amplitude. Esta possibilidade de reconfiguração do Estado que colocava a participação na política como tema central, reverberava-se pela Revolução Francesa (1789) que se tornou uma referência para as nações do período (POLATTI, 1980, p. 85). Questões como privilégios da aristocracia; relação entre Estado e Igreja; princípios de liberdade; igualdade e fraternidade; cidadania plena e a ideia de sufrágio universal; eram alguns elementos que passaram a ser discutidos e a significar modernidade, ou seja, avanços civilizacionais.

No século XIX a ideia de público passava a estar associada ao Estado, enquanto a esfera privada dizia respeito à família. A partir desse momento que a compreensão de esfera familiar foi redesenhada, dando ao indivíduo maior autonomia em relação ao espaço da vida privada. Todavia, na organização familiar burguesa, ficava definido que o espaço privado competia à mulher, enquanto o homem - chefe e autoridade - era apto para a vida pública. Portanto, o que se percebe é que se por um lado a Revolução Francesa reverberou os valores de igualdade, liberdade e fraternidade, por outro, esses não alcançavam as mulheres.

No Brasil a luta pelo sufrágio se estendeu por muitos anos, tendo acontecido as primeiras manifestações na década de 1830 ainda de forma isolada. Na década de 1870 esse tipo de manifestação ganhou força em acordo com o movimento pelo abolicionismo. Além de posicionamentos que reduziam a função das mulheres em serem esposas e mães, quando o tema era posto em discussão, havia diversas formas de manifestar a oposição ao sufrágio. Alguns indicavam que estender o voto às mulheres significaria privilegiá-las em relação aos homens, pois elas não precisariam prestar serviço militar. Outros consideravam uma “aventura feminina”, portanto, se permitido deveria ser gradual, por supostamente não estarem preparadas (BESTER, 1997, p. 16).

A Constituição de 1824 assegurou a existência de uma monarquia constitucional, representativa, hereditária e com separação de poderes, o que consistia no imperador exercendo o poder executivo e moderador; um poder legislativo representado pela Assembleia bicameral (Câmara dos Deputados e Senado) e com jurados e juízes responsáveis pelo exercício do poder judicial. Além disso, assegurava a defesa de



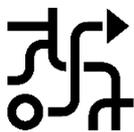
direitos como igualdade e liberdade de expressão. O direito ao sufrágio ficava regulado pelos critérios censitários estabelecidos na Constituição. Os limites impostos para o voto eram expressões de um liberalismo burguês do século XIX que, ao passo que defendia ideias liberais, estava sempre a fazer representar os desejos das classes “feudais” (CALDAS, 2014, p. 4124).

As eleições para Deputados, Senadores e membros dos Conselhos de Província eram realizadas em dois graus com sufrágio indireto. No primeiro grau, têm direito ao voto os homens livres maiores de 25 anos, ou menores a partir de 21 anos que forem casados ou oficiais militares, sendo excluídos os criados, religiosos, desempregados e aqueles que não tiverem renda líquida anual de 100.000 mil réis. Já no segundo grau, os considerados eleitores paroquiais, além das atribuições exigidas em primeiro grau, não podiam ter renda líquida anual inferior a 200.000 mil réis (CALDAS, 2014, p. 4125).

Otoni, ao participar de uma das discussões sobre reforma eleitoral no Senado fez uma crítica contundente para aqueles que estavam na contramão do sufrágio universal. Segundo ele, embora a comissão de constituição apontasse para o voto popular como um princípio constitucional fundamental, muitos políticos ainda se colocavam na contramão do que chamava de “aspiração do século” (SENADO FEDERAL, 1880, p. 53).

Denunciou uma utilização demagógica dos princípios democráticos de organização política. Segundo Otoni, a contradição dos seus pares estava em não cansarem de reiterar que os poderes políticos são delegações da nação como se estivesse assegurado aos cidadãos intervenção pelo voto nas províncias, municípios e paróquias, o que não ocorria de fato (SENADO FEDERAL, 1880, 53). Em uma das arguições sobre esse tema, reclamava que tanto o ministério quanto a câmara voltaram-lhe as costas para um tema central do século, o sufrágio universal:

Minha aspiração, como a do século, como a do Sr. Ministro de estrangeiros, é o sufrágio universal; insistirei neste ponto, porque vejo-o condenado por muito boas inteligências. Contra o sufrágio universal se levanta grande prevenção, nascida do fato de ter sido decretado pela primeira vez em 1793 em meio do tremendo cataclismo, que fazia vacilar e tremer em seus tronos os reis da Europa, ao passo que o sufrágio restrito fora aceito pela assembleia de 1791, tão ilustrada, tão moderada, ainda monarquista, bem que já pouco ortodoxa. Daqui a prevenção; em resultado dela apenas começou a reação contra os excessos da revolução francesa, o sufrágio universal foi prescrito, e só reapareceu em 1848. Entretanto parece que o direito público moderno distingue e abstrai perfeitamente dos excessos da revolução francesa para aceitar e cultivar suas numerosas conquistas. Assim como a eleição direta, que foi decretada pela primeira vez

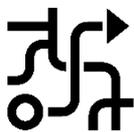


também em 1793, sendo indireta a da constituição de 1791, hoje está aceita por quase todas as nações, monárquicas e republicanas, que elegem parlamentos, assim também deve colocar-se acima das prevenções o sufrágio universal. Voltou ele em 1848: e de que o acusam? (SENADO FEDERAL, 1880, p. 53).

Em uma discussão sobre o requerimento do senador José Bonifácio que remetia às comissões de legislação, constituição e estatística, uma proposição da Câmara dos Deputados que dispunha sobre alterações na Lei nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881 (Lei Saraiva), Ottoni se posicionava de forma contundente, chamando atenção para algumas contradições desse procedimento. Essa lei dispunha sobre uma reforma no sistema eleitoral que, ao invés de expandir o direito ao voto, reduzia o número de eleitores. Segundo Ottoni, em uma população estimada de 9.900.000, representavam 1.111.000 antes da Lei, sendo reduzidos a 145.000, ou seja, a modificação significava a redução de um corpo eleitoral já extremamente reduzido (SENADO FEDERAL, 1881, p. 76).

Se a questão como parece é a questão dos partidos políticos por sua natureza (e em parte alguma do mundo a questão da extensão ou restrição do direito de voto deixou de ser altamente política). A questão é dos partidos oficiais históricos e governamentais, pode-se dizer, como alguma vez se me disse pela imprensa – não é da tua conta – porque com efeito em nenhum dos dois partidos estou arregimentado. Mas essa declaração ou intimação – não é da tua conta – naquele caso já não era procedente, porque basta-me a qualidade de cidadão brasileiro para ter o direito de apreciar o procedimento dos partidos políticos; mas presentemente minha posição e a honra que tenho de ocupar um lugar na representação nacional, converte-me o direito em dever. Eu desempenho como posso, estranhando o silêncio dos principais representantes dos dois partidos e a pressa que se mostra em adoptar este projeto. A Constituição chama a intervir na eleição dos representantes da nação, a massa, é a sua expressão, a massa dos cidadãos ativos (...) ora quando, temos um parlamento representando só 1 1/2 da população, quando se oferece um projeto, que há de mais e mais restringir um já tão mesquinho corpo eleitoral, uma questão dessas pode passar a galope, pode ser votada para aclamação, calando-se os dois partidos? (SENADO FEDERAL, 1882, p. 266).

Sobre as eleições municipais, em um debate no Senado, Ottoni apontou defeitos do formato atual que impediam qualquer solução razoável (SENADO FEDERAL, 1883, p. 16). Ele reforça, conforme vinha fazendo no ano anterior, que o número mesquinho do eleitorado em relação à população era um dos impedimentos. As estatísticas eleitorais do Império, ainda que muito precárias, mostram números que justificam a insatisfação de Ottoni. Com a introdução de novos critérios pela Lei Saraiva, o eleitorado que no início da década de 1870 estava em torno de 1,1 milhão



aumentou para 142 mil eleitores inscritos após a promulgação da Lei. O outro impedimento para Ottoni era a decadência dos partidos políticos, acusando-os de desorganizados e, muitas vezes imorais, o que impedia uma boa administração dos municípios.

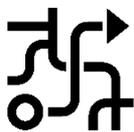
A primeira das causas, a restrição excessiva do eleitorado, é fácil de ser corrigida logo que o corpo legislativo se convença da necessidade de alargá-lo: isso depende de uma lei. A segunda causa depende dos costumes e dos acontecimentos. Pelo que observo, a primeira causa não se quer, a outra não se pode remediar. Entretanto, por mais que clame no deserto, não perderei ocasião de pedir alargamento do sufrágio: obedeço nisto ao sentimento, que o velho Nabuco chamava – pudor da coerência. Eu cultivo esse pudor. O nobre senador pela província do Maranhão estudando a questão à luz do direito público, em que é tão perito, assinalou como causa principal a restrição do eleitorado (SENADO FEDERAL, 1883, p. 17).

Em 1885, Ottoni abordou no Senado o tema dos partidos e seu impacto em um sistema eleitoral saudável, indicando que a maior parte dos líderes permanecem firmes em sua resistência à mudança, defendendo bandeiras desgastadas e indistinguíveis. Aponta para a necessidade de uma renovação genuína, reconhecendo a resistência da ala tradicional, com muitos interesses em jogo. Vai apontar também que a relutância em aceitar e apoiar as transformações compromete gravemente a integridade da política nacional. O resultado então, seria uma espécie de anarquia eleitoral e cada vez mais a perda de legitimidade do sistema político (SENADO FEDERAL, 1885, p. 15).

Por fim, o que se percebeu foi que embora Ottoni fosse um homem atrelado ao período histórico e ao setor da sociedade que pertencia, se dedicou a pensar em uma forma de incluir um maior número de pessoas nas decisões públicas. Sempre que oportuno se posicionava contrário à escravidão e favorável à abolição, e se incomodava profundamente com o funcionamento político-partidário de seu tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A distinção de Ottoni nas atividades que desenvolveu não pode ser analisada de modo que faça parecer que ele destoava em todos os aspectos dos homens de seu meio. Afinal, não se tratou de apresentar um “sujeito à frente de seu tempo”, mas de se aprofundar em um engenheiro, intelectual e político que esteve ativo na vida



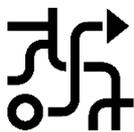
pública. Ainda assim, analisando os posicionamentos de Ottoni no Senado, sua insistência em algumas pautas centrais para a época se faz evidente.

Ser um brasileiro ocupante desse lugar de destaque não foge à construção de identidade e representação de Nação do Império do Brasil, na medida em que evidencia a validação de uma proposta de comunidade rumo ao progresso, espelhando-se em exemplo de nações consideradas civilizadas e enxergando nesse espelhamento pontos de identificação e aproximação. Ottoni poderia bem representar um desses pontos (SANTOS, 2017, p. 130).

Sabe-se que o Brasil foi profundamente influenciado pelo que se passava na Europa, especialmente na segunda metade do século XIX. Essas influências chegavam para aqueles que ocupavam posições sociais elevadas e cargos de evidência na sociedade brasileira, setor do qual Cristiano B. Ottoni era parte. A propósito, além de diretor da Companhia de Estradas de Ferro Pedro II por dez anos, foi um político participativo nas discussões da época, com um forte precedente, que incluía sua família, especialmente o irmão Teófilo Ottoni, um político muito reconhecido.

A modernidade que inspirou Ottoni de fato alcançou o Brasil no período abordado e as ferrovias são uma expressão desse movimento rumo ao “progresso”. No entanto, a discussão a respeito de mudanças efetivas na sociedade, sejam elas matérias ou até mesmo a nível de mentalidade, foram muito restritivas, isso é, embates dos quais Ottoni fez parte no Senado sobre a abolição da escravidão, voto universal, reforma política, desenvolvimento da indústria, ampliação das ferrovias, entre outros, foram realizadas com pouca ou nenhuma consulta social. Ainda que movimentos de contestação e resistência em prol, por exemplo, da abolição da escravidão e da ampliação do voto, tenham surgido nesse contexto.

Portanto, o que se percebeu foi que o espírito inovador de Ottoni se evidenciou nos posicionamentos políticos que possuía. Se opunha à escravidão, refutando, sempre que oportuno, as manobras políticas que atrasavam a abolição; foi defensor de uma reforma política contundente que ampliasse a participação da sociedade nas decisões, logo, que abarcasse o sufrágio universal; entendia que a expansão ferroviária representaria a inovação e a infraestrutura da qual o Brasil carecia. Sendo assim, o que se confirma é que o sujeito analisado foi profundamente influenciado pela modernidade europeia e que desempenhou um papel político no Brasil



importante, ainda que em acordo com os preceitos de progresso e civilização da segunda metade do século XIX.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, C. A. P. *Uso e mau uso dos arquivos*. Fontes históricas. Tradução. São Paulo: Contexto, 2006.

BESTER, G. M. Aspectos históricos da luta sufragica feminina no Brasil. *Revista de Ciências Humanas*, v. 15, n. 21, 1997, p. 11-22. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/download/23351/21028/75825> Acesso em: 17 jan. 2024.

BORGES, B. Ferrovia e Modernidade. *Revista UFG*, dez. 2011, n 11, ano 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48382> Acesso em: 02 jan. 2024.

BRASIL. Decreto nº 1.695, de 15 de setembro de 1869. Proíbe as vendas de escravos debaixo de pregão e em exposição pública. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 129, v. 1 pt. 1, 1869. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html> Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Decreto nº 8213, de 13 de agosto de 1881. Regula a execução da Lei nº 3029 de 9 de janeiro do corrente ano que reformou a legislação eleitoral. *Coleção das Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 854-923. 1881. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-8213-13-agosto-1881-546457-publicacaooriginal-60487-pe.html> Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei n. 581, de 4 de setembro de 1850. Estabelece medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 267, v. 1, parte 1, 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim581.htm#:~:text=Estabelece%20medi%20para%20a%20repress%C3%A3o,N%C3%B3s%20Queremos%20a%20Lei%20seguinte. Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nasceram desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. *Coleção das leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 147, 1871. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm Acesso em: 10 jan. 2024.

BRASIL. Senado Federal. *Anais do Senado do Império do Brasil*. Sítio eletrônico, 2023. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/anais>. Acesso em: 20 nov. 2023.



CALDAS, F. F. L. L. Brasil e Portugal: a evolução do direito ao sufrágio na primeira metade do século XIX. *Revista do Instituto do Direito Brasileiro*, Lisboa, v. 3, 2014. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/citations?user=9UcpSVgAAAAJ&hl=pt-BR> Acesso em: 5 jan. 2024.

CALDEIRA, J. *Mauá, Empresário do Império*. Companhia das Letras, São Paulo, 1995.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de Interpretação Sociológica*. Quarta Edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.

CARVALHO, J. M. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. 13^o ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CEDRO, M. *Praça Sete, Pampulha e Savassi: centralidades urbanas e modernidade periférica na cidade de Belo Horizonte*. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2016.

COSTA, E. V. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 6 ed., São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

OTTONI, C. B. *O futuro das estradas de ferro no Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1859. Disponível em: [file:///C:/Users/migue/Downloads/000082043%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/migue/Downloads/000082043%20(1).pdf) Acesso em: 03 mar. 2022.

OTTONI, C. B. *Autobiografia de C. B. Ottoni*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2014. 302 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/562752/001006893_Autobiografia_C.B._Ottoni.pdf Acesso: 03 mar. 2022.

PERROT, M. *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo, Cia das Letras, 1992.

PIRES, J. L. O. Os Processo de Modernização e os Americanismos no Final do Século XIX e Início do Século XX. In: *X Encontro da ANPHLAC*, 2012, São Paulo. Anais – 10^o encontro. Disponível em: http://antigo.anphlac.org/sites/default/files/jackson_pires2012.pdf Acesso em: 4 jan. 2024.

POLATTI, R. O Sufrágio Universal. *Revista de informação legislativa*, Brasília, v. 68, 1980. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/181388> Acesso em: 13 jan. 2024.

REIS, R. F. O Papel das ferrovias no processo de expansão das fronteiras. *História & Parcerias, Anais do 2^o Encontro Internacional*, 2019. Disponível em: https://www.historiaeparcerias2019.rj.anpuh.org/resources/anais/11/hep2019/1570506948_ARQUIVO_a89b0c56a86e849681f0dadd28f1ab13.pdf Acesso em: 12 jan. 2024.



SOUZA, J. *A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SCHWARCZ, L. M. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WASSERMAN, C. *História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)*. 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS. p. 177-214. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4361666/mod_resource/content/1/351952216-Claudia-Wasserman-A-Formacao-do-Estado-Nacional-Na-America-Latina.pdf

Acesso em: 10 jan. 2024.

Recebido em: 25/01/2024

Aprovado em: 08/11/2024



FREIRE, José Carlos*

<https://orcid.org/0000-0001-8855-3846>

RESUMO: O artigo tem como objetivo discutir a relação entre literatura e história no Brasil recente, tomando como referência os romances que tratam sobre a ditadura no país (1964-1985). Apresenta-se uma visão panorâmica das últimas décadas, tendo como referência o contexto de 2010 a 2019. O artigo se inicia com a fortuna crítica a respeito do tema da literatura de memória da ditadura, na qual se apresentam os principais trabalhos de estudo e a articulação possível com a política de memória no Brasil e seus limites. Na sequência, propõe-se um breve aprofundamento sobre a relação entre literatura e historiografia. Por fim, indicam-se alguns desafios que emergem do estudo do tema, a saber: o drama da ficção, o drama da memória e o drama da história.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura; Memória; Ditadura.

ABSTRACT: The article discusses the relationship between literature and history in contemporary Brazil, taking as a point of reference the novels that deal with the Brazilian dictatorship period between 1964 and 1985. It presents a panoramic view of the last few decades, with reference to the context from 2010 to 2019. The article is organized as follows: It begins with a critical review of the literature on the military dictatorship, its relation to the politics of national memory and its limitations. Next, we propose a brief (and yet in-depth) examination of how literature and historiography has worked within this context. Finally, we address some challenges that emerge from this rather complex relationship such as the drama of fiction, the drama of memory and the drama of history itself.

KEYWORDS: Literature; Memory; Dictatorship.

INTRODUÇÃO

* Professor na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Campus do Mucuri, Teófilo Otoni (MG). Integra o Grupo de Estudos do Pensamento Latino-Americano (GEPLA/UFVJM). E-mail: freire.jose@ufvjm.edu.br

A produção literária a respeito da ditadura civil-militar surge nos primeiros anos do regime iniciado pelo Golpe de 1964. Entre as obras mais representativas dos primeiros anos estão *Quarup*, de Antonio Callado e *Pessach – a travessia*, de Carlos Heitor Cony, ambas do ano de 1967. O que se convencionou nomear de literatura de memória da ditadura surge com os primeiros balanços do regime, ainda em andamento.

No presente trabalho, adoto como marco histórico referencial para o início da literatura de memória da ditadura a Lei de Anistia de 1979. No entanto, a compreensão adequada desse tipo de literatura que se inicia não depende apenas da análise do contexto da abertura política, mas também da produção ficcional que lhe antecede, bem como dos romances posteriores.

Desse modo, proponho a discussão sobre a literatura que toma a ditadura como temática, tendo como referência principal os romances produzidos na década passada, contexto no qual ganhou relevo o debate sobre memória da ditadura na esteira dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Pretendo apontar, a partir da argumentação, que a elaboração do passado ditatorial ainda se constitui como enorme desafio para a sociedade brasileira.

O percurso do argumento é o seguinte: começo por apresentar elementos fundamentais da fortuna crítica a respeito da literatura de memória da ditadura. Na sequência, proponho um breve aprofundamento sobre a relação entre literatura e historiografia. Por fim, apresento alguns desafios que se colocam tanto à história, quanto à memória e à ficção literária.

BREVE FORTUNA CRÍTICA SOBRE LITERATURA DE MEMÓRIA

Ao longo das décadas que sucederam os primeiros anos da ditadura brasileira, distintas propostas foram feitas para o entendimento sobre a literatura do período. Na década de 1980, será possível perceber novos enfoques em razão do distanciamento histórico, com ênfase para o elemento da memória. Da mesma forma, se avançamos até as duas primeiras décadas do século atual verificaremos que não só a memória, mas também outros fatores próprios do longo intervalo serão percebidos. Essa situação nos oferece uma vantagem geracional: temos condições de avaliar com mais distanciamento e, ao mesmo tempo, apoiarmo-nos em estudos anteriores. Passo, então, a uma revisão sobre trabalhos literários que tratam da

ditadura, bem como sobre alguns estudos que se empenharam em compreender esse tipo de literatura.

As obras literárias produzidas nos anos que seguiram ao golpe e na década seguinte compõem modestamente nas compilações históricas de literatura¹. Mesmo Antonio Candido (1989) em *A nova Narrativa*, que trata das tendências da ficção contemporânea (o ensaio é de 1979), destaca apenas algumas obras nas quais, além do aspecto experimental, predomina o que o autor define como “sentimento de oposição” (Candido, 1989, p. 212).

Será em trabalhos mais específicos que encontraremos maior atenção sobre a relação entre literatura e ditadura. É o caso de *Política e literatura: a ficção da realidade brasileira*, de Marcos Augusto Gonçalves e Heloísa Buarque de Holanda (1979), em que alguns romances que tratam da ditadura são analisados. Do ano seguinte é o livro *Os romances brasileiros nos anos 70* de Janete Gaspar Machado².

Em 1984, Silviano Santiago publica o artigo *Prosa literária atual no Brasil*³. Embora aponte a variedade de temáticas e estilos, o que chama de “anarquia formal” (Santiago, 2002, p. 34), é possível notar uma forma de classificação das obras; algumas em que predomina o estilo onírico, outras marcadas pelo estilo de romance-reportagem, outras ainda, com caráter memorialista. O mesmo autor retoma a discussão sobre literatura e ditadura no artigo *Poder e alegria – A literatura brasileira pós-64 – Reflexões* (Santiago, 2002).

Voltando ao início da década temos os ensaios de Flora Süssekind: *Tal Brasil, qual romance?* (1984) e *Literatura e vida literária: polémicas, diários e retratos* (1985). Este último apresenta capítulos tratando diretamente de temas como a tortura e a censura. No caso do primeiro, fruto de dissertação de mestrado, a literatura dos anos 1970 aparece num vasto conjunto que busca abarcar o romance brasileiro sob a chave do naturalismo. Em linha semelhante, Davi Arrigucci Júnior publicara alguns anos

¹ Refiro àquelas às quais Pedro Ribeiro (2008, p. 56) define como “histórias tradicionais”. É o caso de *A literatura no Brasil* de Afrânio Coutinho, originalmente publicado em 1959 e com nova edição na década de 1980; *História concisa da literatura brasileira* de Alfredo Bosi, publicado em 1970 e reeditado em 1994; e mesmo *História da literatura brasileira* de Luciana Stegagno-Picchio publicado em 1997. No referido trabalho o autor faz um apanhado das histórias da literatura brasileira acerca do período pós-1970.

² O livro é fruto de dissertação de mestrado intitulada *Constantes ficcionais em alguns romances dos anos 70*, defendida do mesmo ano.

³ Publicado originalmente na *Revista do Brasil* o artigo foi recolhido em livro de 1989 intitulado *Nas malhas da letra*. O livro seria reeditado três anos depois (Santiago, 2002).

antes (1979) o ensaio *Jornal, realismo, alegoria: o Romance brasileiro recente*. Além desses, o ensaio *Vanguarda, história e ideologia da literatura* (1985) de Fábio Lucas insere análises de romances da década anterior em perspectiva que articula política e literatura, desde a referência dos países periféricos.

Com o final da ditadura, será no âmbito acadêmico que encontraremos trabalhos de maior fôlego acerca da literatura produzida no período anterior, neste caso já contando com maior distanciamento histórico. Destaco três trabalhos: Em 1987, Tânia Pellegrini apresenta como dissertação de mestrado *Gavetas Vazias? Uma abordagem da narrativa brasileira dos anos 70*⁴; Renato Franco defende em 1992 a dissertação *Ficção e política no Brasil: os anos 70*, e em 1997 a tese de doutorado *Itinerário político do romance pós-64 – A Festa*⁵; em terceiro lugar, o trabalho de Regina Dalcastagnè que, em 1993, defende a dissertação *O espaço da dor: o regime de 64 na produção romanesca brasileira*⁶.

Outros estudos críticos merecem menção. Flávio Aguiar publica em 1997 o livro *A palavra no purgatório. Literatura e cultura nos anos 70*, uma coletânea de textos de crítica literária que recua até o final da década de 1960. Mais adiante temos o livro de Acmeno Bastos *A História foi assim: o romance político brasileiro nos anos 70/80*, publicado em 2000. Do mesmo ano, *Protesto e novo romance brasileiro* de Malcolm Silverman, publicado originalmente em inglês dois anos antes, realiza uma abordagem ainda mais extensa – de cerca de duzentos romances publicados desde 1964, organizando-os em nove tipologias, do jornalístico e memorial à sátira política.

O trabalho de Idelber Avelar – publicado em 2000 na sua versão original em espanhol e traduzido no Brasil somente em 2003 – intitula-se *Alegorias da derrota: ficção pós-ditatorial e o trabalho do luto na América Latina*. O contexto brasileiro aparece ao lado do argentino e do chileno, já que o autor discute obras de cinco autores de cada país. Também com enfoque que extrapola o caso brasileiro é *A história em seus restos: literatura e exílio no Cone Sul* (2004), de Paloma Vidal. Ainda da mesma década, importantes por tratarem integralmente ou em parte da relação entre literatura e ditadura no Brasil, são: *História, memória, literatura: o testemunho*

⁴ Publicado posteriormente com o título *Gavetas Vazias: Ficção política nos anos 70* (Pellegrini, 1996). A autora voltará ao tema em outros trabalhos, cf. Pellegrini (2008; 2014).

⁵ Publicado no ano seguinte com o mesmo título (Franco, 1998). Para outros trabalhos do autor sobre o tema cf. Franco (1994/1995; 2014; 2015).

⁶ Publicado três anos depois com o título *O espaço da dor. O regime de 64 no romance brasileiro* (Dalcastagnè, 1996).

na era das catástrofes, organizado por Márcio Seligmann-Silva (2003) e *Literatura e Política Brasileira no Século XX*, organizado por Angelo del Vecchio e Sylvia Telarolli (2006).

A partir da publicação do *Programa Nacional de Direitos Humanos 3* (Brasil, 2009), no qual se previa a criação da *Comissão Nacional da Verdade* (CNV), formalizada em 2011, e ainda mais em razão do cinquentenário do Golpe de 1964, houve novo impulso de estudos sobre literatura e ditadura por meio de dossiês temáticos de revistas e em pesquisas acadêmicas⁷. No primeiro caso, vale mencionar o dossiê “Literatura e ditadura” da *Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea* (2014), organizado por Roberto Vecchi e Regina Dalcastagnè, com um escopo amplo e variado⁸.

Nas pesquisas acadêmicas, merece destaque os trabalhos de Juliane Welter, em 2010, com a dissertação *Autópsia de um passado: uma leitura de Dois Irmãos* (2000) e *Cinzas do Norte* (2005) de Milton Hatoum e, em 2015, com a tese *Em busca do passado esquecido: uma análise dos romances Onde andaré Dulce Veiga?, de Caio Fernando Abreu, e Benjamim, de Chico Buarque*. Devem ser lembrados, ainda, o livro *Crítica em tempos de violência* de Jaime Ginzburg, publicado em 2012, e *Ficções contemporâneas: histórias e memória*, organizado por Marilene Weinhardt e publicado em 2015.

Em 2017 é publicado *A literatura como arquivo da ditadura* de Eurídice Figueiredo (2017), um amplo estudo de mais de cinco décadas de produção literária. Outros trabalhos são *Memória & trauma histórico. Literatura e cinema*, organizado por Sandra Nitrini e Andrea Saad Hossne (2018); e *Modos de arquivo. Literatura, crítica, cultura*, organizado por Haydée Ribeiro Coelho e Elisa Amorim Vieira (2018). Estes últimos em abordagem que extrapola o campo da literatura e também abarcando experiências de outros países da América Latina.

Do conjunto de estudos publicados na última década merece destaque o trabalho de Eurídice Figueiredo, por representar até então aquele que conseguiu

⁷ Para um balanço que inclui além da literatura, um mapeamento sobre obras não ficcionais, historiográficas ou de cunho sociológico ver artigo de Fernando Perlatto (2017).

⁸ Diversos outros dossiês e números especiais foram organizados recentemente como: “Literatura, cinema e ditadura” (2014) da *Revista Olho D’Água*, Unesp/São José do Rio Preto; “Os 50 anos do Golpe & Outras formas de dominação” (2014) e “Memória e testemunho” (2016) da *Revista Literatura e Autoritarismo*, UFSM; e “A cultura brasileira em tempos de repressão” (2019) da *Revista Opiniões*, USP.

mapear de maneira mais ampla a relação entre literatura e ditadura, visto que a autora percorre um longo ciclo histórico que vai do golpe de 1964 até 2016, dividindo-o em três períodos: o primeiro de 1964 a 1979, ano da Lei de Anistia; o segundo, de 1980 a 2000; o terceiro, referente às últimas duas décadas.

Entre os autores referidos que propuseram alguma forma de periodização, há tanto aqueles que abordam obras posteriores à Lei de Anistia ou mesmo à redemocratização quanto os que encontram traços memorialistas em romances anteriores a 1979. Nesse sentido, tomo o período posterior, entre 2010 e 2019, como referência, por entendê-lo como importante em razão do distanciamento em relação à ditadura, bem como por ter sido uma década na qual se intensificaram a publicação de romances sobre a ditadura, motivados, sobretudo pelas discussões, levantamento de dados e demais resultados da Comissão Nacional da Verdade.

MEMÓRIA PELA LITERATURA E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Em sua abordagem sobre os romances que tratam da ditadura, considerando o período mais recente, Eurídice Figueiredo (2017) propõe uma tipologia na qual organiza os romances estudados⁹. Os “romances com histórias cruzadas” são marcados por temas recorrentes da literatura do gênero, como a prisão e a tortura, mesclando memória e vida cotidiana. São eles: *Vidas provisórias* (2013) de Edney Silvestre, *Qualquer maneira de amar* (2014) de Marcus Veras, *Tempos extremos* (2014) de Míriam Leitão.

O segundo tópico da tipologia sugerida por Eurídice Figueiredo é chamado “Araguaia como trauma”. No referido dossiê da Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, Roberto Vecchi (2014, p. 133), ao tratar da história da ditadura militar no Brasil, define a repressão à guerrilha do Araguaia como “o mais espectral e, por paradoxo, se diria, o mais contemporâneo dos seus silêncios, das suas narrativas lacunosas e dispersas”.

Na mesma direção, Figueiredo (2017, p. 90) afirma que a “história do Araguaia continua obcecando, porque os corpos dos militantes nunca foram entregues às famílias, nada foi reconhecido pelo Exército e nenhum pedido de desculpas formal foi

⁹ No mesmo ano de publicação do livro da autora, mas sem tempo hábil de compor seu estudo, vinha a público o livro *Noite da espera* de Milton Hatoum, primeiro de uma trilogia, que seria seguido por *Pontos de fuga*, de 2019.

feito”. Como elaboração desse evento exemplar do que foi o regime ditatorial no país a autora reúne os romances: *Antes do passado* (2012) de Liniane Haag Brum, *Palavras cruzadas* (2015) de Guiomar de Grammont e o já referido *Azul Corvo*.

Um terceiro tópico é formado pelos “romances e relatos memoriais”. Nesse grupo, a autora reúne *Não falei* (2004) de Beatriz Bracher, *Volto semana que vem* (2015) de Maria Pilla, *Ainda estou aqui* (2015) de Marcelo Rubens Paiva e *Outros cantos* (2016) de Maria Valéria Rezende.

O quarto tópico é “OBAN e Operação Condor”, na qual são reunidos os romances *O punho e a renda* (2010) e *Damas da noite* (2014), ambos de Edgar Telles Ribeiro¹⁰. “Filhos do exílio” é o tópico que articula os romances *Mar azul* (2012) de Paloma Vidal e *A resistência* (2015) de Júlian Fuks.

Em tal contexto, os trabalhos da CNV parecem ocupar um papel decisivo, não só porque fomentam uma retomada da produção ficcional sobre ditadura, a partir dos dados revelados, arquivos vasculhados e, sobretudo, dos testemunhos, mas também porque se constituem como matéria histórica a ser elaborada esteticamente, seja de forma indireta, como no caso dos romances *Antes do passado* de Liniane Haag Brum e *Palavras cruzadas* de Guiomar de Grammont, quanto de forma direta em *Ainda estou aqui* de Marcelo Rubens Paiva.

Desse modo, há um elemento de ambiguidade no contexto contemporâneo: de um lado a efervescente busca por informações, elaboração de relatórios, depoimentos etc.; de outro, o sentimento de impossibilidade fruto do mesmo contexto, já que os trabalhos da CNV e das muitas comissões estaduais, se por um lado resultaram em um enorme arquivo, por outro não encontraram respaldo jurídico subsequente a ponto de haver a punição de agentes de repressão. Trata-se de uma espécie de elaboração limitada do passado que converte a potência de uma política de memória na reafirmação de uma política de esquecimento.

Excede os limites deste trabalho um estudo aprofundado sobre o trabalho das Comissões de Verdade no Brasil e, ainda mais, na América Latina¹¹. Cabe salientar, apenas alguns elementos. Em primeiro lugar, deve-se recordar que somente na primeira década do atual século é que se começam a ensaiar alternativas de

¹⁰A trilogia de romances sobre a ditadura elaborados pelo autor foi completada posteriormente à publicação do estudo de Eurídice Figueiredo, em 2018, com o livro *Uma mulher transparente*.

¹¹ Sobre a importância e significado da justiça de transição ver Arthur (2011).

elaboração do passado. Nesse sentido, alguns momentos significativos marcam a história recente brasileira, no que tange à memória da ditadura (Osório; Vitar, 2015, p. 117s). Em 1995, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, é promulgada a Lei Federal 9140, passo importante pelo reconhecimento de mortos e desaparecidos políticos¹². Ela também previu o pagamento de indenização a seus familiares e criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Em 2007 foi publicado o livro-relatório *Direito à verdade e à memória* (Brasil, 2007), sobre o trabalho realizado pela comissão.

Em 2001 é criada por Medida Provisória a Comissão da Anistia, convertida em lei no ano seguinte. Situada no âmbito do Ministério da Justiça, a Comissão foi criada para apreciar casos de reparação. Mas é somente sob os Governos Lula da Silva e Dilma Rousseff que os passos mais substantivos foram dados: em 2009, com o *Programa Nacional de Direitos Humanos 3* (PNDH-3), no qual a principal ação estratégica seria a criação da Comissão Nacional da Verdade – CNV; e em 2011, com a Lei Federal 12528, que instituiu a CNV. Com o intuito de efetivar o “direito à memória e à verdade”, a Comissão propiciou uma série de trabalhos que culminaram no *Relatório* em dezembro de 2014, em três volumes (Brasil, 2014).

Embora a Comissão tenha enfrentado dificuldades de constituição de quadros profissionais e estruturas para alcançar os seus propósitos (Silva, 2018), conseguiu, mesmo assim, dar início à ruptura do véu que cobria o passado. A longa demora em se constituir uma Comissão e as dificuldades por ela encontradas apontam para o desafio da memória em nosso país. O que se evidencia no duplo movimento percebido após a criação da Comissão Nacional da Verdade: de um lado, um enorme esforço empreendido por organizações sociais, universidades, coletivos de luta e outros, no intuito de fomentar as discussões, ouvir depoimentos etc. De outro, um contraponto lento e moroso por parte do Judiciário.

Tais apontamentos são suficientes para que visualizemos o quanto no Brasil – assim como nos demais países da América Latina com seus variados níveis de elaboração do passado – a ditadura abriu feridas que ainda não se cicatrizaram. Não obstante o empenho da historiografia sobre o período, é notório que, no âmbito das instituições nacionais, pouco foi feito.

¹² A Lei apresenta um Anexo com uma lista de 136 pessoas desaparecidos em razão de participação em atividades políticas entre 1961 e 1979.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a insuficiente ação do Estado brasileiro em relação à punição de seus agentes no período da ditadura civil-militar acaba por configurar um tipo peculiar de tratamento da história recente. Ou em outros termos: *uma política de esquecimento*¹³.

TESTEMUNHO, MEMÓRIA E O DESAFIO DA LITERATURA

Michael Pollack recorda o desafio da memória ao analisar exemplos distintos de tratamento do passado no contexto do pós-Segunda Guerra. O autor constata a separação entre “uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor” (Pollak, 1989, p. 8). Guardadas as diferenças, a afirmação cabe ao contexto latino-americano pós-ditaduras, no qual podemos dizer que há um fosso entre duas *memórias* em disputa.

É sobre um vácuo, portanto, que se institui a literatura de memória da ditadura. O que não significa, evidentemente, que a literatura tenha assumido o papel da historiografia – que, como vimos, não se furtou à sua tarefa – ou o da política, mas sim, que ela elucida aspectos que a primeira não alcança e buscar suprir as lacunas da segunda, elaborando esteticamente o trauma histórico de um passado que não foi devidamente superado.

Seguindo o argumento de Finazzi-Agrò (2014), a limitação da historiografia acarreta à literatura a tarefa de acesso à memória. Em direção parecida, argumenta Seligmann-Silva (2005, p. 211-212, grifo do autor), ao debater sobre o registro da *Shoah*¹⁴, que o “discurso historiográfico tenta impor uma tradução total do passado que equivale a uma *normalização* – encobridora”, razão pela qual o que se pode chamar “[o] ‘resto’ – o trauma, o ‘real’ que não penetra o simbólico – é posto de lado, recalcado”; é a memória que “constitui um dispositivo de tradução do passado que justamente trabalha a partir do ‘resto’ e do trauma”.

¹³ A propósito de nossa peculiaridade, Márcio Seligmann-Silva comenta sobre a grande tarefa da memória que ainda está posta para a sociedade brasileira. Diferentemente de outros países, “[m]al começamos a testemunhar” (Seligmann-Silva, 2010, p. 14).

¹⁴ Utilizo *Shoah* no sentido adotado por este autor: “Termo hebraico que significa ‘catástrofe’ e que é empregado para designar o assassinato de judeus durante o nazismo” (Seligmann-Silva, 2000, p. 79). O termo, embora menos problemático que o tradicional *holocausto*, é parte de intenso debate que perdura. Para isso, ver o artigo de Leila Danziger (2007).

É evidente que o caso das ditaduras latino-americanas guarda muitas diferenças do contexto dos campos de concentração sobre os quais escreveu Primo Levi (1998; 2016) e teorizou, entre outros, Giorgio Agamben (2008) – bem como a análise de Márcio Seligmann-Silva neste caso. No entanto, há pelo menos um aspecto similar entre os dois eventos: a “dificuldade da História em dar conta, de forma exaustiva, daquilo que realmente aconteceu” e, ainda mais “em dar voz àqueles que não sobreviveram, aos que se afogaram no vórtice de violência provocado pelo Estado autoritário” (Finazzi-Agrò, 2014, p. 181).

Nesse sentido, a literatura pode ser compreendida como uma forma de arquivo da ditadura – na expressão de Eurídice Figueiredo. Ela funciona como *testemunho* dos que, impossibilitados de dizer, emprestam sua voz ao *auctor* – aquele que, muitas vezes não tendo sofrido até as últimas consequências da repressão recebe daqueles que o fizeram (*superstes*) ou presenciaram isso com companheiros (*testis*) a *autoridade* de testemunhar por eles. Portanto, não se trata de desmerecer o registro historiográfico da repressão, tortura, desaparecimento e assassinato de pessoas, posto que é fundamental. Trata-se apenas de notar que ele não alcança aquela profundidade à qual se referia Finazzi-Agrò. É o testemunho, cujo veículo da literatura demonstra ser um dos mais eficientes, que possibilita a “comoção pelos corpos torturados, pelas pessoas massacradas, pela dor dos sobreviventes” (Finazzi-Agrò, 2014, p.181).

Recordando as palavras de Jeanne Marie Gagnebin:

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente (Gagnebin, 2006, p. 57).

Na segunda metade do século XX, precisamente após a década de 1960, ganhou destaque na América Latina a chamada literatura de testemunho (*testimonio*). Além de se apresentar como narrativa do trauma das ditaduras – nesse sentido semelhante à literatura sobre os campos de concentração – e, por isso, restabelecer a memória da repressão, ocorre também o esforço em contribuir para a volta da ordem democrática (Brito Júnior, 2013). A literatura de testemunho transita entre as modalidades do *testis* e do *superstes*, pois articula as duas maneiras de testemunhar

(Seligmann-Silva, 2005). Dessa forma, “o que a tradição do *testimonio* configura é um ‘arquivo’” (Brito Júnior, 2013, p. 72, grifo do autor).

Um tipo de *arquivo* que, por sua natureza, registra, mas também se põe contra a história – sobretudo a oficial. Essa dualidade é apontada por Seligmann-Silva (2005, p. 89, grifos do autor): “a literatura do *testimonio* antes de qualquer coisa se apresenta como um registro da história. Na qualidade de *contra-história* ele deve apresentar as provas do outro ponto de vista, discrepante da história oficial”. Ao fazê-lo, o testemunho denuncia a política de esquecimento a que foi submetido o passado – o que bem pode ser definido como um recalque – e assim possibilita uma forma de *elaboração*: “No caso da testemunha do regime ditatorial, o seu papel se resume em desrecalcar o trauma, arquivando, em vez disso, o próprio recalque que está na origem do mal-estar da nossa cultura” (Brito Júnior, 2013, p. 75). Um arquivo ilegítimo, sustentado em crimes e violência, a ser denunciado por meio de outro arquivo, forjado pelo testemunho. Não há espaço vazio, e sim projetos em disputa. Sem o testemunho dos que foram calados, restará o arquivo oficial.

A propósito, Theodor W. Adorno abre seu famoso ensaio de 1963 intitulado *O que significa elaborar o passado* com a indicação de duas posturas decisivas – naquele caso concreto, o horror do nazismo. Na primeira, própria de quem sofreu as consequências do passado ou se compadece com outros em tal situação, trata-se de “romp[er] seu encanto por meio de uma consciência clara”; na segunda, marcada pela má consciência ou por cumplicidade, o que se pretende é “encerrar a questão do passado, se possível inclusive riscando-o da memória” (Adorno, 1995, p. 29).

A afirmação de Adorno tem relevância metodológica fundamental: é necessário que a literatura, na parte que lhe cabe de aclarar a consciência, trate do passado e seus horrores – no nosso caso, da ditadura. Há, porém, um obstáculo. Mesmo que incorporemos ao *testemunho* o seu sentido de *auctor* – e assim se supere a limitação do *testis* (que é um terceiro) ou do *superstes* (que, embora tendo sofrido, não contemplou a Górgona lembrada por Primo Levi) – e, por isso, o relato ficcional ganhe *legitimidade*, resta ainda incontornável o incômodo: narrar o trauma.

TRÊS DRAMAS SOBREPOSTOS

Os parágrafos acima me permitem retomar uma ideia de grande importância interpretativa e que atravessa este artigo: sendo representativa do *espírito do tempo*,

a literatura de memória da ditadura produzida na atualidade nos possibilita compreender desafios importantes do presente, como de resto é a tarefa da história e da memória. Nesse sentido, parece-me que há aspectos que são desafiantes se tomados isoladamente e que, em conjunto, formam uma complexidade de enorme desafio. Começo pelo *drama da ficção*.

Tanto Theodor Adorno quanto Walter Benjamin discutiram a situação do narrador no contexto de barbárie. A situação dos soldados que voltam calados da batalha, relatada pelo segundo, é sintomática: não se pode narrar. Por consequência o romance, que supõe a narração, teria perdido seu lugar. Ocorre que há algo mais profundo, assim formulado: “O que se desintegrou foi a identidade da experiência, a vida articulada e em si mesma contínua, que só a postura do narrador permite” (Adorno, 2003, p. 56). A sociedade administrada e organizada pela mesmice interdita a narração que exige quem fala e quem ouve. Sujeitos incapazes de um processo de mediação que a experiência formativa exige. Nesse sentido, impera a adaptação ao existente, mais que a capacidade criativa. O resultado é a “capitulação do romance contemporâneo diante de uma realidade demasiado poderosa” (Adorno, 2003, p. 63).

Walter Benjamin (1987, p. 197) pensa de modo semelhante: “a arte de narrar está em vias de extinção” e o que prejudica a dimensão narrativa é privação de uma faculdade: “faculdade de intercambiar experiências”¹⁵. A arte de narrar define no mesmo compasso que a sabedoria; a razão de tal processo está na evolução das forças produtivas. Numa assertiva próxima do que Adorno explorará mais adiante nas suas discussões sobre a semiformação – que não significa ausência de informação, mas incapacidade do sujeito de compreendê-las de forma mediada – Benjamin (1987, p. 203) dirá: “Cada manhã recebemos notícias do mundo inteiro. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes”.

Aprisionada no circuito do *sempre-igual* do pós-ditadura, a sociedade brasileira impõe um duro limite à ficção. É certo que esta nunca se aprisionou ao real, pois é da natureza ficcional criar mundos. Mas não deixa de ser notável, nas trilhas do argumento de Ricardo Lísias (2010), o volume de narrativas ficcionais sobre o *ocorrido* nos porões da ditadura e a pouca capacidade da ficção contemporânea em

¹⁵ Para Benjamin, o *romance* é exatamente o indício desta perda da capacidade de narrar visto ser um gênero do indivíduo isolado. O sentido que tomo no presente trabalho é um pouco distinto, pois me interessa, no contexto brasileiro contemporâneo, a arte de narrar *por meio* do romance.

falar do que *ainda não ocorreu*. Quando leremos um romance narrando a voz de prisão dada a um ex-torturador? Quando assistiremos a um julgamento condenatório dos generais por meio da ficção superando as amarras institucionais que a Comissão da Verdade não conseguiu? Quando veremos, em um romance, uma figura pública importante ser impedida de seguir em seu cargo por apologia à ditadura? A provocação de Lísias permanece atual.

Um segundo ponto é o *drama da memória* e, para desenvolvê-lo, gostaria de retomar um elemento do texto de Adorno *O que significa elaborar o passado*. Refiro-me ao que o filósofo denominou de causas do que passou: “O encantamento do passado pôde manter-se até hoje porque continuam existindo as suas causas” (Adorno, 1995, p. 49). Nesse sentido, a *elaboração* se enriquece como conceito, agregando-se ao sentido psicanalítico do termo também o sociológico. A advertência do autor é deveras significativa para o tempo presente: “Considero a sobrevivência do nacional-socialismo *na* democracia como potencialmente mais ameaçador do que a sobrevivência de tendências fascistas *contra* a democracia” (Adorno, 1995, p. 30, grifos do autor).

A relevância do argumento adorniano está em associar a perda da memória ou o esquecimento histórico com o desenvolvimento das formas burguesas de racionalidade. Em outros termos, é da essência mesma da ordem burguesa que se perca de vista o que houve; supondo que esta classe, uma vez alçada ao poder, perde, nos termos de Karl Marx, seu ímpeto revolucionário e se torna reacionária, o futuro também fica cancelado. Daí a lógica da *presentificação* ou o *sempre-igual*, formas sutis de abrandamento ou não estranhamento em relação aos elementos antidemocráticos vigentes *na* democracia. Tais elementos não são de ordem exclusivamente subjetiva, mas também econômica, gerando uma situação de desemprego ou de potencial perda do emprego, para ficar em apenas um dado da vida social. É uma situação – para usar um termo caro ao filósofo frankfurtiano – de não emancipação.

É este o móvel de uma ordem antidemocrática que venha a se impor quando necessário, pois ela, a democracia, não se consolidou e nem foi percebida pelos cidadãos como construção sua: “Justamente porque a realidade não cumpre a promessa de autonomia, enfim, a promessa de felicidade que o conceito de

democracia afinal assegurara, as pessoas se tornam indiferentes frente à democracia, quando não passam a odiá-la” (Adorno, 1995, p. 44).

No caso brasileiro, para dizer de modo breve, a sombra da ditadura não se constitui exclusivamente pela impunidade dos agentes de terror que, invariavelmente, nunca deixaram os espaços de poder – hoje mais que nunca; mas, principalmente, pela permanência das *condições* que geraram o golpe de 1964, entre as quais e de forma especial, a absoluta incapacidade da burguesia brasileira em aceitar a integração dos mais pobres na vida nacional e a afirmação do país como autônomo no jogo internacional. A qualquer vento externo ou interno que ameace a dominação de classe, vai para o espaço qualquer coloração democrática.

Nesse particular, a impunidade dos agentes de terrorismo de Estado como tais no Brasil é um agravante do baixo grau de elaboração do passado. Como não julgamos as instituições e seu papel na ditadura, das Forças Armadas ao empresariado, resvala-se, não raro, para o plano das figuras individuais o papel de carrascos. O fato de haver figuras às quais caiba tal caracterização, em razão dos seus atos, isso não desautoriza a responsabilidade do Estado e de suas instâncias, assim como da sociedade civil. A advertência de Adorno, por incômoda que seja, é necessária: “O perigo é objetivo; e não se localiza *em primeira instância* nas pessoas” (Adorno, 1995, p. 44, grifo meu). Discutir memória é discutir o perigo objetivo que nos espreita, aqui e agora.

Por fim, o terceiro ponto: o *drama da história*. Em conferência realizada em 1968 no Congresso dos Sociólogos Alemães, com o tema “Capitalismo tardio ou sociedade industrial”, Adorno fornece, não sem ironia, uma valiosa pista ao campo do pensamento que se pretende crítico: a mudança de termos não muda as coisas. O que a pesquisa empírica “gosta de chamar de estratificação social das camadas sociais segundo o rendimento”, dizia ele, nada mais é do que aquilo que continha o antigo conceito de “classes” (Adorno, 1986, p. 63). A observação – na verdade uma advertência – remete ao aspecto da interpretação dos fenômenos sociais, contrapondo esquemas que partem da teoria para a realidade ao procedimento da dialética, que realiza o movimento inverso. Para Adorno, uma teoria que pretenda romper o véu ideológico não pode tomar os fatos com a pretensão de “ajustá-los segundo o que pretende concluir” (Adorno, 1986, p. 64). Romper o *fetichismo*, eis a tarefa da sociologia – ciência em debate no evento em questão – e não “fornecer

informações só bem-vindas a agências e a interesses comerciais” (Adorno, 1986, p. 75).

É importante ressaltar que a perspicácia metodológica de Adorno está contextualizada. Trata-se de um pós-guerra que ainda não sofreu os fortes abalos do movimento de 1968 e nem da crise do petróleo da década seguinte. Um contexto, por assim dizer, mais confortável do que o da virada da década que se encerrou, cá do outro lado do Atlântico, num país que sequer alçou os estágios mais sólidos de um *welfare state* de matiz europeia. Portanto, que validade teria para nós a observação de Adorno? Parece-me patente que, nas últimas décadas, sofremos de um empobrecimento teórico notável. Tema para outro trabalho, certamente. Permito-me aqui apenas sinalizar o quanto lidamos, no campo das ciências sociais e mesmo no da política, com terminologias que, trocadas a todo momento, deixaram de significar o que são e se converteram, por vezes, em ornamentos caricatos. Temas como “Estado de direito”, “neodesenvolvimentismo”, “neoliberalismo” – para não entrar em formulações mais recentes como “ideologia de gênero”, “globalismo” etc. – passaram a girar impunemente, naturalizadas, descoladas do que significam.

Evidentemente não cabe à literatura resolver o problema das ciências sociais. Mas ela elabora esteticamente a mesma matéria de que tratam tais ciências, por isso sua pertinência. A propósito, é sempre importante lembrar a genética da literatura brasileira que, como bem ensinou Antonio Candido, serviu-nos de interpretação da sociedade quando ainda não se haviam constituído as ciências, dada a tardia criação de nossas universidades. E é claro que, juntamente com as ciências, a literatura continua a nos ajudar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual o futuro da literatura de memória da ditadura? Eis um problema de pesquisa que permanece a instigar novas investigações. Mesmo os traços mais gerais da literatura produzida na década passada precisam ser investigados a fundo. Meu objetivo neste trabalho foi mais modesto e restringiu-se a apontar de que modo a literatura sobre ditadura na década anterior, ainda que com a enorme contribuição dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, aponta para um desafio de elaboração do passado ainda longe de se efetivar entre nós.

Ressalte-se que o papel da crítica não é o de dizer como devem ser e o que devem conter as obras literárias. À crítica cabe estudar as obras e captar sua qualidade estética e, numa perspectiva dialética, o quanto estas obras permitem compreender a *matéria histórica* nelas contidas. Dito isto, sugiro dois elementos que deveriam estar no radar do estudo sobre o romance brasileiro que trata da ditadura – e aqui parto do princípio de que este é um tema que ainda haverá de ser longamente tratado pela literatura. Apoio-me em dois velhos críticos literários.

O primeiro elemento é o *realismo quanto à Nova República*. Em seu artigo “Poder e alegria”, publicado em *Nas malhas da letra* no final dos anos 1980, Silviano Santiago faz uma arguta observação sobre a literatura pós-1964: “Para descrever o poder reacionário como algo de concreto, dotado de corpo e também de espírito, teve o artista brasileiro (e o intelectual contestador de maneira geral) de se distanciar dele” (Santiago, 2002, p. 21). Tal distanciamento se estendeu à expectativa de mudança que vigorava antes do golpe: “É certamente por essa razão que a boa literatura pós-64 *não carrega mais o antigo otimismo social que edificava*, encontrado em toda a literatura política que lhe é anterior” (Santiago, 2002, p. 21, grifo do autor).

É preciso praticar, na forma de exercício crítico, tal distanciamento em relação às possibilidades da Nova República. Reconhecer que a democracia que reconstruímos não foi o que de fato sonhamos não implica em abandonar os compromissos democráticos, mas sim em assumi-los sobre base mais sólida. Nesse sentido, será importante investigar quais obras de ficção literária sobre a ditadura produzidas na década que findou – e na que começa – apresentam elementos que nos auxiliem a pisar em chão mais firme.

Exigir, de forma anacrônica, que as obras produzidas após 1979 até os anos 1990 ou mesmo até 2010 tivessem um teor de suspeita em relação à democracia e à institucionalidade republicana seria um contrassenso; porém, é igualmente verdadeiro que o fato de as obras que se tem publicado ou venham a sê-lo ignorem o contexto de verdadeiro derretimento da Nova República constitua um aspecto crucial da crítica literária em chave dialética.

O segundo elemento que penso ser importante a ser considerado pela crítica das obras literárias que tratam da ditadura é o *reconhecimento do limite da palavra*. No ensaio de 1994, intitulado *Nem lero nem clero*, Lígia Chiappini discute historicidade e atualidade em *Quarup* de Antonio Callado. A autora vai mostrar que a decrescente

esperança na revolução pela palavra que se mostra nas obras do autor estava já contida no romance de 1967. Em *Quarup* se esboça uma contundente crítica aos intelectuais como líderes do povo, não apenas por meio da trajetória do protagonista, mas também à crença no *iluminismo* da palavra. A cena demarcada é a aula de alfabetização de Francisca na parte do livro, por sinal, intitulada “A Palavra”. Argumenta Chiappini Leite (1994, p. 106): “Para Francisca e para os intelectuais do livro e da vida brasileira então (temo que para muitos anda hoje), o camponês sem saber ler, escrever, distinguir entre constituição, declaração, lucro, imperialismo, coronelismo, remessa, não é gente”. A alfabetização, como índice do processo de *esclarecimento*, seria a força capaz de realizar o sonho do intelectual representado por Francisca.

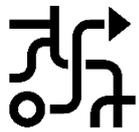
A personagem condensa o duplo equívoco de superestimar o poder da ação do intelectual – com a contraface de subestimar a consciência daqueles que não tem o domínio da *palavra* – e dos discursos em uma sociedade na qual a lei tem validade apenas até o ponto em que interessa às classes dominantes. A prisão violenta dos camponeses que protestavam lançando mão das palavras de ordem aprendida nas aulas evidencia isso. Sendo a literatura a arte que lida o tempo todo com a palavra, será necessário analisar em que medida a ficção sobre a ditadura consegue ou não acessar o público leitor em uma sociedade de falência do sistema educacional, de massificação cultural, semiformada, ou talvez nem isso, já que a promessa de formação nem se coloca mais. Em última instância, cabe perguntar, com coragem, qual é o alcance real da literatura.

A crítica sobre a literatura de memória da ditadura que hoje é produzida e que venha a sê-lo nos próximos anos deverá ter como um de seus recursos metodológicos o conselho do personagem Nando, quando a ditadura já havia posto abaixo o sonho de Francisca: “Só areando todas as palavras de novo. Esfregando. Até reluzirem outra vez” (Callado, 1967, p. 416).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Capitalismo tardio ou sociedade industrial?. In: Gabriel Cohn (org.). **Theodor W. Adorno**: Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1986.

_____. O que significa elaborar o passado. In: **Educação e Emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 29-49.



_____. O artista como representante. *In: Notas de Literatura I*. Tradução de Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. O arquivo e a testemunha. (Homo Sacer III). Tradução de Selvino Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGUIAR, Flávio. **A palavra no purgatório**: literatura e cultura nos anos 70. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

ARRIGUCCI JR., Davi. Jornal, realismo, alegoria: o romance brasileiro recente. *In: Achados e perdidos*. São Paulo: Polis, 1979.

ARTHUR, Paige. Como As “Transições” reconfiguram os direitos humanos: uma história conceitual da Justiça de Transição. *In: BRASIL*. Comissão de Anistia do Ministério da Justiça do Brasil. **Justiça de Transição. Manual Para a América Latina**, 2011, pp. 73-133.

AVELAR, Idelber. **Alegorias da derrota**: a ficção pós-ditatorial e o trabalho do luto na América Latina. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

BASTOS, Acmeno. **A História foi assim**: o romance político brasileiro nos anos 70/80. Rio de Janeiro: Ed. Caetés, 2000.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas**. Vol. I. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direito à verdade e à memória**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos 3**. Brasília: SEDH/Pr, 2009.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório. Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.

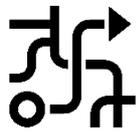
BRITO JÚNIOR., Antonio Barros de. A literatura e o local da diferença: entre testemunho e arquivo. **Revista Landa**. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 60-82, 2013.

CALLADO, A. **Quarup**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

CANDIDO, Antonio. A nova narrativa. *In: A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

COELHO, Haydée Ribeiro; VIEIRA, Elisa Amorim (org.). **Modos de arquivo**. Literatura, crítica, cultura. Rio de Janeiro: Batel, 2018, p. 153-164.

DALCASTAGNÈ, Regina. **O espaço da dor**. O regime de 64 no romance brasileiro. Brasília: Editora UnB, 1996.



DANZIGER, Leila. Shoah ou Holocausto: a aporia dos nomes. **Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, out. 2007.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. 7Letras, 2017.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. (Des)memória e catástrofe: considerações sobre a literatura pós-golpe de 1964. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília, n. 43, p. 179-190, 2014.

FRANCO, Renato Bueno. Política e cultura no Brasil: 1969-1979. (Des)Figurações. **Perspectivas**. São Paulo, n. 17-18, p. 59-74, 1994/1995.

_____. **Itinerário político do romance pós-64: A Festa**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

_____. Terrorismo de Estado e literatura durante a ditadura militar brasileira. **VII Colóquio Internacional “Teoria Crítica y Marxismo Occidental”**. Buenos Aires, 2014. Disponível em: <https://www.herramienta.com.ar/terrorismo-de-estado-e-literatura-durante-a-ditadura-militar-brasileira>. Acesso em 14/09/2024.

_____. Narrar o socialmente esquecido. O romance de resistência na época do terror estatal no Brasil – 1964-1985. **Constelaciones: Revista de Teoría Crítica**. Madri, n. 7, p. 202-221, 2015.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GINZBURG, Jaime. **Crítica em tempos de violência**. São Paulo: EDUSP, 2012.

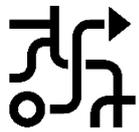
HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. **Política e literatura: a ficção da realidade brasileira**. In: Anos 70: literatura. Rio de Janeiro: Europa, 1979.

LEITE, Lígia Chiappini Moraes. Nem lero nem clero: historicidade e atualidade em *Quarup* de Antonio Callado. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, São Paulo, n. 2, p. 97-108, 1994.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

_____. **Os afogados e os sobreviventes**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 3ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

LÍSIAS, Ricardo. Dez fragmentos sobre a literatura contemporânea no Brasil e na Argentina ou de como os patetas sempre adoram o discurso do poder. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. (Orgs.) **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 319-328.



LUCAS, Fábio. **Vanguarda, história e ideologia da literatura**. São Paulo: Ícone, 1985.

NITRINI, Sandra; HOSSNE, Andrea Saad (org.). **Memória & trauma histórico**. Literatura e cinema. São Paulo: Hucitec, 2018.

OSMO, Carla; VITAR, Julia. A judicialização do direito à verdade sobre graves violações a direitos humanos no Brasil e na Argentina. In: MARI, Marcelo; ROSSINETTI, Priscila (org.). **Ditadura, modernização conservadora e universidade**: debates sobre um projeto de país. Goiânia: Editora UFG, 2015.

PELLEGRINI, Tânia. **Gavetas Vazias. Ficção e política nos anos 70**. São Carlos: EDUFScar/Mercado de Letras, 1996.

_____. Ainda a censura. In: **Despropósitos - Estudos de ficção brasileira contemporânea**. São Paulo: Annablume, 2008, p. 37-57.

_____. Relíquias da casa velha: literatura e ditadura militar, 50 anos depois. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**. Brasília, v. 43, p. 151-178, 2014.

PERLATTO, Fernando. História, Literatura e a Ditadura brasileira: Historiografia e Ficções no Contexto do Cinquentenário do Golpe de 1964. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 62, p. 721-740, set./dez. 2017.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-1, 1989.

RIBEIRO, Pedro Mandagará. **Em 1975: três romances brasileiros**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras. PUC-RS, Porto Alegre, 2008.

SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da letra**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

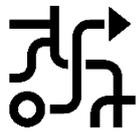
SELIGMANN-SILVA, Márcio. Auschwitz: história e memória. **Pro-posições**. Campinas, v. 1, n. 5. (32), p. 78-87, julho de 2000.

_____. **O local da diferença**. Ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. São Paulo: Editora 34, 2005.

_____. O local do testemunho. **Tempo e argumento**. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun., 2010.

_____. **História, memória, literatura**. O testemunho na Era das Catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SILVA, Leandro Coutinho. Da dependência à intransigência: as Comissões da Verdade e os arquivos da Ditadura. **Justificando**. Carta Capital. 02/04/2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/da-dependencia-a-intransigencia-as-comissoes-da-verdade-e-os-arquivos-da-ditadura/561978211>. Acesso em 14/09/2024.



SILVERMAN, Malcolm. **Protesto e o novo romance brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SÜSSEKIND, Flora. **Tal Brasil, qual romance?**. Texas: Achiamé, 1984.

_____. **Literatura e vida literária: polêmicas, diários e retratos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.

VECCHI, Roberto; DALCASTAGNÈ, Regina (Orgs.). Literatura e ditadura. **Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 43. Brasília: UnB, 2014.

VECCHIO, Angelo del; TELAROLLI, Sylvia (org.). **Literatura e Política Brasileira no Século XX**. Série Diálogos. São Paulo: Editora Cultura Acadêmica, 2006.

VIDAL, Paloma. **A História em seus restos: literatura e exílio no Cone Sul**. São Paulo: Annablume. 2004.

WELTER, Juliane Vargas. **Autópsia de um passado: uma leitura de Dois Irmãos (2000) e Cinzas do Norte (2005), de Milton Hatoum**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras. UFRGS, 2010.

WELTER, Juliane Vargas. **Em busca do passado esquecido: uma análise dos romances Onde andaré Dulce Veigas?, de Caio Fernando Abreu, e Benjamim, de Chico Buarque**. Tese de Doutorado. Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras. UFRGS, 2015.

WEINHARDT, Marilene (org.). **Ficções contemporâneas: histórias e memórias**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015.

Recebido em: 11/10/2023

Aceito em: 16/07/2024



SANTOS, Nubia Sotini dos*

<https://orcid.org/0000-0002-2659-4017>

RESUMO: O referido trabalho tem como objetivo principal discutir o processo de institucionalização da medicina no Brasil, bem como os percalços do higienismo na cidade carioca durante a segunda metade do século XIX. Para realizar tal empreitada, retomamos à construção de espaços de saberes científicos nos Oitocentos e suas implicações na sociedade. Neste artigo, utilizamos a cidade enquanto uma representação para averiguar os intentos higienistas de sanear as ruas e vielas, mas também os corpos. Para isto, este trabalho trata-se de um debate historiográfico acerca do higienismo e medicina, tal como da ciência racialista.

PALAVRAS-CHAVE: Medicina; Higienismo; Cidade.

ABSTRACT: The main objective of this work is to discuss the process of institutionalization of medicine in Brazil, as well as the problems of hygiene in the city of Rio during the second half of the 19th century. To carry out this endeavor, we return to the construction of spaces of scientific knowledge in the 1800s and their implications for society. In this work, we use the city as a representation to investigate hygienist attempts to sanitize streets and alleys, but also bodies. To this end, this work is a historiographical debate about hygiene and medicine, as well as racist science.

KEYWORDS: Medicine; Hygiene; City.

* Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

INTRODUÇÃO

O presente trabalho possui como intenção levantar discussões de revisão bibliográfica a respeito da construção da medicina no país durante o século XIX. Tal escolha de tema faz parte de um recorte de capítulo da minha dissertação de mestrado, em que desenvolvi uma análise crítica sobre maternidades e amamentação nos discursos médicos higienistas.

Para isso, neste trabalho proponho averiguar como a instituição Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (doravante FMRJ) foi desenvolvida no país e quais intentos médicos estiveram em volta de sua construção. Tratando-se de um período escravista, a problemática da escravidão é imprescindível para novos contornos. Como pensar em uma medicina que intencionava construir um país saudável física e moralmente, quando os corpos escravizados eram responsáveis majoritariamente pelo funcionamento econômico?

Diante de tal problemática, levantamos como discussão fundamental a ciência racialista e seus percalços no higienismo. Diante da cidade que se queria construir, os médicos tiveram de enfrentar a cidade que se tinha, e dentre deles, corpos que não correspondiam à normalidade ansiada.

Na primeira parte do artigo, argumentamos sobre como foi o processo de fundação e estabelecimento da FMRJ no Brasil Oitocentista, e quais medidas tomadas pelo próprio governo para seu funcionamento. Na segunda parte, discutimos a cidade como uma representação. A urbe, nesse sentido, ganhou novos contornos quando esteve na pauta higienista. Entre os médicos, a cidade do Rio de Janeiro era problemática, cheia de desordem, caos e sujeira. Na terceira parte, vemos que parte do problema higienista se dirigia aos corpos de pessoas escravizadas. Para isso, recorreremos a uma leitura contracolonial, que postula a racialização do corpo, bem como do direito à humanidade.

CONSTRUINDO ESPAÇOS DE CIÊNCIA: A MEDICINA OITOCENTISTA

O marco inicial da institucionalização da medicina brasileira na qualidade de “saber oficial” foi a transferência da Corte Portuguesa para o território brasileiro em 1808, como argumentou Lilia Schwarcz (1993). A vinda da família real para a colônia trouxe uma parcela significativa do aparato administrativo português: aproximadamente 15 mil pessoas seguiram D. João VI rumo ao Rio de Janeiro

(ALENCASTRO, 1997). Para Luiz Felipe de Alencastro (1997), esse acréscimo populacional fez com que a população urbana carioca crescesse de 43 mil para 79 mil habitantes.

Esses acontecimentos propiciaram uma nova experiência social para os moradores: lentamente a paisagem rural e colonial dava espaço para a ordem urbana, em particular nas principais cidades portuárias (GAGLIARDO, 2015). Diante do crescimento demográfico e do gradual desenvolvimento do país, a ausência de cursos superiores se tornou latente perante as novas necessidades urbanas.

Longe de uma medicina percebida como “oficial” ou “científica” — que só seria desenvolvida no país no decorrer do século XIX —, as práticas de cura no período colonial estiveram majoritariamente a cargo de curandeiros, raizeiros, benzedores, padres, parteiras, sangradores, boticários e barbeiros (FERREIRA, 2003). As bases socioculturais da medicina colonial, como observou Luiz Otávio Ferreira (2003), foram forjadas pela convivência e combinação de três tradições culturais distintas: africana, indígena e europeia.

Mesmo com a institucionalização da medicina através da formação das faculdades, as práticas de cura populares não foram extintas. As constantes repressões aos supostos “charlatães” não puderam evitar que essas práticas coexistissem com os doutores formados. Gabriela dos Reis Sampaio (2001) pôde constatar em sua pesquisa que, ainda no final do século XIX, as mais variadas práticas de cura conviveram lado a lado com a medicina oficial do Império no Rio de Janeiro e em todo país.

A ausência de cursos superiores no Brasil, bem como sua institucionalização, teve relação direta com o centro educativo metropolitano, a Universidade de Coimbra, devido à intenção de subordinação entre colônia e metrópole. A universidade portuguesa se opôs ferozmente à criação de estabelecimentos de cursos superiores visando manter o monopólio formativo (DORNELAS, 2019). Assim, a institucionalização só foi possível a partir do rompimento político oficial com Portugal, ocorrido após a Independência brasileira em 1822 (DORNELAS, 2019).

A formação acadêmica institucionalizada no Brasil teve, portanto, os dois momentos decisivos já mencionados: a vinda da família real (1808) e a Independência (1822). No Período Joanino (1808-1822), D. João VI não transferiu para o Brasil apenas a maior parte de sua Corte, transferiu também o domínio metropolitano

(SCHWARCZ, 1993), marcando um conjunto de iniciativas denominadas como “europeização”, percebidas e sentidas especialmente no Rio de Janeiro.

Para o historiador José Gondra (2004), a “europeização” iniciada no Brasil pode ser explicada com base em um conjunto de elementos que compreende o ingresso e instalação de hábitos, costumes e equipamentos típicos da Europa. Marcada tanto pela vestimenta, alimentação e comportamento quanto pela organização do espaço urbano, a europeização, no que tange à urbanização, impulsionou a abertura de instituições, mesmo que precárias e incipientes, como bancos, imprensas, jardim botânico, bibliotecas, teatros e cursos superiores (GONDRA, 2004).

O aprofundamento das funções que a cidade exercia repercutiu significativamente na constituição do espaço urbano. Como sede da Monarquia, o Rio de Janeiro havia se tornado o “ponto de encontro de burocratas e militares, de negociantes e capitalistas, de nobres e delegações diplomáticas; a todos eles logo se agregariam os plantadores escravistas” (MATTOS, 1987, p. 51). Deve-se ressaltar que as transformações que provocaram a mudança da paisagem rural para a urbana, foi um processo lento e gradual, sendo mais visível e sentido nas cidades portuárias e nos principais centros econômicos, como a cidade carioca. Como afirmou Emília Viotti da Costa (1999), as cidades interioranas não desfrutavam as transformações com a mesma intensidade daquelas vividas na sede da Corte.

Entre as diversas carências no período, a ausência de médicos foi percebida como um problema real. Atendendo às sugestões de seu cirurgião-mor, José Correia Picanço, D. João VI ordenou a organização das primeiras instituições de ensino médico-cirúrgico na Bahia e meses depois no Rio de Janeiro (MARTINS, 2004). Nesses locais, as primeiras escolas médico-cirúrgicas foram criadas em 1808 e transformadas no ano de 1813 em Academias Médico-Cirúrgicas (doravante AMC), percebidas como os embriões das futuras Faculdades de Medicina.

A transformação das escolas em academias se deu diante da proposta de adotar normas próprias de funcionamento, de modo a distanciar-se dos estatutos da Universidade de Coimbra, em voga desde 1808. Nesta nova concepção, como analisaram os autores Flávio Edler, Luiz Otávio Ferreira e Maria Rachel Fróes da Fonseca (2001) em trabalho conjunto, as exigências para o ingresso no curso médico

incluíam a obrigatoriedade da língua inglesa, do latim e do francês. Ampliado para cinco anos, o curso foi distribuído da seguinte forma:

- 1º ano — anatomia geral, química farmacêutica e noções de farmácia;
- 2º ano — anatomia (repetição) e fisiologia;
- 3º ano — higiene, etiologia, patologia, terapêutica;
- 4º ano — instrução cirúrgica e operações, arte obstétrica (teoria e prática);
- 5º ano — medicina, arte obstétrica (repetição) (EDLER; FERREIRA; FONSECA, 2001, p. 62).

A conclusão do curso conferia ao aluno a carta de “aprovado” ou de “formado” em cirurgia. Os referidos autores explicam que a primeira carta era concedida àqueles que apenas finalizassem os cursos, já a segunda era destinada aos que frequentassem novamente as disciplinas do 4º e do 5º ano. O cirurgião aprovado só poderia atuar no campo da cirurgia com a realização de sangrias, aplicações de ventosas, cura de fraturas, contusões e feridas; já o cirurgião formado estaria habilitado a realizar curas de cirurgia e de medicina (EDLER; FERREIRA; FONSECA, 2001).

Os novos estatutos propostos para as AMC, elaborados no decorrer da década de 1820, determinavam em seus artigos que o diretor deveria fornecer anualmente à Secretaria de Estado competente informações sobre a situação intelectual e administrativa da instituição (EDLER; FERREIRA; FONSECA, 2001). A adoção uniforme de doutrinas científicas era imperativa para a condução dos cursos. Edler, Ferreira e Fonseca analisaram os estatutos elaborados em 1820, sob a direção de José Maria Bomtempo, e destacam a nova estrutura curricular:

- 1º ano — anatomia;
- 2º ano — fisiologia, patologia;
- 3º ano — matéria médica, higiene geral e particular, terapêutica geral;
- 4º ano — instituições cirúrgicas e medicina operatória;
- 5º ano — medicina clínica, nosografia médica (EDLER; FERREIRA; FONSECA, 2001, p. 65).

Devido às deficiências do ensino médico e aos impactos ocasionados pela independência política do país em 1822, a Câmara dos Deputados solicitou em 1830 à Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (SMRJ)¹, através de decretos e reformas

¹ No que concerne à SMRJ, cabe ressaltar que esta foi criada em 1829, sendo a primeira associação médica brasileira. A sua atuação foi de grande importância para a consolidação e efetivação das faculdades de medicina. Para o historiador Ferreira, a fundação da SMRJ e

(EDLER, 2014), a elaboração de um novo projeto para as academias. Seguiu-se a promulgação da lei de 3 outubro de 1832, que transformou as AMC em Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia (respectivamente FMRJ e FMBA). Ainda no projeto de 1832, o modelo de ensino seguia os moldes franceses.

Apenas no período após a Independência e o rompimento político oficial com Portugal, as elites intelectuais brasileiras puderam se articular em prol da valorização intelectual, em especial nos campos de conhecimento do direito e da medicina, efetivando assim a criação das faculdades no Brasil. Para José Murilo de Carvalho (2007), um elemento poderoso de unificação ideológica imperial foi a educação superior. Aqueles que haviam sido formados fora do país procuraram instaurar estabelecimentos que formassem os seus próprios letrados. A formação da FMBA e da FMRJ marcou o fim de muitas restrições impostas pela metrópole portuguesa, possibilitando a formação de médicos no próprio país.

Com as faculdades oficialmente criadas, o novo regime institucionalizado pela lei de 1832 propunha uma série de mudanças. O art. 2º previa que cada faculdade deveria contar com 14 professores, todos de profissão médica, que ocupariam cada uma das cadeiras do magistério (BRASIL, 1832). Além disso, no art. 3º, apontou-se a exigência de haver seis substitutos, dos quais dois pertenceriam às ciências acessórias, dois às ciências cirúrgicas e dois às ciências médicas (BRASIL, 1832). A duração do curso passou a ser de seis anos, ocorrendo paralelamente a um curso de farmácia, com duração de três anos, e um curso de obstetrícia, com duração de dois anos. O currículo do curso estabeleceu-se da seguinte forma:

- 1º ano — física médica, botânica médica e princípios elementares de zoologia;
- 2º ano — química médica e princípios elementares de mineralogia, anatomia geral e descritiva;
- 3º ano — anatomia, fisiologia;
- 4º ano — patologia externa, patologia interna, farmácia, matéria médica, terapêutica e arte de formular;
- 5º ano — anatomia topográfica, medicina operatória de aparelhos, partos, moléstias de mulheres peçadas e paridas e de meninos recém-nascidos;
- 6º ano — higiene e história da medicina, medicina legal (EDLER; FERREIRA; FONSECA, 2001, p. 66).

posteriormente a sua transformação em Academia Imperial de Medicina (AIM), em 1835, esteve intimamente relacionada ao “início da institucionalização da higiene no Brasil” (FERREIRA, 2001. p. 208).

De acordo com Isabela Dornelas (2019), o governo do Império deu apenas tutela amparada para as faculdades e não autonomia, resultando em uma série de reivindicações especialmente em virtude da carência de recursos para o ensino, como gabinetes, laboratórios e instrumentos. As constantes solicitações de recursos, incluindo propostas de reformas no decorrer do século XIX, demonstram a falta de efetivos financiamentos para a comunidade poder produzir conhecimento.

As reformas do ensino encetadas na segunda metade do século XIX refletem o passo a passo das tentativas de grupos de médicos empenhados em fixar bases comuns necessárias para o exercício da atividade profissional. No entanto, devido à falta de amparo pelo Estado, a “elite médica”², como conceituou Edler (2014), esteve em constante conflito ao longo do Segundo Reinado contra a burocracia imperial, a fim de expandir e legitimar a autoridade profissional. Em meio a brigas contra o governo imperial, contra os chamados “charlatães” e até mesmo brigas internas, o processo de institucionalização da formação acadêmica em medicina no Brasil foi longo e conflituoso, atravessando dificuldades não imaginadas pelos doutores (SAMPAIO, 2001).

A CIDADE QUE SE QUERIA E A CIDADE QUE SE TINHA: PERCALÇOS HIGIENISTAS E CORPOS ESCRAVIZADOS

[...] Em todas as épocas, alguém, vendo Fedora tal como era, havia imaginado um modo de transformá-la na cidade ideal, mas, enquanto construía o seu modelo em miniatura, Fedora já não era mais a mesma de antes e o que até ontem havia sido um possível futuro hoje não passava de um brinquedo numa esfera de vidro (CALVINO, 1990, p. 24).

Iniciamos este tópico com as palavras do escritor Ítalo Calvino com o intuito de pensarmos a cidade como um espaço de representação.

A questão urbana ganhou contornos associados ao higienismo nos Oitocentos. A sede do Imperador, a “Paris dos Trópicos” (GAGLIARDO, 2011), tornou-se alvo de discussões e ações de médicos — e futuramente, na República, de engenheiros — nas quais debatiam e consideravam empreitadas acerca do desordenamento das cidades e dos potenciais focos de doenças. As palavras de

² Edler (2014) em sua obra utiliza o conceito “elite médica”, procurando descrever as ações das lideranças corporativas que lutavam para redefinir os espaços institucionais e almejavam se impor como porta-vozes dos variados interesses corporativos.

Calvino (1990) nos convidam a refletir sobre as investidas de médicos higienistas para a construção de um Rio de Janeiro que expressasse o seu novo momento: o Império, o ápice do que era considerado “civilização”.

As representações do urbano, projetando a “cidade ideal” sobre a “cidade real”, expressavam também uma vontade política e ideológica. Sandra Jatahy Pesavento (2015, p. 379), ao discutir sobre a “cidade que se quer”, observou que as cidades comportam não somente vestígios materiais, mas também sonhos e utopias daquilo que um dia se desejou aos rumos futuros do lugar. Pesavento (2002, p. 157) explica-nos o “real” e o “ideal” utilizando como metáfora o “efeito do espelho”, que, inicialmente, visa refletir a imagem de quem sobre ele se debruça. Porém, a imagem refletida é dependente daquele que a contempla, de tal forma que o espelho pode operar de forma invertida e deformante.

Colocando o Rio de Janeiro na frente do espelho europeu, pode-se questionar: o que os médicos higienistas — ou até mesmo as classes dirigentes — queriam para a cidade carioca? Até que ponto as medidas higienistas foram possíveis? Diante de uma sociedade escravista, marcada pela desigualdade racial e social, além do fortíssimo patriarcalismo, quais foram os confrontos entre os médicos e a população livre, pobre e escravizada?

Para tanto, é imprescindível entendermos o que foi o higienismo e como este se aplicou nos fundamentos da SMRJ/AIM e nas Faculdades de Medicina do Império. A pesquisadora Letícia Mattos (2022) observou que, no contexto da Corte Imperial, os médicos brasileiros e luso-brasileiros passaram a pensar a realidade das condições naturais e da urbanização das cidades a partir da ideologia francesa chamada “higienismo”, percebida como:

[...] um movimento social e político, que foi uma das bases para o processo de civilização da capital fluminense, que tinha como principal foco tornar o Rio de Janeiro como as grandes nações europeias consideradas modelos de sociedades civilizadas [...] O higienismo buscava regular os comportamentos das populações urbanas e controlar as epidemias a partir de medidas higiênicas (MATTOS, 2022, p. 41).

Mattos (2022) argumentou que os médicos que compartilhavam da perspectiva higienista, baseados nos estudos neo-hipocráticos ambientalistas, relacionavam as doenças, os costumes e a sociedade a fim de formular conhecimentos úteis para a melhoria das condições de vida da população, bem como

para o desenvolvimento da urbe. Nesse contexto, o público e o privado se interligaram. Tanto os casamentos, as vestimentas, a alimentação, quanto a saúde da população e a limpeza das ruas passaram a ser pensados a partir do olhar higienista, tornando a medicina também uma prática social.

A SMRJ e seus filiados tiveram como pressuposto a criação de uma sociedade que fosse física e moralmente sã. A ideia emergiu em um momento em que os distúrbios políticos e urbanos se multiplicavam. Para Mary Del Priore (2016, p. 436-437), a proposta da SMRJ consistia em fazer da higiene pública a “ponta de lança do estudo e controle das epidemias e doenças contagiosas”.

Os médicos vinculados à sociedade passaram a denunciar na Comissão de Salubridade (1830) os lugares considerados desordenados, configurados como portadores do perigo urbano, social e médico (MACHADO *et. al.*, 1978). Na comissão, os médicos propunham medidas de transformação disciplinares ou a extinção de práticas vistas como obstáculos para o funcionamento ordenado da urbe. Locais como pântanos, cemitérios, águas infectadas, currais, matadouros, hospitais, fábricas e casas de saúde foram representados como espaços de desordem. O primeiro escopo de medicina projetado pela SMRJ, preocupada com a higiene e a saúde pública, se afigurou também como uma medicina urbana, como enfatizado por Madel Luz (1982).

Ao longo do Segundo Reinado, os médicos brasileiros empenharam-se em conseguir maior prestígio e influência, em especial com as autoridades do governo. Conforme Sampaio (2001), na segunda metade do século XIX, a preocupação dos administradores do Rio de Janeiro cresceu diante das questões de salubridade, das tentativas de combate às epidemias, assim como com o embelezamento da cidade. Sampaio argumentou que os “médicos higienistas passaram a ter um importante papel, com o surgimento na década de 1850, da Junta Central de Higiene Pública, órgão criado pelo governo para ser consultor sobre questões de saúde pública” (SAMPAIO, 2001, p. 111).

No decorrer do processo de legitimação médica nos Oitocentos, a década de 1850 reforçou a atuação médica. A partir de 1849, a capital do Império e outras cidades litorâneas foram acometidas de surtos de febre amarela e cólera. Para Edler (2011), a febre amarela, em um curto espaço de tempo, se transformou na principal questão de saúde pública, cujo fator que contribuiu para a criação da Junta Central. O referido autor afirma que “a junta permitiu conter as pretensões administrativas da academia,

tornando-se subserviente às diretrizes governamentais no período de maior centralização política do Império” (EDLER, 2011, p. 159).

Mesmo reconhecendo a importância do órgão, Edler (2011) é contrário à ideia de que a junta representou o ápice do poder político dos higienistas brasileiros. O autor argumenta que a junta, além de esvaziar o poder da AIM, subordinou as ações oficiais no campo da saúde pública e da polícia médica à pauta política e administrativa, “o que gerou queixas e lamúrias por parte de acadêmicos e da imprensa médica independente” (EDLER, 2011, p. 155).

No que concerne à criação da Junta Central, o que importa para esta discussão foi sua atuação diante das populações mais pobres. Conforme Sidney Chalhoub (1995), o órgão do governo imperial encarregado de zelar pela saúde pública, em conjunto com a Câmara Municipal da Corte, passou a discutir medidas destinadas a regulamentar a existência das habitações coletivas. As tentativas de intervir nos hábitos das populações empobrecidas evidenciam a aliança entre o Estado e os médicos para a aplicação de medidas na estrutura da cidade e no comportamento da população, mesmo que em menor escala (CHALHOUB, 1995; MATTOS, 2022). Mattos (2022) constatou que as mudanças estruturais deveriam ocorrer principalmente nas regiões habitadas por pessoas pobres ou, como denominou Chalhoub, as “classes perigosas”³.

Discutindo a “metáfora da doença contagiosa”, Chalhoub (1995) destacou que as “classes pobres” não eram vistas como “classes perigosas” apenas porque poderiam oferecer problemas na manutenção da ordem pública, mas também porque os pobres ofereciam o perigo do contágio. Nessa perspectiva, percebe-se o diálogo entre a miséria e a pobreza, características associadas à sujeira e ao caos (ENGEL, 1988). Ao argumentar sobre o suposto perigo do contágio, o historiador afirma que:

Os intelectuais-médicos grassavam nessa época como miasmas na putrefação [...]. E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos (CHALHOUB, 1995, p. 29).

³ Chalhoub (1995, p. 09) caracterizou as “classes perigosas” como as pessoas que residiam nas habitações coletivas. Eram percebidas como perigosas aos olhos dirigentes, pois desafiavam as políticas de controle e propagavam a doença (a partir da “metáfora da doença contagiosa”).

A tradição espacial, política, administrativa e social legada do período colonial passou a ser compreendida pela nova elite urbana dos Oitocentos como um “símbolo edificado sob a noção da ineficácia e desorganização” (MARTINS, 2006, p. 29). Ou seja, algo que precisava ser combatido. A capital do Império, o Rio de Janeiro, em sua máxima expressão de civilidade, deveria abandonar o passado colonial e traçar caminhos aliados às nações europeias. A cidade, ao ter seu espaço higienizado, abria-se às novas influências civilizatórias, dando o “pontapé inicial ao rompimento de padrões coloniais ainda presentes como uma verdadeira catarse das representações de atraso e incivilidade” (MARTINS, 2006, p. 29).

As medidas higienistas, além de impulsionarem ações no espaço urbano, também se estenderam ao âmbito privado, ou seja, ao lar. As bases higiênicas voltadas para o bem-estar familiar foram endereçadas a um grupo seletivo de pessoas: as famílias de classes dirigentes, as quais seriam os personagens principais para a transformação dos velhos hábitos insalubres, isto é, os hábitos coloniais (MATTOS, 2022). Jurandir Freire Costa (1979) considerou que a atuação médica se dirigia à família burguesa citadina, visando modificar a conduta física, intelectual, moral, social, sexual dos membros em prol do sistema econômico e político nos Oitocentos. Para a população escravizada, nenhuma medida foi adotada, além da segregação e desumanização.

Nesse contexto, o comportamento higiênico é compreendido pelo autor como símbolo de patriotismo e nacionalismo (COSTA, 1979, p. 33). Na perspectiva de Costa (1979), o trabalho higiênico desenvolvido no século XIX teria sido montado com base na ideia de que a saúde e a prosperidade familiar dependiam do Estado.

Contra a ideia de “estatização do indivíduo” aplicada por Costa (1979, p. 52), que articula a sujeição da pessoa e/ou grupo social às ordens e normas impostas por poderes institucionais, o historiador Luiz Nunes Martins (2006) considera que as ações higiênicas promovidas pelo Estado (a exemplo, a Junta Central de Higiene Pública) voltavam-se à criação de bases estruturais. Isto em prol da formação de uma nação civilizada, alinhada aos parâmetros europeus, mesmo que fossem incipientes. Martins (2006) também defendeu que tais ações tiveram que se sujeitar a profundas negociações com parcela significativa da sociedade.

Diante disso, é questionável até que ponto as ações higienistas estiveram no bojo da sociedade. Para Chalhoub (1995), as práticas higienistas, no que tange à

perseguição das moradias populares nos centros da cidade, só foram intensificadas a partir da década de 1870, chegando à histeria nas primeiras administrações republicanas. As afirmativas do autor evidenciam que os intentos higienistas caminharam a passos lentos, principalmente durante o Império.

Em um contraste entre o “limpo” e o “sujo”, a limpeza — pautada nos princípios da higiene — demarcou fronteiras. Pesavento (2002, p. 169) pontua que o Rio de Janeiro Oitocentista, com toda sua pompa imperial, não poderia ser construído em cima de “uma cidade feia, imunda, perigosa, caótica”. Uma sociedade considerada patológica, repleta de sujeitos mal vistos e com suas ruas desajeitadas, decorrentes de sua própria condição histórica, apresentava limites para a “Europa do Possível”⁴.

Alencastro observou etapas distintas que marcaram o crescimento do Rio de Janeiro, em especial da população escravizada. Segundo o historiador, a população do município praticamente dobrou nos anos de 1821 a 1849, em que a “corte agregava nessa última data, em números absolutos, a maior concentração urbana de escravos existentes no mundo desde o final do Império romano: 110 mil escravos para 266 mil habitantes” (ALENCASTRO, 1997, p. 24).

Os higienistas encontraram nos corpos escravizados os limites para a cidade que se queria. Como expressou Alencastro, era uma cidade “quase negra”, que, após o *boom* do Tráfico Atlântico nos anos de 1840, se tornou uma “cidade meio africana” (ALENCASTRO, 1997, p. 25). O problema encontrado na sociedade brasileira residia no fato de que as doenças foram vistas, para além das ruas desajeitadas, também nos corpos daqueles que não correspondiam ao padrão branco aburguesado. Negros e negras, indígenas e pobres correspondiam a uma anormalidade que distorcia o espelho europeu constantemente.

É questionável tal situação: como alcançar uma sociedade “perfeita” quando o motor produtivo do capital que sustentava a cidade carioca — assim como o país — provinha dos corpos escravizados? Entre a ordem e a desordem, o real e o ideal, o Rio de Janeiro na frente do espelho europeu mostrava as tensões e contradições da sociedade Oitocentista. O contexto social, político e econômico da cidade real no século XIX provoca inquietações e nos ajuda a refletir sobre as aspirações modernizantes da cidade ideal projetada pelos higienistas. Como ser civilizado quando se vive sob o jugo da escravidão?

⁴ Expressão utilizada por: BARRA, 2015. p. 791-805.

NALENTE MÉDICA: O ELEMENTO SERVIL

O período do Segundo Reinado trouxe ao Estado brasileiro questões de diversas complexidades, entre as quais a mão de obra livre, o desenvolvimento agrícola, epidemias, a mortalidade infantil, o processo de embranquecimento da população e, sobretudo, o “elemento servil”. O trabalho escravo representava um obstáculo para que a concepção de nação nos moldes europeus pudesse ser construída conforme as pretensões higienistas. A realidade vivida impunha questões políticas e sociais muito distantes dos debates incitados nas Faculdades.

A população negra, fosse escravizada ou não, foi em grande parte responsabilizada pelo suposto atraso do país. Segundo Martins (2006, p. 15), os cativos foram tratados da mesma forma que “miasmas, insetos, maus ares e maus hábitos, transformando[-se] em um verdadeiro veneno social para a família”. Cabe aqui uma breve explicação sobre como os olhos médicos enxergavam os sujeitos que viviam sob o cativo.

O avanço econômico devido à produção cafeeira em um país escravista ressaltou uma contradição intransponível: “Como uma nação disposta a traçar caminho semelhante ao trilhado pelas nações europeias poderia manter seu crescimento em bases tão antiliberais?” (MARTINS, 2006, p. 44). Martins analisa a dependência da força de trabalho escravo desde o período colonial ao imperial e reforça que, mesmo no Brasil “já independente”, as pessoas cativas continuaram a ser o “braço que construía em larga escala para o crescimento econômico do país” (MARTINS, 2006, p. 44). Para o autor, o Império não apenas dinamizou a produção com a importação de novos escravizados, mas também reiterou a hierarquia que orientava a ideologia escravista. Em consequência, produziu uma elite ociosa que passou a viver dos ganhos de uma sociedade marcada pela escravidão (MARTINS, 2006).

As características do crescimento do Rio de Janeiro durante o século XIX, marcado expressivamente por setores excluídos da participação e efetivação política (PATTO, 1996), tornaram o “projeto nacional”⁵, baseado em esquemas civilizatórios, cada vez mais difícil na realidade Oitocentista.

⁵ Expressão utilizada por MARTINS, 2006, p. 14.

A historiadora Karoline Carula (2012) investigou em conferências e cursos livres a tríade formada pelos termos civilização-progresso-desenvolvimento, com a intenção de investigar o que significava “civilização” nas palavras de homens que vulgarizavam a ciência no Brasil no final do século XIX. A autora analisou que as palavras “civilização” e “progresso” eram operantes nas vozes dos intelectuais brasileiros, principalmente nas últimas décadas do século. Os homens de ciência, independente do assunto discursado, justificavam suas ações em nome do “progresso do país, para que este se igualasse às nações civilizadas” (CARULA, 2012, p. 40).

Carula (2012) também estudou os sentidos da “civilização” ou do ato de “civilizar” e constata que nos Oitocentos a civilidade passou, de maneira “disciplinarizante”, a ser regida por um “conjunto de boas maneiras que deviam ser vivenciadas na sociedade; estando, dessa maneira, conveniente com os interesses da burguesia” (CARULA, 2012, p. 42). Em uma relação marcada profundamente pelo caráter racial, civilizar implicava em europeizar: “Às elites cabia a tarefa de civilizar a nação e, assim, manter sua hegemonia no poder. Igualar-se ao capitalismo moderno europeu, industrializando o país, por exemplo. Civilizar, nesta concepção, era o mesmo que europeizar o Brasil” (CARULA, 2012, p. 47).

Pode-se entender que a empreitada em prol de um Brasil civilizado ao molde europeu esteve intimamente relacionada com a categoria “raça”. Afinal, a escravidão e os corpos negros apareciam como problemas constantes para o objetivo civilizatório. O corpo branco era percebido como ideal. No entanto, antes de anteciparmos a afirmativa de que negros e negras foram inferiorizados e coisificados nesse processo a partir da categoria racial, é preciso compreender a sua criação e o lócus do problema racial em países colonizados. Para tanto, partimos do debate realizado pelos estudos contracoloniais⁶.

Aníbal Quijano (2005), sociólogo peruano, ao desenvolver o conceito de “colonialidade do poder”, ponderou que a ideia de “raça” não tem história conhecida antes da América. O pesquisador propôs que, de início, possivelmente “raça” se

⁶ Utilizo o conceito de “contracolonial” com base no exposto pela pesquisadora Vivian dos Santos, que afirmou: “Não desconsidero que há uma diferenciação entre os pensamentos decolonial e pós-colonial, mas defendo que, considerando as especificidades tanto das construções feministas negras quanto das decoloniais, a aposta deve ser uma coalizão entre os feminismos que impulsionam um movimento de transgressão epistemológica contracolonial”. SANTOS, Vivian Matias dos. Notas desobedientes: de-colonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia e Sociedade**, [s. l.], v. 30, p. 1-11, dez. 2018. p. 6-7.

estruturou como uma diferença fenotípica entre “conquistadores” e “conquistados” e foi construída em relação a supostas estruturas biológicas referenciais entre os grupos. O sociólogo considerou que a formação de relações fundadas na ideia de “raça” produziu na América identidades e diferenças sociais. Em suas palavras:

Assim, termos como *espanhol* e *português*, e mais tarde *uropeu*, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, desde então adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, como constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha (QUIJANO, 2005, p. 118).

Nessa perspectiva, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social e de hierarquização. Os “colonizadores” codificaram a cor e os traços fenotípicos dos sujeitos “colonizados” e os adotaram como características essenciais da categoria racial. Em outras palavras, o autor peruano reivindica que a categoria “raça” é uma construção colonial que se converteu em critério fundamental para a distribuição da população nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. Em suma: “no modo básico de classificação social universal da população mundial” (QUIJANO, 2005, p. 118).

Assim como Quijano, a ativista e socióloga argentina María Lugones (2020) considera “raça” uma invenção que dá profundidade à (re)organização das relações marcadas por superioridade e inferioridade, sendo estas estabelecidas por meios de dominação. No entanto, Lugones faz profundas críticas ao conceito formulado por Quijano, em especial no que tange à ausência de preocupação com a categoria “gênero”. Devido a tais fragilidades, a socióloga cunhou o conceito de “colonialidade de gênero”. Afinal, para ela, gênero, assim como raça, também foi (e é) alvo de estruturas de poder, logo, é estruturante. Nessa perspectiva, o conceito é percebido como um mecanismo de controle que produz dicotomias do “humano” e “não-humano”.

Na relação entre “humano” e “não-humano” para a qual Lugones (2020) chama a atenção, “gênero” foi apenas perceptível na categoria “humano”, referindo-se essencialmente ao homem branco europeu burguês. As mulheres europeias, embora fossem atribuídas de gênero, foram secundarizadas. Já as populações indígena e africana escravizada foram categorizadas como “não-humanos” e, por conseguinte, sujeitos desprovidos de gênero, de humanidade. Essa justificativa foi

apresentada para o escopo da animalização e escravidão (LUGONES, 2020). Percebe-se que a abordagem de Lugones à “colonialidade de gênero” não deixa de se aprofundar nas relações raciais, pois a atribuição de gênero está intimamente relacionada à branquitude, característica também racial.

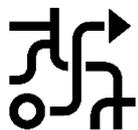
Em sua abordagem conceitual sobre “raça”, “racismo”, “identidade” e “etnia”, o antropólogo Kabengele Munanga (2000) analisou que a classificação dos naturalistas dos séculos XVIII-XIX implicou no “direito de hierarquizar”, ou seja:

[...] de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças. E o fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor de pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Assim, os indivíduos da raça ‘branca’ foram decretados coletivamente superiores aos da raça ‘negra’ e ‘amarela’, em função de suas características físicas hereditárias tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo etc., que, segundo pensavam, os tornavam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos etc., e, conseqüentemente, mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra (MUNANGA, 2000, p. 21).

No panorama intelectual brasileiro, a questão racial ganhou relevância principalmente nas últimas décadas do Império. A partir da noção científica de raça, foram produzidas teorias raciais que, pautadas em justificativas biológicas, posicionaram negros e negras como inferiores ao sujeito branco, criando bases para a “racialização” da sociedade enquanto ferramenta de manutenção das relações legadas pelo colonialismo (MATTOS, 2022).

A demarcação e/ou construção racial, além de categorizar o corpo negro como inferior, também o bestializou por meio de pressupostos de “selvageria”. Nessa medida, classificava-se também o que era civilizado e o que não era, o que era humano e não humano. Como destaca Claudete Daflon (2022, p. 57), “a questão não é a definição de humano e de humanidade, mas quem se autodefine como humano e, conseqüentemente, distingue, classifica e estratifica aqueles que concebe como menos humanos”.

Para Daflon (2022), a separação entre natureza e cultura fez com que os “humanos”, inseridos na cultura, detentores de racionalidade, se sentissem autorizados a dominar outros sujeitos. A autora salienta que: “A radical exteriorização da natureza aparece, assim, associada à inferioridade conferida ao fazer em relação ao pensar, na medida em que o primeiro comporta atividades que envolvem o corpo e a materialidade” (DAFLON, 2022, p. 121). O problema não estava fundamentalmente na identificação com o mundo natural de determinados grupos



tachados como “natureza”, mas sim na “categorização depreciativa da natureza” (DAFLON, 2022, p. 122). Como nos ensinou Frantz Fanon (1968), a linguagem zoológica é a linguagem do colono ao colonizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como analisado no decorrer do artigo, a ciência médica passou por diversos percalços e até mesmo carências para um bom funcionamento, no entanto, os médicos filiados à ciência higienista destinaram grandes considerações sobre a cidade que se queria e mais ainda sobre a cidade que se tinha.

Se para ser médico era preciso cursar a Faculdade de Medicina, realizar as disciplinas necessárias, defender uma tese de autoria própria, dentre outros processos, para aplicar padrões comportamentais de normalidade bastava o título.

Como visto, a ciência racista empoderou-se de seu estatuto científico para poder legitimar quem pode ou não ser humano no jogo escravista. Nesse amplo campo de saberes, ser negro (a), pobre e até mesmo mulher, implicava na deslegitimação e desumanização do indivíduo.

Se para a ciência médica alçar seu patamar de “ciência oficial” foi preciso constantes embates, para a sociedade fora desse campo de saber, sobrou as palavras penosas e injustas dos letrados em medicina.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

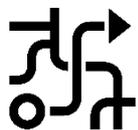
ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: *História da vida privada no Brasil: Império*. NOVAIS, Fernando (coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. A cidade corte: o Rio de Janeiro no início do século XIX. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL DA CIDADE, 1., Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: UFRGS, 2015.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARULA, Karoline. *Darwinismo, raça e gênero: conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889)*. Tese (Doutorado em História) – São Paulo, 2012. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.



CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

COSTA, Emília Viotti da. Urbanização do Brasil no século XIX. In: *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Fundação da Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

DAFLON, Claudete. *Meu país é um corpo que dói*. Belo Horizonte: Relicário, 2022.

DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira: Império*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

DORNELAS, Isabela. Criação das faculdades de medicina no período imperial brasileiro. *Sílogés*, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 272-292, jul./dez. 2019.

EDLER, Flavio Coelho. *A Medicina no Brasil Imperial: clima, parasitas e patologia tropical*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

EDLER, Flavio Coelho. *Ensino e profissão médica na corte de Pedro II*. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2014.

EDLER, Flávio Coelho; FERREIRA, Luiz Otávio; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no século XIX: a organização institucional e os modelos de ensino. In: DANTES, Maria Amélia M. (org.). *Espaços da Ciência no Brasil: 1800-1830*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

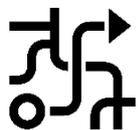
FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA, Luiz Otávio. Medicina Impopular: ciência médica e medicina popular nas páginas dos periódicos científicos (1830-1840). In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

FERREIRA, Luiz Otávio. Uma interpretação higienista do Brasil imperial. In: HEIZER, A.; PASSOS VIDEIRA, A. A. (org.). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

GAGLIARDO, Vinicius Cranek. A medicina a serviço da civilização no Rio de Janeiro Oitocentista. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, [s. l.], v. 12, n. 2, 21 dez. 2015.

GAGLIARDO, Vinicius Cranek. *Uma “Paris dos Trópicos?”: perspectivas da europeização do Rio de Janeiro na primeira metade dos oitocentos*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2011.



GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUZ, Madel Terezinha. *Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

MACHADO, Roberto et al. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MATTOS, Letícia Maria da Silva. *Escravidão e maternidade: uma análise dos discursos médicos sobre as mães escravizadas no Rio de Janeiro (1871-1888)*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) — Fundação Oswaldo Cruz, 2022.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto P. (org.). *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Niterói: EDUFF, 2000.

PATTO, Maria Helena Souza. Teoremas e cataplasmas no Brasil monárquico: o caso da medicina social. *Novos Estudos Cebrap*, [s. l.], n. 44, p. 180-199, mar. 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. In: RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz; PECHMAN, Robert (org.). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris*, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade, UFRGS, 2002.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, IFCH, 2001.

SANTOS, Vivian Matias dos. Notas desobedientes: de-colonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. *Psicologia e Sociedade*, [s. l.], v. 30, p. 1-11, dez. 2018.



SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Recebido em: 10/09/2023

Aceito em: 03/04/2024



SOUZA, Andressa da Rosa*

<https://orcid.org/0009-0004-1639-6297>

MACHADO, Neli Teresinha Galarce**

<https://orcid.org/0000-0003-1209-5353>

MELO, Stella Maria Carvalho de***

<https://orcid.org/0000-0002-6459-902X>

RESUMO: A cidade de Taquari, situada no interior do Rio Grande do Sul, revela em sua paisagem urbana e em sua cultura vestígios notáveis da colonização açoriana, evidenciados nos espaços habitados por seus residentes. Além dos colonos açorianos, estudiosos destacam a presença de grupos indígenas e africanos que se estabeleceram na região. Este estudo visa explorar a história de Taquari por meio das estruturas arquitetônicas e monumentos erguidos na Praça da Matriz, com o intuito de identificar elementos pedagógicos presentes nesses locais que poderiam ser utilizados como recursos potenciais para aprendizagem. A pesquisa se baseia primordialmente no ambiente da Praça da Matriz, localizada no coração da cidade. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa e exploratória. Para aprofundar a análise, foram selecionadas as seguintes estruturas arquitetônicas e monumentos: (1) A Igreja São José de Taquari, construída em 1768 e situada na rua Sete de Setembro; (2) a sede do jornal O Fato Novo, localizada na rua Cônego Cordeiro e erguida na segunda metade do século XIX; (3) uma residência na Rua Oswaldo Aranha, exemplificando o estilo colonial barroco açoriano; e (4) o monumento inaugurado em 2019 em homenagem aos açorianos. Conclui-se que a Praça da Matriz e seu entorno representam espaços de considerável potencial, estabelecendo conexões entre a paisagem urbana e o território vivenciado por diversos grupos humanos ao longo da história local.

PALAVRAS-CHAVE: Educação patrimonial; Taquari; História; Espaços de Aprendizagem.

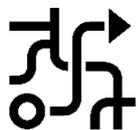
ABSTRACT: The city of Taquari, located in the interior of Rio Grande do Sul, reveals notable vestiges of Azorean colonization in its urban landscape and culture, evident in the spaces inhabited by its residents. In addition to the Azorean settlers, scholars highlight the presence of indigenous and African groups that also settled in the region. This study aims to explore the history of Taquari through the architectural structures and monuments erected in Praça da Matriz, with the goal of identifying pedagogical elements in these locations that could serve as potential learning resources. The research primarily focuses on the environment of Praça da Matriz, situated in the heart of the city. Methodologically, the study adopts a qualitative and exploratory approach. To deepen the analysis, the following architectural structures and monuments were selected: (1) The São José de Taquari Church, built in 1768 and located on Sete de Setembro Street; (2) the headquarters of the newspaper O Fato Novo, located on Cônego Cordeiro Street and erected in the second half of the nineteenth century; (3) a residence on Oswaldo Aranha Street, exemplifying the Azorean Baroque colonial style; and (4) the monument inaugurated in 2019 in homage to the Azoreans. It is concluded that Praça da Matriz and its surroundings represent spaces of considerable potential, establishing connections between the urban landscape and the territory experienced by various human groups throughout local history.

KEYWORDS: Heritage Education; Taquari; History; Learning space.

* Graduada em História. Professora da rede privada de Lajeado/RS.

** Graduada em História. Professora dos Programas de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento e do Ensino da Unversidade do Vale do Taquari/RS.

*** Graduada em Turismo. Professora do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí, Teresina/PI.



INTRODUÇÃO

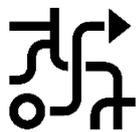
A cidade de Taquari, situada no Estado do Rio Grande do Sul, é profundamente marcada pela colonização açoriana, sendo que a narrativa da chegada dos casais açorianos e seu estabelecimento às margens do Rio Taquari permeia a história tradicional da comunidade local. Contudo, pesquisas arqueológicas na região do Vale do Taquari revelam que a formação das cidades é resultado do contato e da interação entre diversos grupos étnicos, incluindo indígenas e africanos.

Este estudo teve como objetivo compreender a história das estruturas arquitetônicas e dos monumentos da Praça da Matriz em Taquari. Localizada no centro da cidade, a praça é um ponto de encontro frequente para residentes, escolas, instituições bancárias, a igreja matriz e estabelecimentos comerciais. A pesquisa focou na descrição do espaço e da paisagem, explorando como esses elementos influenciam a percepção da comunidade sobre sua própria história. Além disso, foram sugeridos elementos pedagógicos para transformar essas estruturas em potenciais espaços de aprendizado coletivo (SOUZA, 2022)¹.

Monumentos e estruturas arquitetônicas são importantes fontes de estudo, revelando aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos de uma cidade. No entanto, também podem representar apenas uma parte da sociedade. Autores relacionam diretamente os monumentos à memória, incentivando aqueles que os observam a conectar o passado ao presente. Segundo Choay (2001, p.18), esses monumentos selecionam e preservam aspectos vitais da identidade de um grupo, evocando memórias que não se limitam a meras lembranças, mas que trazem à tona elementos significativos do passado rememorado, conforme discutido por Halbwachs (2013).

Esta pesquisa, de natureza qualitativa, exploratória e descritiva, combina a observação sistemática documental com imersões em campo, seguindo a abordagem da História Cultural. Por meio dessa perspectiva, procura-se desvendar as complexas relações cotidianas e sociais manifestadas nos símbolos da paisagem de Taquari. Conforme sugerido por Jacques Le Goff, é essencial ultrapassar os limites da historiografia tradicional, investigando não apenas os registros existentes, mas

¹ Este artigo fundamenta-se no trabalho de conclusão de curso da autora principal, sendo que este foi desenvolvido com rigor para evitar qualquer forma de autoplágio. A inspiração para o estudo surgiu ao longo dos dois anos em que a autora atuou como bolsista no projeto de extensão "Arqueólogo por um Dia" da Universidade do Vale do Taquari.



também suas omissões e lacunas, fazendo um inventário dos "arquivos do silêncio". A base filosófica dessa abordagem considera que a realidade social é culturalmente construída (BARREIROS, 2017). Enquanto a história tradicional privilegiava os feitos de figuras ilustres, relegando a maioria a um papel secundário, a Nova História foca na vida cotidiana e nas experiências das pessoas comuns, promovendo uma visão histórica a partir da perspectiva dos marginalizados (LE GOFF, 2003; FOUCAULT, 2008; 2009; DE CERTEAU, 2010).

Sejam materiais, como monumentos, artefatos e objetos diversos, ou imateriais, como tradições, música e saberes diversos, todas as formas de patrimônio cultural compartilham um elemento essencial: o significado atribuído a elas pelas pessoas. Contudo, o patrimônio não é uma entidade imutável; ele é constituído por diversas camadas de seleção, preservação e construção de vestígios do passado no presente, com um olhar voltado para o futuro. Esse processo envolve a atribuição de sentido por produtores, curadores, educadores e comunidades, frequentemente legitimando identidades. O significado do patrimônio, portanto, é dinâmico, variando ao longo do tempo e entre diferentes lugares. Geralmente, existe uma atribuição de valor a essas relações, mas os aspectos do patrimônio são, e sempre foram, sujeitos à contestação – alguns mais do que outros. Além disso, o patrimônio integra as políticas de identidade promovidas por governos nacionais e locais, o que pode resultar em exclusão e divisão. Assim, o patrimônio local não só preserva a memória e a identidade cultural de uma comunidade, mas também reflete as dinâmicas sociais e políticas em constante mudança (PINTO, 2022).

Este artigo busca desvendar a conexão entre o local de inserção dos sujeitos, seu cotidiano e as narrativas desenvolvidas nesse contexto, com o intuito de compreender a história apresentada por esse grupo específico em relação à idealização do patrimônio cultural. Essas informações estão interligadas, constituindo o tecido do espaço em que os indivíduos estão inseridos, moldando e refletindo suas experiências e identidades coletivas. Ao explorar a interação entre os indivíduos e seu patrimônio local, buscamos entender como essas relações moldam e são moldadas pelo contexto histórico e cultural.

Para aprofundar este estudo, foram selecionadas estruturas arquitetônicas e monumentos edificadas que exemplificam a riqueza histórica e cultural da região de Taquari: (1) a Igreja São José de Taquari, construída em 1768 e localizada na Rua



Sete de Setembro, que representa um importante marco religioso e comunitário; (2) a sede do jornal O Fato Novo, situada na Rua Cônego Cordeiro e erguida na segunda metade do século XIX, que simboliza a evolução da comunicação e o registro histórico local; (3) uma residência na Rua Oswaldo Aranha, que remete ao estilo colonial barroco açoriano, refletindo a influência arquitetônica e cultural dos colonizadores açorianos; e (4) o monumento/estátua em homenagem aos açorianos, inaugurado em 2019, que celebra e perpetua a memória dos primeiros colonizadores e sua contribuição para a identidade cultural local.

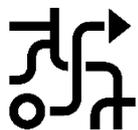
Esses elementos arquitetônicos e monumentos são testemunhos vivos da história e das transformações sociais de Taquari. A Igreja São José de Taquari não apenas serve como um lugar de culto, mas também como um ponto de encontro comunitário que testemunhou diversos eventos históricos e sociais. A sede do jornal O Fato Novo representa o desenvolvimento do jornalismo e da comunicação, essenciais para a construção da identidade e da memória coletiva. A residência na Rua Oswaldo Aranha destaca a preservação de estilos arquitetônicos e a adaptação cultural dos colonizadores açorianos. Por fim, o monumento aos açorianos reafirma o valor da memória e do reconhecimento das influências históricas na formação da identidade local.

Dessa maneira, ao analisar essas estruturas e monumentos, podemos compreender melhor a complexa rede de significados e valores atribuídos ao patrimônio cultural pelos indivíduos e comunidades, e como essas relações contribuem para a construção e preservação da identidade cultural ao longo do tempo.

O POVOAMENTO DO VALE DO TAQUARI

Para melhor compreensão do processo de assentamento humano no território de Taquari, optou-se por uma breve contextualização desde os primeiros habitantes da região: os povos indígenas. A paisagem urbana de Taquari é composta por monumentos e uma arquitetura delineada sob a ótica do colonizador. Contudo, as pesquisas realizadas por historiadores e arqueólogos da região demonstram que o Vale do Taquari, assim como a cidade de Taquari, apresenta um histórico de colonização e assentamentos que antecede a chegada dos europeus.

Taquari está localizada na região central do Estado do Rio Grande do Sul e é uma das 36 cidades que formam a região do Vale do Taquari. Situada a cerca de 100



quilômetros da capital do Estado, Porto Alegre, a cidade foi emancipada em julho de 1849 (KREUTZ, 2009). Taquari é considerada a "cidade mãe" dos 36 municípios que compõem a região do Vale do Taquari.

Para construir uma história de longa duração, é essencial começar com a História Indígena ao explicar a colonização de uma cidade. Portanto, neste estudo iniciamos citando dois pesquisadores que exploram a história das primeiras colonizações humanas na região.

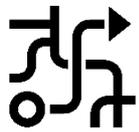
O povoamento do Vale do Taquari ocorreu há 11.000 anos, com a chegada dos indígenas conhecidos na literatura arqueológica como caçadores-coletores. Compreende-se que o processo de povoamento do Vale do Taquari não foi homogêneo no início, “[...] pois grupos de pessoas que tinham em sua economia de subsistência a caça e a coleta migravam de tempos em tempos em busca de locais que oferecessem condições para viver bem” (KREUTZ; MACHADO, 2017, p. 20).

Esses povos manejaram a natureza conforme seus interesses, e com a invasão da colonização europeia, a paisagem e o ambiente sofreram alterações significativas. Os grupos indígenas passaram a ser afetados pelo projeto de colonização não indígena, mas continuaram "existindo" e vivendo nesses espaços. A segunda ocupação humana no Vale do Taquari ocorreu há 2.000 anos, com a chegada dos povos indígenas Guaranis e dos Jê Meridionais. Ambas as etnias se estabeleceram nas áreas de florestas e planícies do território que abrange os rios Forqueta e Taquari (KREUTZ, 2009, p. 30).

Sobre a chegada das comunidades lusas “o Rio Grande do Sul se integrou tardiamente ao restante do Brasil Colonial” (PESAVENTO, 1982, p. 7). No Vale do Taquari essa integração ao território se dá no século XVIII, quando açorianos, alemães e italianos se estabelecem no território. Os açorianos migraram para o Vale do Taquari em um contexto de explosão demográfica e questões ambientais tais como a escassa produção de milho, vulcões e abalos sísmicos (GRAEBIN, 2004).

A chegada dos emigrantes açorianos no Rio Grande do Sul foi acompanhada por muita dificuldade de absorção da realidade ambiental, das condições econômicas e de sobrevivência. As autoridades coloniais, em razão da guerra guaranítica² e do

² A Guerra Guaranítica foi um conflito que ocorreu entre os anos de 1753 e 1756, entre indígenas Guaranis e as tropas militares de Portugal e Espanha. A luta era pelo domínio das terras localizadas às margens do rio Uruguai, território do atual estado do Rio Grande do Sul.



Tratado de Madri, não realizaram a acomodação dos casais açorianos que chegaram no território rio-grandense, e não atenderam às demandas que foram prometidas às famílias, tais como instrumentos, ferramentas e distribuição de terra. A autora explica, ainda, que a intenção da coroa era povoar “[...] desde o Rio São Francisco até o Cerro de São Miguel, bem como as Missões com casais açorianos” (GRAEBIN, 2004, p. 109).

A constituição de Taquari deu-se com a política do governador da Capitania do Rio de Janeiro. Gomes Freire de Andrada tinha como objetivo a ocupação da Bacia do Rio Jacuí. Para isso, no ano de 1750, realizou a doação de Sesmarias no Vale do Taquari a Pedro Lopes Soares, Francisco Xavier de Azambuja e Antônio Brito Leme³ (CHRISTILLINO, 2004, p. 93). Porém, foi no ano de 1760 que iniciou o povoamento e a colonização das terras à margem esquerda do Rio Taquari, sob a orientação do comandante na capitania, Coronel Inácio Elói de Madureira. A fundação de Taquari ocorreu em 1764 com a chegada de 14 casais açorianos, sendo que, em 1770, o território já tinha mais de 60 famílias açorianas (COSTA, SILVA, 1972; SILVA et al., 2017).

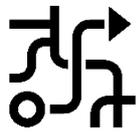
A fundação da Vila de São José de Taquari deu-se pela política do Governador da Capitania do Rio Grande do Sul de São Pedro, o Coronel José Custódio de Sá Faria. O povoado de São José de Taquari foi uma construção pensada pela coroa portuguesa a fim de proteger o quartel que existia em Rio Pardo. Com o crescimento da comunidade e das estruturas do território, em 1795 o povoado de São José de Taquari foi elevado à Freguesia de Triunfo (CHRISTILLINO, 2004, p. 90).

A chegada e a instalação dos açorianos em Taquari trouxeram como consequência uma nova mudança na paisagem. Os casais vindos do Arquipélago dos Açores organizaram-se em vilas e estabeleceram suas relações com o espaço, transformando-o para atender a suas demandas.

AS COMUNIDADES NEGRAS E A PAISAGEM TAQUARIENSE

O processo de construção da história de Taquari revela lacunas significativas quanto à chegada e às narrativas dos negros no território. A partir do século XVI,

³ Esses indivíduos eram integrantes da elite local, geralmente fazendeiros com ascendência portuguesa. Frequentemente, ocupavam posições políticas, como vereadores nas câmaras municipais.



peessoas na condição de escravas vindas da África foram trazidas para o Brasil, onde foram submetidas a uma cruel mercantilização, sendo compradas, vendidas e trocadas entre os senhores de terras (PIRES, 2016, p. 57).

A presença dos negros em Taquari remonta às primeiras doações de sesmarias e datas de terra. Esse grupo étnico foi inicialmente introduzido no território para trabalhar nas plantações de trigo e na exploração de madeira, atividades que se mostraram econômica e socialmente lucrativas na região (FRANZ, 2009, p. 30).

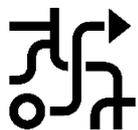
Além das atividades domésticas e agrícolas, os indivíduos escravizados desempenharam papéis cruciais em conflitos armados. Documentos e relatos testemunham sua participação na Guerra Farroupilha e na Guerra do Paraguai, em que muitos buscavam liberdade e direitos por meio do serviço militar (KREUTZ, MACHADO, 2017). Durante esses conflitos, recrutavam-se homens solteiros, incluindo brancos, pardos, índios e pretos libertos, enquanto os brancos podiam se eximir do serviço militar oferecendo um escravo com carta de alforria em seu lugar (FLORES, 2004, p. 49).

A situação adversa enfrentada pelos escravizados, somada às pressões internacionais, culminou na promulgação da Lei Áurea em 1888, que aboliu formalmente a escravidão no Brasil. Apesar da liberdade, muitos recém-libertos permaneceram ligados à produção de tábuas e erva-mate em Taquari, garantindo sua subsistência em um contexto pós-abolição (PIRES, 2016, p. 155).

Nos espaços urbanos, esses grupos desempenhavam diversas funções, desde construção de casas até serviços autônomos, como cozinheiras, lavadeiras e carregadores (COSTA, 2016). Embora a maioria dos negros ocupasse espaços rurais, uma parte significativa circulava pelos centros urbanos, adaptando-se e encontrando novas formas de sustento após a abolição (PIRES, 2016).

OS MONUMENTOS E AS ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS NA PRAÇA MATRIZ, EM TAQUARI/RS

O povoamento ancestral do Vale do Taquari e da cidade de Taquari foi marcado por assentamentos indígenas que moldaram a paisagem antes da chegada da colonização açoriana e da introdução coercitiva do trabalho de africanos escravizados. Contudo, ao contemplar a Praça da Matriz, situada no coração da cidade, entre as ruas Sete de Setembro, Cônego Cordeiro e Osvaldo Aranha, destacam-se



predominantemente estruturas arquitetônicas e monumentos que remetem à presença e colonização açoriana. Estas construções evocam reflexões, proximidades e conexões entre a comunidade que diariamente transita por este espaço (SOUZA, 2022).

Antes do último ciclo de colonização em Taquari, a paisagem que hoje compõe a Praça era percorrida por grupos indígenas que viviam em harmonia com a natureza, guiados por suas crenças e necessidades. Mais tarde, chegaram os açorianos como parte do projeto colonial da Coroa Portuguesa, acompanhados pelos escravizados destinados ao árduo trabalho nas lavouras de trigo. Após conquistarem a liberdade, esses indivíduos circularam pelos centros urbanos, engajando-se em diversas atividades (PIRES, 2016). Embora esses grupos tenham deixado sua marca na paisagem de Taquari, não há vestígios que ecoem sua presença na Praça da Matriz.

Neste contexto, com intuito de caracterizar os monumentos e as estruturas arquitetônicas presentes na Praça da Matriz, em Taquari, tenta-se entender o conceito de monumento e o processo de construção do espaço urbano, objeto deste estudo. O termo monumento é definido como "uma obra comemorativa, uma escultura: arco do triunfo, coluna, troféu, pórtico e entre outras estruturas" (LE GOFF, 2003, p. 95). O autor denomina o monumento como tudo aquilo responsável por rememorar o passado, com o objetivo de recordar uma memória.

Os monumentos e as estruturas arquitetônicas que adornam a Praça da Matriz, em Taquari, são portadores de uma mensagem intencional. Esta mensagem está intrinsecamente ligada à identidade que este grupo, a comunidade e o poder público desejam preservar e celebrar. A questão central reside na representatividade dessas construções e estruturas, e se elas verdadeiramente refletem a diversidade étnica, racial e cultural de Taquari.

A estrutura da Praça Matriz obedece ao projeto urbano pensado em 1767 pela coroa. A cidade de Taquari representa o urbanismo colonial, uma vez que é o único assentamento do sul em que se conhece o projeto urbano inicial (ROCCA, 2009, p. 508). A Praça da Matriz foi um projeto elaborado para a "*Cidade Alta*"⁴. Em sua constituição, foram implementadas em um primeiro momento as construções religiosas e civis ao lado menor da Praça.

⁴Nomenclatura utilizada para referenciar a planta urbana criada para a construção dos arredores da Praça da Matriz.

A Igreja Matriz, conforme o projeto de Manuel Vieira Leão⁵, está localizada ao lado norte e o edifício da primeira câmara, junto com a capela do Império, ao lado sul. Assim que a construção da Igreja foi finalizada, o povoado elevou-se à categoria de paróquia, recebendo de Portugal a imagem de São José. A autora sugere que

[...] o plano inclui o modelo arquitetônico previsto é aplicável em todos os quarteirões: unidades residenciais em fileiras. A sequência de janela-porta-janela equivale a uma unidade e o telhado a quatro águas, com cumeeira paralela à rua, unifica em uma edificação quatro unidades por quadra. Parece que a unidade é uma evocação tipo-morfológica das casas térreas típicas dos Açores (ROCCA, 2009, p. 511).

A disposição e a organização da Praça da Matriz em Taquari assemelham-se aos traçados da arquitetura antiga grega. Historicamente, a praça funcionava como um espaço público multifuncional, no qual diversas atividades cotidianas ocorriam. O gado e os cavalos frequentemente faziam parte desse cenário, quase como elementos permanentes (Figura 1).

Praças são reconhecidas como locais essenciais para o convívio social e o contato com a natureza, desempenhando um papel crucial na formação e coesão da sociedade. Estes espaços são vitais para manifestações culturais, sociais e políticas, como observado por Silva et al. (2011). A Praça da Matriz de Taquari, em particular, serviu como palco para festividades, encontros e atividades comerciais, sendo acessível e propício para uma variedade de funções, desde observar e ser observado até realizar transações comerciais, atividades políticas e simples passeios.

Esta interpretação é reforçada pelas fotografias do início do século XX, que evidenciam a presença de cercados delimitando espaços dentro da praça (ROCCA, 2009).



Figura 1: Imagem do século XX da Praça da Matriz com cercados (Costa e Silva, 1972).

⁵ Engenheiro responsável pela construção da planta urbana de Taquari.

Com o passar dos anos, o quarteirão da Praça da Matriz recebeu outras construções que modificaram sua planta original. A capela do Império, por exemplo, foi demolida em 1970, enquanto a atual sede da prefeitura, um edifício singular, ocupa o lado oeste da praça até os dias atuais (ROCCA, 2009). Taquari destaca-se no Vale do Taquari por preservar em sua estrutura a arquitetura colonial barroca, um testemunho vivo da influência cultural açoriana (SILVA, 2009).

Durante a pesquisa realizada em 2022, nas imediações da Praça da Matriz, percebeu-se que se destacam instituições como o Banco do Brasil, a Prefeitura Municipal, a Igreja de São José, a casa paroquial, a sede do Jornal *O Taquaryense* e diversos estabelecimentos comerciais. A praça está estrategicamente próxima à Lagoa Armênia, um dos principais atrativos turísticos da cidade. Este espaço é frequentado tanto por crianças quanto por adultos, que desfrutam momentos de lazer e interação social.

Além de ser um ponto de encontro, a Praça da Matriz também acolhe eventos culturais significativos, como a Feira do Livro, realizada anualmente na cidade. Em 2022, foi palco da primeira edição da “Festa de Taquari em Portugal”, celebrando a rica cultura dos açorianos que colonizaram o município. Assim, as praças não apenas representam áreas abertas, mas também se tornam espaços nos quais famílias e amigos compartilham momentos especiais, fortalecendo vínculos e cultivando laços comunitários.

As estruturas na praça e suas proximidades seguem o modelo açoriano, destacando-se a Igreja de São José, que remonta à época da chegada dos casais açorianos. A construção da igreja teve início em 1768 (COSTA E SILVA, 1972) e, ao longo dos anos, passou por modificações, mantendo-se fiel aos padrões da cultura açoriana, como demonstrado na Figura 2:



Figura 2: Fachada da Igreja São José de Taquari (Damasceno, 1971).

Desde os primórdios da construção dos assentamentos açorianos no estado do Rio Grande do Sul, a Igreja cumpria um papel importante, sendo considerada o centro do povoamento e dos núcleos urbanos que se formavam aos poucos. Tais centros urbanos, por diversas vezes, desenvolveram-se ao redor de uma igreja ou capela (SILVA, 2009).

O interior da igreja de São José obedece o estilo barroco, com pinturas e esculturas de santos cristãos. O local é aberto ao público para visitação. Na igreja, os traços religiosos incorporados pelos açorianos se fazem presentes até os dias atuais. No mês de março de cada ano, são organizados previamente pela igreja os festejos em comemoração ao dia do padroeiro da cidade de Taquari, São José. Os eventos, como o bingo, a novena e os jantares, são planejados pelos festeiros e finalizam no dia 19 de março, feriado municipal em decorrência ao dia de São José. A Praça da Matriz recebe anualmente a apresentação dos tapetes produzidos por escolas e instituições derivados da data de Corpus Christi.

Próximo à Igreja São José, está disposto na Praça da Matriz o monumento em homenagem aos casais açorianos que se estabeleceram em Taquari no ano de 1760 (Figura 3).



Figura 3: Monumento Casal Açoriano (Prefeitura Municipal de Taquari, 2023).

A inauguração do monumento foi realizada pela Prefeitura Municipal em dezembro de 2019. As esculturas foram construídas com concreto e ferro, tendo 2,3 metros (PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI, 2023). Nelas observam-se alguns elementos que caracterizam os casais tais como os trajes típicos açorianos. Próximas ao casal são identificadas malas, representando a mudança para as “novas terras”. A estátua que representa uma figura feminina carrega em suas mãos a imagem de São José, o padroeiro da cidade. Tal elemento, provavelmente, simboliza a fé e a

religiosidade cristã trazidas pela colonização e incorporadas no cotidiano dos casais açorianos.

Observa-se que a religiosidade açoriana se faz presente no imaginário Taquariense. Outro aspecto que fortalece esse dado é a repercussão sobre a processo colonizatório como se lê na frase "A partir de agora, desde o centro da cidade, a obra será um símbolo de nossas origens e da colonização de Taquari (PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI, 2023). Tal monumento ressalta somente um dos componentes étnicos que compõem a formação da cidade, uma vez que a constituição de Taquari dá-se por meio da interação de diferentes etnias.

Ao redor da Praça da Matriz encontram-se estruturas arquitetônicas que, embora não sejam contemporâneas à chegada dos açorianos à cidade, possuem em sua arquitetura o barroco, traço das casas do Arquipélago dos Açores. Uma delas é a casa que está localizada na esquina da rua Osvaldo Aranha e por anos foi um comércio (Figura 4). No ano de 2022, a casa encontrava-se fechada em razão da falta de reparos.



Figura 4: Casa de Arquitetura Barroca (Acervo dos autores, 2022).

Com o passar do tempo, a qualidade de vida dos casais, assim como das construções dos prédios foram se modificando. Neste sentido, passou-se a utilizar uma arquitetura retangular, geralmente com mais de uma entrada e janelas colocadas simetricamente (SILVA, 2009, p. 60).

A última construção a ser descrita localiza-se na rua Cônego Cordeiro, em Taquari, na esquina da Praça da Matriz. O espaço hoje é sede do jornal da cidade *O Fato Novo* (Figura 5). Para tornar-se espaço de trabalho, o prédio precisou de reparos internos, entretanto sua fachada foi mantida.



Figura 5: Fachada do prédio do jornal *O Fato Novo* (Acervo dos autores, 2022).

Os sobrados erguidos exibem umbrais e vergas nas portas, além de peitoris de janelas adornados com grandes peças de pedra meticulosamente trabalhadas, destacando-se na fachada (MACEDO, 1983). Os acabamentos são executados em pedra irregular rebocada. Nas estruturas arquitetônicas selecionadas para análise, embora adotem o estilo colonial barroco, nenhuma delas foi diretamente construída pelos colonizadores açorianos, mas sim por gerações posteriores que sucederam os primeiros colonos em algumas propriedades (SILVA, 2009). A ornamentação das edificações no centro urbano é marcada por detalhes elaborados nas portas, janelas e fachadas.

Localizadas no coração de Taquari, essas construções preservam a arquitetura típica da colonização açoriana, servindo tanto como estabelecimentos comerciais quanto como residências em bom estado de conservação. No entanto, ao observar essas estruturas na paisagem urbana, é notável que a história oficial disseminada pela comunidade e pelo poder público frequentemente negligencia ou minimiza as contribuições significativas de grupos marginalizados para a formação da sociedade taquariense.

Os coletivos e sujeitos que se opõem a essa narrativa dominante desempenham um papel crucial ao destacar as vozes e histórias que foram historicamente marginalizadas. Suas iniciativas visam resgatar e valorizar as perspectivas e contribuições dos povos que não apenas habitaram, mas também moldaram o contexto cultural e social de Taquari ao longo dos séculos. No entanto, observa-se que esses movimentos e representações ainda são predominantemente restritos às manifestações artísticas e festivas.

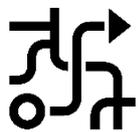
OS 'DITOS E NÃO DITOS' NA PRAÇA DA MATRIZ E O ENTORNO

Sob o prisma da história cultural, a Praça da Matriz emerge como um espaço em que a diversidade cultural e étnica é ausente. Seus monumentos e estruturas arquitetônicas evocam unicamente o legado da colonização açoriana, testemunhando a chegada dos primeiros colonos e refletindo a religiosidade cristã que permeava suas vidas e costumes na nova terra. Contudo, essa representação não abarca a plenitude dos grupos que historicamente ocuparam este território.

Ao investigar por que apenas a colonização açoriana é memorializada na principal praça da cidade, revelam-se reflexões profundas sobre os processos de negação e invisibilidade de grupos étnicos na sociedade e na história. Indígenas e negros frequentemente enfrentaram este tipo de marginalização, lutando para preservar suas culturas diante de tentativas de exclusão social. Enquanto circulam pela paisagem urbana e rural, esses grupos são simultaneamente marginalizados em um contexto político que favorece o branqueamento e exclui suas narrativas históricas.

Mesmo após sua incorporação ao tecido social brasileiro no século XIX, negros e indígenas continuaram a desafiar ativamente as condições desiguais, ocupando diversos nichos da sociedade. A paisagem urbana de Taquari, incluindo a Praça da Matriz, reflete as decisões e políticas de exclusão que visavam apagar os símbolos culturais desses grupos étnicos (ALMEIDA, 2021).

Em suma, ao analisar a Praça da Matriz em Taquari, torna-se evidente que a ausência de símbolos de diferentes grupos étnicos na paisagem não é mero acaso, mas sim um projeto político que remonta à chegada dos açorianos às supostas "terras vazias", à concepção e construção da "cidade alta" e aos discursos contemporâneos promovidos pelas autoridades locais. Tais estruturas envolvem uma aceção simbólica de poder e dominação por parte de grupos específicos da sociedade. Os detentores do poder político e econômico se utilizam dessas estruturas e de ideias para legitimar seu poder e dominação (BOURDIEU, 1989). Sobretudo, a escolha em representar um grupo específico na Praça da Matriz não denota o desaparecimento dos diferentes grupos étnicos na paisagem taquariense, apenas explicita um processo de apagamento e limitação da História e das expressões culturais de indígenas e negros no contexto urbano da cidade.



Observa-se que os espaços sociais presentes no cotidiano da comunidade tornam-se agentes no processo de ensino e aprendizagem. Tais espaços mostram a cultura, a sociabilidade, memórias e histórias de determinados grupos. Ao explorar os "ditos e não ditos" de um ambiente, dinamiza-se o ensino, aproximando a História do sujeito, e problematizando as construções abstratas de temas como identidade, cultura e Patrimônio.

Dialogar acerca da organização de um território, as visibilidades de determinados grupos e a negação de outros, assim como promover programas e projetos que estimulem os estudantes a irem até as ruas, praças, parques etc., auxilia na construção de um ensino plural, pautado na diversidade cultural e na compreensão de um ensino de História para além das elites e do processo de colonização.

Gradualmente são incorporadas, no cenário educacional e no meio acadêmico, discussões acerca dos espaços urbanos como potencializadores de aprendizagem. É correto afirmar que, em ambos os espaços, o ensino pode ocorrer de forma dinâmica. A diferença entre ambos está nas possibilidades que estes apresentam, assim como os ambientes em que são desenvolvidos.

Os espaços formais de ensino tratados como os "territórios" que compreendem a escola e suas dependências definidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96) podem apresentar a nomenclatura "espaço formal", utilizada para se referir aos locais institucionalizados dentro do ambiente escolar, tais como a biblioteca, salas de aula e de informática. Para o autor, os espaços considerados não formais estão relacionados a ambientes, a instituições e aos projetos educacionais que se organizam fora do espaço físico da escola (JACOBUCCI, 2008, p. 56).

O objeto de estudo é a Praça da Matriz e tentou-se verificar as possibilidades constituídas com o ensino em espaços não formais. De fato, o espaço da cidade é um local de pesquisa e conhecimento, uma vez que nele estão registrados diversos fragmentos do cotidiano dos grupos que estabeleceram suas ancestralidades. A ideia é pensar estratégias de momentos diversificados e ricos em informação criando uma rotina dialógica, já que o contato com os estudantes no espaço urbano ocorre em vários dias da semana.

A educação em diferentes espaços de aprendizagem capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo. A finalidade é "abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circundam os indivíduos e suas relações sociais" (GOHN, 2006, p. 29).



Estabelecer associações entre o ensino da História Regional na sala de aula institucionalizada e as vivências dos estudantes possibilita a sensibilização do olhar acerca dos espaços que compõem seu cotidiano.

A importância de socializar os conceitos desenvolvidos pelos estudantes em diferentes espaços de aprendizagem com os conhecimentos construídos em sala de aula é parte fundamental nesse processo (FREIRE, 2002). Observar e problematizar os espaços em que os estudantes estão inseridos, auxilia-os a compreender questões tais como: quem são, a quais espaços pertencem, quais grupos estão excluídos das narrativas históricas da cidade, e quais são possibilidades de realizar um movimento de inclusão e diálogo acerca dessas indagações.

A cidade, enquanto espaço urbano, pode ser uma ferramenta importante para o ensino em sala de aula. Segundo o autor, “Uma cidade pode ser considerada um espaço que educa, quando além das funções tradicionais [...] ela exerce uma nova função cujo objetivo é a formação da cidadania” (GADOTTI, 2005, p. 6). A Praça Matriz, em seu conjunto, além de ser um espaço de visita e lazer, é potencial de aprendizagem ao dispor de ferramentas que estimulam o diálogo acerca da História da cidade de Taquari. A história apresentada nos monumentos e nas estruturas arquitetônicas tem potencial de ser propulsora de uma análise crítica e, conseqüentemente, de gerar discussões acerca de grupos étnicos que tiveram seus direitos negados e são parte fundamental para a construção da cidadania.

Assim, pensar a Praça da Matriz como fonte histórica e de conhecimento é um movimento que auxilia na compreensão das relações e da realidade. Com ações “do pensar” acerca das estruturas presentes na Praça, produz-se um movimento de refletir sobre quais grupos percorreram o território que hoje ocupamos, quais traços culturais foram incorporados na cultura da comunidade etc. Isso transforma o ensino de História em uma atividade dinâmica e ultrapassa os “muros da escola”. Traz a crítica para o meio da ação, problematizando, por exemplo, a negação desses grupos e da inclusão étnica e racial, uma vez que tal exercício gera debates e explora a história de diferentes grupos.

Isabel Alarcão argumenta que os estudantes são seres aprendentes, ou seja, estão em constante processo de aprendizagem. Para a pensadora, o discente observa o mundo e a si mesmo e com isso faz constatações e busca estabelecer relações entre os objetos e a sua realidade. A pesquisadora menciona que “a aprendizagem é



um modo de gradualmente se ir compreendendo melhor o mundo em que vivemos e sabermos melhor utilizar os nossos recursos para nele agirmos” (ALARCÃO, 2002, p. 27). Por essa razão, a aproximação do conhecimento do mundo que rodeia o aprendiz e dos assuntos que lhe interessam passa a ser ferramenta fundamental para que a aprendizagem faça sentido nas vivências do educando.

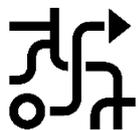
Outra abordagem para a Praça da Matriz como fonte de conhecimento é a construção de projetos a longo prazo, a partir dos quais, em conjunto com as escolas da cidade, possam ser exploradas as potencialidades históricas dos espaços pelo olhar da Educação Patrimonial, abordando os diferentes grupos étnicos presentes em Taquari. Para isso, o processo de formação continuada dos professores deve ser crítico, que desenvolvam habilidades relacionadas ao pensar, às análises e diretrizes legais e aos processos e contextos históricos.

Conscientes desse amparo, sugerem-se algumas práticas pedagógicas que possuem potencial a serem exploradas nas aulas de História, com objetivo de compreender a formação histórica e étnica de Taquari e de suas “*pessoas*”. Citam-se: a elaboração de *folders*; a construção de projetos e programas escolares interdisciplinares e de pesquisa focados na compreensão da cultura e diversidade étnica; e a constituição de material didático, com apoio da Secretaria da Educação, juntamente com os professores de História da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história oficial de Taquari, centrada na chegada e no estabelecimento dos casais açorianos, é apenas uma parte da narrativa completa do território. Estudos recentes revelam a diversidade étnica que influenciou profundamente a paisagem e a cultura local. Esta pesquisa explorou as estruturas arquitetônicas e os monumentos na Praça da Matriz, traçando um panorama histórico de Taquari, destacando a Igreja São José, a sede do jornal *O Fato Novo*, uma residência de estilo colonial barroco açoriano, e o monumento aos açorianos.

A história de Taquari começou com os primeiros assentamentos indígenas há 12 mil anos, seguidos pela colonização açoriana em 1760, como parte da estratégia da coroa portuguesa contra o avanço espanhol. Os negros, trazidos como escravos para as lavouras de trigo, contribuíram significativamente após a abolição, ocupando



espaços urbanos e rurais e sustentando a economia local, com funções como lavadeiras, carregadores e cozinheiras.

Durante pelo menos dois séculos, do XVIII ao XX, indígenas, açorianos e africanos interagiram e influenciaram-se mutuamente em Taquari. A análise das estruturas da Praça da Matriz revela que, exceto a Igreja São José, as demais construções são posteriores aos primeiros açorianos, com escassas referências monumentais aos grupos indígenas e negros que também moldaram a história local.

A paisagem urbana de Taquari é uma construção social e ambiental que reflete não apenas traços culturais e memórias, mas também escolhas políticas e sociais relacionadas aos símbolos de poder. A ausência de representações monumentais desses grupos na Praça da Matriz evidencia uma memória oficial que prioriza os açorianos, negligenciando as contribuições de indígenas e negros para a identidade local.

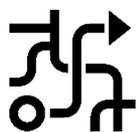
Em relação à Educação Patrimonial, a Praça da Matriz é subutilizada como ferramenta educacional, apesar de seu potencial para promover o ensino interdisciplinar. A utilização desse espaço como local de aprendizagem possibilita uma reflexão crítica sobre os grupos étnicos lembrados e os marginalizados pela comunidade e pelo poder público.

Em síntese, apesar do reconhecimento da diversidade étnica ao longo dos séculos, a historiografia oficial de Taquari tem predominantemente focado a chegada e o estabelecimento dos açorianos, negligenciando as significativas contribuições dos povos indígenas e afrodescendentes. Nesse contexto, movimentos sociais e sujeitos têm desempenhado um papel crucial ao contestar essa narrativa hegemônica, destacando as vozes e histórias historicamente marginalizadas. Suas iniciativas visam resgatar e valorizar as perspectivas e contribuições dos grupos étnicos que, de maneira fundamental, influenciaram e moldaram o panorama cultural e social de Taquari.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. Cortez editora, 2002.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Da invisibilidade étnica à etnogênese: histórias e identidades de índios e negros em abordagem articulada e comparativa. *História (São Paulo)*, v. 40, 2021.



BARREIROS, Patrício Nunes. Por uma abordagem da história cultural das práticas de escrita na edição de textos. *Alea*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 389-414, maio/ago. 2017.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DE CERTEAU, Michel. A escrita da história. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Unesp, 2001.

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (O Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2004.

COSTA E SILVA, Riograndino da. *São José de Taquari: a história de minha terra*. Edições Flama, 1972.

COSTA, Alex A. *Tramas e contendas: escravos, forros e livres constituindo economias e forjando liberdades na Baía de Camamú, 1800-1850*. 2016. 213 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

DAMASCENO, Athos. *Artes Plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)*. Porto Alegre: Editora Globo, 1971.

FLORES, Moacyr. *Negros na Revolução Farroupilha: Traição em porongos e farsa em Poncho Verde*. Porto Alegre: EST, 2004.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

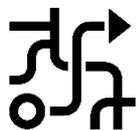
FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

FRANZ, Eloísa. *O negro taquariense: do escravismo ao abolicionismo*. 2014. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 05 jun. 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/495>.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. A questão da educação formal/não-formal. Sion: Institut International des Droits de 1^o Enfant, p. 1-11, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, v. 14, p. 27-38, 2006.



GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. *Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência: os Açorianos no Rio Grande de São Pedro*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2004, 324 f.

GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes. Vida cotidiana dos açorianos pelas freguesias e caminhos. *História geral do Rio Grande do Sul – Colônia*. Passo Fundo: *Méritos*, v. 1, p. 203-223, 2006.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica. *Revista em Extensão*, v. 7, n. 1, 2008.

KREUTZ, Marcos Rogério. *Abordagens da história ambiental no Vale do Taquari, Rio Grande do Sul*. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/496>

KREUTZ, Marcos Rogério. *O contexto ambiental e as primeiras ocupações humanas do Vale do Taquari-RS*. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ambiente e Desenvolvimento, Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/59>.

KREUTZ, Marcos Rogério; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. *O povoamento do Vale do Taquari, Rio Grande do Sul*. Lajeado/RS: Editora da UNIVATES, 2017.

KREUTZ, Marcos Rogério; MACHADO, Neli Teresinha Galarce; FIEGENBAUM, Jones. Abordagens para o ensino da pré-história regional. *Revista Thema*, v. 15, n. 4, p. 1387-1403, 2018.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

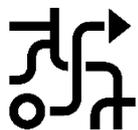
MACEDO, Francisco Riopardense de. Arquitetura luso-brasileira. In: BERTUSSI, P I et al. *A Arquitetura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 53-94.

MACHADO, Neli Teresinha Galarce; JOHANN, Marina; SCHNEIDER, Patrícia. História regional do Século XIX – Urbanização e desenvolvimento econômico na Villa de São José de Taquary, Rio Grande do Sul. *Revista de História da UEG*, v. 8, n. 2, p. e821916-e821916, 2019.

MACHADO, Neli Teresinha Galarce; SCHNEIDER, Patrícia; FIEGENBAUM, Jones; WELP, Marlon. A ocupação Guarani no Vale do Taquari/RS: notas prévias sobre as pesquisas arqueológicas. *Revista Cadernos do Ceom*, v. 19, n. 24, p. 123-136, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Mercado Aberto, 1982.

PINTO, Helena. A educação patrimonial num mundo em mudança. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 43, e255379, 2022.



PIRES, Karen Daniela. *O trabalho escravo e suas implicações na paisagem urbana e rural de Taquari, Estrela e Santo Amaro/RS – final do século XIX*. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10737/1601>.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARI. Disponível em <https://www.taquari.rs.gov.br/pagina/id/2/?historia-do-municipio.html>. Acessado em março de 2023.

ROCCA, Luisa Durán. *Açorianos no Rio Grande do Sul: antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII*. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Propur, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

SILVA, Cleidirose. *Cultura açoriana em Taquari e Paverama: costumes e religiosidade preservados ao longo do tempo*. Monografia (Graduação) – Curso de História, Centro Universitário Univates: Lajeado, 2009, 150 f.

SILVA, Cleidirose; LAROQUE, Luís Fernando da Silva; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Tradições Culturais Açorianas e de seus descendentes na Região Vale do Taquari, Rio Grande do Sul/Brasil. *Revista Destaques Acadêmicos*, v. 9, n. 2, 2017.

SILVA, Guilhermina Castro; LOPES, Wilza Gomes Reis; LOPES, Lopes; João Batista. Evolução, mudanças de uso e apropriação de espaços públicos em áreas centrais urbanas. Porto Alegre: *Ambiente Construído*. V.11, n.3, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ac/a/9J46zZXm7WcdjqD3K3SB49B/?lang=pt#>

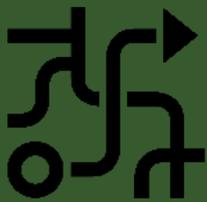
SOUZA, Andressa. *A praça da matriz de taquari, Rio Grande do Sul – História de uma cidade*. Monografia (Graduação em História) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2022.

Recebido em: 18/08/2023

Aceito em: 14/06/2024



SEÇÃO FONTES



SILVA, Henry Marcelo Martins da*
<https://orcid.org/0000-0002-4111-8238>.

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo tecer algumas considerações sobre a obra *Almanaque Ilustrado: propaganda do Matto Grosso e Zona Noroeste*, organizado pelo jornalista Elmano Soares, de Três Lagoas-MS, em 1928. Representando importante segmento da nascente indústria gráfica nacional entre fins do século XIX e início do XX, os almanaques transformaram-se ao longo do tempo, adquirindo diferentes feições, destacando-se os *almanaques ilustrados* que, incorporando as novas tecnologias de impressão e imagem, em especial a generalização da fotografia, foram ferramentas largamente utilizadas para a promoção de cidades e negócios de regiões do interior do país. Naquele contexto, destaca-se a obra de Soares, que apesar de manter em grande medida o modelo fornecido pelos seus congêneres anteriores, apresenta uma lógica própria, privilegiando um rol de importantes centros urbanos do período, da região que viria a constituir, no futuro, o Estado de Matto Grosso do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Fonte Histórica; Imprensa; Almanaxes; Mato Grosso.

ABSTRACT: This work aims to make some considerations about the work *Almanaque Ilustrado: propaganda do Matto Grosso e Zona Noroeste*, organized by journalist Elmano Soares, from Três Lagoas-MS, in 1928. Representing an important segment of the nascent national printing industry between the end of the 19th century and the beginning of the 20th, almanacs transformed over time, acquiring different features, highlighting illustrated almanacs which, incorporating new printing and imaging technologies, in especially the generalization of photography, they were tools widely used to promote cities and businesses in inland regions of the country. In that context, the work of Soares stands out, which despite largely maintaining the model provided by its previous counterparts, presents its own logic, privileging a list of important urban centers of the period, of the region that would come to constitute, in the future, the State of Matto Grosso do Sul.

KEYWORDS: Historical Source; Press; Almanacs; Mato Grosso.

* Possui Doutorado (2009) e Pós-Doutorado (2018) em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP. Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/CPTL, ministrando disciplinas e desenvolvendo pesquisas com ênfase em História do Brasil República e Ensino de História, atuando principalmente nos seguintes temas: Urbanização, Imprensa e Elites Urbanas. Pesquisador líder do Grupo de Pesquisa História, Cultura e Sociedade (GPHCS/CNPq); e-mail: henry.silva@ufms.br.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo a análise do *Almanaque Ilustrado: propaganda do Matto Grosso e Zona Noroeste*, organizado em 1928 por Elmano Soares, jornalista de Três Lagoas-MS; assim como outros modelos do mesmo período, a obra busca dar relevo ao estágio de desenvolvimento de importantes núcleos urbanos, especialmente da região que viria, no futuro, constituir o Estado de Mato Grosso do Sul.

Os almanaques têm sua origem ligada ao mercado editorial europeu, a partir das necessidades relacionadas às atividades mercantis; além de calendário, traziam informações gerais sobre impostos e taxas públicas, os movimentos de importação e exportação, câmbio, horários de trens e vapores, funcionamento de repartições públicas e mais uma série de dados importantes para o mundo dos negócios.

No Brasil, e com o claro propósito de expansão de seu uso para maiores setores de uma população iletrada, os almanaques assumiram um aspecto mais generalizado e ameno, ao incorporar conteúdos lúdicos e de entretenimento (CRUZ, 2000, p. 57).

Deste modo, caíram no gosto popular, passando a representar um importante filão do mercado editorial nacional; como explica Sodré (1983), diante das precárias técnicas de impressão existentes no país, os almanaques eram a alternativa comercial possível para as editoras, que publicavam obras elaboradas com materiais de qualidade inferior, em nível rudimentar (SODRÉ, 1983, p. 242).

Com um perfil adaptado às necessidades brasileiras, os almanaques passaram a ser encontrados em modelos cada vez mais diversos, e se de início eram relativos às capitais, logo espalharam-se pelas cidades do interior. Publicações simples, de tamanho reduzido e geralmente impressos na própria cidade, os almanaques traziam conteúdos que mesclavam o calendário com a cultura popular ou a literatura, oferecendo ao leitor informações úteis sobre a cidade, tais como o histórico de fundação, o ordenamento político e jurídico, as organizações sociais, listas de estabelecimentos comerciais e propagandas de profissionais urbanos (MEYER, 2001, p. 29-99).

Com o processo de modernização da indústria gráfica nacional no início do século XX, os almanaques adquirem novo perfil; incorporando novas técnicas que permitiam imagens coloridas, associada à generalização da fotografia, adquirem o *status* de “*Ilustrados*”. Tais materiais, publicados em abundância no interior do país, tinham como finalidade a propaganda de cidades ou regiões em desenvolvimento, e foram comumente utilizados pelas elites locais como instrumentos de construção de uma representação ligada às imagens de progresso e civilização (SILVA, 2023).

Esse foi o caso do *Almanaque Ilustrado de Matto Grosso de 1928*, importante exemplo daquele modelo, que passamos a apresentar.

O ALMANAQUE ILLUSTRADO DE 1928

Fruto de um novo horizonte técnico que se afirmava desde fins do XIX, os almanaques envolviam profissionais de diversos segmentos, tais como tipografias, artes gráficas, fotografias, literatura e jornalismo, constituindo uma “*elite letrada*” que segundo Cruz representavam uma das mais importantes categorias profissionais urbanas no início do século XX (CRUZ, 2000, p. 53).

Esse era o perfil do organizador do *Almanaque Ilustrado de 1928*, Elmano Soares; vindo do vizinho Estado de São Paulo, estabelece em Três Lagoas uma tipografia e o jornal *Gazeta do Comercio*, que passa a funcionar a partir de 1920 e em fins daquela década se orgulhava de ser o “[...] *jornal de maior tiragem do Matto Grosso*” (SOARES, 1928, p. 46).

A cidade de Três Lagoas surgira em 1909, a partir de um acampamento de trabalhadores envolvidos na construção da ferrovia Noroeste do Brasil; com a finalização das obras, e do estabelecimento regular do tráfego, o pequeno núcleo urbano se desenvolve, conseguindo sua emancipação política em 1915. Porta de entrada para as ricas regiões do interior de Mato Grosso, especialmente por sua privilegiada localização como estação da FNOB, a cidade já contava com 15 mil habitantes em 1928 (SOARES, 1928, p. 23), o que por si só já garantiria o sucesso do empreendimento de Elmano Soares.

Mas sua obra não se limitou ao município; de forma ambiciosa, procurou representar toda a região sul do então *Matto Grosso*, e também a vizinha Zona Noroeste de São Paulo. Para tal, enviou funcionários e representantes para

colher o apoio dos poderes públicos, e especialmente dos comerciantes e fazendeiros interessados na divulgação dos seus negócios (GAZETA DO COMMERCIO, nº. 396, p. 2. Três Lagoas, 22/04/1928).

Pela sua *Gazeta*, Elmano Soares divulgava o lançamento de sua obra, que se pretendia magistral, com colaboração de diversos artistas e poetas do país, e abarcando assuntos diversos da região, como a pecuária, a agricultura, comercio, indústria e até mineralogia e medicina. Tudo entremeado com “[...] *uma profusão de clichês*”.

Almanaque Ilustrado de Matto Grosso
Edição da “Gazeta do Commercio”

Sahirá proximamente, publicando ineditas collaborações em prosa e verso de escriptores e poetas nacionais.

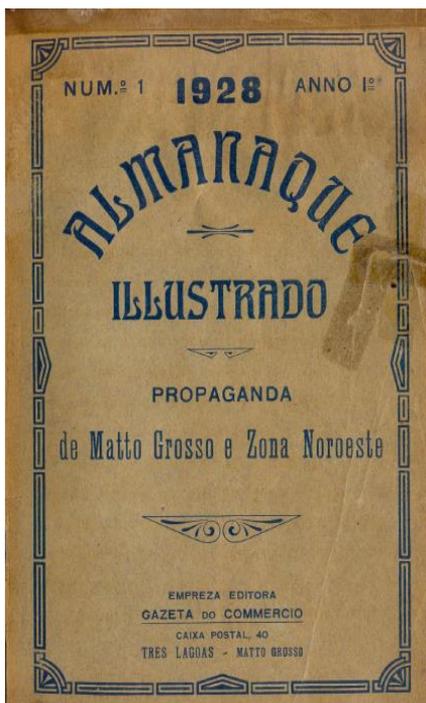
Tratará da Pecuaria, Agricultura, Mineralogia, Commercio, Industria, Medicina, Politica, Finanças, etc.

Magnificas secções de noticiário e conhecimentos uteis.

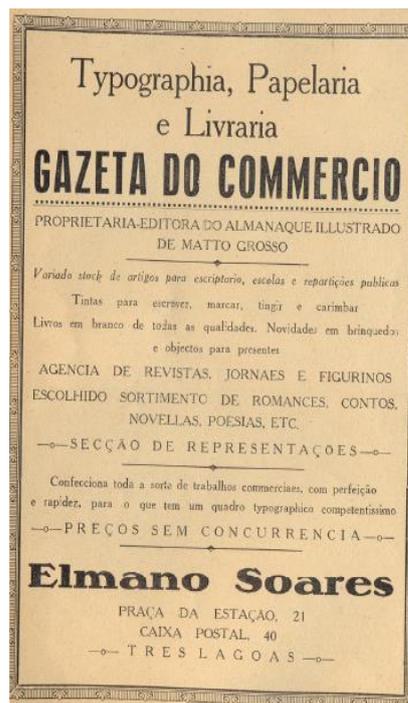
Profusão de clichês, Paginas a cores, Capa magistral.

Indicador social, Ampla secção de anuncios” (GAZETA DO COMMERCIO, nº. 396, p. 2, 22/04/1928).

O resultado do empreendimento esteve bem aquém das expectativas criadas pelo organizador, e o *Almanaque* veio a público num formato bastante diferente daquele aventado em suas propagandas. Tendo que contratar uma editora na capital paulista (SOARES, 1928, p. 164), provavelmente por não contar com as tecnologias necessárias para a impressão dos diversos clichês, Soares publica uma obra de 164 páginas, no formato de 23cm de altura e 16cm de largura; ainda que impresso sem as prometidas páginas coloridas, limitadas às capas de diferentes tonalidades de azul, o almanaque traz 125 clichês compreendendo diversos aspectos de 9 cidades do Estado.



Fonte: SOARES, 1928.
Imagem 2 – Propaganda da Typographia da Gazeta do Commercio, 1928.

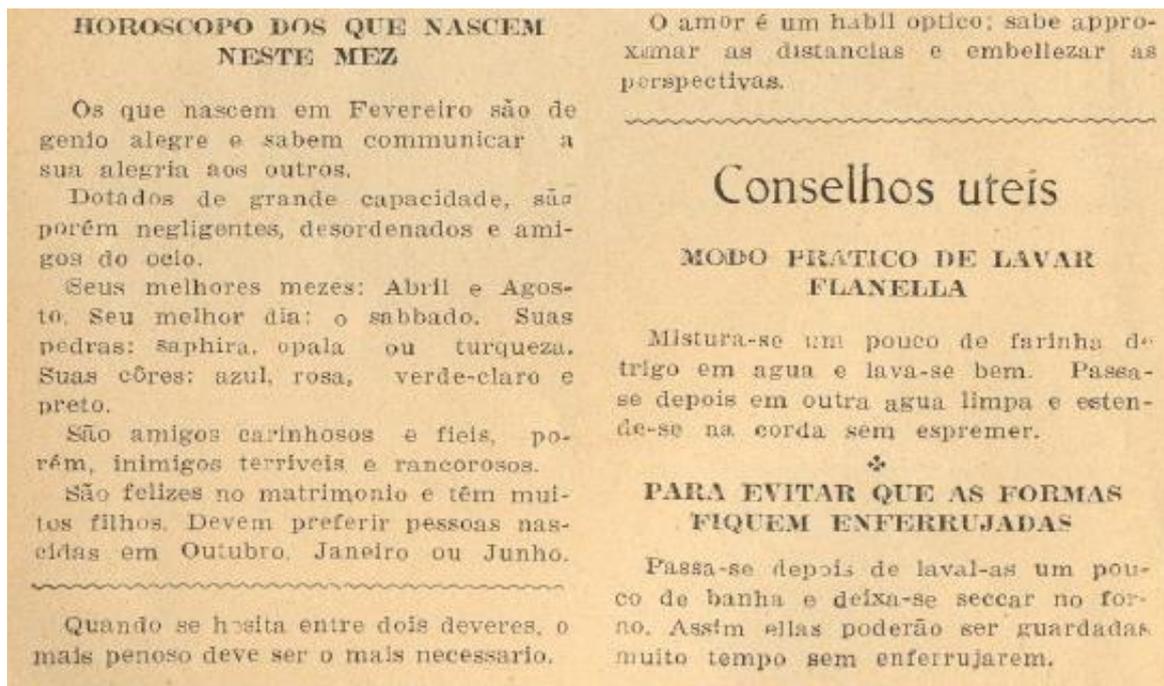


Fonte: SOARES, 1928, p. 34.

O modelo escolhido mesclava os conteúdos lúdicos já tradicionais dos antigos almanaques, trazendo informações sobre o calendário, estações do ano e dicas para tarefas cotidianas, ao perfil moderno dos almanaques de cidades, destacando a história das localidades, aspectos urbanos, suas personalidades políticas e principais estabelecimentos urbanos e rurais.

Deste modo, Soares inicia sua obra com um capítulo intitulado “*O Almanaque Astronomico*”, contendo previsões de eclipses, datas de festas eclesiásticas, estações do ano e signos do zodíaco (SOARES, 1928, p. 1-2). Nas páginas seguintes, a obra traz um detalhado calendário de 1928, apresentando, para cada mês, os dias da semana, seus santos católicos correspondentes, a descrição do horóscopo e notas de agricultura e pecuária para os diversos períodos do ano. Tudo entremeado com poesias, algumas do próprio organizador, e dicas para tarefas cotidianas tais como limpeza de flanelas, formas e moveis (SOARES, 1928, p. 7-18).

Imagem 3 – Conteúdos lúdicos do calendário de 1928.



Fonte: SOARES, 1928, p. 8.

Somente na página 21 o organizador insere a apresentação de seu almanaque; no capítulo intitulado “*O nosso trabalho*”, Soares justifica o seu empreendimento, a partir da necessidade de uma obra de propaganda das atividades existentes no imenso e isolado Matto Grosso, colocando-o ao lado dos demais Estados do país.

Matto Grosso ressentia-se de uma obra de propaganda de suas actividades que vivem como que isoladas de todas as atenções, tão grande é seu territorio e multiforme a operosidade do trabalho que desenvolve na ânsia de colocar-se ao lado dos demais Estados da Federação e com elles cooperar no ampliamento do raio de progresso da dinamica formidavel que nesta hora recrudescer nos mais reconditos nucleos de vida do Brasil (SOARES, 1928, p. 21).

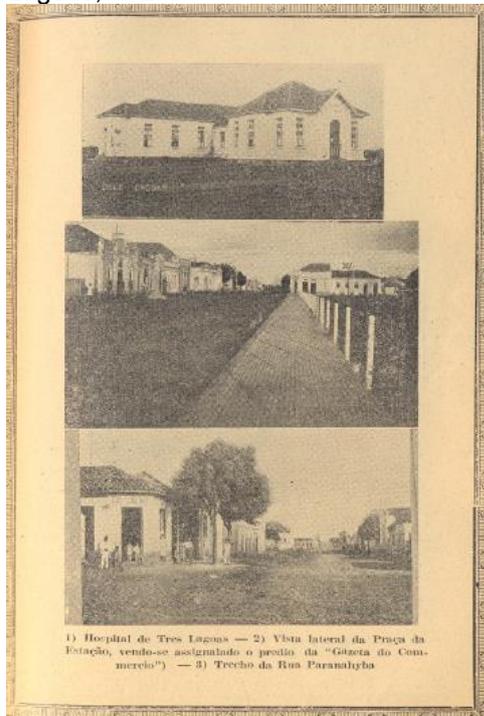
O *Almanaque* passa então a apresentar, em separado, as cidades do Estado, e mesmo tendo a pretensão futura de alcançar as regiões do norte (SOARES, 1928, p. 21), dedica-se neste volume às cidades do outro extremo de Mato Grosso, elencadas a partir de uma lógica própria. Partindo de Três Lagoas, primeiro centro urbano a ser descrito na obra, Soares insere, respectivamente, Ponta Porã, Aquidauana, Campo Grande, Miranda, Corumbá, Sant’anna do Parahyba, Nioac e o então distrito de Maracajú (SOARES, 1928, p. 22-158).

Imagem 4 – Ponte ferroviária “Francisco de Sá”, Três Lagoas, 1928.



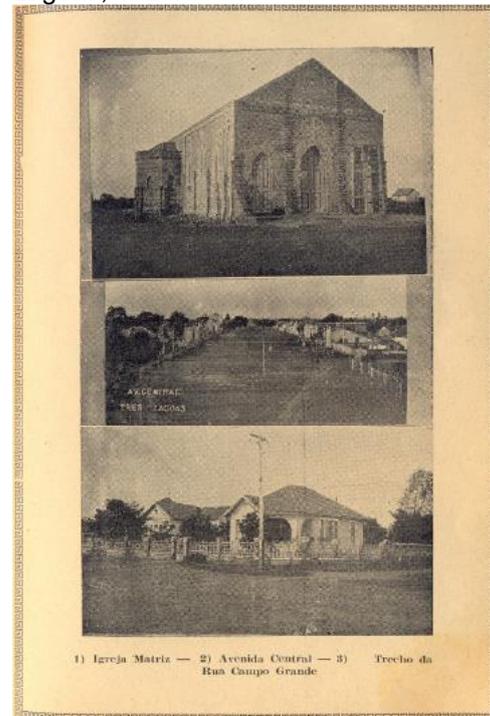
Fonte: SOARES, 1928, p. 53.

Imagem 5 – Aspectos da cidade de Três Lagoas, 1928.



Fonte: SOARES, 1928, p. 55.

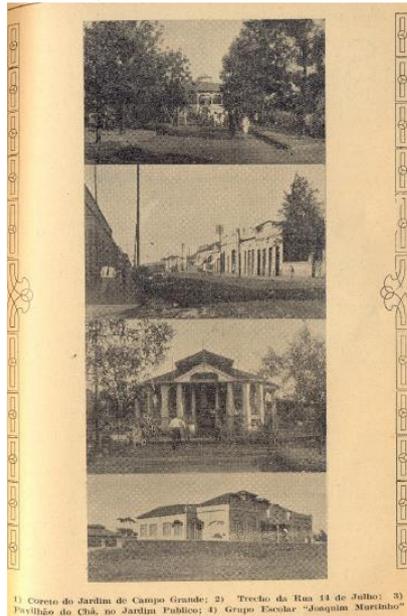
Imagem 6 – Aspectos da cidade de Três Lagoas, 1928.



Fonte: SOARES, 1928, p. 61.

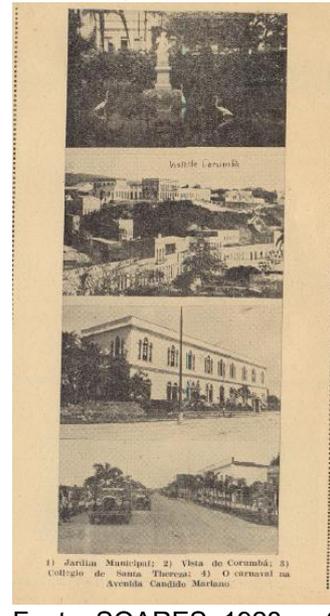
Os capítulos dedicados às cidades seguiam, em grande medida, o mesmo roteiro; partindo de um breve texto em que eram destacados aspectos históricos da fundação e trajetória do município, seguiam-se informações sobre a economia e a sociedade locais, tais como movimento dos correios, números das coletorias estaduais e federais, movimento dos cartórios e qualquer informação que os funcionários contratados por Soares conseguissem coletar para a elaboração do almanaque.

Imagem 7 – Aspectos da cidade de Campo Grande, 1928.



Fonte: SOARES, 1928, p. 97.

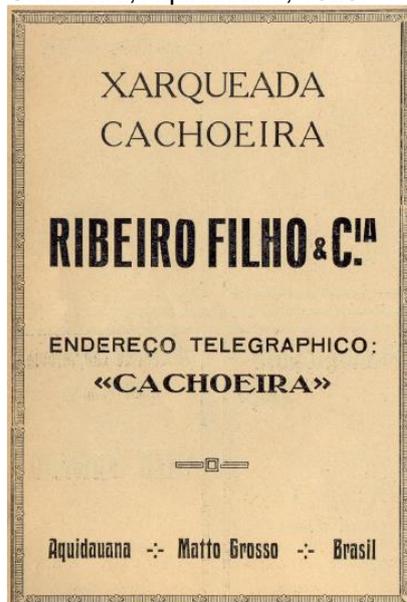
Imagem 8 – Aspectos da cidade de Corumbá, 1928.



Fonte: SOARES, 1928, p. 97.

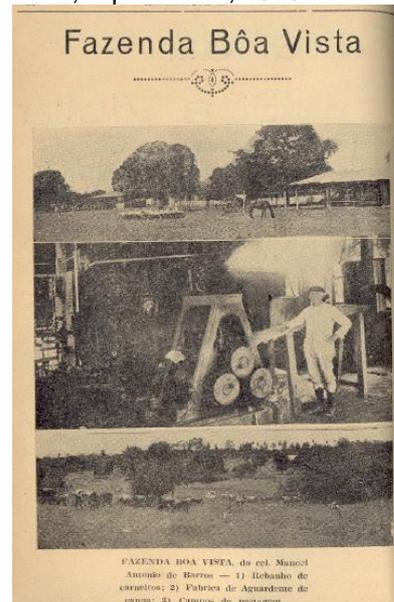
Junto aos textos e informações das cidades, e dispostos sem lógica aparente, aparecem clichês dos centros urbanos, associados a propagandas de estabelecimentos comerciais e fazendas, tudo entremeadado de poemas, curiosidades e dicas para facilitar tarefas cotidianas.

Imagem 9 – Propaganda da Xarqueada Cachoeira, Aquidauana, 1928.



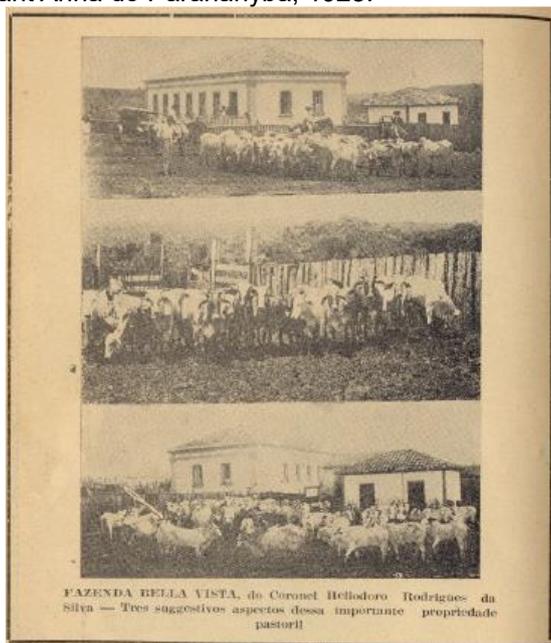
Fonte: SOARES, 1928, p. 76.

Imagem 10 – Propaganda da Fazenda Boa Vista, Aquidauana, 1928.



Fonte: SOARES, 1928, p. 86.

Imagem 11 – Propaganda da Fazenda Bella Vista, Sant’Anna do Paranahyba, 1928.



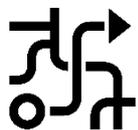
Fonte: SOARES, 1928, p. 148.

O empreendimento de Elmano Soares é um dos poucos do gênero a dedicar-se a esta porção do país, especialmente nas primeiras décadas do século XX; repleto de informações, apresenta diversas possibilidades para a compreensão da ocupação do território e formação de importantes municípios de uma região que viria constituir, no futuro, o Estado de Mato Grosso do Sul. O *Almanaque Ilustrado: propaganda do Matto Grosso e da Zona Noroeste de 1928* pode ser encontrado em diversos arquivos, especialmente da região Centro-Oeste, local de maior circulação do material quando impresso; uma cópia para consulta encontra-se sob guarda do Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro” - NDH, da UFMS/CPTL, e uma digitalização é disponibilizada pelo site do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul - IHGMS¹.

REFERÊNCIAS

- CRUZ, Heloísa de Faria. São Paulo de papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890/1915. São Paulo: Educ/FAPESP, 2000.
- GAZETA DO COMMERCIO, nº. 396, p. 2, 22/04/1928.
- MEYER, Marlyse (org). Do Almanak aos Almanques. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

¹ Disponível em <https://ihgms.org.br/>.



SOARES, Elmano. ALMANAQUE ILLUSTRADO: Propaganda de Matto Grosso e Zona Noroeste. Num. 1, Anno 1. Três Lagoas – Mato Grosso: Empreza Editora Gazeta do Commercio, 1928.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SILVA, Henry M. M. *Os tempos da cidade: barbárie e civilização no Album Illustrado da Comarca de Rio Preto (1927-1929)*. **História (São Paulo)**, vol. 42, 2023. Disponível em <https://www.scielo.br/j/his/a/hjR4LXHgcm3rpYNJqPNBbnf/>.

Recebido em: 12/07/2024

Aceito em: 16/07/2024